



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Relatório 1

2024



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
Next Generation EU

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório 1/2024

Aprovação: 19/07/2024 em reunião de Plenário

Edição: Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR

Endereço: Campus APP

Avenida João XXI, 63

1000-300 Lisboa

Email: geral@cnaprr.pt

www.cnaprr.pt

Data: julho de 2024

Índice

Índice	2
Organização do relatório	4
1. Nota introdutória	6
2. Apreciação qualitativa dos investimentos	9
2.1. Resumo das apreciações e recomendações das cinco Comissões Especializadas	11
2.1.1. Comissão Especializada de Social	11
2.1.2. Comissão Especializada de Transição Digital	20
2.1.3. Comissão Especializada de Clima e Energia	25
2.1.4. Comissão Especializada de Economia e Empresas	31
2.1.5. Comissão Especializada do Território	37
3. Balanço Global e Recomendações Transversais	43
3.1. Aspectos positivos	43
3.2. Constrangimentos verificados	44
3.3. Recomendações Transversais	45
Anexo I	56
Resumo de apreciações qualitativas por componente	56
PARTE B	63
Nota Introdutória e metodologia	63
Comissão Especializada Social	66
Componente C01 Saúde	66
Componente C02 Habitação	79
Componente C03 Respostas Sociais	87
Componente C04 Cultura	98
Componente C06 Qualificações E Competências	103
Comissão Especializada Transição Digital	126
Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	126
Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	128
Componente C16 Empresas 4.0	130
Componente C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	142
Componente C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios	150

Componente C19 Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança	151
Componente C20 Escola Digital	159
Comissão Especializada de Clima e Energia	167
Componente C10 Mar	167
Componente C11 Descarbonização Da Indústria	176
Componente C12 Bioeconomia Sustentável	180
Componente C13 Eficiência Energética Dos Edifícios	184
Componente C14 Hidrogénio e Renováveis	189
Componente C15 Mobilidade Sustentável	191
Comissão Especializada de Economia e Empresas	202
Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	202
Componente C16 Empresas 4.0	220
Comissão Especializada Território	234
Componente C07 Infraestruturas	234
Componente C08 Florestas	246
Componente C09 Gestão Hídrica	267
Apêndice	279

Organização do relatório

O relatório divide-se em três partes:

Parte A: inclui a nota introdutória, um resumo da apreciação qualitativa das componentes, bem como o resumo das apreciações e recomendações de cada uma das Comissões Especializadas. Conclui-se com um balanço global e recomendações transversais e um *follow up* das recomendações de relatórios anteriores.

Inclui-se ainda um anexo onde consta a lista das apreciações de cada um dos investimentos e a respetiva comparação com o relatório anterior.

Parte B: inclui a descrição da metodologia de apreciações e os relatórios detalhados das cinco Comissões Especializadas.

Apêndice: inclui a descrição dos objetivos gerais a atingir com os investimentos ou subinvestimentos de cada Componente; os quadros com as metas/marcos, de tipologia A¹ (inclusão em pedido de desembolso), os quadros com a descrição das reformas e respetivos marcos/metás associados, bem como a indicação dos respetivos documentos que comprovam as reformas que já se encontram concluídas, que se indicam, apenas para efeitos de consulta.

¹ Não foi possível, à data de preparação deste relatório, incluir metas B (monitorização intermédia antes da meta de desembolso), uma vez que ainda não foi disponibilizado o acordo operacional após reprogramação, onde essa informação deverá constar.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

PARTE A

1. Nota introdutória

A Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR apresenta o seu quarto relatório de acompanhamento aos progressos de implementação do PRR. Este documento analisa os desenvolvimentos ocorridos desde a publicação do último relatório, em novembro de 2023, até final de junho de 2024.

Este período temporal foi marcado pela mudança de Governo da República, com eleições legislativas no dia 10 de março e pela tomada de posse do XXIV constitucional a 2 de abril. Como é natural nestas circunstâncias, a tomada de posse de um novo Governo exige tempo para que, quer os membros do governo quer as suas equipas, se possam apropriar dos dossiers e conhecer o ponto da situação de cada um dos projetos e investimentos. A CNA-PRR teve a preocupação de tentar reunir com os novos responsáveis das pastas ministeriais, de forma a ter um entendimento das principais prioridades e novas dinâmicas, até porque, em alguns casos, existiram mudanças ao nível das tutelas, resultante da nova orgânica do Governo aprovada. No entanto, em algumas situações, o relato da CNA-PRR baseou-se nos documentos disponibilizados pelos beneficiários intermediários ou diretos. Nestes casos, a CNA-PRR confiou nas informações enviadas, não tendo existido triangulação ou outro tipo de verificações.

Esta janela temporal coincidiu, ainda, com a avaliação dos 3º e 4º pedidos de pagamento, que implicou, numa primeira fase, a retenção de cerca de 714 M€, devido ao não cumprimento de dois marcos e uma meta, entretanto já desbloqueados, atendendo à comprovação do seu cumprimento, conforme previsto no mecanismo de recuperação e resiliência. Foi, entretanto, submetido o 5º pedido de pagamento no início de julho, aguardando-se a avaliação por parte da Comissão Europeia nos próximos meses. Com a submissão deste quinto pedido de reembolso, Portugal cumprirá 147 das 463 metas e marcos acordados com a Comissão Europeia, o que permitirá o recebimento de 10.182 M€ do total de 22.216 M€ que totalizam o PRR.

Este 5º pedido de pagamento, bem como os próximos, baseiam-se num novo acordo operacional, resultante da reprogramação, mas que ainda não está disponível para consulta. Neste sentido, a CNA-PRR questionou, tanto a EMRP como a Comissão Europeia, que confirmaram que o mesmo está a ser finalizado, sem previsão de data. Nesta reprogramação constata-se que algumas metas e marcos foram alterados, não apenas no prazo (em linha com recomendações da CNA-PRR), mas também na formulação e nos objetivos quantitativos a alcançar. Entende a CNA-PRR, que estas últimas alterações podem significar uma diminuição dos resultados e impactos anteriormente expectáveis, diminuindo o

seu potencial transformador, situação que não é possível de apreciar sem conhecer em detalhe o acordo operacional.

A continuidade das visitas ao terreno, no âmbito da ação denominada Roteiros de Proximidade, tem permitido uma grande capilaridade e um aprofundar do conhecimento sobre o que está a ser implementado, possibilitando também identificar os constrangimentos e obstáculos, com que muitos beneficiários finais ainda se debatem, bem como recolher sugestões e propostas de melhoria.

Mas para além dos beneficiários finais (que executam os projetos em última linha), também são regularmente auscultados os beneficiários intermediários, cuja boa ação é imprescindível para que todo o processo de abertura de avisos de concursos, receção e análise de candidaturas e posteriormente a elaboração de manuais de perguntas frequentes, a preparação e gestão de plataformas de gestão e pagamentos, passando pelo crucial modelo de acompanhamento e apoio aos beneficiários finais, funcione.

À medida que se aproxima o final do PRR, é cada vez maior a pressão para que os projetos sejam executados e a atenção à rapidez e qualidade das respostas que os beneficiários intermediários prestam aos finais, não deve ser negligenciada. A CNA-PRR tem deixado inúmeras chamadas de atenção, para as respetivas tutelas Ministeriais, para que sejam encontrados mecanismos de robustecimento das equipas de recursos humanos dos beneficiários intermediários, sob pena da demora nas respostas colocar em causa a execução, potenciando também a frustração e exaustão dos muitos técnicos que, em ambos os lados, trabalham nestes objetivos. No entanto, mais do que os recursos humanos, é urgente visitar os processos, plataformas e interações, numa verdadeira reavaliação organizacional. Em cada um dos investimentos apreciados, são deixadas pistas sobre o que a CNA-PRR tem identificado e são facilmente identificáveis as ineficiências processuais e administrativas, que não são atribuíveis a nenhuma entidade em particular, sendo, no entanto, visíveis em toda a engrenagem.

Foram ainda realizadas reuniões e visitas com beneficiários diretos (entidades da administração pública ou empresas públicas) e com os Ministérios de tutela dos vários investimentos PRR, para se conseguir obter uma abrangência de informação de fontes primárias, para triangulação.

Nas reuniões, quer com os Ministérios de tutela, quer com os beneficiários intermediários, aproveitou-se esses momentos para transmitir as dificuldades encontradas no terreno, bem como efetuar várias propostas de melhoria ou novas abordagens que permitam ultrapassar os obstáculos identificados.

A presença do Presidente da CNA-PRR em várias conferências ou seminários, em vários locais do país, tem permitido também obter diferentes perspetivas de análise por parte de diferentes atores no território nacional (incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira).

Para este relatório foram acompanhados 103 investimentos ou medidas, dos 116 que a CNA-PRR considerou como autonomizáveis². Os investimentos não acompanhados tiveram como motivos: (i) baixo risco identificados no relatório anterior; (ii) alterações de orgânica governativa; (iii) novos investimentos resultantes da reprogramação e ainda em fase embrionária; (iv) impossibilidade de reunir com alguns dos beneficiários.

Paralelamente, foi possível criar uma ferramenta de análise sumária aos dados financeiros do PRR (a partir dos dados recolhidos e partilhados pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal) e que tem permitido, desde novembro de 2023³, a elaboração de um relatório mensal de análise, que complementa o conhecimento vertido nos relatórios semestrais.

Nesta procura por triangular várias fontes de dados e informação, é importante ter presente que a função da CNA-PRR não é de auditoria nem de controlo, para a qual existem entidades com muita experiência e credibilidade, que efetuam essas ações (e cujos relatórios a CNA-PRR utiliza também como fontes de informação). No caso do estado de concretização das reformas procurou-se informação, de uma forma o mais abrangente possível (com os meios que a CNA-PRR tem ao seu dispor), da evidência da sua conclusão (com diploma legal publicado) e da sua implementação.

Este relatório, integra, portanto, as conclusões deste trabalho continuado, permitindo que todos os membros da CNA-PRR complementem, com o seu conhecimento e experiência nos diversos campos em que atuam, as evidências recolhidas, resultando num relatório que possui informação discriminada por cada investimento, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado do progresso do PRR em cada componente, promovendo a transparência e a *accountability*, numa lógica de prestação de contas à sociedade. Esta é uma forma de partilhar com os cidadãos os desenvolvimentos mais recentes, baseados na evidência, promovendo um maior conhecimento do PRR, contribuindo para uma apreciação mais informada, para além da execução financeira de cada um dos

² Ao longo dos vários relatórios da CNA-PRR estes números têm variado e não se podem comparar com outras organizações de dados. Apesar de seguirem a nomenclatura oficial do PRR, há desagregações que foram consideradas necessárias, para efeitos de uma melhor apreciação. A exemplo, o caso da C16-Transição Digital das Empresas, que inclui conjuntamente: a Rede nacional de Test Beds; as Aceleradoras de Comércio Digital; os Bairros Digitais; a Internacionalização via e-commerce; os vales para start-ups e vouchers para incubadoras; e o reforço da estrutura nacional para o empreendedorismo. Nas apreciações da CNA-PRR, cada um destes investimentos é apreciado isoladamente.

³ O relatório mensal é elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal à CNA-PRR, através do Sistema de Apoio à Monitorização (SAM). É elaborado desde fevereiro de 2023, sendo um documento com carácter interno e disponibilizado a todos os membros da CNA-PRR. São efetuadas análises à dotação, aprovação, contratação e pagamento, relativamente a beneficiários finais, bem como a contratos públicos por parte dos beneficiários diretos, assim como a listagem dos 50 maiores contratos e fornecedores. São ainda verificados, para todos os avisos de abertura de concursos, os prazos de resposta e publicação de decisão de candidaturas, bem como a disponibilização pública dos respetivos resultados.

investimentos. Neste âmbito e também com o objetivo de tornar a informação sobre o PRR ainda mais robusta e atualizada, a equipa técnica da CNA-PRR elabora trimestralmente um relato financeiro por Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e por Comunidade Intermunicipal (CIM), que partilha com cada uma dessas entidades⁴ e que permite a cada um dos decisores e autarcas identificar as áreas de investimento em que estão a existir projetos contratados para o seu território.

As recomendações, chamadas de atenção, relatos ou sugestões, espelhados ao longo dos relatórios das cinco Comissões Especializadas ou as recomendações de forma transversal, são a forma que a CNA-PRR encontrou para contribuir de forma construtiva para a boa execução do PRR. É também um exercício que tem permitido “conectar pontos e desatar nós”, com o objetivo de construir as relações e as ligações necessárias, que permitam alcançar as soluções e as sinergias desejadas, numa lógica de melhoria contínua e parceria.

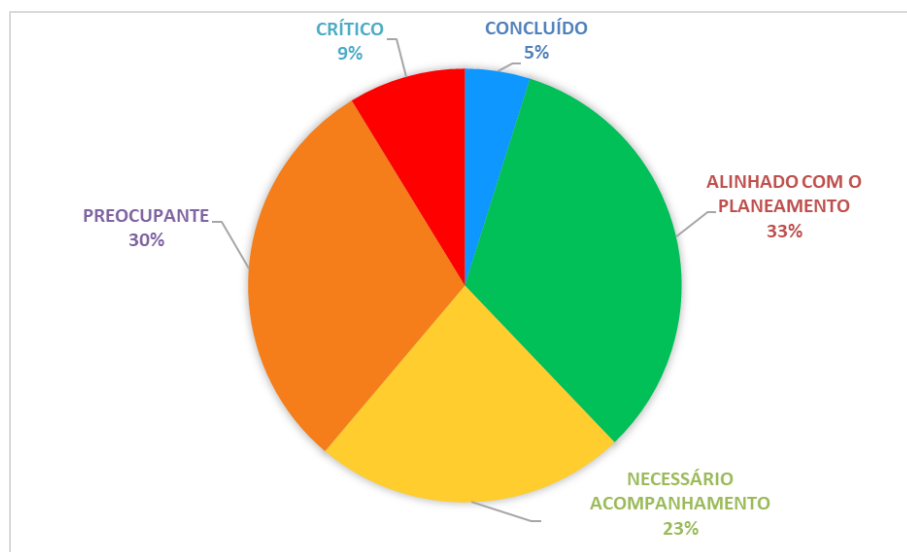
2. Apreciação qualitativa dos investimentos

A apreciação qualitativa tem por base a análise da execução até final de junho de 2024, incluindo as visitas e reuniões efetuadas desde novembro de 2023, bem como recolha de informação efetuada junto dos diferentes beneficiários diretos e intermediários, bem como dos Ministérios de tutela. Tal como anteriormente mencionado, alguns investimentos foram apreciados com base em documentação disponibilizada pelos beneficiários intermediários ou diretos, situação que se encontra referenciada nos relatórios das Comissões Especializadas. Em cada componente e investimento analisado apresentam-se as apreciações e as recomendações, de acordo com o referido na nota introdutória da Parte B. Tal como anteriormente mencionado, a apreciação da CNA-PRR pode não seguir a lógica de medida ou submedida tal como está referenciada no documento do PRR, tendo em atenção que existem várias situações em que projetos diferentes estão incluídos na mesma medida ou submedida e para os quais se definiram apreciações diferentes, subdividindo por isso a mesma.

A apreciação global revela que, dos 103 investimentos/medidas/submedidas analisados, são apreciados com “Alinhado com o Planeamento” (33%), “Necessário Acompanhamento” (23%), “Preocupante” (30%) e “Crítico” (9%). Neste relatório

⁴ Não sendo esta uma competência da CNA-PRR, verificou-se uma falha no conhecimento dos autarcas sobre o investimento em execução no seu território. Sendo este um trabalho que a equipa técnica da CNA-PRR já executa naturalmente, decidiu-se fazer esta partilha, numa lógica de interesse comum e melhoria da articulação entre investimentos público e privado.

aparecem pela primeira vez investimentos “Concluídos” (5%). Sintetizamos estes dados na figura seguinte.



Como forma de sintetizar as apreciações qualitativas, apresenta-se, de seguida, o resumo das apreciações qualitativas (cujo detalhe pode ser visualizado no anexo I), comparando a apreciação atual com as ocorridas em novembro de 2023, de acordo com o código de cores utilizado:

	Relatório 1/2024	Relatório 1/2023
CONCLUÍDO	5 (5%)	0
ALINHADO COM O PLANEAMENTO	34 (33%)	27 (29%)
NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	24 (23%)	41 (45%)
PREOCUPANTE	31 (30%)	21 (23%)
CRÍTICO	9 (9%)	3 (3%)
Totais de investimentos	103	92
NÃO ACOMPANHADO	13	6
NA (não aplicável, por não existir à data de apreciação)	0	18
Totais de investimentos considerados	116	116

Estas apreciações refletem os progressos dos investimentos inseridos no PRR, de acordo com as metas e os marcos definidos e respetiva calendarização. Não avaliam, portanto, o potencial transformador de cada um, nem tão pouco os

resultados ou impactos que possam, ou não, gerar. Esta é, no entanto, uma tarefa de crucial importância, a que a CNA-PRR faz referência nas suas recomendações.

2.1. Resumo das apreciações e recomendações das cinco Comissões Especializadas

2.1.1. Comissão Especializada de Social

Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C01-i01 - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	<p>A situação crítica relacionada com a falta de assinatura dos últimos autos de transferência das competências da saúde para os municípios, foi ultrapassada, tendo sido dado por concluído esse marco e enviadas das evidências para a Comissão Europeia, não se antecipando problemas na sua aceitação.</p> <p>Em termos de apreciação global, mantem-se, no entanto, a apreciação de PREOCUPANTE, mantendo-se as recomendações já colocadas nos relatórios de 2022 e 2023, que se reforçam, uma vez mais:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Acompanhamento deste investimento ao mais alto nível, antecipando constrangimentos com a passagem de competências das ARS e os novos desenhos estruturais do SNS; ii. Necessidade de celeridade na assinatura nas portarias de extensão de encargos, sem as quais os concursos não podem ser lançados, e da integração de saldos, essenciais para providenciar a tesouraria às ULS; iii. Reforço dos canais de comunicação entre a ACSS e as ULS, de forma que possam ser esclarecidas, de forma célere, questões correntes que vão surgindo; iv. Antecipação das questões relacionadas com financiamento plurianual, relativas a recursos humanos. Nesta questão, deve ser tomada especial atenção às necessidades, de modo que não se corram os riscos de existência de estruturas físicas e/ou equipamentos, sem os devidos recursos humanos que permitam a sua operação, inviabilizando a prestação desses cuidados de saúde às populações. v. Antecipação de continuidade de financiamento para lá de 2025, com especial atenção na criação de instrumentos de acompanhamento pós-PRR; vi. Atenção especial por parte da EMRP e da ACSS à operacionalização da plataforma SIGA-PRR, para obviar a constrangimentos na submissão de despesas por parte dos beneficiários finais. <p><u>Recomenda-se ainda:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> vii) Uma atenção especial à interligação entre as entidades ACSS e SPMS, e entre estas e as ULS, para que os

	<p>investimentos interligados possam ser executados com toda a confiança e meios materiais e humanos necessários.</p> <p>A CNA-PRR manifesta, novamente, a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR. A dúvida sobre a realização, ou não, dos investimentos é o pior serviço que pode ser prestado às populações, que ficam sem informação fidedigna sobre o que existe ou virá a existir, na sua área de residência.</p>
<p>C01-i02 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos</p>	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE. No anterior relatório da CNA-PRR este era um investimento que ainda tinha pouco histórico, com lançamento de avisos e candidaturas em curso. Os resultados apresentados e os atrasos decorrentes da passagem de competências das ARS são identificados como pontos de bloqueio.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Que este investimento seja acompanhado ao mais alto nível pela tutela, para que possam ser ultrapassadas rapidamente as questões de bloqueio relativas à indefinição de competências; ii. Que a ACSS possa acompanhar de perto, com visitas ao terreno, todas estas candidaturas aprovadas, para obviar os constrangimentos sentidos pelos beneficiários finais, no mais curto espaço de tempo, podendo assim antecipar e mitigar os riscos; iii. Que a ACSS possa, em conjunto com a tutela, avaliar as efetivas condições de mercado para a criação de camas destas naturezas, verificando se se mantém adequado o valor disponibilizado, sob pena de não haver candidatos ou de mesmo os já aprovados, desistirem. <p>A CNA-PRR enfatiza a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR. A dúvida sobre a realização, ou não, dos investimentos, é o pior serviço que pode ser prestado às populações, que ficam sem informação fidedigna sobre o que existe ou virá a existir, para seu apoio e dos seus familiares.</p>
<p>C01-i03 Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências</p>	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE. No anterior relatório da CNA-PRR este era um investimento que já apresentava necessidades de acompanhamento, bem como uma preocupação com as autorizações para a contratação de recursos humanos.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Que a ACSS possa acompanhar de perto, com visitas ao terreno, todas as obras, bem como a implementação das várias respostas comunitárias, para obviar os constrangimentos sentidos pelos beneficiários finais, no mais curto espaço de tempo, podendo assim antecipar e mitigar os riscos;

	<p>iii. Que a ACSS possa, em conjunto com a tutela, avaliar os constrangimentos ao nível das definições de regras e legislação ainda necessária;</p> <p>iv. A antecipação das questões relacionadas com financiamento plurianual, relativas a recursos humanos. Nesta questão, deve ser tomada especial atenção às necessidades, de modo que não se corram os riscos de existência de estruturas físicas e/ou equipamentos, sem os devidos recursos humanos que permitam a sua operação, inviabilizando a prestação desses cuidados de saúde às populações.</p> <p>A CNA-PRR enfatiza a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR. A dúvida sobre a realização, ou não, dos investimentos, é o pior serviço que pode ser prestado às populações, que ficam sem informação fidedigna sobre o que existe ou virá a existir, para seu apoio e dos seus familiares.</p>
<p>C01-i04 Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa</p>	<p>Face à situação de grande complexidade relaciona-se com este investimento e os atrasos identificados, considera-se este investimento como CRÍTICO.</p> <p>Não é possível outra <u>recomendação</u>, para além da necessidade evidente de um acompanhamento do mesmo por parte da tutela, com a articulação de todas as entidades envolvidas. A probabilidade de incumprimento da meta PRR, face às situações relatadas é real, sendo de acrescentar os riscos que naturalmente devem ser considerados para obras desta natureza e magnitude.</p> <p><u>Recomenda-se ainda:</u></p> <p>i. Que possa ser avaliado com urgência, em conjunto com a EMRP, a necessidade de renegociação das metas associadas, em antecipação ao risco de incumprimento;</p> <p>ii. Que sejam tomadas todas as precauções para que não sejam efetuadas aquisições de equipamentos sem local de instalação previamente designado e preparado, evitando-se correr o risco de obsolescência ou deterioração dos mesmos.</p> <p>A CNA-PRR enfatiza a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR.</p>
<p>C01-i09: Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (SUAVA)</p>	<p>Considera-se este investimento como ALINHADO COM O PLANEAMENTO. Recomenda-se que:</p> <p>i. Sejam realizados estudos sobre os resultados e impactos alcançados ao nível do desporto escolar, derivado da utilização dos kits distribuídos.</p>
<p>C01-i10 Programa de Modernização Tecnológica do SNS</p>	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p>

Componente C02 | Habitação

Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C02-i01 - Programa de apoio ao acesso à habitação	<p>Mantem-se a apreciação de PREOCUPANTE, tendo em conta a complexidade de cada projeto e a quantidade de projetos a executar num curto espaço de tempo, com todas as pressões que isso naturalmente determina.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que sejam disponibilizados publicamente os dados referentes aos projetos aprovados, respetivos financiamentos, bem como aos fogos entregues.</p> <p><u>Recomenda-se</u>, ainda, que seja avaliado o grau de maturidade de cada projeto, de forma que aqueles em que, manifestamente se torne inverosímil a conclusão dentro do prazo estabelecido no PRR, possam ser substituídos por outros que permitam alcançar a meta definida</p> <p>Mantem-se também a <u>recomendação</u> do anterior relatório de “<i>que se comecem a avaliar as estratégias de sustentabilidade e continuidade de manutenção dos imóveis no futuro, que sendo uma necessidade evidente atual, se podem transformar numa subsídio contínua deste parque público. Caso não exista capacidade, por parte de alguns municípios, de manter estas casas em condições de habitabilidade, em poucos anos poderemos voltar ao mesmo posicionamento de habitação indigna</i>”.</p> <p>Esta estratégia pode inclusivamente passar pela inclusão de cláusula de comprometimento no contrato com o promotor ou de estratégia conjunta concertada em contratos-programa entre os promotores e o IHRU.</p>
C02-i02 Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário	<p>Mantém-se a apreciação com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Apesar deste investimento estar aparentemente a decorrer de acordo com o projetado, existem cada vez mais solicitações para obras públicas. Este é um risco que deve ser sinalizado e que pode comprometer a entrega dos edifícios.</p> <p>Mantém-se a <u>recomendação</u> de avaliar a possibilidade de deixar expressa a possibilidade de uma maior abrangência das pessoas que possam utilizar os alojamentos desta bolsa urgente e temporária. A possibilidade de extensão a profissionais deslocados temporariamente no território (p.ex. médicos, enfermeiros ou professores do ensino básico ou secundário) ou ainda trabalhadores sazonais, ainda que dependente da condição de não utilização por parte dos públicos prioritários e dependente de prazos curtos, pode permitir a sua total utilização, bem como a existência de uma bolsa de alojamentos ainda mais abrangentes, especialmente em determinados territórios.</p> <p><u>Recomenda-se</u> ainda, que sejam disponibilizados publicamente os dados referentes aos projetos aprovados, respetivos financiamentos, bem como aos fogos entregues.</p>
C02-i05 Parque público de habitação a custos acessíveis	<p>Mantém-se a apreciação de PREOCUPANTE. Aguarda-se a apresentação das medidas de mitigação em preparação.</p>

<p>C02-i06 Alojamento estudantil a custos acessíveis</p>	<p>Não se vislumbra, a esta data, risco elevado sobre o cumprimento da meta final, embora com algumas dúvidas relativamente à possibilidade de haver um deslizamento de 2 ou 3 meses na entrega final das residências (com verificação energética efetuada). Acrescem ainda alguns projetos específicos que devem merecer, por parte dos beneficiários finais e demais organismos envolvidos no processo, medidas enérgicas que permitam recuperar os atrasos verificados a esta data.</p> <p>Existem, no entanto, sérias dúvidas sobre o cumprimento da meta definida para o 3º trimestre de 2024, de 7.200 camas, atendendo aos vários atrasos identificados decorrentes dos motivos elencados.</p> <p><u>Recomenda-se</u> uma atenção proativa, por parte da EMRP e do Ministério das Finanças, para acompanhar, com a urgência e atenção necessárias, as autorizações, transferências e outros procedimentos de verificação, necessários para prover a Agência ERASMUS+ da tesouraria necessária, de forma que este beneficiário intermediário possa realizar os pagamentos atempadamente aos beneficiários finais como tem ocorrido até hoje.</p> <p>Tal como noutros investimentos, em que o volume de construção é muito elevado, continuam a ser reportadas demoras incomportáveis com os tempos do PRR, nomeadamente em resposta a pedidos de licenciamento e autorizações de aquisição de edifícios, pelo que se apela a todas as entidades envolvidas nestes processos, para que possam melhorar os seus procedimentos internos, para que os beneficiários finais tenham respostas atempadas, para poderem avançar com os seus projetos e responder às exigências legais que venham a ser necessárias.</p> <p>Agrava-se por isso a apreciação para PREOCUPANTE.</p>
--	---

Componente C03 | Respostas Sociais

Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
<p>C03-i01 Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais</p>	<p>Apesar das metas estarem a ser cumpridas atempadamente, havendo inclusivamente a expectativa de serem ultrapassadas, mantém-se a apreciação de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Reforçam-se as <u>recomendações</u> do anterior relatório:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Relativamente à definição da cobertura de rede, se possa avaliar e considerar uma realidade mais dinâmica, fruto essencialmente da imigração, na medida em que vários concelhos possuem hoje necessidades que estão desajustadas dos números que estão a ser considerados nos avisos. ii. Celeridade na análise dos pedidos de alteração dos projetos e dos pagamentos, pois os atrasos estão a gerar dificuldades de tesouraria nos beneficiários finais e, em alguns casos, o abandono de obra por parte dos empreiteiros. iii. Urgência na operacionalização do mecanismo de restituição do IVA, em virtude da necessidade de liquidez

	<p>das entidades do setor social, para realizar os pagamentos aos empreiteiros.</p> <p>iv. Análise do fluxo de controlo de duplo financiamento, que neste momento está a gerar uma carga administrativa desproporcionada para os beneficiários intermediários, porquanto têm de efetuar controlos sistemáticos a todo o universo de despesa, desde a aprovação do projeto até ao pedido de saldo final.</p>
C03-i02 Acessibilidades 360°	<p>Para além da demora na avaliação das candidaturas, que tem caracterizado este investimento, quanto mais tempo passa sem execução, menor é a probabilidade de execução das obras em tempo, quer por desmobilização dos promotores, quer porque há cada vez mais solicitações para obras maiores, escasseando empreiteiros para estas de menor valor. Esta pressão na construção civil também propicia um aumento nos respetivos orçamentos. Considera-se ser de agravar a apreciação deste investimento para CRÍTICO.</p> <p>Sugere-se que:</p> <p>i. Sejam aprovados, o mais rapidamente possível, os novos investimentos para intervenção nas vias públicas, criando-se um canal permanente de comunicação com as autarquias;</p> <p>ii. Seja criado um grupo de trabalho com as autarquias e CIM para encontrar soluções conjuntas ao nível da intervenção em habitações privadas, equacionando-se a possibilidade de atribuição de Vales Acessibilidade às famílias, à semelhança dos Vales Eficiência, em estreita articulação com os municípios e CIM.</p>
C03-i05 Plataforma +Acesso	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p>
C03-i06.01: Programa Bairros Saudáveis	<p>Foram analisados os últimos relatórios disponíveis, relativos ao ano de 2022. Entendeu-se que, estando o investimento finalizado, se deverá aguardar pelo encerramento formal do projeto para elaborar a apreciação. Por esse motivo considera-se que este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.</p>
C03-i06.02: Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	<p>Considera-se este investimento PREOCUPANTE.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i. Que todas as autarquias envolvidas façam um esforço para acelerar estes projetos, não sendo aceitável que, após um período de reprogramação (quer nacional, quer interno ao próprio investimento), não tenha sido possível acertar um cronograma razoável;</p> <p>ii. Que a AML possa, em conjunto com as autarquias e os parceiros, visitar os projetos, avaliando a adicionalidade de determinadas despesas associadas, prevenindo a inclusão de despesas não consideradas;</p> <p>iii. Que se mantenham e intensifiquem os encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, que se consideram uma boa prática de disseminação e transferência de conhecimento;</p>

	iv. Que se inicie a preparação de modelos de avaliação de impactos, bem como de manutenção e continuidade, no pós-PRR, em virtude da importância dos investimentos realizados nestas comunidades desfavorecidas, com o objetivo de não se retornar às situações anteriores.
C03-i06.03: Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto	Considera-se este investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Embora ainda não tenha sido possível realizar reuniões e visitas nestes territórios, <u>recomenda-se</u> à AMP que reforce o seu modelo de acompanhamento, para, no mais curto espaço de tempo, conseguir reprogramar todos os projetos e mitigar os riscos que se vislumbram. <u>Recomenda-se</u> ainda: i. Que possa ser avaliada a realização de encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, para que existam prática de disseminação e transferência de conhecimento. Quanto mais cedo estas práticas forem implementadas, mais probabilidades terão de continuidade no futuro; ii. Que se inicie a preparação de modelos de avaliação de impactos, bem como de manutenção e continuidade, no pós-PRR, em virtude da importância dos investimentos realizados nestas comunidades desfavorecidas, com o objetivo de não se retornar às situações anteriores.
Componente C04 Cultura	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C04-i01 Redes Culturais e Transição Digital	Mantêm-se a apreciação anterior de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Face à diversidade de medidas incluídas neste investimento, a quantidade de intervenientes, a interligação necessária entre várias entidades e as ainda recentes alterações orgânicas e de competência, <u>recomenda-se</u> a manutenção e intensificação de um acompanhamento muito próximo por parte da tutela. No que concerne à transição digital das livrarias e tradução de obras literárias, <u>recomenda-se</u> que sejam feitas reuniões com os potenciais beneficiários para lhes apresentar a medida e recolher eventuais sugestões relativas à republicação dos avisos.
C04-i02 Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros)	Agrava-se a apreciação para PREOCUPANTE , em virtude do atraso no início das obras, que em muitos casos são complexas e morosas, pelo que se mantém a <u>recomendação</u> da continuidade e intensificação do acompanhamento de todos os investimentos pela tutela.
C04-i02 Património Cultural (Programa Saber Fazer)	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO
Componente C06 Qualificações e Competências	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C06-i01.01 Instalação e/ou modernização dos	A execução material e financeira dos CTE, a par das dificuldades apresentadas pelos beneficiários, faz com que se agrave a apreciação deste investimento para CRÍTICO .

centros tecnológicos especializados	<p>Reconhece-se o acompanhamento mais próximo que este investimento está a merecer neste momento por parte do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o Plano de Ação apresentado, cujos resultados só será possível apreciar em próximo relatório.</p> <p><u>Recomenda-se</u> ainda que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Sejam disponibilizados 4 pedidos de pagamento anuais para os beneficiários finais, pelo IGeFE, com obrigatoriedade de submissão de um pedido semestral; ii. Que seja mantido, e atualizado, no sítio público dos CTE, uma listagem com as questões frequentes; iii. Que sejam promovidas reuniões regulares entre o Grupo de Trabalho e Beneficiários Finais; iv. Que sejam reforçadas as ações de capacitação quer por parte dos organismos do MECI quer por parte da Recuperar Portugal; v. Que seja criado uma comunidade de prática/interesse, composta pelos responsáveis dos CTEs da 1ª fase, e os das 2ª e 3ª fases, para partilha de experiências e promoção da aprendizagem; vi. Que seja equacionada a manutenção do apoio financeiro aos CTEs na 2ª e 3ª fase para questões jurídicas e de contratação pública ou mecanismo de apoio que produza os mesmos efeitos; vii. Haja celeridade na análise dos pedidos de reembolso e de reposição do IVA, garantido a tesouraria necessária para pagamento das faturas.
C06-i01.02 Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	<p>Considera-se o subinvestimento relacionado com a <u>requalificação e modernização de infraestruturas, equipamentos e laboratórios de toda a rede do IEFP</u> como ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>No caso da criação de 6 novos centros de formação profissional considera-se este subinvestimento como PREOCUPANTE. <u>Recomenda-se</u> maior celeridade na execução dos projetos e lançamento urgente dos concursos de construção.</p>
C06-i01.03 Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados – Turismo	<p>Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre</p>
C06-i02 Compromisso Emprego Sustentável	<p>Considera-se que este investimento se encontra ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p><u>Recomenda-se</u>, no entanto, que possa ser avaliado um estudo urgente de adequação da medida à atualidade, com a introdução de alterações que ainda possam ser implementadas.</p> <p><u>Recomenda-se ainda</u>, que sejam equacionados estudos de impacto desta medida nas empresas aderentes, sob pena</p>

	de se utilizarem instrumentos de política pública sem as devidas avaliações.
C06-i03.01 Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	Considera-se que é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . <u>Recomenda-se</u> a clarificação do circuito financeiro, no caso das escolas públicas, uma vez que esses constrangimentos podem dificultar a execução dos projetos. <u>Recomenda-se</u> ainda o reforço das medidas de angariação de novos candidatos para os processos de qualificação, tendo em atenção que estas são pessoas cuja probabilidade de estarem em situação muito vulnerável é grande e que este é um investimento que urge aproveitar para diminuir os riscos sociais, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.
C06-i03.02 Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	Considera-se que este investimento está ALINHADO COM O PLANEAMENTO . No entanto, face à cada vez maior formação da população portuguesa, mas onde ainda convivem muitas pessoas, que por variadas razões não o conseguiram fazer, <u>recomenda-se</u> que possam ser detetadas as localidades onde seja de maior impacto fazer comunicação adicional da medida e das possibilidades desta qualificação, reforçando-se assim as medidas de angariação de candidatos.
C06-i03.03 Impulso Adultos	Considera-se que este investimento está ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Dá-se nota dos bons esforços da DGES em manter e até melhorar a informação disponível atempada e publicamente no seu website, o que é uma evidência muito positiva de transparência sobre a aplicação de fundos públicos, quer nacionais, quer europeus.
C06-i04.01 Impulso jovens STEAM	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C06-i04.02 Impulso jovens STEAM- Rede Ciência Viva	Aprecia-se este investimento como ALINHADO COM O PLANEAMENTO . <u>Recomenda-se</u> , no entanto, que sejam analisados os procedimentos administrativos inerentes ao controlo do duplo financiamento e submissão dos pedidos de pagamento.
C06-i06 Ciência Mais Capacitação	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C06-i07 Impulso Mais Digital	Considera-se que este investimento se encontra ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C06-i09 Escolas novas ou reabilitadas	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . <u>Recomenda-se</u> que: i. O Governo garanta a assinatura da totalidade de contratos que permita cumprir a meta definida no âmbito do PRR; ii. Cada autarquia lance o mais rapidamente possível os procedimentos concursais, pois será ainda necessário a receção de propostas e visto do Tribunal de Contas, admitindo que cada um dos concursos atrairá as empresas para concretização das obras;

	<p>iii. Cada CCDR implemente um modelo de acompanhamento de grande proximidade de forma a perceber a evolução das obras em cada escola;</p> <p>iv. Sejam agilizados os procedimentos administrativos de forma que os pagamentos e o mecanismo de reposição do IVA sejam céleres.</p>
--	--

2.1.2. Comissão Especializada de Transição Digital

Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C01-i06 Transição Digital na Saúde	<p>Salientando-se como muito positivo o avanço reportado no projeto referido em 1.(Substituição dos sistemas de informação dos cuidados de saúde primários), mas releva-se a preocupação com a possível conclusão em tempo útil dos projetos referidos em 2.(Substituição da componente administrativa e de gestão hospitalar dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares) e em 3.(Substituição da componente clínica dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares). Considera-se muito importante que seja clarificada a evidência necessária para cumprir o acordo operacional, designadamente: "15% Implementação de módulos administrativos de tecnologias da informação, de módulos clínicos básicos e de módulos clínicos de emergência", ao qual a CNA-PRR não teve acesso. Desta forma considera-se este investimento como PREOCUPANTE. <u>Recomenda-se</u> uma atenção especial à implementação do SONHOv3 em contexto hospitalar, atendendo à complexidade deste projeto.</p>
Componente C16 Empresas 4.0	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C05-i08 Ciência Mais Digital	<p>Atendendo ao lançamento dos vários concursos e procedimentos pela FCT, alguns deles já concluídos, considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO. Recomenda-se celeridade na análise das candidaturas dos concursos de I&D, de forma que possam ser concretizados em tempo útil de acordo com as datas previstas no PRR, bem como no lançamento dos concursos relacionados com os Sistemas de informação.</p>
Componente C16 Empresas 4.0	

Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C16-i01 Capacitação Digital das Empresas	<p>Considerando a reprogramação do PRR, com alterações da metas e marcos, considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Um esforço adicional na comunicação destas medidas, em particular nas referentes ao Cheque Formação Digital e Líder Mais Digital, esta última com um potencial impacto relevante para a transformação digital das empresas; ii. Que seja analisada a possibilidade de se alterar o sistema de pagamento no Cheque Formação Digital, que neste momento é contra-reembolso, ou seja, após a despesa ser efetuada pelo formando.
C16-i02 Transição Digital das Empresas (rede nacional de test beds)	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. A máxima celeridade na adaptação da plataforma e disponibilização de acessos à ANI; ii. A especial atenção para a necessidade de reforçar a estrutura de apoio de informática do IAPMEI, para garantir o apoio às entidades externas; iii. A atualização contínua das regras, FAQ e outras normas; respostas rápidas aos promotores; e realização regular de reuniões com os promotores de test beds; iv. Acompanhamento da rede nacional de test beds no terreno, avaliando as sinergias e sobreposições existentes, em termos de prestação de serviços e que possam vir a ser mais bem aproveitadas no futuro.
C16-i02 Transição Digital das Empresas (Aceleradoras de comércio digital e Bairros Digitais)	<p><u>Aceleradoras digitais:</u> considera-se CRÍTICO</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i) a máxima celeridade na adaptação da plataforma e disponibilização de acessos à DGAE; ii) a especial atenção para a necessidade de reforçar a estrutura de apoio de informática do IAPMEI, para garantir o apoio às entidades externas; iii) a atualização contínua das regras, FAQ e outras normas; respostas rápidas aos promotores; e realização regular de reuniões com as aceleradoras, sendo importante um ponto de contacto privilegiado; iv) definição do modelo de acompanhamento; v) avaliação de sinergias existentes com outros serviços existentes, também, financiados pelo PRR ou por outros fundos, tal como o Coaching 4.0 ou a internacionalização via e-commerce. <p><u>Bairros Comerciais Digitais:</u> considera-se PREOCUPANTE</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i) Que seja dada prioridade à reprogramação das atividades de cada um dos Bairros, avaliando com cada um dos promotores os riscos associados à implementação e as possibilidades de mitigação dos mesmos; ii) Definição do modelo de acompanhamento; iii) operacionalização do mecanismo de reposição do IVA.
C16-i02 Transição Digital das Empresas (Internacionalização via e-commerce)	<p>Considera-se PREOCUPANTE.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Operacionalização na sua totalidade da plataforma informática;

	<p>ii. Definição do modelo de acompanhamento;</p> <p>iii. Celeridade na divulgação de resultados e assinaturas de contratos, bem como na publicação de 3º aviso (caso haja dotação sobranete);</p> <p>iv. Identificação, em conjunto com a ADC, o IAPMEI, ou outras entidades de referência no apoio às empresas, a possibilidade de criação de pontos de interligação, para que os modelos de acompanhamento possam também vir a incluir a troca de informação sobre financiamentos distintos, com o objetivo de encontrar sinergias e alavancagem;</p> <p>v. Avaliação por parte da AICEP, da possibilidade de acompanhar as empresas apoiadas (quer com financiamento, quer com elaboração dos planos estratégicos), após essa fase, considerando eventualmente a introdução de um módulo de monitorização regular destas empresas, nas melhorias a implementar na sua plataforma informática.</p>
C16-i03 Catalisação da Transição Digital das Empresas (Digital Innovation Hubs)	Apesar da ANI ter iniciado um trabalho meritório de acompanhamento de proximidade e com a preparação de documentação detalhada, a realidade é que este é um investimento que se encontra com grandes atrasos e que por gera preocupação. Mantêm-se por isso a apreciação e CRÍTICO .
C16-i03 Catalisação da Transição Digital das Empresas (Desmaterialização da faturação e Selos de certificação)	Considera-se este investimento como CONCLUÍDO .
C16-i04 Indústria 4.0	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
Componente C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C17-i01 Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	Os investimentos relacionados com os metas de desembolso estão dentro do prazo, incluindo dois em 2024. Os atos legislativos necessários à concretização de vários investimentos foram publicados em março, p.p., pelo que existem agora as condições para lançamento dos concursos de aquisição. Consideram-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . <u>Recomenda-se:</u> <p>i. Um acompanhamento muito próximo dos investimentos, atendendo à pressão a que o mercado das tecnologias de informação está a viver;</p> <p>ii. Implementação das novas metodologias em termos orçamentais o mais breve possível, desejável para 2025;</p> <p>iii. Celeridade nas autorizações necessárias à concretização dos investimentos e das peças legislativas necessárias à sua implementação.</p>
C17-i02 Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Tal como mencionado na apreciação do investimento C08.i02.01 (Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), deve ser dada especial atenção à interligação necessária entre as várias entidades envolvidas (AT, DGT e eBUPI).
C17-i03 Transição digital da Segurança Social	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . <u>Recomenda-se:</u>

	<p>i. Um acompanhamento de proximidade na implementação destes projetos, em particular os que dependem de fornecimento de serviços de terceiros, atendendo à pressão que o mercado das tecnologias de informação está sujeito;</p> <p>ii. Medição dos resultados dos projetos implementados, com particular ênfase nos ganhos para os cidadãos e para as empresas, ao longo do ciclo de vida dos vários processos de interação com a Segurança Social.</p>
Componente C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C18-i01 Justiça Económica e Ambiente de Negócios (todos os subinvestimentos)	Atendendo ao risco identificado na apreciação anterior e à escassez de tempo para reunião com todos os beneficiários intermediários, este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.
Componente C19 Administração Pública Digital – Capacitação, Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C19-i01 Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal	<p>Atendendo ao atraso no lançamento de vários procedimentos concursais relacionados com as lojas do cidadão e funcionamento de menos de metade dos espaços cidadão, bem como ao processo em curso para seleção das Lojas de Cidadão de nova geração, considera-se o investimento relacionado com <u>as Lojas e Espaço Cidadão</u> como PREOCUPANTE.</p> <p><u>Recomenda-se</u> celeridade na assinatura dos protocolos e lançamento dos procedimentos concursais para a sua construção.</p> <p>Considera-se o investimento <u>App do Cidadão</u> ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>O investimento em <u>gestão pela SGMNE</u>, NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.</p>
C19-i02 Serviços Eletrónicos Sustentáveis (AMA)	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C19-i02 Serviços Eletrónicos Sustentáveis (INE)	<p>Considera-se que este investimento está ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p><u>Recomenda-se</u>:</p> <p>i. Que o INE possa avaliar a possibilidade de efetuar diferentes formatos de comunicação e disseminação dos projetos em curso, por vários meios, para que a população em geral, bem como os investigadores (nacionais e internacionais), possam ter conhecimento da informação e dos acessos à mesma.</p>
C19-i03 Reforço do Quadro Geral de Cibersegurança	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre
C19-i04 Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (Rede informática do Governo)	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.
C19-i04 Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas ((sistema informático	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.

das forças e serviços de segurança-ex-SEF)	
C19-i07- Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro	<p>Considera-se que este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Aparentando forma ultrapassadas as dificuldades evidenciadas no último relatório da CNA-PRR e as formações começam a evidenciar os primeiros resultados, que precisam de ser incrementados para se conseguirem alcançar as metas ambiciosas incluídas no PRR. Os modelos de formação online e híbridos permitem escalabilidade e abrangência territorial e a parceria com as instituições de ensino superior, privilegiando a inclusão, de acordo com as competências demonstradas, evidenciam um funcionamento em rede que se valoriza.</p> <p><u>Dá-se nota positiva</u> ao facto do INA estar a ganhar capacidade de liderar estas áreas, bem como de o estar a fazer em interligação com outras entidades da administração pública, tendo em especial atenção a não duplicação de ações de formação e a não saturação da oferta. Recomenda-se manter e densificar esses relacionamentos, dos quais se espera que advenham efeitos positivos para o aumento da formação e capacitação dos trabalhadores da administração pública.</p> <p><u>Dá-se ainda nota positiva</u> ao facto de ter sido possível encontrar um modelo de negócio adequado a todas as partes, no caso da Formação Avançada, que permita, desde já, antecipar a continuidade das formações no pós-PRR.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Continuidade do esforço de comunicação junto das entidades e dos trabalhadores da Administração Pública para concretização das formações; ii. Publicação, pro parte das respetivas tutelas, da legislação necessária para a revisão das carreiras na área da informática e tecnologias de informação.
C19-i08 Territórios Inteligentes	<p>Atendendo à indefinição de estratégia, considera-se este investimento como PREOCUPANTE.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Sejam definidas as novas prioridades de forma célere para que os investimentos possam ser materializados
Componente C20 Escola Digital	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C20-i01 Transição Digital na Educação	Existem riscos muito elevados na concretização dos investimentos relacionados com as provas digitais e

	<p>com a ampliação da rede local das escolas (wi-fi) que face ao calendário e metas definidas se revelam CRÍTICOS. Recomenda-se que sejam tomadas as medidas políticas necessárias para redefinição dos objetivos. Relativamente aos restantes investimentos consideram-se ALINHADOS COM O PLANEAMENTO.</p>
--	---

2.1.3. Comissão Especializada de Clima e Energia

Componente C10 Mar	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C10-i01.i01: Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	<p>Apesar de ter havido uma recuperação, face aos atrasos inicialmente reportados no anterior relatório, existem várias obras cujos concursos estão a demorar mais do que o previsto para serem lançados ou com necessidade de repetição devido a concursos desertos, bem como aumentos de custos. A complexidade de que se reveste a interligação destes investimentos e a sua diversidade, implicam que haja uma boa coordenação, o que se afigura tão mais difícil, quantas mais entidades estiverem no processo. Acresce o facto de que, a Fórum Oceano, entidade que será responsável por definir o modelo de negócio, o regulamento e o plano a 4 anos da rede, não faz parte do modelo de governação formal. Estas observações determinam manter a apreciação para PREOCUPANTE.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i) que se avalie o modelo de gestão do investimento, que inclui a Secretaria-Geral da Economia e do Mar e o Fundo Azul, a Direção-Geral da Política do Mar, incluindo uma equipa técnica centralizada, para um apoio mais transversal nas situações de esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de todo o investimento no terreno; ii) que o Conselho de Gestão Estratégica possa incluir como membro convidado, enquanto durar a preparação do modelo de negócio, regulamento e plano estratégico a 4 anos, a Fórum Oceano, bem como o Fundo Azul; iii) que o Conselho de Gestão Estratégica possa acompanhar a interligação dos planos estratégicos de cada um dos Hubs com o plano estratégico da rede; iv) que possam ser mantidas as reuniões regulares entre toda a rede, até ao término da definição conjunta da estratégia e que sejam feitas apresentações públicas do que está a ser preparado, para que a sociedade se possa pronunciar enquanto o processo decorre e não após o seu fecho e entrega de documentos; v) que sejam comunicados com maior clareza e transparência os desenvolvimentos na rede de Hubs Azuis, dando nota nomeadamente no website; vi) que sejam clarificadas as contribuições do Fundo Azul para este investimento;

	vii) que seja clarificada a entidade que vai ficar responsável (em termos orgânicos e orçamentais) pela equipa técnica de gestão da rede de Hubs. Apesar de ter sido declarado que esse é um dos trabalhos solicitados à Fórum Oceano, parece ser uma das prioridades essa definição, sob pena de ser inviável a proposta feita.
C10-i02 Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	Considera-se que este investimento se encontra neste momento ALINHADO COM O PLANEAMENTO , tendo em conta que a recomendação de uma maior proximidade aos beneficiários finais já se encontra em implementação.
C10-i03.01 Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	Considera-se que este investimento está ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Após a dúvida que se levantou em 2023 sobre a dificuldade em avançar com a efetiva construção da Plataforma Naval, foi possível desbloquear o financiamento e avançar com a mesma, com previsão de entrega dentro do prazo do PRR.
C10-i03.02 Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO . <u>Recomenda-se</u> um acompanhamento próximo por parte da tutela, para que este investimento e a disrupção que alavanca nesta área, possa ter acolhimento estratégico, bem como o necessário enquadramento financeiro de manutenção.
C10-i07 Green Shipping	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
Componente C11 Descarbonização da indústria	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C11-i01 Descarbonização da Indústria	<p>Mantem-se a apreciação de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>No caso da medida de <u>Apoio à Descarbonização da Indústria</u> e apesar dos projetos da modalidade A estarem a ser pagos e implementados (embora não haja ainda um relatório de execução física disponível), os da modalidade B encontram-se ainda em fase de apreciação de alegações contrárias, não tendo sido ainda libertadas as listas finais. Por esse facto, não é possível saber em que ponto de situação se encontra a execução, apesar de já terem sido pagos adiantamentos.</p> <p>Sobre os <u>Roteiros para a Descarbonização</u>, recomenda-se, a exemplo do que já foi elencado no relatório 1/2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. A definição e implementação do modelo de acompanhamento; ii. A identificação de indicadores comuns e comparáveis entre os vários roteiros; iii. A operacionalização do mecanismo de reposição do IVA; iv. A criação de espaços de partilha entre as entidades que estão a desenvolver os roteiros, permitindo a troca de ideias, de boas práticas, nomeadamente para ultrapassar estrangimentos, por exemplo através da realização de um evento que reúna todas as equipas técnicas envolvidas no desenvolvimento dos roteiros. O objetivo será de proporcionar Roteiros coerentes e alinhados com as metas nacionais; v. A indicação aos consórcios, para que comuniquem de forma clara e abrangente, as ações que estão a desenvolver,

	<p>permitindo que mais empresas possam usufruir do conhecimento que vai sendo gerado.</p> <p>Em ambos os casos, <u>Roteiros e Projetos de Descarbonização</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Reforça-se a necessidade de publicação das atas, após análise das alegações, para promover a transparência, tal como efetuado por outras entidades públicas noutras medidas. ii. Entende-se ainda que deve ser analisado com os promotores o prazo de execução dos projetos, atendendo, essencialmente, ao atraso na avaliação das candidaturas; iii. Se torne pública a lista dos beneficiários finais e respetivo montante atribuído, no website do IAPMEI, bem como nos websites dos projetos, sempre que estes existirem; iv. Se sensibilize as empresas beneficiárias para disponibilizarem publicamente (p.ex. nos websites) informação com conteúdo adequado e atualização periódica razoável (p.ex. semestral), dando nota do andamento dos trabalhos aos vários agentes da sociedade portuguesa, o que confere credibilidade e transparência aos investimentos realizados.; v. No que diz respeito aos licenciamentos, recomenda-se uma atenção especial às questões de licenciamento, no sentido de reforçar a celeridade e eliminar os bloqueios, nomeadamente entre as próprias entidades do Estado. vi. Que sejam publicados relatórios de execução física dos projetos.
Componente C12 Bioeconomia sustentável	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C12-i01.01 Bioeconomia: Projetos Integrados	<p>Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Quanto às <u>recomendações</u> que foram deixadas no anterior relatório, mantêm-se e reforçam-se as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Necessidade de dar urgência máxima e prioridade à adaptação e finalização da plataforma SIGA-PRR, para que possam ser disponibilizadas todas as funcionalidades de gestão de projeto e pedidos de pagamentos, bem como a realização de ações de capacitação junto dos beneficiários finais para utilização da mesma; ii. Definição e implementação do modelo de acompanhamento, para além das necessárias verificações de investimento no local. É importante que o modelo de acompanhamento permita avaliar estrategicamente a evolução e interligações destes investimentos com outras medidas PRR ou de outros programas de investimento; iii. Articulação do Fundo Ambiental com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), e/ou outras entidades públicas ou privadas, no sentido de identificar os desafios e articular esforços, que, fruto do seu conhecimento específico ao desenvolvimento dos futuros produtos, permita antecipar as necessidades de licenciamento, certificação ou adequação legislativa.

	<p>Tendo em atenção que, especialmente no caso do projeto integrado dos têxteis e calçado (que inclui também os curtumes), há um grande potencial para a produção de resíduos e sub-produtos que necessitam de ser descartados, deve ser dada especial atenção a esta questão, quer em termos das soluções possíveis, quer em termos da comunicação junto das populações.</p> <p>Adicionalmente, <u>recomenda-se</u> que o Fundo Ambiental (tal como identicamente todos os beneficiários intermediários) seja célere nas respostas às dúvidas colocadas pelos beneficiários finais, bem como nas análises aos pedidos de pagamento e nos pedidos de alterações entre rúbricas. Reconhecendo-se as dificuldades internas dos beneficiários intermediários, em termos de recursos humanos, é preciso encontrar soluções para que esses problemas internos não sejam transferidos para os beneficiários finais.</p>
C12-i01.01 Bioeconomia: Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem	<p>Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p><u>Recomenda-se</u> uma maior celeridade na análise e decisão das candidaturas.</p>
C12-i01.02 Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	<p>Considera-se que é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO, no caso da instalação da Academia do Resineiro, <u>recomendando-se</u> a alteração de localização, face à não possibilidade de acordo com a Câmara Municipal da Marinha Grande.</p>
Componente C13 Eficiência Energética dos Edifícios	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C13-i01 Eficiência energética em edifícios residenciais	<p>Em termos de cumprimento de metas, os resultados obtidos e conhecidos, permitem continuar a considerar que <u>Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis</u>, que ultrapassou já as metas iniciais acordadas, está, ALINHADA COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Tal como referenciado no relatório anterior da CNA-PRR, continua a verificar-se um tempo muito longo entre o término das candidaturas e a fase de avaliação e comunicação de resultados. Esta é uma situação que tarda em ser resolvida, não se vislumbrando uma estratégia de consolidação de equipas de avaliação. Apesar da justificação do Fundo Ambiental, de que, não tendo a entidade capacidade e competência interna para avaliação de tantas candidaturas e de tão diversas áreas, o processo de contratação dos serviços tem-se revelado longo, sendo tal situação preocupante. Tal situação verifica-se também na contratação de serviços de verificação no local e auditorias aos projetos, que podem ser impactadas por estas dificuldades.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que possam ser encontradas soluções, em conjunto com a tutela governativa, para obviar a estas situações, realçando-se a complexidade técnica de avaliação de muitas das medidas em apreço, cuja avaliação se estende até aos processos de audiência prévia.</p>

	Quanto à medida para os <u>Vales Eficiência</u> , aguarda-se o término da avaliação de candidaturas, pelo que se considera que é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO .
C13- i02 Eficiência energética em edifícios da administração pública central	Tal como referido no anterior relatório da CNA-PRR, uma vez ultrapassada a fase de avaliação, a execução da medida decorre com o ritmo pautado pelos processos da contratação pública e pelos licenciamentos. Muito embora não existam indicadores disponíveis sobre a área intervencionada, considera-se que a medida está ALINHADA COM O PLANEAMENTO , tendo em conta o número de candidaturas aprovadas. <u>Recomenda-se</u> o acompanhamento próximo dos beneficiários finais para antecipar riscos com atrasos em licenciamentos, aumentos inesperados de custos de obra ou equipamentos, bem como constrangimentos de outra natureza. Reconhece-se a boa prática de divulgação dos dados relativos às candidaturas.
C13- i03 Eficiência energética em edifícios de serviços	Considera-se este investimento CRÍTICO , face ao tempo que já passou e às sucessivas indicações de que se estão a terminar as avaliações das candidaturas. Dá-se por reproduzida aqui a preocupação com a temática das avaliações de candidaturas, referida na medida dos edifícios residenciais.
C13-i01/02/03 Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública)	Esta é uma medida que se considera ser de agravar para PREOCUPANTE .
Componente C14 Hidrogénio e Renováveis	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C14-i01 Hidrogénio e gases renováveis	Mantêm-se a apreciação deste investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Do ponto de vista do cumprimento das metas PRR (aquisição de equipamentos), as empresas aparentam estar a corresponder, no entanto as preocupações mantêm-se relativamente à disponibilidade de equipamentos no mercado e a sua instalação em tempo útil. Mas mais do que a execução do investimento, importa que sejam avaliados todos os desafios e potenciais condicionantes, que poderão colocar em causa a distribuição e utilização destes gases renováveis, tal como referenciado pela CNA-PRR.
Componente C15 Mobilidade Sustentável	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C15-i01: Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara	Considera-se este investimento como CRÍTICO . Recomenda-se o acompanhamento da situação já identificada de impossibilidade de cumprimento do prazo pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, garantindo a sua antecipação junto da Comissão Europeia e a procura de

	soluções que mitiguem a situação, sendo necessária uma intervenção rápida.
C15-i02: Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio	<p>Apreciamos estes investimentos como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. O Metro do Porto reforce o acompanhamento das empreitadas em curso, de modo a antecipar qualquer risco de derrapagem; ii. Haja uma articulação célere, entre a autarquia e o Metro do Porto, para acautelar em tempo útil todas as autorizações para utilização das vias públicas, para obras; iii. Seja reforçada a comunicação, quer junto das autarquias, quer dos cidadãos, com a informação do ponto de situação das obras, com a máxima regularidade.
C15-i03: Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	Mantem-se este investimento como CRÍTICO , em virtude do mesmo se encontrar em fases pré-concursais.
C15-i04 Linha BRT Boavista – Império	<p>Apreciamos estes investimentos como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. O Metro do Porto reforce o acompanhamento das empreitadas em curso, de modo a antecipar qualquer risco de derrapagem; ii. Haja uma articulação célere, entre a autarquia e o Metro do Porto, para acautelar em tempo útil todas as autorizações para utilização das vias públicas, para obras; iii. Seja reforçada a comunicação, quer junto das autarquias, quer dos cidadãos, com a informação do ponto de situação das obras, com a máxima regularidade.
C15-i05 Descarbonização dos Transportes Públicos	Tendo em conta as informações obtidas, considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO , sendo urgente o pagamento aos beneficiários finais.
C15-i06 Digitalização do transporte ferroviário	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C21-i05 Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre .
C21-i07.01 Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais	Tendo em conta o marco associado a este investimento e o andamento do mesmo, considera-se que está ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C21-i07.02 Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre .
C21-i08 Flexibilidade da Rede e Armazenamento	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre .
C21-i09 One-Stop-Shop para o Licenciamento e	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre .

Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis	
C21-i14 Sistema de BRT Braga	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.
C21-i16 Funicular da Nazaré	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.

2.1.4. Comissão Especializada de Economia e Empresas

Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
<p>C05-i01.01: Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial e</p> <p>C05-i01.02: Agendas/Alianças verdes para a inovação empresarial</p>	<p>Mantém-se a apreciação desta medida com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO, tendo em conta o referenciado, quer no relatório anterior, quer neste, quanto à complexidade desta medida. <u>Como recomendações, reforçam-se as que foram publicadas no anterior relatório:</u> i. Monitorizar a aplicação do modelo de acompanhamento, identificando os pontos de melhoria e adotando de forma expedita as medidas que permitam reduzir a burocracia exigida aos líderes de consórcio, que acelerem o ritmo de pagamentos (garantindo a sua fluidez, sem aumento do prazo de pagamentos) e que permitam também melhorar as vias de comunicação entre os consórcios e o IAPMEI;</p> <p>ii. Flexibilidade em sede de execução, com definição de limites claros para todas as agendas por parte do IAPMEI, implementando os procedimentos necessários para uma gestão expedita de alterações aos projetos que se revelem necessárias face aos resultados que os mesmos vão alcançando e à evolução do contexto;</p> <p>iii. Análise entre o Governo, IAPMEI e a EMRP da possibilidade de extensão do prazo de execução das Agendas Mobilizadoras até final do 1º semestre de 2026, atendendo aos atrasos iniciais verificados na implementação, ao aumento dos preços e a atrasos nas cadeias de abastecimento. Na impossibilidade de prorrogar o período de execução dos projetos para além de 31/12/2025, o IAPMEI e os líderes dos consórcios precisam de encontrar formas de incorporar no planeamento das agendas os atrasos verificados na fase de contratualização dos projetos e de pagamento dos adiantamentos e reembolso de despesas, designadamente ao nível das alterações das atividades, garantindo que estas mudanças se</p>

	<p>processam de forma célere, com indicações claras do que pode ser feito na esfera do termo de aceitação assinado;</p> <p>iv. Publicação de informação sobre as agendas, nomeadamente, o investimento, financiamento e pagamento efetuados a cada uma (com detalhe de cada parceiro), por concelho e por tipo de entidade (PMEs, empresa não PME, ENESII, outras), bem como informação sobre os PPS comprometidos em cada uma das agendas e a evolução da sua concretização;</p> <p>v. Criação de um grupo de trabalho/task force que envolva o IAPMEI e outros organismos da Administração Pública, que antecipe as necessidades de licenciamento, alteração e/ou criação de legislação decorrente das inovações geradas em cada consórcio;</p> <p>vi. Operacionalização do mecanismo de reposição do IVA para as entidades que beneficiam dessa possibilidade.</p> <p>Como <u>recomendações adicionais</u>:</p> <p>vii. Reforço das visitas ao terreno e da capacidade de comunicação com as agendas de forma que o modelo de acompanhamento se concentre na execução e nos resultados a alcançar bem como na identificação de riscos e estratégias para a sua mitigação;</p> <p>viii. Definição de sistema de acompanhamento estratégico das agendas, nomeadamente de novas cadeias de valor que estejam a ser construídas ou de novos setores ou clusters que se começam a evidenciar;</p> <p>ix. Acompanhamento e potenciação das interligações entre os PPS em desenvolvimento em agendas diferentes, para aumentar as sinergias e o valor acrescentado;</p> <p>x. Acompanhamento da estratégia de propriedade industrial e da sua sustentabilidade futura e capacidade de retenção em entidades nacionais;</p> <p>xi. Definição de uma agenda de avaliação de impactos, no pós-PRR, cuja preparação a esta data irá permitir definir indicadores ou recolher dados em fases anteriores;</p> <p>xii. Avançar desde já com a clarificação e comunicação aos participantes nas agendas sobre a forma de justificar e entregar a certificação de equipamentos no âmbito do DNSH, aquando do término do projeto;</p> <p>xiii. É essencial garantir que as várias entidades envolvidas nos licenciamentos, desde as autarquias, passando por organismos na área do ambiente ou da coordenação regional, ou a nível regulamentar, atuem de forma coordenada e com um alto nível de cooperação no sentido de se</p>
--	---

	consequirem, em tempo útil, alcançar os resultados das agendas mobilizadoras.
C05-i02: Missão interface – renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	<p>Mantém-se a apreciação deste investimento como estando ALINHADO COM O PLANEAMENTO. Mas a estratégia de inovação do país é de extrema importância, pelo que a CNA-PRR deixa as seguintes <u>recomendações</u>:</p> <p>i. À tutela, que possa acompanhar com especial atenção a questão do financiamento necessário para que a rede de inovação possa ser devidamente acompanhada e para que as estratégias de capacitação definidas possam ser implementadas em tempo útil;</p> <p>ii. Que sejam especialmente acompanhados os CTI e Colabs mais recentes, por serem estruturas mais jovens e cujas fontes de financiamento não estão ainda estabilizadas. Da mesma forma, existem mais 6 Colabs, aprovados e que, apesar de não estarem a ser financiados via PRR, precisam também de atenção especial;</p> <p>iii. Que sejam encontrados, em conjunto com a EMRP, a AdC ou outras entidades responsáveis, formas de melhorar os processos de preenchimento, recolha e análise de informação, quer sobre o duplo financiamento (informação que a administração pública já detém), quer sobre conflitos de interesse, melhorando também a interação com a ferramenta ARACHNE;</p> <p>iv. Que sejam dadas todas as condições de trabalho à Comissão Estratégica independente constituída, para que possa levar a cabo o seu trabalho até final de 2025. Neste caso, recomenda-se também o acompanhamento da tutela para que as recomendações não se percam em mais um relatório sem consequências, por não estar alinhado com as políticas públicas escolhidas;</p> <p>v. Tendo em atenção as várias centenas de contratações de recursos humanos altamente qualificados, muitos deles para territórios de baixa densidade, recomenda-se uma particular atenção por parte da tutela, para a definição atempada do modelo de financiamento público do sistema científico e tecnológico, no pós-PRR.</p>
C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agendas de I&D]	<p>Considera-se que este para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Reiteram-se as seguintes <u>recomendações</u>, já mencionadas no relatório 1/2023:</p> <p>i. Que seja definido e operacionalizado, auscultando os promotores, o modelo de acompanhamento das Agendas de Inovação;</p> <p>ii. Que seja organizado um encontro anual para partilha de resultados e promoção da aprendizagem cruzada entre os vários projetos. <u>Recomenda-se ainda:</u></p>

	<p>iii. Que o IFAP possa iniciar a preparação de estudos sobre os resultados e impactos destes projetos, antecipando indicadores necessários para realizar essas análises, no futuro.</p>
<p>C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [polos de inovação]</p>	<p>Mantêm-se a apreciação de PREOCUPANTE para este investimento. Apesar do reforço de financiamento autorizado, o tempo que vai passando, retira a possibilidade de se poderem ultrapassar situações inesperadas e que, como é normal, acontecem em obras desta natureza (p.ex. necessidade de repetição de concursos, litigância, abandono de obra, etc). O facto da CNA-PRR não ter tido acesso ao ponto de situação dos polos, coloca ainda mais incerteza nesta apreciação.</p>
<p>C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (projetos de transformação digital)</p>	<p>Tendo em conta o passar do tempo, sem que o respetivo concurso público tenha sido lançado e todos os riscos associados, agrava-se este investimento para PREOCUPANTE. Mantêm-se as <u>recomendações</u> do anterior relatório:</p> <p>i. Que seja concedida autorização para contratação dos recursos humanos internos necessários ao acompanhamento do processo de preparação de transição digital; ii. Que seja definido um plano de formação para os trabalhadores conseguirem apropriar-se das novas ferramentas e processos de trabalho.</p> <p><u>Recomenda-se</u> ainda:</p> <p>iii. Que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos;</p> <p>iv. Por experiências várias por demais conhecidas, é também necessário um contacto atempado com todas as entidades públicas, que irão intervir no processo de interoperabilidade;</p> <p>v. Que sejam envolvidos os utilizadores (agricultores, organismos de apoio, consultores), nas fases de desenho e implementação, para garantir que o portal vai responder às suas efetivas necessidades;</p> <p>vi. Seja efetuada desde já, junto da EMRP e da Comissão Europeia, a identificação clara de qual a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de maturidade do portal e das respetivas funcionalidades.</p>
<p>C05-i06: Capitalização de empresa e resiliência financeira/Banco Português de Fomento</p>	<p>Com o passar dos meses podem observar-se alterações positivas no âmbito deste investimento, embora pesem ainda os atrasos iniciais, que o prazo adicional conseguido na reprogramação apenas consegue mitigar em parte. Damos boa nota da publicitação das empresas apoiadas, contribuindo assim para mais transparência, embora a pontuação obtida por cada beneficiário</p>

	<p>com projeto aprovado seja apenas visível no Portal Mais Transparência e não no website do BPF. É expectável que após a implementação de circuitos de comunicação e disseminação, os resultados apareçam com maior velocidade, mas há ainda muita incerteza quanto ao interesse das empresas e a capacidade de atração dos programas. Há o reconhecimento de que foram criadas altas expectativas sobre estes programas, no início do PRR, que precisam de ser niveladas com as ações de comunicação e o aumento da literacia financeira.</p> <p>Mantem-se por isso como PREOCUPANTE este investimento.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Que se mantenham e reforcem todas as medidas tomadas pelo BPF, com especial atenção para a comunicação com os intermediários financeiros e com as empresas em processos de avaliação e a disseminação dos programas em todo o território nacional. ii. Que se desenvolvam iniciativas adicionais para reforço da literacia financeira junto das empresas, de instrumentos financeiros de capital e quase capital, em articulação com as associações empresariais e instituições de ensino superior, essencial para que as empresas possam ter mais conhecimento e confiança nos mesmos; iii. Que sejam publicadas todas as informações não confidenciais, relativas à avaliação das operações financeiras, nomeadamente as pontuações atribuídas, a exemplo do que outras entidades já fazem e em nome da transparência. <p><u>Recomenda-se</u> ainda, quer ao IAPMEI, quer ao Governo, especialmente às tutelas da Economia e das Finanças, que sejam avaliadas as necessidades de autorizações de transferência de tesouraria para operacionalizar os novos fundos. Releva-se também a importância de que sejam acautelados estudos relativos aos impactos de cada fundo, quer no âmbito da atuação dos intermediários financeiros, quer das empresas beneficiárias finais.</p>
<p>Componente C16 Empresas 4.0</p>	
<p>Subinvestimentos</p>	<p>Apreciação e recomendações</p>
<p>C16-i02.02: Transição Digital das Empresas – Medida Empreendedorismo (vales para incubadoras e vouchers para startups)</p>	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Os repetidos atrasos mencionados, têm colocado um desgaste nas empresas concorrentes, nas equipas de gestão das entidades intermediárias e nas equipas de apoio informático. Apesar da reprogramação ter repercussões positivas ao nível da pressão sobre as metas, o foco das equipas deveria estar no acompanhamento das startups e incubadoras e na sua avaliação, enquanto base</p>

	<p>para futuros programas de empreendedorismo e promoção de políticas públicas nesta área.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que seja efetuada uma séria avaliação às capacidades de apoio externo à Startup Portugal, por parte do IAPMEI e COMPETE, com reforço das mesmas, para que possam ser ultrapassados os atrasos e ineficiências.</p> <p><u>Recomenda-se</u> ainda que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Nos vouchers e vales, sejam dadas prioridades a pagamentos finais a empresas cumpridoras e que sejam aceleradas as avaliações e comunicação de resultados; ii. Que sejam publicitadas as listas de candidaturas de startups e incubadoras aprovadas, com as respetivas avaliações, de acordo com regras de transparência. <p>Reforçam-se as diversas notas e recomendações deixadas nos relatórios da CNA-PRR de 2022 e 2023.</p>
<p>C16-i02.02: Transição Digital das Empresas – Medida Empreendedorismo (reforço da estrutura nacional do empreendedorismo) e (Consórcio Startup Portugal & ESNA)</p>	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Os repetidos atrasos mencionados colocam em causa os resultados e as metas e têm colocado um desgaste nas equipas, quer da Startup Portugal, quer da ESNA.</p> <p><u>Recomenda-se que:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Na plataforma de mapeamento de startups nacionais, que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos. Por experiências várias por demais conhecidas, é também necessário um contacto atempado com todas as entidades públicas, que irão intervir no processo de certificação de acessos ou ligação de bases de dados, tal como o IRN ou a AMA; ii. Seja reavaliada, pelo IAPMEI, a possibilidade de serem considerados custos indiretos neste financiamento, republicando a respetiva orientação técnica, considerando-se esta uma forma de colocar a Startup Portugal e a ESNA ao mesmo nível de outras entidades, para as quais esta figura está definida e de tornar menos onerosos os procedimentos administrativos. iii. Seja efetuada desde já, junto da EMRP e da Comissão Europeia, a identificação clara de qual a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de fontes de dados e tipologia de empresas mapeadas. iv. Que seja efetuado um acompanhamento deste investimento e das condições dadas à ESNA e à Startup Portugal, ao nível da tutela, tendo em atenção a necessidade de integração de visões dos vários parceiros europeus e sendo este um

	investimento que implementa políticas públicas nacionais e europeias. Nesse sentido recomenda-se a preparação, com carácter de urgência, de um concreto modelo de acompanhamento e de avaliação de impactos.
--	--

2.1.5. Comissão Especializada do Território

Componente C07 Infraestruturas	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C07-i00: Alargamento da Rede de Carregamentos de Veículos Elétricos	Considera-se que este investimento se encontra ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C07-i01: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	<p>Este investimento tem sido influenciado pela natureza inovadora do mesmo e pela falta de experiência da maioria das autarquias neste domínio. Adicionalmente, não ficou garantido, à priori, a reserva de capacidade em termos energéticos, situação que apenas ficou resolvida em abril/maio de 2024. Esta reserva implica pagamentos relevantes por parte de algumas autarquias, em particular as que exigem uma capacidade superior a 1 MgW, variando entre 1 milhão e cinco milhões de euros, situação não antecipada e que está a gerar necessidades financeiras adicionais que podem ultrapassar o financiamento atribuído.</p> <p>Apenas numa AAE as obras já iniciaram, estando as restantes em fase de visto do TdC, avaliação de candidaturas ou de trabalhos preparatórios para lançamento do concurso de conceção-construção. Entretanto uma das autarquias recebeu recusa do visto. O motivo da recusa também está presente em alguns concursos lançado, pelo que pode ser um motivo de preocupação adicional.</p> <p>Atendendo a todas estas questões considera-se este investimento como PREOCUPANTE.</p> <p><u>Recomenda-se</u> que:</p> <p>i. Seja criado um grupo de acompanhamento que inclua as autarquias, CCDRs e DGEG, de forma que se possam ser identificadas, analisadas e dirimidas as questões prementes, designadamente as relacionadas com as CER.</p>
C07-i02: Missing links e Aumento capacidade da Rede	Alguns destes investimentos tiveram um incremento de custos relevante, fruto do aumento dos preços das matérias-primas e da escassez das mesmas nos mercados internacionais. Para além disso, as licenças e

	<p>pareceres necessários das várias entidades têm demorado mais que o tempo previsto o que tem feito atrasar o arranque de algumas obras. Por outro lado, no âmbito da reprogramação alguns investimentos transitaram para a componente de empréstimos. Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Recomenda-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Se possam agilizar os pagamentos da DGTf à IP, na componente de empréstimos; ii. Se equacione a possibilidade de concretização dos investimentos no primeiro trimestre de 2026.
C07-i03 Ligações transfronteiriças	<p>Considera-se que este investimento se encontra em estado PREOCUPANTE. Até ao momento não foi lançado qualquer procedimento concursal para construção e nem todos os investimentos possuem os pareceres necessários. Acresce a necessidade de se consensualizarem com Espanha os pontos de entrega.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Articulação entre os diferentes organismos de forma a garantir os licenciamentos necessários para a construção das diferentes pontes e acessos; ii. Assinatura do Acordo Internacional Administrativo para garantir o lançamento dos concursos.
C07-i04: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	<p>Considera-se que este investimento se encontra em estado PREOCUPANTE. Até ao momento não foi lançado qualquer procedimento concursal para construção e nem todos os investimentos possuem os pareceres necessários. Acresce a necessidade de se consensualizarem com Espanha os pontos de entrega.</p> <p><u>Recomenda-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> i. Articulação entre os diferentes organismos de forma a garantir os licenciamentos necessários para a construção das diferentes pontes e acessos; ii. Assinatura do Acordo Internacional Administrativo para garantir o lançamento dos concursos.
Componente C08 Florestas	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C08-i01.01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – “Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia”	<p>No caso das <u>AIGP</u> e <u>OIGP</u>, considera-se ser PREOCUPANTE, recomendando-se a atenção aos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) A avaliação da forma como estão a ser acompanhadas as entidades gestoras das OIGP, uma vez que são a peça fundamental para que as OIGP sejam preparadas, implementadas e geridas. Qualquer problema que surja com as mesmas irá afetar de forma profunda toda a operação e poderá colocar em causa o seu desenvolvimento e existência futura. ii) Estas OIGP são a semente desta reforma inovadora, mas precisam de ganhar escala posteriormente. Por esse motivo e por forma a que o trabalho que está a ser feito atualmente e o conhecimento associado ao

	<p>mesmo não se percam, será importante que seja criado um grupo de trabalho ou um centro de coordenação técnica (coordenados pela DGT e ICNF, enquanto entidades com o maior conhecimento destes territórios), para que o programa possa continuar. Eventualmente, o modelo de acompanhamento das entidades gestoras pode passar por aqui;</p> <p>iii) É perceptível a necessidade de interligação entre diversas entidades, pelo que há a importância acrescida de atenção das respetivas tutelas políticas para promoverem esta interação e serem também intervenientes ativos, uma vez que há muitas vezes constrangimentos administrativos ou legais, que dependem das tutelas;</p> <p>No caso dos <u>Condomínios de Aldeia</u>, considera-se ser NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Tal como no caso das AIGP e OIGP, a quantidade de proprietários envolvidos é muito grande e a necessidade de intervenção dos municípios também. Há ainda muitos registos por terminar e muitos terrenos sem dono por identificar.</p> <p>Quer para as OIGP, quer para os Condomínios de Aldeia, <u>recomenda-se</u> a continuidade e intensificação do trabalho efetuado no que diz respeito a webinars e sessões de esclarecimento, bem como os contactos diretos com os Presidentes dos municípios ou das comunidades intermunicipais envolvidos ou com potencial de envolvimento.</p>
<p>C08-i01.02: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem</p>	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p>
<p>C08-i01.03: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Emparcelar para Ordenar</p>	<p>Mantêm-se a apreciação desta medida em PREOCUPANTE.</p> <p>Recomenda-se a avaliação da possibilidade de abertura de aviso em contínuo, ou equiparado.</p>
<p>C08-i02.01: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS</p>	<p>Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO, tendo em atenção a interligação que existe entre as várias entidades envolvidas. Há um risco calculado de não cumprimento da meta dentro do prazo do acordo operacional, mas deverá estar dentro dos prazos permitidos para o pedido de pagamento.</p>

	Recomenda-se que seja analisada com a EMRP a possibilidade de execução financeira do investimento para além de março de 2025.
C08-i02.02: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional	Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , atendendo aos casos do SMOS e do voo LIDAR.
C08-i02.03/04/05: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro)	Face à importância crucial deste investimento para a reforma da Floresta, bem como da necessidade de interligação de diversas entidades, mantêm-se a apreciação deste investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . <u>Recomenda-se:</u> i) que seja dada especial atenção à avaliação das candidaturas e assinatura dos termos de aceitação e contratos para reforço das verbas dos municípios, bem como que se comece desde já a avaliar o próximo ciclo de financiamento, para que se possam tomar decisões atempadamente. ii) que no próprio termo de RGG conste a informação da lei habilitante, para que os proprietários tenham um documento escrito para apresentar aos notários/conservadores, que seja também divulgada em cada balcão e publicitada no site eBUPi; iii) que possa ser equacionada uma outra forma de acelerar os registos dos prédios após RGG, ponderando-se também colocar essa informação no termo da RGG; iv) que sejam criadas as condições para a interoperabilidade necessária para a criação e operacionalização do NIP. v) Que seja reforçada a comunicação, e forma a se conseguir uma maior adesão dos proprietários, pois a percentagem de cadastro está nos 30% do total, apesar de todos os esforços das campanhas em vigor, que se reconhece. Ter algumas figuras públicas como embaixadores poder ser um dos caminhos possíveis.
C08-i03: Faixas de gestão de combustível – rede primária	Considera-se este investimento como PREOCUPANTE , face ao nível de execução física reportada, deixando-se o alerta para a necessidade de atenção da tutela governativa para a questão das declarações de interesse e utilidade pública.
C08-i04.01 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . <u>Recomenda-se</u> que a tutela possa avaliar com carácter de urgência a situação do atraso na transferência de verbas relativas à RCM 27/2021.

	<u>Recomenda-se</u> ainda que sejam clarificados os reforços de verbas necessários, em fundos nacionais, para que os investimentos agora efetuados ao abrigo do PRR não sejam comprometidos no futuro.
C08-i04.02 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO .
C08-i04.03 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – rede de radares	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO .
C08-i05.01 Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndio	Considera-se que este investimento se encontra ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C08-i05.02: Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal	Considera-se este investimento PREOCUPANTE . Tendo existido aprovações e contratos-programa assinados em set/22, considera-se que a execução financeira (que neste caso acompanha a física) é pouco significativa. Acresce a esse facto o relato da necessidade de reprogramações várias e um concentrar de investimento nos últimos 2 anos. Teme-se que o investimento não esteja a ser adequado às necessidades e que o adiar para o final do prazo possa levar à tentação de o utilizar de formas menos produtivas. <u>Recomenda-se:</u> i. Uma ação direta por parte do ICNF (entidade interveniente nos protocolos), para que possam ser identificados e ultrapassados os constrangimentos; ii. A avaliação da possibilidade de serem abertos avisos em contínuo (com cut-offs), para que seja possível ter uma maior previsibilidade e candidaturas mais bem instruídas.
Componente C09 Gestão Hídrica	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C09-i01.01: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C09-i01.02: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	Ainda que seja possível alcançar a meta de poupança prevista de 5 hm ³ prevista no PRR, considera-se este investimento como PREOCUPANTE . <u>Recomenda-se</u> que a CCDR Algarve possa intermediar as reuniões entre todas as entidades intervenientes nestes investimentos, bem como possa chamar outras com intervenção direta ou indireta, sendo recomendável que a tutela desta área seja incluída

	<p>desde a primeira hora, bem como a EMRP, devido à necessidade de decidir opções e reforço de financiamento.</p> <p>Embora o investimento no AHAlvor possa cumprir a meta de hm3, a combinação de possibilidades (face ao orçamento), terá dificuldade em cumprir os 10.300 ha. Compreende-se que os estudos utilizados para as estimativas colocadas no PRR pudessem estar desatualizados, mas é preciso que todas as entidades envolvidas coloquem um maior sentido de urgência no acompanhamento deste tipo de situações complexas, cujo diagnóstico já estava identificado à partida, tendo existido um processo de reprogramação, que foi aberto há menos de 1 ano.</p> <p>No que diz respeito à medida direcionada aos <u>Regadios Privados</u>, <u>recomenda-se</u> que, para se avaliarem potenciais soluções, que possam ser envolvidas as associações de agricultores, bem como os Ministérios do Ambiente e da Agricultura.</p>
<p>C09.i01.03: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos</p>	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Tendo em atenção a importância do reforço da governança dos recursos hídricos da região do Algarve e tendo em atenção a oportunidade criada pelo PRR, <u>recomenda-se</u> a criação de modelos de governação estáveis e duradouros, que possam acompanhar futuros investimentos e atualização de estudos necessários para a adequação dos mesmos.</p>
<p>C09.i01.04: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM6 - Promover a dessalinização de água do mar</p>	<p>Tendo em conta as complexidades que acompanham os investimentos relacionados com o aumento de captação/produção de água, que no caso do Pomarão está ainda dependente de negociações com Espanha e no caso da dessalinizadora está dependente da existência de propostas adequadas no concurso de empreitada, considera-se este investimento como sendo PREOCUPANTE.</p>
<p>C09-i02: Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato</p>	<p>Mantem-se a apreciação anterior de PREOCUPANTE, tendo em atenção a complexidade e a variedade de intervenções, bem como o prazo de execução do contrato das infraestruturas primárias.</p> <p><u>Recomenda-se</u> um acompanhamento deste projeto pelos Ministérios do Ambiente e da Agricultura, de forma muito próxima, bem como o envolvimento das organizações de agricultores (quando aplicável), para que um projeto desta envergadura e cujos prazos são tão apertados para cumprimento dentro do PRR, não se atrase devido a questões burocráticas, que poderiam ser obviadas, com a colocação do critério de urgência necessário.</p>

3. Balanço Global e Recomendações Transversais

Sintetizam-se os principais aspetos positivos e constrangimentos identificados, bem como as recomendações transversais.

3.1. Aspetos positivos

- ✓ Conclusão de vários investimentos e subinvestimentos previstos no PRR;
- ✓ Recebimento do 3º e 4º pedidos de reembolso, com cumprimento dos marcos e metas previstos, bem como o envio do 5º pedido de pagamento, fazendo com que Portugal tenha já submetido metade dos pedidos de pagamento, que representam cerca de 45% do valor global dos 22.216 M€ que totalizam o PRR;
- ✓ Aumento da execução física de muitos investimentos PRR, com resultados visíveis nos vários domínios (p.ex. obras concluídas, em fase adiantada de empreitada, equipamentos adquiridos e em utilização, produtos ou serviços industrializados e em comercialização, pessoas formadas);
- ✓ Aceleração dos pagamentos aos beneficiários finais e diretos, que totalizaram cerca de 1.800 M€ neste período;
- ✓ Melhoria das condições económicas, em particular a diminuição da inflação e a redução das taxas de juro, embora ainda sem regresso aos valores anteriores;
- ✓ Estabilização das cadeias de abastecimento e dos preços de várias matérias-primas, bem como de fornecimento de alguns componentes, em particular no setor da energia;
- ✓ Aplicação de alguns mecanismos de simplificação na análise das candidaturas (como a assinatura de termos de responsabilidade por parte das autarquias) no caso dos investimentos da habitação ou dos centros de saúde, que permite encurtar prazos na execução global dos investimentos ou de eliminação de mecanismos redundantes, como no caso da reposição do IVA (p.ex. eliminação da dupla certificação por contabilista certificado independente);
- ✓ Reforço de mecanismos de controlo interno, essenciais para mitigar os riscos de fraude e de irregularidades (p.ex. implementação de regras mais apertadas para controlo do duplo financiamento e conflito de interesses);
- ✓ Melhoria na disponibilização da informação financeira sobre os projetos aprovados no âmbito do PRR, no sítio da Recuperar Portugal (p.ex. *dashboards*).

3.2. Constrangimentos verificados

No período objeto de análise neste relatório existiu o lançamento de um conjunto de novos avisos, fruto da reprogramação aprovada em outubro de 2023. Neste momento estão aprovados mais de 18 mil M€ de investimento. Apesar deste valor significativo, faltam ainda lançar alguns avisos para investimentos que implicam seleção de beneficiários finais o que, face ao tempo de execução que resta, exige uma execução muito célere. Para além do lançamento destes avisos, existe ainda um volume significativo de obra pública, em particular na área da habitação, saúde e educação, que pode chegar aos 2 mil M€, cujos concursos serão lançados nos próximos meses. Esta é uma área particularmente sensível, exigindo capacidade de resposta por parte das empresas de construção civil, onde as dificuldades de recrutamento de mão-de-obra, em Portugal e no estrangeiro, são uma realidade, e podem colocar em causa a meta final de junho de 2026. Esta foi uma preocupação manifestada pela AICCOPN – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas - em reunião realizada com a CNA.

A apreciação dos vários investimentos analisados, quando comparamos os dois últimos relatórios, revelam:

- i. 5% dos investimentos estão concluídos;
- ii. Crescimento dos investimentos apreciados como “Preocupante” e “Crítico”, que passaram de 26% para 39% dos investimentos analisados;
- iii. Diminuição dos investimentos apreciados como “Alinhados com o Planeamento” e “Necessário Acompanhamento”, que passaram de 74% para 56% dos investimentos analisados

Estes resultados refletem um conjunto de dificuldades que a CNA-PRR identificou e que se podem sintetizar em:

- Atrasos relevantes na análise das candidaturas, sendo muito frequente serem ultrapassados os prazos definidos nos avisos;
- Indisponibilidade ou inadequado funcionamento de plataformas para submissão de despesas e pedidos de pagamentos por parte dos beneficiários finais, em vários investimentos;
- Carga administrativa significativa no processo de operacionalização do mecanismo de reposição do IVA e nos mecanismos do Registo Central do Beneficiário Efetivo, controlo de duplo financiamento e de conflito de interesses;
- Tempos longos na análise dos pedidos de pagamento e validação das despesas, criando dificuldades de tesouraria junto dos beneficiários finais;
- Análises demoradas na emissão de pareceres ou autorizações, imprescindíveis para a concretização dos investimentos, designadamente aquisições de imóveis, despesas plurianuais ou portarias de extensão de encargos;

- Escassez de recursos humanos em vários beneficiários intermediários, que dificultam a execução, em tempo útil, das várias tarefas a executar que, em vários casos, para além do PRR, gerem projetos e processos relativos ao encerramento do PT2020 e ao lançamento do PT2030;
- Em alguns investimentos verificou-se a existência de concursos públicos que ficaram desertos (alguns mais do que uma vez), o que obrigou ao lançamento de novos procedimentos e com preços base mais elevados;
- Indefinição de procedimentos em alguns investimentos, em particular no apoio a empresas (p.ex. devido à inexistência de guias ou modelos de acompanhamento previamente preparados);
- Tempos de resposta longos nos processos de pedidos de alteração dos projetos, o que provoca indefinição quanto ao investimento por parte dos beneficiários finais;
- Inexistência ou falta de regulamentação em alguns setores, como na energia, que dificulta a concretização dos investimentos (p.ex. no caso do Biometano, com legislação publicada só em 2024);

3.3. Recomendações Transversais

Neste ponto, a CNA-PRR dá voz ao que foi sendo reportado e identificado nas dezenas de interações com beneficiários intermediários, finais e diretos, bem como com os ministérios de tutela, a EMRP ou outras entidades direta ou indiretamente intervenientes em cada investimento. São aqui vertidas as recomendações de ordem transversal, mas que foram também objeto de consideração nalguns dos investimentos apreciados, no âmbito das Comissões Especializadas.

A CNA-PRR considera que estas são as principais recomendações, cuja implementação será necessária e urgente, numa ótica de melhoria contínua, de colaboração e interação entre as diversas entidades intervenientes, devendo ser entendidas como o contributo desta Comissão independente e representativa da sociedade civil organizada, para a melhoria da execução do PRR e para que os seus resultados e impactos sejam efetivos e duradouros.

1. Burocracia mais inteligente e com valor acrescentado

Recomenda-se que todos os intervenientes nos procedimentos, processos, regulamentação, regulação ou outras áreas, atuem de forma a:

- Simplificar os processos, eliminando etapas desnecessárias e utilizando linguagem clara e concisa;
- Investir em tecnologia sempre que possível, avaliando a todo o tempo o que está disponível no mercado, muitas vezes a custos acessíveis, utilizando-a para automatizar tarefas rotineiras e padronizadas e tornar os processos mais eficientes;

- Melhorar a formação e capacitação das pessoas, para que possam ter as competências necessárias para realizar o seu trabalho de forma eficaz e sejam alocados aos processos que implicam maior valor acrescentado;
- Promover uma cultura da inovação, com a inclusão de propostas de melhoria, não só por parte dos funcionários públicos, mas também das entidades que estão envolvidas nas medidas e que podem contribuir com novas ideias e soluções para melhorar os processos;
- Implementar, por defeito, o princípio consagrado *only once* (uma vez só), permitindo assim aligeirar o envio da mesma informação várias vezes a diferentes departamentos ou agências;
- Adotar a declaração pré-preenchida, nos formulários que os cidadãos e as empresas precisam de submeter, com as informações já existentes em posse da Administração Pública;
- Promover, sempre que possível, a utilização de formulários eletrónicos e assinaturas digitais;
- Promover uma cultura de comunicação contínua, com a criação de FAQ atualizáveis, disponibilização pública de formulários, modelos, regulamentos ou legislação aplicável.
- Adoção da metodologia de concursos em contínuo, com cortes temporalmente definidos para análise, até se esgotar a dotação financeira disponível.
- Definir mecanismos céleres na concessão de vistos de trabalho e/ou residência para setores onde existe escassez de mão-de-obra, com impacto na execução do PRR, aliando a formação profissional, em áreas técnicas e na língua e cultura portuguesa, com a participação dos vários organismos públicos, entidades empregadoras e outras que se considerem necessárias.

2. Melhorar o funcionamento das plataformas de gestão de candidaturas, projetos, despesas e reembolsos:

As plataformas informáticas são essenciais para a execução do PRR, desde a fase das candidaturas até ao processo de pagamentos, mas também como elementos essenciais nas pistas de auditoria. Atendendo às debilidades identificadas recomenda-se:

- Disponibilização das plataformas, no caso onde ainda não estejam disponíveis, aos beneficiários finais para submissão das despesas e pedidos de pagamento;
- Disponibilização de acessos seguros às plataformas, aos vários gestores dos investimentos, em particular no apoio às empresas, onde coexistem diferentes entidades que são beneficiários intermediários. Isto permitirá acelerar os processos, mitigar os riscos de duplo financiamento e evitar a duplicação de procedimentos em diversas entidades;
- Adaptação das plataformas existentes às necessidades dos beneficiários, incorporando funcionalidades que permitam o carregamento e atualização

da informação, que respondam às exigências de reporte dos vários beneficiários, com geração de alertas, bem como com a possibilidade de extração de dados e de indicadores fundamentais no ciclo da gestão dos projetos;

- Criação de mecanismos de interoperabilidade entre as várias plataformas existentes, e entre os diferentes organismos, de forma que se acelerem os processos e se evitem duplicações de procedimentos e de tarefas.

3. Redução dos tempos de tomada de decisão:

Subsistem atrasos relevantes na análise dos pedidos de candidatura, na análise dos pedidos de pagamento, nos processos de licenciamento de várias entidades, bem como nos processos de autorização administrativa, processo de despesa ou libertação de receitas. Neste sentido, recomenda-se que:

- Sejam garantidos os recursos humanos necessários, através do reforço das equipas internas ou do recurso a contratação externa, bem como a adaptação dos processos, que permitam redução dos prazos de decisão na análise das candidaturas e dos pedidos de pagamento;
- Sejam introduzidas novas ferramentas tecnológicas que permitam automatizar algumas tarefas, com as devidas garantias de conformidade, acelerando desta forma os processos;
- Se articulem as várias entidades públicas na análise dos processos de licenciamento ou de autorização, promovendo maior cooperação e trabalho conjunto;
- Sejam dadas respostas céleres, pelos vários beneficiários intermediários, às questões colocadas pelos beneficiários finais, disponibilizando horários específicos para atendimentos ou linhas de conversação digital (vulgo *chats*), para além de toda a interação existente;
- Sejam acelerados os pagamentos, após a submissão das despesas por parte dos beneficiários finais e diretos, permitindo assim diminuir os prazos de pagamento e mitigando os custos financeiros associados;
- Haja garantias que, em cada ministério, existe a consciência e implementação de mecanismos que garantam a celeridade nas diferentes autorizações necessárias para a execução dos projetos PRR.

4. Pagamento aos beneficiários do montante de IVA não dedutível

A base jurídica de suporte à elegibilidade do montante equivalente ao IVA é complexa e arrasta-se desde 2021⁵. O procedimento operacional para a reposição

⁵O Decreto-Lei 53-B/2021, de 23 de junho, artigo 16º, determinou a possibilidade dos beneficiários diretos, intermediários ou finais poderem receber da Agência, I. P., por conta das verbas do PRR, a transferência do montante equivalente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) incorrido ou a incorrer; a Lei nº 24-D/2022, de 30 de setembro, alíneas a) a g) do nº18 do artigo 8º, autorizou o Governo a proceder a alterações orçamentais para este efeito, determinando tipologias de entidades a que se aplica; a Portaria nº 135/2022 de 01 de abril, procedeu à

do IVA está definido e, desde o início do ano, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em articulação com os beneficiários intermediários e finais, estão a recolher informação e a abastecer o sistema de informação para que tudo fique disponível. Recomenda-se:

- Que o mecanismo de reposição do IVA fique operacional;
- Que se definam e comuniquem aos diferentes beneficiários as datas dos pedidos de pagamento;
- Que se acelere o pagamento da AdC aos beneficiários intermediários dos valores validados, para que estes possam transferir os montantes financeiros para os beneficiários finais.

5. Promoção de maior automatização na verificação do duplo financiamento

Esta é uma obrigação decorrente de legislação nacional e europeia⁶, imposta no âmbito da atribuição de qualquer fundo, que tem como grande objetivo a proteção dos interesses financeiros da União Europeia.

Para verificar o risco de duplo financiamento, é solicitado a cada um dos beneficiários finais a entrega de uma lista de projetos financiados em que participou desde 2015.

Esta é uma situação que mais uma vez apresenta procedimentos duplicados e que introduzem situações de ineficiência e de incerteza, para além de desnecessários, uma vez que a administração pública detém toda essa informação. Recomenda-se que:

- Seja disponibilizada uma base central dos projetos financiados, com possibilidade de consulta segura aos gestores de projeto nos vários organismos responsáveis;
- Que sejam desenvolvidos mecanismos de pesquisa, com recursos a tecnologias avançadas, que, com base nos projetos identificados com risco elevado, possam cruzar a informação relevante.

regulamentação dos deveres de recolha e comunicação de informação entre a EMRP e a AT, bem como das condições específicas do mecanismo de transferência do montante equivalente ao IVA; o Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro- n.º 3 do artigo 136.º, alargou o regime de recuperação do IVA às escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior; a Portaria n.º 346-B/2023, de 10 de novembro, alterou a Portaria n.º 135/2022, de 1 de abril e procedeu à regulamentação dos deveres de recolha e comunicação de informação entre a EMRP e a AT e as condições específicas do mecanismo de transferência IVA; a Portaria 174-A/2024/1, de 21 de junho, que alterou a Portaria n.º 346-B/2023, de 10 de novembro, que define as entidades dispensadas de apresentação da declaração de 'contabilista certificado independente', podendo a mesma ser substituída por certificação do respetivo contabilista público ou contabilista da própria entidade, quando esta tiver a natureza pública.

⁶ A OT 8/2023 só tem disponível publicamente o seu sumário executivo, constando a indicação de ter sido enviada a todos os beneficiários PRR, através do Sistema de Informação do PRR [Orientacao-Tecnica-EMRP-n.o-8-2023-ARACHNE-PRR-sumario-executivo.pdf \(recuperarportugal.gov.pt\)](https://www.recuperarportugal.gov.pt/OT-8-2023-ARACHNE-PRR-sumario-executivo.pdf)

6. Provimento dos Recursos Humanos afetos a processos PRR

As reuniões realizadas com os beneficiários, revelam a pressão existente nas equipas responsáveis pela gestão do PRR, quer direta quer indiretamente, sendo um dos motivos que pode contribuir para alguns atrasos nas decisões. Apesar da autorização para a contratação de pessoas para estes organismos, a sua concretização não se verificou na sua plenitude. Adicionalmente, tem-se verificado uma elevada rotatividade nas equipas após a contratação em cada um dos organismos, o que dificulta a estabilidade e a capacidade de resposta destas entidades.

Recomenda-se:

- Provimento célere das pessoas em falta para cada uma das entidades, garantindo as condições que permitam atrair e fixar esses recursos humanos;
- Criação de uma bolsa permanente, eventualmente resultante de recrutamento centralizado ou outros instrumentos, para prover as saídas;
- Recurso a contratações especializadas para dar resposta em situações específicas, designadamente análise das candidaturas, pedidos de pagamento ou verificações de projetos no terreno.

7. Melhoria da comunicação, transparência e disseminação dos resultados no PRR

O tempo passado desde a implementação do PRR, permite retirar ilações da forma como se está a comunicar e a disseminar o mesmo. O trabalho levado a cabo, quer pela EMRP, quer pelas dezenas de beneficiários intermediários, permite verificar, nos respetivos websites, a publicação de relatórios, notícias ou outras informações.

O trabalho que tem sido feito pela CNA-PRR, especialmente para os dois últimos relatórios (2022 e 1/2023), exigiu um contacto direto com praticamente todos os beneficiários intermediários ou diretos, ministérios de tutela e muitas dezenas de beneficiários finais. Para além deste contacto direto, foram ainda necessárias muitas centenas de horas de análise de avisos, documentos, relatórios de diversa natureza (incluindo de auditoria e fiscalização), notícias, dados de execução financeira, legislação enquadradora, bem como a confrontação de vários destes documentos com a informação prestada nos contactos diretos e diversos pedidos de esclarecimento.

A comunicação e disseminação abrangem vários aspetos, desde a abertura de um aviso ou uma orientação técnica, até à comunicação sobre a forma como estão a ser implementados os investimentos ou os resultados que se estão a obter, sendo essencial que se promova a transparência da comunicação e se perceba como o PRR está a impactar a vida das pessoas e das organizações.

Devido à forma como foi organizado, é a esta data muito difícil que um qualquer cidadão ou cidadã, com maior ou menor habilitação ou conhecimento, consiga

compreender de que forma o PRR está a contribuir para a transformação do país.
Recomenda-se:

- A publicitação dos avisos, com as várias republicações, quando ocorrem;
- Disponibilização de guias de operacionalização, FAQ, *webinars* gravados, entre outros instrumentos;
- Comunicação atempada de alterações ocorridas nas orientações técnicas, nas plataformas ou noutros documentos de referência;
- A publicitação de resultados dos avisos de abertura de concursos, antes e após as audiências de interessados, incluindo as atas dos júris;
- A atualização regular e atempada dos resultados obtidos, quer em execução financeira, quer física, dos projetos aprovados e em execução, utilizando quer os sítios na internet, redes sociais ou outros instrumentos de comunicação;
- A comunicação das conclusões (ainda que preliminares) dos estudos em curso, referentes às transformações operadas pelos investimentos PRR.

8. Definição de Modelos de acompanhamento de proximidade

A experiência da CNA-PRR decorrente dos Roteiros de Proximidade mostra que poucos beneficiários intermediários implementaram modelos de acompanhamento que privilegiem uma presença de equipas no terreno, centrando-se maioritariamente no controlo administrativo e financeiro.

Desta forma, recomenda-se:

- Implementação de modelos de acompanhamento que privilegiem a presença no terreno e a proximidade junto dos beneficiários finais, de forma que seja possível uma apropriação da evolução dos investimentos, antecipando eventuais problemas que necessitam de ser ultrapassados, enquanto podem funcionar como ‘amigos críticos’, fundamentais neste programa baseado em resultados;
- Existência de uma bolsa de peritos, em particular nos programas mais inovadores, que possam auxiliar as equipas internas em cada organismo, em questões técnicas e científicas;

9. Definição de uma Agenda de Avaliação do PRR

Passado mais de metade do tempo de execução do PRR, não é conhecida uma agenda de avaliação do PRR, existindo algumas experiências singulares, em particular na Justiça e em menor escala nas agendas mobilizadoras.

Neste sentido, recomenda-se que:

- Seja definida uma agenda global de avaliação do PRR em estreita articulação com o PLANAP;
- Possa ser equacionada uma linha de financiamento para projetos de investigação que analisem os resultados e os impactos do PRR, de acordo

com termos de referência a definir, dirigida aos centros de investigação e às instituições de ensino superior.

10. Aproveitamento do prazo disponível no PRR para a execução física dos investimentos

A apreciação constante neste relatório revela que vários investimentos terão dificuldade em ser executados nos prazos previstos e constantes nos contratos assinados. Esta situação tem revelado alguma preocupação junto dos beneficiários finais e diretos, em particular pelas consequências que esta situação pode gerar. Mas outra consequência começa a ser visível: a indefinição na concretização de alguns investimentos, em particular por parte das empresas.

Recomenda-se, assim:

- Que seja estudada a possibilidade, de acordo com os regulamentos em vigor, e em estreita articulação com a Comissão Europeia, de que os investimentos que tenham como data final dezembro de 2025, possam ser estendidos até junho de 2026, com análise casuística e devidamente justificada.

11. Análise da exequibilidade da concretização dos investimentos dentro do prazo do PRR

A apreciação crítica dos vários investimentos, evidenciam as dificuldades na concretização de alguns deles, que podem colocar em causa a conclusão nos prazos definidos pelo PRR, designadamente na área dos transportes, na gestão hídrica ou ainda na área social, em particular na habitação. Isso pode colocar em causa o cumprimento dos marcos e metas definidos e levar à consequente perda de fundos do PRR.

Recomenda-se uma atenção especial e uma análise célere, de forma que seja possível executar os investimentos.

Follow up das recomendações anteriores

Em cada um dos relatórios da CNA-PRR foram elencadas várias recomendações, muitas delas que se repetem em vários relatórios. Para uma melhor análise sobre o que tem sido implementado e o que ainda está por implementar, elaborou-se o quadro seguinte, onde é clara a verificação de que se mantêm por resolver muitas das problemáticas identificadas anteriormente.

Data da recomendação	Recomendação	Follow up (maio/24)
Relatório 2022 (fev/23)	Que os avisos de abertura de concursos fossem objeto de um processo de consulta pública, ainda que durante um curto espaço de tempo.	A prática adotada pela generalidade dos BI tem sido a de preparação dos avisos num curto espaço de tempo e com pouca manobra para ser feita uma análise crítica razoável, sendo necessárias republicações para melhoria de alguns aspetos não considerados.
Relatório 2022 (fev/23)	Que fosse definido o modelo de acompanhamento agendas/alianças mobilizadoras e verdes para a inovação empresarial bem como as regras de execução e validação da despesa, auscultando-se os promotores	Modelo de acompanhamento implementado
Relatório 2022 (fev/23)	Que fosse melhorada a usabilidade do Portal Mais Transparência, designadamente as componentes gráfica e cartográfica e a disponibilização de indicadores de execução.	Até esta data não são visíveis alterações significativas ao Portal Mais Transparência.
Relatório 2022 (fev/23)	Que fossem reforçados os montantes financeiros disponível para vários investimentos, em particular os mais afetados pelos eventos externos e que se recalendarizem algumas metas intermédias e/ou finais, no horizonte temporal 2026, no âmbito da reprogramação.	Foi submetida a proposta de reprogramação em 26/05/2023, que foi aprovada e que resultou no reforço financeiro de 3,2 mil M€ e na recalendarização ou ajustamento de metas.
Relatório 2022 (fev/23)	Que fossem procuradas soluções alternativas para colmatar a escassez de mão-de-obra, quer para o setor de construção e obras públicas, quer para os organismos públicos, quer ainda no âmbito das agendas mobilizadoras.	<p>Na esfera pública: continuaram os relatos de que os processos de contratação são muito demorados e não há exceções para PRR; continuaram os relatos de faltas de autorização corrente para recrutamento de pessoal.</p> <p>Na esfera privada: existem mecanismos específicos para atração de mão-de-obra qualificada; foi previsto um projeto piloto com o IEFP, com colocação de adidos em vários países, mas não se conhecem os resultados. Continuam os relatos de atrasos na emissão de vistos.</p>
Relatório 2022 (fev/23)	Que fosse autorizada a execução do website da CNA-PRR, processo que se arrasta desde 2021.	Concretizado, com melhorias ao nível da usabilidade, da informação disponível e da possibilidade de pesquisa.

Relatório de 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fossem acelerados os processos de decisão das candidaturas aos vários concursos; Que os beneficiários intermediários avaliem <i>ex-ante</i> as condições necessárias e preparem planos de contingência para o caso de as candidaturas suplantarem as previsões e os recursos existentes; Que haja uma redução de prazos de comunicação de resultados de avaliação previstos nos Avisos, que em vários casos se situam em 90 dias úteis.	Mantiveram-se os atrasos de decisão de candidaturas, com prazos muito superiores aos expectáveis.
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que os beneficiários intermediários, publicitem nos seus sítios da internet, as atas de avaliação das candidaturas, com discriminação das pontuações nos critérios de avaliação, e listagem, quer dos projetos aprovados quer dos restantes, de forma a garantir total transparência em todo o processo;	Este não é um procedimento implementado de forma transversal, sendo poucos os BI que têm práticas de publicitação de atas e transparência nos resultados.
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA, garantido um pagamento atempado aos beneficiários finais;	Apesar de ter sido operacionalizado, através de portaria em nov/23, em termos práticos só a partir de maio/24 alguns beneficiários intermediários iniciaram esse processo.
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que se reavaliasse a necessidade de reforço das equipas PRR nos vários organismos (quer intermediários, quer de licenciamento).	Não houve informação de contratação ao abrigo do contingente. No entanto, várias entidades mencionaram que fizeram contratações, tendo-se verificado, nalguns casos, alta rotatividade nos recursos humanos contratados.
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse melhorada a forma de contacto com os beneficiários finais, bem como feito um esforço de simplificação nos procedimentos a adotar. Sugeriu-se ainda o investimento na interoperabilidade entre as plataformas das várias entidades, bem como a melhoria das mesmas, garantindo mais usabilidade na sua utilização.	Continuam formas pouco ágeis de contacto, existindo, no entanto, melhorias em alguns beneficiários intermediários. Apesar de ter sido feito investimento na plataforma SIGA-PRR, a interoperabilidade entre plataformas está longe do desejável. No caso das várias plataformas informáticas em utilização, invariavelmente em todas são reportados erros e atrasos, bem como a não preparação para as fases de reembolso e análise de pedidos de pagamento.
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse aumentado o valor de adiantamentos aos beneficiários finais (cuja moda se situa nos 13%, mas que em alguns casos se situa nos 10%), bem como a possibilidade de pagamento contra fatura.	Houve alterações de adiantamento para 23% e em alguns casos para valores superiores. Alguns beneficiários intermediários utilizam a possibilidade de pagamento contra fatura.

Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fossem acelerados os processos de autorizações (designadamente mapas de pessoal, portarias de extensões de encargos ou viaturas) por parte dos diferentes organismos públicos e promover uma maior cultura de cooperação e cocriação nos vários processos, centrando a atuação na resolução do problema global e não em atuações parcelares;	Continuam a verificar-se longos atrasos no caso de autorizações das tutelas. No caso das necessidades de alterações legislativas, tal também se verifica com muito atraso.
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse cumprido o Plano de Avisos publicitado, por parte dos Beneficiários intermediários.	Mantêm-se a situação de avisos planeados não lançados e de avisos lançados que não se encontravam no plano de avisos
Relatório 1/2023 (nov/23)	Qu os Avisos incluam o contributo de cada um dos investimentos para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como a publicitação dos resultados de execução.	Esta prática não foi adotada para todos os avisos. Não há um dashboard de informação sobre a relação ou impactos dos investimentos nos ODS
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse reforçada, a promoção da igualdade de género nos investimentos PRR.	Existe uma alusão genérica ao cumprimento das obrigações legais, sem se concretizarem ações específicas.
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que as entidades efetuassem uma reflexão, antes de solicitar documentos de controlo, evitando a lógica de "coleccionar" informação, imprimindo uma monitorização SMART, evitando também sobrecarregar os escassos RH com análise da documentação solicitada e não estritamente necessária.	Esta prática não foi adotada, continuando a verificar-se a implementação de processos altamente ineficazes e que são consumidores de muito tempo das equipas de gestão.
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fossem definidos modelos de acompanhamento.	Embora existam BI que já têm implementados modelos de acompanhamento robustos, na maior parte isso não acontece.
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse melhorada a comunicação das realizações (<i>outputs</i>) e resultados (<i>outcomes</i>) alcançados nos vários investimentos do PRR junto da sociedade civil, diversificando os meios de comunicação utilizados, de forma a poder alcançar os diferentes públicos.	Continua a verificar-se um défice elevado de comunicação, disseminação e transparência para com a sociedade relativamente aos resultados obtidos.
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse construída uma agenda coerente e global de avaliação de impacto do PRR, integrando os diferentes intervenientes no processo, com particular destaque para o PlanAPP.	Não existe uma agenda coerente de avaliação e impactos do PRR
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse desenvolvido um <i>dashboard</i> de execução global do PRR, complementar à execução financeira e de cumprimento das metas e marcos, como forma de promover uma comunicação mais abrangente junto da sociedade. Este <i>dashboard</i> deverá conter uma análise dos investimentos a nível territorial (e, sempre que aplicável, por dimensão de empresa não financeira beneficiária), entre outras dimensões que se considerem relevantes.	Não está efetuado um dashboard ao nível territorial.

Legenda:

Concluído

Em curso

Por efetuar

Anexo I

Resumo de apreciações qualitativas por componente

Resumo das apreciações qualitativas, por investimento/medida/submedida, de acordo com o acompanhamento efetuado. Apresenta-se também o quadro comparativo do relatório 1/2023 (à data de novembro), de acordo com o seguinte quadro de apreciações e evolução:

CONCLUÍDO	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 2px;">↓ Piorou apreciação</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 2px;">✓ Melhorou apreciação</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-bottom: 2px;">= Apreciação idêntica</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">○ Não é possível a comparação</div>
ALINHADO COM O PLANEAMENTO	
NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	
PREOCUPANTE	
CRÍTICO	
NÃO ACOMPANHADO	

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C01 - SNS	C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	=
	C01-i02	Rede Nacional de cuidados continuados integrados e rede nacional de cuidados paliativos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	NÃO ACOMPANHADO	CRÍTICO	○
	C01-i06	Transição Digital na Saúde	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	=
	C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	=
	C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS	N/A	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C02 - HABITAÇÃO	C02-i01 /i09	Programa de apoio ao acesso à habitação	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	=
	C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	=
	C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	=
	C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C03 - RESPOSTAS SOCIAIS	C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C03-i02	Acessibilidades 360º	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C03-i05	Plataforma +Acesso	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬
	C03-i06-01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NÃO A COMPANHADO	○
	C03-i06-02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C03-i06-03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto	NÃO A COMPANHADO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C04 - CULTURA	C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C04-i02	Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C04-i02	Património Cultural (Programa Saber Fazer)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	CONCLUÍDO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C05 - CAPITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL	C05-i01.01	Agendas/Aliaças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C05-i01.02	Agendas/Aliaças Verdes para a Inovação Empresarial	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬
	C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Agendas de I&D)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Polos de Inovação)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	▬
	C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Projetos de transição digital)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C05-i06.01 /02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	▬
	C05-i08	Ciência Mais Digital	N/A	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C06 - QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS	C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	CRÍTICO	↓
	C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional (6 novos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo	NA	NÃO ACOMPANHADO	○
	C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	○
	C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C06-i03.03	Impulso Adultos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C06-i04-01	Impulso Jovens STEAM	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C06-i06	Ciência Mais Capacitação	NA	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○
	C06-i07	Impulso Mais Digital	NA	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○
	C06-i09	Escolas novas ou renovadas - CCDRs Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	NA	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C07 - INFRAESTRUTURAS	C07-i00	Alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C07-i01	Áreas de acolhimento empresarial (AAE)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C07-i02	Missing links e aumento da capacidade da rede	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	↓
	C07-i03	Ligações transfronteiriças	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C07-i04	Áreas de acolhimento empresarial (AAE) Acessibilidades rodoviárias	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	↓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C08 - FLORESTAS	C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - "Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Condomínios de Aldeia"	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - <i>Emparcelar para Ordenar</i>	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	▬
	C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C08-i02.03/04/05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais - Subinvestimento	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	▬
	C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais - Subinvestimento Meios terrestres	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO	○
	C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO	○
	C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬
C08-i05-02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓	

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C09 - GESTÃO HÍDRICA	C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 - Reduzir perdas de água no setor urbano	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 - Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	▬
	C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C09-i01-04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 - Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C09-i02/i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato-fases de planeamento e construção	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C10 - MAR	C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	▬
	C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)	N/A	CONCLUÍDO	○
	C10-i07	Green Shipping	N/A	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C11 - DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	C11-i01 /C21-i01	Descarbonização da Indústria	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	↑

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C12 - BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL	C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem (Projetos integrados)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	→
	C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem (Beneficiação de povoamento de pinheiro bravo)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	↓
	C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	→

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C13 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS	C13-i01 /C21-i02	Eficiência energética em edifícios residenciais (programa de apoio a edifícios mais sustentáveis)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais (vale eficiência)	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	↑
	C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	→
	C13-i03 /C21-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C13-i01/02/03	Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública)	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C14 - HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS	C14-i01 /C21-i06	Hidrogénio e gases renováveis	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	→

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C15 - MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	CRÍTICO	↓
	C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	→
	C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	CRÍTICO	CRÍTICO	→
	C15-i04	Linha BRT Boavista - Império	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	→
	C15-i05 /C21-i12	Descarbonização dos Transportes Públicos	NECESSÁRIO A COMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C15-i06	Digitalização do Transporte Ferroviário	NA	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C16 - EMPRESAS 4.0	C16-i01	Capacitação Digital das Empresas	PREOCUPANTE	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Rede nacional de Test Beds)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	→
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Aceleradoras de Comércio Digital)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Bairros Digitais)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	→
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Internacionalização via e-commerce)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	→
	C16-i02	Transição Digital das Empresas (vales e vouchers)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	→
	C16-i02	Transição Digital das Empresas (reforço da estrutura nacional para o empreendedorismo)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas (DIH)	CRÍTICO	CRÍTICO	→
	C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas (Desmaterialização da faturação e selos de certificação)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO	○
	C16-i04	Indústria 4.0	NA	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C17 - QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS	C17-i01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬
	C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬
	C17-i03	Transição digital da Segurança Social	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C18 - JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS	C18-i01	Justiça económica e ambiente de negócios	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NÃO ACOMPANHADO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C19 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIGITALIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E CIBERSEGURANÇA	C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (investimentos coordenados pela AMA)	NECESSÁRIO A ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (investimentos coordenados pela SGMNE)	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO	○
	C19-i02	Serviços eletrónicos sustentáveis	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	▬
	C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO	○
	C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (Rede informática do Governo)	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO	○
	C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (sistema informático das forças e serviços de segurança)	CRÍTICO	NÃO ACOMPANHADO	○
	C19-i07	Capacitação da administração pública-formação dos trabalhadores e gestão do futuro	NECESSÁRIO A ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO A ACOMPANHAMENTO	▬
	C19-i08	Territórios Inteligentes	NA	PREOCUPANTE	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C20 - ESCOLA DIGITAL	C20-i01	Transição digital na educação (provas digitais e redes locais das escolas)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C20-i01	Transição digital na educação (restantes investimentos)	PREOCUPANTE	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	↑

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2023	Apreciação 1/2024	Evolução
C21 - REPowerEU	C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica	NA	NÃO ACOMPANHADO	○
	C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais	NA	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○
	C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes	NA	NÃO ACOMPANHADO	○
	C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento	NA	NÃO ACOMPANHADO	○
	C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis	NA	NÃO ACOMPANHADO	○
	C21-i14	Sistema de BRT Braga	NA	NÃO ACOMPANHADO	○
	C21-i16	Funicular da Nazaré	NA	NÃO ACOMPANHADO	○



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

PARTE B

PARTE B

Nota Introdutória e metodologia

Nesta secção, apresentam-se e os relatórios detalhados das cinco Comissões Especializadas⁷, discutidos, melhorados e aprovados pelos representantes das organizações da CNA-PRR que constituem cada comissão.

Cada uma destas Comissões Especializadas acompanha um conjunto de Componentes, onde se inserem as reformas e os investimentos respetivos, conforme descrito no início de cada relatório.

O período de recolha de dados no terreno e de análise da informação decorreu entre novembro de 2023 e finais de junho de 2024.

Para a recolha de dados e informações relevantes, foram realizadas diversas reuniões de acompanhamento⁸ com Ministérios de tutela, beneficiários diretos e intermediários, bem como visitas ao terreno e reuniões com beneficiários finais. Alguns investimentos foram acompanhados unicamente com recurso a documentação enviada pelos beneficiários intermediários ou diretos.

Cada Comissão Especializada reuniu para discussão e apreciação das diferentes componentes em acompanhamento. As versões finais dos relatórios foram aprovadas em reunião de Plenário de 19/07/2024 de 2024.

De referir que a apreciação em cada reforma e investimento teve por base as metas e marcos decorrentes da reprogramação do PRR, aprovada formalmente pelo ECOFIN no dia 17 de outubro de 2023, não sendo, portanto, avaliado, o potencial transformador de cada um, nem tão pouco os resultados ou impactos que possam, ou não, gerar. Esta é, no entanto, uma tarefa de crucial importância a que a CNA-PRR faz referência nas suas recomendações, na parte A.

Cada investimento ou subinvestimento e respetivas medidas, foram apreciados qualitativamente por cada uma das Comissões Especializada, a partir de um referencial com seis níveis:

- **ALINHADO COM O PLANEAMENTO:** enquadra medidas/investimentos que, para além de cumprirem com as metas definidas ou ser expectável o seu cumprimento, também não se identificam constrangimentos com prazos preparatórios, como sejam assinatura de contratos, lançamento de concursos públicos, défice de candidaturas ou outros relevantes.
- **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO:** enquadra medidas/investimentos que, apesar de ser expectável o cumprimento dos marcos e metas definidos, poderão ter sido identificados alguns atrasos, tais como assinatura de

⁷ A lista de Comissões Especializadas e respetivos membros pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

⁸ Nas reuniões mantidas com os diferentes beneficiários, bem como com os diferentes Ministérios e áreas governativas, esteve presente o Presidente da CNA-PRR, sendo acompanhado, quando possível, pelo/a respetivo/a coordenador/a da Comissão Especializada, pela Chefe de Gabinete ou por elemento da equipa técnica. Foram produzidos resumos de todas as reuniões, que se encontram nos arquivos da CNA-PRR, para memória futura e cuja lista está disponível nos Anexos I de cada relatório de Comissão Especializada.

contratos, concursos desertos, atrasos na entrega de equipamentos ou materiais, falta de operacionalização de regras de funcionamento, entre outros de natureza semelhante.

- **PREOCUPANTE:** enquadra medidas/investimentos, onde, não sendo de todo impossível o cumprimento dos marcos e metas, se identificam sinais preocupantes em termos de concretização junto dos beneficiários finais ou no âmbito de resultados expectáveis, como atrasos na comunicação de resultados de candidaturas, escassez de procura nos avisos abertos, demora na assinatura de contratos, falta de resposta do mercado nos procedimentos lançados, atraso no lançamento de procedimentos concursais por parte dos beneficiários finais).
- **CRÍTICO:** enquadra medidas/investimentos cujo cumprimento dos marcos e metas se identifiquem como muito difíceis de ser cumpridos (quer pela forma como foram definidos, quer pelo desenvolvimento das atividades até ao momento) e que carecem de intervenção de fundo por parte da tutela, do modelo de gestão, ou de redesenho das medidas.
- **NÃO ACOMPANHADO (no semestre),** para os casos em que a CNA-PRR não teve oportunidade de acompanhar no âmbito do relatório em curso, no semestre em apreciação;
- **CONCLUÍDO:** situação que acontece pela primeira vez neste relatório 1/2024 e que se refere a investimentos cuja execução está terminada, independentemente de já terem ou não terminado todas as formalidades de submissão de pedidos de pagamento, verificações, auditorias ou pagamentos a beneficiários finais ou diretos.

De referir que a apreciação de um investimento como concluído, relaciona-se com o cumprimento da meta ou marco previstos. Entende a CNA-PRR que deverá continuar a existir uma preocupação por parte dos diferentes tipos de beneficiários e respetivas tutelas, relativamente aos resultados que esses mesmos investimentos estão, ou não, a gerar.

Em relatórios posteriores, a CNA-PRR poderá fazer um *follow up* da concretização e dos resultados dos investimentos concluídos.

Os relatórios de cada Comissão Especializada seguem o seguinte formato de apresentação:

- i. **Relatório detalhado,** que inclui todos os investimentos ou subinvestimentos de cada componente, com a informação sobre o beneficiário direto (BD) ou beneficiário intermediário (BI) responsável pela gestão dos mesmos, seguida de uma breve descrição dos resultados da recolha de informação e terminando com a apreciação e recomendações da CNA-PRR.
- ii. **Anexo I,** onde se encontra a lista de reuniões que serviram de apoio à elaboração das respetivas apreciações.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA SOCIAL



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada Social

Relatório detalhado

No âmbito das atribuições da Comissão Especializada Social⁹ (CES), a mesma reuniu no dia 26/06/2024, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza os componentes C01 (Serviço Nacional de Saúde), C02 (Habitação), C03 (Respostas Sociais), C04 (Cultura) e C06 (Qualificações e Competências), com exceção do investimento C01-i06, que é acompanhado pela Comissão Transição Digital.

Componente C01 | Saúde

C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P. (ACSS)
---------	--

Este é um dos investimentos de maior complexidade de análise, no âmbito do PRR. Quer no relatório de 2022, quer no de 2023, a CNA-PRR relevou esta complexidade, sendo que a insuficiente informação disponibilizada publicamente pela ACSS e o pouco detalhe enviado à CNA-PRR, não ajudam a que se possa compreender na totalidade o que está a ser executado fisicamente, nem os constrangimentos que estão a ser sentidos. Apesar de se terem efetuado várias visitas ao terreno (a ULS e algumas obras em Centros de Saúde), a informação aí obtida revelou mais preocupação do que certezas, o que, combinado com a falta de informação detalhada, não permite uma apreciação positiva.

A estes factos acresce a diversidade de entidades que atuam no SNS, as alterações profundas que se têm verificado nos últimos 2 anos (p.ex. criação da Direção Executiva, extinção das ARS, criação de novas ULS, novos modelos de gestão, etc), bem como a intervenção de várias entidades que, tendo funções diferentes, precisam de cooperar para que os vários investimentos tenham efeitos e sucesso (p.ex. ACSS, SPMS, ULS, Hospitais, entidades convencionadas, etc). As alterações ocorridas no modelo de governação do SNS, ocorridas em relativamente pouco tempo, fazem com que algumas reformas ou investimentos dependam de aprovações diversas, o que adiciona mais graus de complexidade e tempo.

No âmbito deste investimento (cuidados de saúde primários) para além da diversidade de programas em curso, uns que se interligam, outros que são independentes, mas cujas entidades executoras podem ser as mesmas (p.ex. ao nível do centro de saúde ou da ULS). São exemplo destas interligações a aquisição de veículos elétricos a cargo da SPMS, com a respetiva utilização a ocorrer por parte das ULS.

Há ainda que ter em conta, para apreciação de investimentos desta natureza, que, também no âmbito do PRR, foram realizadas ou estão em curso, várias reformas. A

⁹ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

descentralização das competências de saúde para os municípios, que teve muita notoriedade, em termos de comunicação no espaço público, foi uma dessas reformas, mas também a publicação de atos jurídicos ou a estratégia para a estratificação de risco no SNS.

Apresenta-se de seguida um ponto de situação dos principais programas em curso, no âmbito deste investimento, de acordo com as informações prestadas pela ACSS:

Investimento/ações	Ponto de situação	Execução física
Entrada em vigor do Plano de Ação das respostas de Reabilitação nos cuidados primários	Em curso, sem mais informação detalhada	
Entrada em vigor da carteira de serviços dos Centros de Diagnóstico e Tratamento Integrado	Em curso, sem mais informação detalhada	
Entrada em vigor do Plano de implementação do rastreio da Retinopatia Diabética e alargamento a todos os CS	Em curso, sem mais informação detalhada	
Entrada em vigor dos termos para a referenciação de episódios de urgência avaliados como brancos, azuis ou verdes	Finalizado em 2022.	Disponível a mais de 1.300 profissionais (meta 1.000), para efeitos de identificação do nível de risco de cada doente e governação clínica. Falta articular com EMRP as evidências.
Completar a cobertura nacional dos programas de rastreio e diagnóstico precoce nos CSP	Em curso, sem mais informação detalhada	
Aumentar a capacidade resolutive dos CSP e alargar as suas áreas de intervenção	Em curso, sem mais informação detalhada	
Qualificar as instalações e equipamentos e assegurar condições de acessibilidade, qualidade e de segurança nos CSP	Em curso, sem mais informação detalhada	
Reforçar os cuidados de proximidade e as intervenções no domicílio e na comunidade	Em curso, sem mais informação detalhada	
Alargar os rastreios oncológicos a todos os	Não iniciado. Ainda precisa de clarificação de	

centros de saúde (cólon retal e do colo do útero)	responsabilidades, dentro do novo modelo de governação	
Alargar o rastreio da retinopatia diabética a todos os centros de saúde	Não iniciado. Ainda precisa de clarificação de responsabilidades, dentro do novo modelo de governação	
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com Holter e MAPA	Em curso, sem mais informação detalhada	
Alargar as Consultas do Pé Diabético nos CSP	Em curso, sem mais informação detalhada	Adquiridos 60 equipamentos
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com Espirómetros	Em curso, sem mais informação detalhada	Disponível em 173 Centros de saúde
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com capacidade de dosear a proteína C reativa	Em curso, sem mais informação detalhada	
Aquisição de equipamentos para os CSP	Em curso, sem mais informação detalhada	
Aquisição de viaturas elétricas para os CSP	Em curso, sem mais informação detalhada	Meta 770. Foram entregues 21. O procedimento de compra está atribuído à SPMS. O prazo de entrega foi antecipado para 2024.
Aquisição de unidades móveis de saúde	Em curso, sem mais informação detalhada	Meta 34. Destas, 18 serão adquiridas em procedimento atribuído à SPMS
Criação de gabinetes de medicina dentária nos Centros de Saúde	Em curso, sem mais informação detalhada	Meta 130. Estão criados 40.
Criação de centros de diagnóstico integrado	Não iniciado	
Criação de respostas de reabilitação	Não iniciado	
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com resposta qualificada em emergência	Em curso, sem mais informação detalhada	
Fornecimento de serviços na área dos Sistemas de Informação (SI), para preparação e	Não iniciado	

implementação de desenvolvimentos nos SI necessários à operacionalização das medidas e para suportar o registo das teleconsultas e realização de telemonitorização de doenças crónicas		
--	--	--

Estão também previstos investimentos na requalificação ou adaptação de centros de saúde (eficiência energética, acessibilidade, segurança e conforto) num total de 326 e Construção de novos centros de saúde, num total de 124. Em termos de candidaturas, estão aprovadas 168 para a requalificação e 77 para a construção. Encontra-se a decorrer a análise de candidaturas relativas ao 3º aviso que terminou em abril/24, estando já aberto o 4º aviso.

Uma nota que ficou da conversa com a ACSS foi a necessidade de republicação dos avisos que foram sendo lançados, com ajustes sucessivos. Há ainda que contar com a entrega dos projetos das intervenções, que são submetidos em diferentes fases, alguns ainda com insuficiências na respetiva instrução.

Durante o mês de junho foram assinados termos de aceitação com as autarquias para a construção dos centros de saúde remanescentes, ainda antes da análise final da conformidade técnica, que será feita durante o processo. O objetivo foi garantir que os municípios possam iniciar os processos concursais, ganhando-se tempo, fundamental para se poderem concluir as obras até junho de 2026.

Foi solicitada pela CNA-PRR uma lista com a indicação do ponto de situação de cada obra, em cada um dos locais a intervir, à semelhança do que foi enviado para o relatório de 2023. Adicionalmente foram realizados contactos com as autarquias, quando tal se tornou necessário para completar a informação e para perceber o estado atual de construção, relativamente à meta a ser cumprida no final de 2024 (20 centros de saúde). Esta triangulação permitiu construir a tabela seguinte.

Beneficiário Final	Designação	Estado Atual (CNA)	Risco
CM Marco Canavezes	UCSP Soalhães	Concluído	n.a.
ULS Matosinhos	USF Progresso	Em obra	Reduzido
CM Leiria	US Bidoeira	Concluído	n.a.
CM Leiria	US Amor	Concluído	n.a.
CM Leiria	US Parceiros, Azóis e Barosa	Concluído	n.a.
CM Portel	Ext. Saúde Monte Trigp	Em obra	Reduzido
CM Portel	Ext. Saúde Vera Cruz	Em obra. Prevista a conclusão no 4º trimestre de 2024.	Reduzido
CM Albergaria-a-Velha	US Baixo Vouga	Em obra. Previsão conclusão 3º trimestre de 2024.	n.a.
ULS Litoral Alentejano	Ext. Saúde Sabóia	Concluído	n.a.

ULS Litoral Alentejano	Polo Porto Covo	Em obra. Prevista a conclusão em dezembro de 2024	Reduzido
Lisboa Oriental SRU	Sapadores-Graça	Em obra. Previsão conclusão 3º trimestre de 2024.	n.a.
CM Alandroal	Ext. Saúde Hortinhas	Em concurso, a receber propostas. Conclusão prevista para final de 2024.	Médio
CM Alandroal	Ext. Saúde Orvalhos	Aprovação do lançamento do concurso em junho de 2024. Conclusão prevista para final de 2024.	Médio
CM Torres Vedras	Ramalhal	As obras estão em curso, prevendo a conclusão no 1º trimestre de 2025.	Médio
ILS Norte Alentejano	Ext. Saúde Ribeira Nisa	Lançado concurso urgente na primeira semana de junho	Médio
ILS Norte Alentejano	Ext. Saúde São Julião	Lançado concurso urgente na primeira semana de junho	Médio
ILS Norte Alentejano	Ext. Saúde Benavila	Em obra, com previsão de conclusão até dezembro de 2024.	Reduzido
CM VRSA	Ampliação Polo Monte Gordo	Obra em curso com previsão de conclusão até final de 2024.	Médio
CM Redondo	Ext. Saúde Montoito	Lançado pela segunda vez o concurso, com um valor superior (210 mil euros), com prazo de execução de 180 dias	Médio
CM Redondo	Ext. Saúde Santa Susana	Lançado pela segunda vez o concurso, com um valor superior (210 mil euros), com prazo de execução de 180 dias.	Médio
CM Estremoz	Ext. Saúde Veiros	Processo de adjudicação em curso. Com previsão do arranque de obra (construção modular) em breve e conclusão até dezembro de 2024.	Médio
CM Estremoz	Ext. Saúde Évoramonte	Processo de adjudicação em curso. Com previsão do arranque de obra (construção modular) em breve e conclusão até dezembro de 2024.	Médio
CM Viana Alentejo	Ext. Saúde Aguiar	Adjudicação realizada. Início da reunião em breve, mas com prazo de construção entre 12 e 15 meses.	Crítico
ULS Baixo Alentejo	Ext. Saúde Ourique	Obra em curso e previsão da conclusão até dezembro de 2024.	Médio
CM Loures	Santo Antão Tojal	Obra em curso e previsão de conclusão em janeiro de 2025.	Médio
CM Barreiro	Alto Seixalinho	Obra a decorrer com previsão de conclusão em fevereiro de 2025.	Médio

Outra preocupação que a CNA-PRR tem vindo a reportar relaciona-se com a plataforma informática para gestão de candidaturas, contratos e pedidos de pagamento. A ACSS que adotou a plataforma SIGA-PRR), disponibilizada pela EMRP, mas esta mantém atrasos na sua total operacionalização, o que coloca também desafios ao nível dos pagamentos e restantes procedimentos.

No caso do ressarcimento do IVA não dedutível, ainda não está a ser operacionalizado com validação de faturas, restringindo-se a ação da ACSS à validação da entidade para tal ressarcimento.

Apreciação e recomendações

A situação crítica relacionada com a falta de assinatura dos últimos autos de transferência das competências da saúde para os municípios, foi ultrapassada, tendo sido dado por concluído esse marco e enviadas das evidências para a Comissão Europeia, não se antecipando problemas na sua aceitação.

Em termos de apreciação global, mantém-se, no entanto, a apreciação de **PREOCUPANTE**, mantendo-se as recomendações já colocadas nos relatórios de 2022 e 2023, que se reforçam, uma vez mais:

- i. Acompanhamento deste investimento ao mais alto nível, antecipando constrangimentos com a passagem de competências das ARS e os novos desenhos estruturais do SNS;
- ii. Necessidade de celeridade na assinatura nas portarias de extensão de encargos, sem as quais os concursos não podem ser lançados, e da integração de saldos, essenciais para providenciar a tesouraria às ULS;
- iii. Reforço dos canais de comunicação entre a ACSS e as ULS, de forma que possam ser esclarecidas, de forma célere, questões correntes que vão surgindo;
- iv. Antecipação das questões relacionadas com financiamento plurianual, relativas a recursos humanos. Nesta questão, deve ser tomada especial atenção às necessidades, de modo que não se corram os riscos de existência de estruturas físicas e/ou equipamentos, sem os devidos recursos humanos que permitam a sua operação, inviabilizando a prestação desses cuidados de saúde às populações.
- v. Antecipação de continuidade de financiamento para lá de 2025, com especial atenção na criação de instrumentos de acompanhamento pós-PRR;
- vi. Atenção especial por parte da EMRP e da ACSS à operacionalização da plataforma SIGA-PRR, para obviar a constrangimentos na submissão de despesas por parte dos beneficiários finais.

Recomenda-se ainda:

- vii) Uma atenção especial à interligação entre as entidades ACSS e SPMS, e entre estas e as ULS, para que os investimentos interligados possam ser executados com toda a confiança e meios materiais e humanos necessários.

A CNA-PRR manifesta, novamente, a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR. A dúvida sobre a realização, ou não, dos investimentos é o pior serviço que pode ser prestado às populações, que ficam sem informação fidedigna sobre o que existe ou virá a existir, na sua área de residência.

C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP) BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
---------	---

Meta: 1.200 camas de reforço até junho/24 e 7.400 até dezembro/25.

Este investimento tem vários objetivos, no âmbito de cada uma das redes. Para além de alargamento de camas de internamento na RNCCI, também está previsto o alargamento de camas de internamento de menor capacidade na RNCP, ou o alargamento de lugares em Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA).

No anterior relatório da CNA-PRR este investimento foi considerado “Alinhado com o Planeamento”, tendo em conta que estavam publicados 4 avisos de abertura de concursos, todos datados de setembro/23.

Para além disso tinha sido efetuado um aumento do valor financiado por cama, que passou de 30.000 euros para 42.000 euros, com efeito a 01/01/2022, para corresponder à identificação do desalinhamento do orçamento inicial com a evolução do mercado. Este é um valor que, no entanto, a esta data, não foi possível confirmar se é suficiente para cobrir os custos de mercado de todos os materiais associados.

No que diz respeito à informação sobre as novas camas e lugares, foram reportadas 3.428 aprovações de camas candidatas. Apesar do número de camas aprovadas ser superior à meta de junho/24, não há informação de quantas estarão realmente terminadas nessa data. Para além disso, em termos nacionais, existem ainda regiões sem aprovações, existindo, no caso da região de Lisboa e Vale do Tejo a indicação de que a única candidatura submetida foi excluída. A informação prestada à CNA-PRR pela ACSS encontra-se expressa no quadro seguinte:

Tipologia de camas	Aprovações (por região) - nº de camas	Execução física
Unidade de Convalescença (UC)	851 (Norte)	Em fase prévia à assinatura de contrato
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	462 (Norte) 20 (Algarve)	Em fase prévia à assinatura de contrato
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	1.710 (Norte) 30 (Algarve)	Em fase prévia à assinatura de contrato
Unidades de Cuidados Paliativos (UCP)	228 (Norte) 10 (Algarve)	Em fase prévia à assinatura de contrato
Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA)	92 (Norte) 25 (Algarve)	Em fase prévia à assinatura de contrato

Há que referir, no entanto, que apesar destas aprovações, não existem contratos assinados, estando o processo, ou em fase de audiência prévia, ou na validação dos termos de aceitação. De referir ainda que existem algumas regiões do país onde as candidaturas apresentadas são menores que as vagas colocadas a concurso em várias valências. Apesar destas vagas poderem ser transferidas para outras regiões com candidaturas sobranes, permitindo cumprir a meta global acordada no âmbito do PRR, esta situação pode colocar em causa a cobertura regional destas respostas, não respondendo às necessidades das populações.

Para além do reforço de camas, existem ainda outros objetivos, que se encontram interligados com esse reforço:

Investimento/ações	Ponto de situação	Execução física
Entrada em vigor da tabela de preços das Unidades de Dia e Promoção de Autonomia (UDPA)	Não iniciado, encontrando-se ao nível das tutelas políticas	
Entrada em vigor do regulamento relativo à atribuição de apoios financeiros pelas ARS	Finalizado	Portaria n.º 134-A/2022, de 30 de março
Alargar a RNCCI em lugares em Equipas de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários (ECCI)	Em curso. Subsistem dúvidas sobre os beneficiários finais, devido à extinção das ARS	
Alargar a RNCCI em lugares de Equipas de Apoio Domiciliário (EAD) de Saúde Mental	Em curso, sem mais informação detalhada	
Alargar a RNCP, em camas de internamento de menor complexidade	Sem mais informação detalhada	
Alargar a RNCP, em Lugares de Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP)	Em curso, sem mais informação detalhada. Subsistem dúvidas sobre os beneficiários finais, devido à extinção das ARS	

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

No anterior relatório da CNA-PRR este era um investimento que ainda tinha pouco histórico, com lançamento de avisos e candidaturas em curso. Os resultados apresentados e os atrasos decorrentes da passagem de competências das ARS são identificados como pontos de bloqueio.

Recomenda-se:

- i. Que este investimento seja acompanhado ao mais alto nível pela tutela, para que possam ser ultrapassadas rapidamente as questões de bloqueio relativas à indefinição de competências;
- ii. Que a ACSS possa acompanhar de perto, com visitas ao terreno, todas estas candidaturas aprovadas, para obviar os constrangimentos sentidos pelos

beneficiários finais, no mais curto espaço de tempo, podendo assim antecipar e mitigar os riscos;

iii. Que a ACSS possa, em conjunto com a tutela, avaliar as efetivas condições de mercado para a criação de camas destas naturezas, verificando se se mantém adequado o valor disponibilizado, sob pena de não haver candidatos ou de mesmo os já aprovados, desistirem.

A CNA-PRR enfatiza a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR. A dúvida sobre a realização, ou não, dos investimentos, é o pior serviço que pode ser prestado às populações, que ficam sem informação fidedigna sobre o que existe ou virá a existir, para seu apoio e dos seus familiares.

C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
---------	---

Estes investimentos, encontram-se intimamente interligados com as reformas previstas para esta área e iniciados com a Reforma da Saúde Mental. Para além de vários investimentos em edificado, estão previstas a criação de equipas de intervenção na comunidade e a definição de Planos Regionais de Saúde para as Demências. Apresenta-se no quadro seguinte o ponto de situação enviado à CNA-PRR pela ACSS:

Investimento/ações	Ponto de situação	Execução física
Realização de ações de sensibilização e de formação no contexto das demências	Finalizado	Concluído
Conclusão do reforço da rede de cuidados de saúde mental	Em curso, sem mais informação detalhada	
Construção de 4 unidades de internamento em hospitais gerais	Em curso	ULS Oeste- concluída ULSEDV e ULS Amadora Sintra – em obra ULS Viseu- a aguardar visto do Tribunal de Contas.
Criação de 15 Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) de Psiquiatria	Finalizado	Portaria n.º 73/2024, de 29 de fevereiro
Requalificação de 20 serviços locais de saúde mental	Em curso	3 obras concluídas 16 em obra 1 por contratualizar.

Criação de 40 equipas comunitárias de saúde mental	Em curso	20 estão criadas e em funcionamento.
Criação de respostas residenciais na comunidade que permitam a desinstitucionalização dos doentes residentes em Hospitais psiquiátricos ou no setor social, que não beneficiam da oferta de cuidados da RNCCI	Não iniciado, encontrando-se ao nível das tutelas políticas	
Requalificação de 3 instalações de psiquiatria forense	Em curso, sem mais informação detalhada	
Construção de 3 unidades residenciais forenses de transição	Em curso, sem mais informação detalhada	1 intervenção concluída e 2 em curso

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

No anterior relatório da CNA-PRR este era um investimento que já apresentava necessidades de acompanhamento, bem como uma preocupação com as autorizações para a contratação de recursos humanos.

Recomenda-se:

- i. Que a ACSS possa acompanhar de perto, com visitas ao terreno, todas as obras, bem como a implementação das várias respostas comunitárias, para obviar os constrangimentos sentidos pelos beneficiários finais, no mais curto espaço de tempo, podendo assim antecipar e mitigar os riscos;
- iii. Que a ACSS possa, em conjunto com a tutela, avaliar os constrangimentos ao nível das definições de regras e legislação ainda necessária;
- iv. A antecipação das questões relacionadas com financiamento plurianual, relativas a recursos humanos. Nesta questão, deve ser tomada especial atenção às necessidades, de modo que não se corram os riscos de existência de estruturas físicas e/ou equipamentos, sem os devidos recursos humanos que permitam a sua operação, inviabilizando a prestação desses cuidados de saúde às populações.

A CNA-PRR enfatiza a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR. A dúvida sobre a realização, ou não, dos investimentos, é o pior serviço que pode ser prestado às populações, que ficam sem informação fidedigna sobre o que existe ou virá a existir, para seu apoio e dos seus familiares.

C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
---------	--

No anterior relatório da CNA-PRR este foi um dos investimentos não acompanhados.

Este investimento foi reformulado no âmbito da reprogramação do PRR. O atraso nas obras de construção dos Hospitais, obrigou à renegociação e à alteração do investimento para aquisição de equipamento. No caso de aquisições de equipamentos para o Hospital do Seixal, esses investimentos foram transferidos para outros hospitais que servem a mesma população, tendo em conta o atraso na sua construção. No caso do Hospital de Proximidade de Sintra, as aquisições estão a ser efetuadas pela SPMS e Hospital Fernando Fonseca, o que apresenta uma situação de financiamento PRR a uma parceria público-privada (PPP).

De acordo com a informação prestada pela ACSS, o ponto de situação é o seguinte:

Investimento/ações	Ponto de situação	Execução física
Assinatura do contrato de gestão para a construção do Hospital de Lisboa Oriental	O contrato de Gestão foi assinado entre a ARS LVT. Após envio para visto do Tribunal de Contas, o mesmo colocou o seu parecer uma advertência para a alteração do projeto (isolamento sísmico) ¹⁰ . Aguarda-se a decisão do Ministério da Saúde sobre o relatório do TdC.	
Construção do Hospital de Lisboa Oriental	Em risco, de acordo com o anterior	Não iniciada.
Equipamento para hospitais na região de Lisboa e Vale do Tejo	Em curso, sem mais informação detalhada.	
Aquisição dos equipamentos para o Hospital de Proximidade de Sintra	Em curso (contratualizado com ULS Amadora/Sintra)	Os equipamentos estão a ser rececionados e a ser instalados no Hospital.
Aquisição dos equipamentos para o Hospital de Lisboa Oriental	Não iniciado. Pendente do processo de construção	

¹⁰ Notícia publicada a 07/06/2024 conforme: [Afinal, Tribunal de Contas “chumba” novo Hospital Lisboa Oriental. Fundos do PRR em risco – ECO \(sapo.pt\)](#)

Apreciação e recomendações

Face à situação de grande complexidade relaciona-se com este investimento e os atrasos identificados, considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

Não é possível outra recomendação, para além da necessidade evidente de um acompanhamento do mesmo por parte da tutela, com a articulação de todas as entidades envolvidas. A probabilidade de incumprimento da meta PRR, face às situações relatadas é real, sendo de acrescentar os riscos que naturalmente devem ser considerados para obras desta natureza e magnitude.

Recomenda-se ainda:

- i. Que possa ser avaliado com urgência, em conjunto com a EMRP, a necessidade de renegociação das metas associadas, em antecipação ao risco de incumprimento;
- ii. Que sejam tomadas todas as precauções para que não sejam efetuadas aquisições de equipamentos sem local de instalação previamente designado e preparado, evitando-se correr o risco de obsolescência ou deterioração dos mesmos.

A CNA-PRR enfatiza a importância de serem prestadas informações públicas sobre o desenvolvimento destes investimentos, no sentido de promover a transparência e a comunicação de resultados no âmbito do PRR.

C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa BD - IPDJ, IP - INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.
---------	--

Este investimento tem como meta/marco a implementação nas escolas dos programas «Desporto Escolar Territórios», «Desporto Escolar Sobre Rodas» e lançamento da campanha nacional para o Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (e a plataforma tecnológica conexas), com data de conclusão de 2025.

O objetivo é alargar o Desporto Escolar à comunidade fomentando a mobilidade ativa, desde as idades mais jovens, contribuindo para a promoção do sucesso dos alunos e dos estilos de vida mais saudáveis, através do reforço do projeto Desporto Escolar sobre Rodas (DE Rodas) e do Desporto Escolar Comunidade (DE Comunidade).

DE Rodas

Este é um Kit composto por 10 bicicletas de composição adaptável às diferentes idades e respetivos capacetes. O contrato público está em execução. Desde setembro 2022 até 13 de junho 2024 foram entregues 17.040 bicicletas e capacetes (1.704 kits) em 871 escolas de Portugal Continental, com uma execução do contrato a 96%.

NUT II	Número Escolas	Número Kits
Norte	308	637
Centro	178	341
LVT	261	522
Alentejo e Algarve	124	204
TOTAL	871	1704

DE Comunidade

Este é um projeto em parceria com a Direção-Geral de Educação, que pretende distribuir um KIT, composto por 15 bicicletas e respetivos capacetes.

Foram selecionados 200 estabelecimentos escolares, estando o concurso público em execução.

A entrega dos Kits iniciou-se no 4º trimestre de 2023 e, até ao momento, foram entregues 78 kits de material velocipedico, estimando-se que até final do ano de 2024 seja entregue a totalidade.

Campanha nacional para o Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (e a plataforma tecnológica conexas)

Plataforma Tecnológica

Pretende-se desenvolver uma plataforma tecnológica que:

- disponibilize conteúdos focados na literacia física;
- integre estratégias de modificação comportamental individualizadas;
- monitorize a prática de atividade física e de comportamentos sedentários;
- integre a oferta de programas de atividade física;
- promova a oferta desportiva à comunidade;
- integre conteúdos e ofertas de desporto sustentável;
- garanta a migração da Plataforma SNID;
- crie estímulos à alteração das práticas dos cidadãos com recurso à gamificação e a uma abordagem interativa.

Foi lançado o Concurso Público Internacional limitado por prévia qualificação, que aguarda visto prévio do Tribunal de Contas para começar a ser implementado.

Campanha Nacional

O objetivo é implementar uma campanha nacional massiva para incentivar à adoção de um estilo de vida mais saudável. Pretende-se promover a adesão da população ao SUAVA e à respetiva Plataforma Tecnológica.

A 13/05/24 foi lançado procedimento de Concurso Público Internacional.

Incentivo à prática de atividade física através do contexto laboral

Este investimento pretende incentivar a prática de atividade física através do contexto laboral, fomentando a implementação de medidas que facilitem e estimulem a atividade física. Pretende-se:

- i) implementar um programa de capacitação/sensibilização de empregadores e;
- ii) criar um Selo que reconheça publicamente as Entidades que implementam medidas e políticas no contexto laboral.

Ponto de situação:

- Abertura do procedimento de contratação pública para a capacitação – 2º semestre 2024.
- Elaboração do Selo que reconhece publicamente as Entidades – 2º semestre 2024.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.
Recomenda-se que:

- i. Sejam realizados estudos sobre os resultados e impactos alcançados ao nível do desporto escolar, derivado da utilização dos kits distribuídos.

C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P. (ACSS, I.P.)
---------	---

No final do ano de 2023 foi anunciado a distribuição do montante de 100 milhões de euros por diferentes ULS e Centros Hospitalares, bem como a tipologia de equipamentos a adquirir. Atualmente as ULS encontram-se a desenvolver os procedimentos de contratação pública tendo a vista a aquisição dos equipamentos.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Componente C02 | Habitação

C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação
C02.i09	BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

Este investimento foi considerado “Preocupante” no anterior relatório da CNA-PRR, mas também já o tinha sido no relatório de 2022.

Meta¹¹: 26.000 fogos terminados e entregues às famílias, até março/2026, com metas intermédias de 1.500 em setembro/23 e 10.000 em março/25.

Devido à mudança de Governo, a CNA-PRR reuniu para este relatório com ambos os executivos. Em 20/03/24, em reunião com o Ministério da Habitação (XXIII

¹¹ A meta inicial do PRR era de 22.360 fogos, mas foi reforçada na reprogramação, passando para 26.000 fogos.

Governo), a informação obtida indicava que as candidaturas submetidas incluíam mais de 26.000 fogos, que deverão ser promovidos pelos municípios. A última fase de candidaturas (que terminaria a 31/03/2024) já registava três vezes mais candidaturas em 2 meses do que em todo o restante período. A estimativa de ter tudo avaliado era, a essa data, de julho/24, sendo necessário recorrer a contratação de serviços externos de avaliação. A essa data a informação prestada foi de estarem terminados pouco mais de 2.000 fogos.

De acordo com as várias visitas ao terreno e as conversas com os municípios, este é um investimento que irá decorrer até 2026. A complexidade envolvida determina a existência de diversas fases, desde a aquisição de terrenos ou fogos, preparação dos projetos, cadernos de encargos, concursos públicos, empreitada e entrega às famílias abrangidas. Em algumas regiões do país verificaram-se situações de escassez de empreiteiros (com aumento de custos de obra), mas outras foram as regiões em que tal situação se encontra estabilizada. Só com uma avaliação mais detalhada aos desvios aos orçamentos iniciais de projeto de execução é que será possível avaliar o impacto do aumento dos custos no orçamento global disponível para estes investimentos. Com a entrega da maior parte das candidaturas em 2024, os prazos para os promotores ficam mais apertados, exigindo-se procedimentos mais eficientes e eficazes da sua parte.

Em 07/06/2024, a CNA-PRR reuniu com o Ministério das Infraestruturas e Habitação (XXIV Governo), tendo sido possível obter a atualização a estas situações.

Após a avaliação das candidaturas entregues, há uma diversidade de maturidades de projeto e obra. Para além disso existem também (à semelhança do verificado noutros investimentos), candidaturas que precisarão de ser ainda melhoradas, apresentando também grandes falhas ao nível da sua instrução. Houve algumas possibilidades de ultrapassar estes constrangimentos, partilhadas pelo Ministério com a CNA-PRR, sendo que há uma situação intransponível, que é da alteração de critérios de entrada (definidos desde o 1º aviso). As peças processuais para o lançamento do concurso para avaliadores externos está a ser ultimado.

Para obviar a ainda maiores atrasos de avaliação detalhada das candidaturas e projetos, por parte do IHRU (e avaliadores externos), o Governo decidiu propor a assinatura de um termo de responsabilidade com os municípios, com o objetivo de acelerar os investimentos, comprometendo-se os municípios com o cumprimento de todas as regras relativamente às candidaturas em análise no IHRU¹².

Sendo este um investimento que assenta em diagnóstico dos territórios, a CNA-PRR solicitou informação sobre as Estratégias Locais de Habitação (ELH) e as

¹² A assinatura destes protocolos/acordos, com 83 municípios, decorreu nos dias 11/6/2024 e 12/06/24. Aguarda-se a assinatura com os municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo. A assinatura dos termos de aceitação contribuem para a construção de 26.000 fogos, meta inscrita no PRR, até junho de 2026. A portaria que sustenta esta metodologia foi publicada no dia 7/6/2024 em Diário da República: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/160-a-2024-868245270>

candidaturas apresentadas e aprovadas (antes da análise do aviso que fechou em 31/03/2024).

Esta é uma informação que irá ter resultados diferentes ao longo da execução, servindo o quadro seguinte como ponto de partida para comparações posteriores. Existem projetos de grande dimensão (especialmente nas grandes áreas urbanas), cujo contributo em termos de número de fogos deverá ser significativa.

NUTS II	ELH (diagnóstico - n° de agregados)	Candidaturas aprovadas e contratadas (n° fogos)	% de candidaturas relativamente à ELH
Alentejo	8.830	418	4,7
Algarve	6.674	568	8,5
Centro	10.705	1.138	10,6
Grande Lisboa	46.400	4.684	10,1
Norte	37.234	4.988	13,4
Oeste e Vale do Tejo	4.413	361	8,2
Península de Setúbal	13.442	1.630	12,1
Região Autónoma da Madeira	5.307	44	0,8
Região Autónoma dos Açores	3.795	241	6,3
Totais	136.800	14.072	10,2

Devido a estar a ser feito o levantamento do estado de todas as obras em curso ou em preparação, não foi possível obter um ponto de situação atualizado para este relatório.

No que diz respeito à plataforma de submissão e gestão de candidaturas e pedidos de pagamento, na reunião de junho/24, a informação prestada foi de que já tinha sido efetuada uma adjudicação de prestação de serviço, estando previsto que até setembro/24 existam os primeiros módulos (os mais prioritários) a funcionar. Embora para a fase de candidaturas esta utilização já não seja possível, espera-se que este desbloquear permita o acompanhamento, pedidos de pagamento, análises e desembolsos. Estão a ser, paralelamente, desenhadas algumas medidas de mitigação, que foram partilhadas com a CNA-PRR. Particularmente, foram reportadas alterações nos procedimentos internos, que permitirão simplificar processos, bem como o desenvolvimento de ferramentas de controlo de gestão, para acompanhamento diário das operações.

Outra das situações para as quais a CNA-PRR manifestou preocupação é a alta rotatividade de recursos humanos no IHRU (no apoio ao PRR), apesar de ter sido possível prover praticamente todos os lugares possíveis neste âmbito. Em conversa com o Ministério, em junho/24, foi deixada a intenção de avaliar o quadro de pessoal efetivo, para que se possa fazer um reforço permanente. A questão da insuficiência dos recursos humanos tem sido também temática nas conversas que a CNA-PRR

tem tido com os municípios. Invariavelmente, a grande carga burocrática é um ponto comum.

A questão de integração de financiamento de outras fontes, face aos aumentos de custos de obra que se continuam a verificar, encontra-se também em análise.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação de **PREOCUPANTE**, tendo em conta a complexidade de cada projeto e a quantidade de projetos a executar num curto espaço de tempo, com todas as pressões que isso naturalmente determina. Manifesta-se também a preocupação com a alta rotatividade de recursos humanos no IHRU (no apoio ao PRR), apesar de ter sido possível prover praticamente todos os lugares possíveis neste âmbito.

Recomenda-se que sejam disponibilizados publicamente os dados referentes aos projetos aprovados, respetivos financiamentos, bem como aos fogos entregues.

Recomenda-se, ainda, que seja avaliado o grau de maturidade de cada projeto, de forma que aqueles em que, manifestamente se torne inverosímil a conclusão dentro do prazo estabelecido no PRR, possam ser substituídos por outros que permitam alcançar a meta definida

Mantem-se também a recomendação do anterior relatório de “*que se comecem a avaliar as estratégias de sustentabilidade e continuidade de manutenção dos imóveis no futuro*”.

C02-i02	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
---------	---

Meta: construção/reabilitação, até junho/26, de 2.000 novos alojamentos destinados a respostas temporárias, urgentes ou de transição e 473 novos alojamentos destinados a Forças de Segurança. No caso das Forças de Segurança estão também incluídas reabilitações de espaços.

Respostas temporárias, de emergência ou de transição

Destinam-se a grupos populacionais mais vulneráveis¹³, tais como:

- i. Eventos imprevisíveis ou excecionais, designadamente catástrofes naturais, incêndios, pandemias, fluxos migratórios não programados;
- ii. Pessoas vítimas de violência doméstica;
- iii. Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos;
- iv. Pessoas ao abrigo da proteção internacional;
- v. Pessoas em situação de sem-abrigo;

¹³ De acordo com as estimativas apresentadas no aviso de abertura de candidaturas, a falha de mercado atinge diversos públicos vulneráveis, incluindo pessoas em situação de sem-abrigo (mais de 7.107 pessoas identificadas em 2019), refugiados (estima-se em 2026, cerca de 6.500), imigrantes (estima-se até 2026, cerca de 123.000 pessoas), agregados familiares nómadas (estima-se até 2026, cerca de 150), requerentes de asilo (2.000 pessoas/ano), vítimas de violência doméstica (cerca de 4.800 mulheres e 4.500 dependentes/ano), vítimas de tráfico de seres humanos (cerca de 50 vítimas/ano), pessoas em processo de desinstitucionalização e famílias afetadas por eventos inesperados ou imprevisíveis (catástrofes naturais, incêndios ou pandemias).

- vi. Necessidades extraordinárias e devidamente fundamentadas (risco de sem-abrigo ou pessoas com deficiência em risco).

Após o Aviso de Manifestação de Interesse N.º 1/CO2-i02/2021, que decorreu de 12 a 30/11/2021, foi aberto em 27/11/2023 o aviso N.º 02/CO2-i02/2021, que ficará aberto até se esgotar a dotação e cuja 1ª fase de submissão de candidaturas termina a 31/05/2024.

A informação disponibilizada à CNA-PRR, em março/24, pelo Ministério da Habitação (XXIII Governo), indicava que foram aprovadas 94 candidaturas, correspondentes a 1.027 alojamentos, não havendo indicação das fases em que se encontram.

Alojamentos destinados a Forças de Segurança

Objetivo é a construção de 473 novos alojamentos e a construção e reabilitação de 3 blocos habitacionais e a reabilitação de 5 centros de instalação temporários e espaços equiparados.

O Aviso N.º 03/CO2-i02/2022, lançado a 14/03/2022, definiu uma abertura de candidaturas em contínuo até 30/06/2026. Em 06/06/2023 foi definido um prazo de fecho da 1ª fase de submissões, que terminou a 31/10/2023.

São elegíveis como beneficiários finais os Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (SSGNR); os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP); Polícia de Segurança Pública (PSP); e os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)¹⁴. Apesar do financiamento ser da responsabilidade do IHRU, o cumprimento dos requisitos no âmbito das candidaturas é assegurado pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

A informação disponibilizada à CNA-PRR, em março/24, pelo Ministério da Habitação (XXIII Governo), indicava que foram aprovadas 19 candidaturas, correspondentes a 477 alojamentos, não havendo indicação das fases em que se encontram. Foi ainda indicado estarem terminados 156 alojamentos.

A atualização efetuada em junho/24 com o Ministério das Infraestruturas e Habitação (XXIV Governo), confirmou que estes investimentos se encontram a decorrer atempadamente. No caso dos centros de acolhimento nos aeroportos, há a necessidade de acautelar o tempo mínimo que estes centros terão que estar operacionais e no caso das forças de segurança, deverá ser ainda efetuada uma republicação de aviso, com abertura de candidaturas, permitindo que as próprias forças de segurança se possam candidatar e não apenas os serviços sociais das mesmas.

Apreciação e recomendações

Mantém-se a apreciação com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Apesar deste investimento estar aparentemente a decorrer de acordo com o projetado, existem cada vez mais solicitações para obras públicas. Este é um risco que deve ser sinalizado e que pode comprometer a entrega dos edifícios.

¹⁴ Não foi ainda possível obter a informação da entidade para quem foi transferido este investimento.

Mantém-se a recomendação de avaliar a possibilidade de deixar expressa a possibilidade de uma maior abrangência das pessoas que possam utilizar os alojamentos desta bolsa urgente e temporária. A possibilidade de extensão a profissionais deslocados temporariamente no território (p.ex. médicos, enfermeiros ou professores do ensino básico ou secundário) ou ainda trabalhadores sazonais, ainda que dependente da condição de não utilização por parte dos públicos prioritários e dependente de prazos curtos, pode permitir a sua total utilização, bem como a existência de uma bolsa de alojamentos ainda mais abrangentes, especialmente em determinados territórios.

Recomenda-se ainda, que sejam disponibilizados publicamente os dados referentes aos projetos aprovados, respetivos financiamentos, bem como aos fogos entregues.

C02-i05	Parque habitacional público a custos acessíveis BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
---------	---

Meta: 6.800 fogos entregues às famílias em março/ 2026, com metas intermédias de 520 em setembro/24 e 1.400 em setembro/25.

Este investimento tem associado um mix de rendas acessíveis, apoiadas e sociais, que não pode ser alterado. A meta concretiza-se com a entrega das casas às famílias a quem forem atribuídas - os beneficiários efetivos.

É um investimento que assenta essencialmente na recuperação de património devoluto do Estado, que seja apropriado para a reabilitação e/ou transformação em habitações. Por esse motivo, a identificação do património, bem como as respetivas transferências para a posse do IHRU têm sido os primeiros passos, bem como a identificação junto dos municípios e posteriormente também junto das Comunidades Intermunicipais. Nestes processos incluem-se as regularizações de registos, e toda a verificação administrativa e processual, necessário antes de lançamento de concurso de empreitada.

A estratégia inicial de que existissem pelo menos 1.500 fogos oriundos de municípios não teve o sucesso esperado. Segundo a informação recolhida em março/24 junto do Ministério da Habitação (XXIII Governo), o endividamento (embora fora dos limites), foi um dos principais entraves a esta mobilização. A estratégia posterior passou pela intervenção das Comunidades Intermunicipais, que tinham identificado até essa data cerca de 4.600 habitações, enquanto no caso dos municípios, tinham apresentado 19 candidaturas correspondentes a 501 habitações. Em projeto ou obra encontravam-se 5.600 habitações, sendo os maiores projetos em Almada (1.470) e em Setúbal (785). Encontravam-se concluídas 209 habitações.

A atualização efetuada em junho/24 com o Ministério das Infraestruturas e Habitação (XXIV Governo), confirmou este atraso. Num dos grandes projetos já lançado em concurso público (Estação Radionaval de Algés), não foram apresentadas propostas válidas para 3 dos 7 lotes colocados a concurso. Foram assinados contratos para construção de 430 fogos. Os restantes 3 lotes, que

perfazem 340 fogos, serão lançados em breve. A informação prestada à CNA-PRR é de que se encontram a avaliar várias possibilidades de mitigação para este investimento, sendo que uma das medidas é que seja a empresa Construção Pública a assumir a responsabilidade dos restantes investimentos, designadamente em Setúbal, à semelhança do que já ocorreu em Algés.

Relativamente aos fogos que se encontram terminados ou em execução, no quadro seguinte apresenta-se o ponto de situação à data de 03/06/24:

Estado dos fogos	Nº de fogos (promoção direta IHRU)
Concluídas	215
Em construção	352
Em concurso de empreitada	1.025
Projeto em Elaboração ou Revisão de Projeto	4.202
Fases anteriores:	2.891
Total	8.685

Apreciação e recomendações

Mantém-se a apreciação de **PREOCUPANTE**. Aguarda-se a apresentação das medidas de mitigação em preparação.

C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
---------	--

Este é um programas emblemático para a melhoria das condições de alojamento dos estudantes do ensino superior (e nalguns locais também para alunos de cursos profissionais e até de investigadores). O objetivo é atingir as 18.000 camas para alojamento estudantil a custos acessíveis no 1º trimestre de 2026.

Embora tenham sido reprogramadas as metas intermédias de setembro/23 (para setembro/24) e de setembro/24 (para setembro/25), pode não ser ainda suficiente para se conseguirem acomodar todas as situações inesperadas que surgem em processos de obras, bem como as exigências de verificação da meta, nomeadamente a eficiência energética do edifício.

Este é um investimento que está, em grande medida, dependente dos constrangimentos associados a obras de construção civil, que abarcam potenciais atrasos relacionados com licenciamentos municipais ou da área da cultura (no caso de achados arqueológicos); transferência da propriedade e aquisição dos edifícios; preparação de projetos de conceção, execução e respetivas empreitadas; condições inopinadas encontradas na fase de início de obra; bem como preparação, lançamento e litigância em concursos públicos.

Existem também constrangimentos de ordem financeira, quer relacionados com o aumento do custo generalizado das obras, quer com a forma como está definido o circuito financeiro entre a DGTF, a EMRP e a Agência Erasmus+, devido ao facto deste investimento ser financiado parcialmente com empréstimo. Têm sido por isso registadas situações limite de tesouraria, que se não forem resolvidas de forma permanente, aumentam o nível de stress das entidades e dos gestores responsáveis, quer no beneficiário intermediário, quer nos finais, que precisam de ter disponibilidade financeira para fazer pagamentos dos autos de medição das obras, para que as mesmas avancem a bom ritmo.

No caso do aumento do custo das obras, foi aprovado aumento da comparticipação financeira de cada cama de 32 mil euros para 37 mil euros (no caso de novas) e de 10 mil euros para 12 mil euros (no caso de reabilitação). Apesar de ainda existirem algumas situações reportadas de que o valor pode não ser suficiente, essa situação é mais evidente no caso das reabilitações, especialmente devido à necessidade de dar cumprimento às regras de eficiência energética e à dimensão das residências, de reduzida dimensão, cujos custos fixos de estaleiro fazem aumentar de forma relevante o custo global.

Tendo em conta que alguns projetos tiveram atrasos e poderão não ter condições de estar terminados dentro do prazo do PRR, foi aberto um 2º concurso, para reforçar a bolsa de projetos. O término de receção é de 15/04/24 e a estimativa de comunicação de resultados é de junho/24.

Em 14/05/2024 tinham sido concluídas 1.114 camas (8%), estando em construção 5.356 (30%). Apresenta-se no quadro abaixo um resumo, que inclui também o número de camas que se encontram em diversas fases, num total de 18.103 camas.

Tipologia dos edifícios	Nº camas				Montante envolvido (euros)
	Em projeto	Em fase de adjudicação	Empreitada em curso	Terminadas	
Nova construção	1.251	2.394	2.177	335	191.260.335
Adaptação de edifícios (com alteração de uso)	1.872	2.093	669	433	165.462.885
Aquisição de edifícios para adaptação (com alteração de uso)	0	214	159	62	14.204.925
Renovação de residências de estudantes já existentes	833	2.976	2.351	284	74.835.792
Total	3.956	7.677	5.356	1.114	445.763.937
Dotação PRR (em euros)			515.681.914,00		

A Agência ERASMUS+ lançou um terceiro aviso em 2024, com uma dotação de 15 milhões de euros. Foram rececionadas 46 candidaturas, estando as mesmas em fase de avaliação. A aprovação das candidaturas até ao montante disponível permitirá reforçar a oferta em curso.

Apreciação e recomendações

Não se vislumbra, a esta data, risco elevado sobre o cumprimento da meta final, embora com algumas dúvidas relativamente à possibilidade de haver um deslizamento de 2 ou 3 meses na entrega final das residências (com verificação energética efetuada). Acrescem ainda alguns projetos específicos que devem merecer, por parte dos beneficiários finais e demais organismos envolvidos no processo, medidas enérgicas que permitam recuperar os atrasos verificados a esta data.

Existem, no entanto, sérias dúvidas sobre o cumprimento da meta definida para o 3º trimestre de 2024, de 7.200 camas, atendendo aos vários atrasos identificados decorrentes dos motivos elencados.

Recomenda-se uma atenção proativa, por parte da EMRP e do Ministério das Finanças, para acompanhar, com a urgência e atenção necessárias, as autorizações, transferências e outros procedimentos de verificação, necessários para prover a Agência ERASMUS+ da tesouraria necessária, de forma que este beneficiário intermediário possa realizar os pagamentos atempadamente aos beneficiários finais como tem ocorrido até hoje.

Tal como noutros investimentos, em que o volume de construção é muito elevado, continuam a ser reportadas demoras inoportáveis com os tempos do PRR, nomeadamente em resposta a pedidos de licenciamento e autorizações de aquisição de edifícios, pelo que se apela a todas as entidades envolvidas nestes processos, para que possam melhorar os seus procedimentos internos, para que os beneficiários finais tenham respostas atempadas, para poderem avançar com os seus projetos e responder às exigências legais que venham a ser necessárias.

Agrava-se por isso a apreciação para **PREOCUPANTE**.

Componente C03 | Respostas Sociais

C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais BI - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P..
---------	---

Meta: Construção/renovação de 39.405 lugares para crianças, idosos, pessoas com deficiência e outras pessoas vulneráveis em creches, estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), centros de dia, serviços de apoio domiciliário (SAD), Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), residências de autonomização e inclusão e tipologias inovadoras (dos quais 15.000 novos).

Apresenta-se o ponto de situação recolhida junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em reunião de 07/06/2024.

Rede de equipamentos e respostas sociais

Valências	Nº lugares					Últimos avisos em análise após candidaturas (nº de lugares)
	Concluído	Em construção (incluí aquisição edifício)	Com empreitada lançada	Em fases anteriores ao lançamento de empreitada	Total	
Creche	139	3.514	3.072	4.743	11.468	19.860 (12.520 novos)
ERPI	104	1.718	1.672	848	4.342	
Centro de dia	0	551	462	367	1.380	
Serviço de apoio domiciliário	40	1.012	1.020	525	2.597	15.292 (7.042 novos)
Centro Atividades e Capacitação para a Inclusão	0	623	818	187	1.628	
Lar Residencial	0	0	0	0	0	
Residência Autónoma	5	47	15	10	77	
Residência Autonomização e inclusão	0	25	52	111	188	
Comunidades de Inserção	0	0	0	22	22	
Habitação Colaborativa	0	96	104	455	655	1.589
Total	288	7.586	7.215	7.268	22.357	36.741* (19.562 novos)

* O número de candidaturas superou a dotação prevista nos últimos 3 avisos. É expectável que venham a ser abrangidos cerca de 24.600 lugares intervencionados, dos quais 15.075 novos lugares, num total global de cerca de 47.600 lugares intervencionados, dos quais cerca de 34.000 novos, valores largamente superiores às metas contratualizadas.

Nova Geração do Apoio Domiciliário – SAD 4.0

Meta: 63.825 utentes/funcionários SAD c/ acesso a Equipamentos informático e formação.

Esta foi uma das medidas incluídas na reprogramação, mas ainda não foi iniciada.

Radar Social

Meta: constituição de 278 equipas de sinalização de indivíduos vulneráveis.

Para além da constituição das equipas em projeto-piloto (264 em atividade), está prevista uma plataforma centralizada (gerida pelo Instituto da Segurança Social), com a respetiva informação.

No anterior relatório da CNA-PRR ficou uma nota e recomendação sobre a importância de se criar uma única plataforma centralizada de georreferenciação e não várias (de cada município). Em junho/24 o Instituto da Segurança Social clarificou que o termo “georreferenciação”, não está adequado tecnicamente¹⁵. No âmbito deste investimento, isso irá traduzir-se no registo da localização (morada) de cada pessoa sinalizada. A plataforma encontra-se desenvolvida na SSD (ainda não em exploração) com as funcionalidades associadas à sinalização e encaminhamento das situações, tendo como potenciais utilizadores as equipas RADAR dos Municípios. Foi também desenvolvido um *webservice* para ser usado pela plataforma.

O programa do radar Social contempla duas fases:

- Atualização do diagnóstico social; Plano de Desenvolvimento Social; e Plano de Ação (até 3 meses) – em curso;
- Implementação de um sistema integrado de referenciação social de âmbito municipal que identifique pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social (até 24 meses).

Mobilidade Verde Social

Meta: aquisição de 2.500 viaturas adaptadas, 100% elétricas, para renovação ou reforço das frotas.

Encontram-se contratadas 1.192 viaturas, das quais 762 já estão entregues.

Apreciação e recomendações

Apesar das metas estarem a ser cumpridas atempadamente, havendo inclusivamente a expectativa de serem ultrapassadas, mantém-se a apreciação de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Reforçam-se as recomendações do anterior relatório:

- Relativamente à definição da cobertura de rede, se possa avaliar e considerar uma realidade mais dinâmica, fruto essencialmente da imigração, na medida em que vários concelhos possuem hoje necessidades que estão desajustadas dos números que estão a ser considerados nos avisos.
- Celeridade na análise dos pedidos de alteração dos projetos e dos pagamentos, pois os atrasos estão a gerar dificuldades de tesouraria nos beneficiários finais e, em alguns casos, o abandono de obra por parte dos empreiteiros.
- Urgência na operacionalização do mecanismo de restituição do IVA, em virtude da necessidade de liquidez das entidades do setor social, para realizar os pagamentos aos empreiteiros.
- Análise do fluxo de controlo de duplo financiamento, que neste momento está a gerar uma carga administrativa desproporcionada para os beneficiários

¹⁵ A georreferenciação é o processo de localizar geograficamente determinado objeto espacial, num sistema de referência, através de coordenadas. É comumente utilizado para localizar um terreno ou até objetos físicos, recolhendo as suas coordenadas conhecidas num dado sistema de referência.

intermediários, porquanto têm de efetuar controlos sistemáticos a todo o universo de despesa, desde a aprovação do projeto até ao pedido de saldo final.

C03-i02	Acessibilidades 360° BI - INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.
---------	---

Este investimento contempla 3 vertentes, cujo ponto de situação, de acordo com as informações obtidas pela CNA-PRR em reunião de junho/24 era a seguinte:

Programa de Intervenção nas Vias Públicas 2021-2025 (PIVP)

Meta: intervenção em 200.000 m2.

Encontram-se contratados 149.192 m2, dos quais 762 m2 já executados. Na reunião havida com o Ministério do Trabalho e Segurança Social foi-nos informado que a verba disponível será reforçada, o que possibilitará a aprovação das candidaturas submetidas, desde que tenham mérito, alargando assim o potencial de intervenção em todo o território. O INR está a estudar com a EMRP o modelo do termo de responsabilidade a assinar com as autarquias, para que se possam avançar, o mais rapidamente possível, com as obras.

Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos 2021-2025 (PIEP)

Meta: intervenção em 1.500 edifícios.

Encontram-se contratados 365, dos quais 6 terminados, relativos ao primeiro aviso. Estão em análise as candidaturas relativas ao 2º aviso, tendo sido duplicado o valor do apoio face ao primeiro aviso (6.667€).

Programa de Intervenção em Habitações 2021-2025 (PIH)

Meta: intervenção em 1.000 habitações (dezembro/25), com uma meta intermédia de 190 habitações em março/24.

Encontram-se contratados 400, dos quais 42 já terminados. Antevê-se como muito difícil o cumprimento da meta de conclusão das 190 habitações.

As análises a estas candidaturas foram muito demoradas (mais de 1 ano), situação que a CNA-PRR já tinha considerado preocupante no anterior relatório.

No caso do PIH, foi reportado que a existem muitos concursos a ficar desertos, em virtude de não gerarem interesse por parte dos empreiteiros, por serem obras pequenas. Houve ainda o reporte de algumas obras que ficaram, entretanto, paradas, por desinteresse dos empreiteiros ou dos proprietários em continuar a obra. O INR irá lançar um novo aviso, existindo a expectativa que possam ser apresentadas candidaturas em número suficiente para o cumprimento da meta, estando a ser equacionado um reforço do adiantamento para 50% do valor aprovado.

Apreciação e recomendações

Para além da demora na avaliação das candidaturas, que tem caracterizado este investimento, quanto mais tempo passa sem execução, menor é a probabilidade

de execução das obras em tempo, quer por desmobilização dos promotores, quer porque há cada vez mais solicitações para obras maiores, escasseando empreiteiros para estas de menor valor. Esta pressão na construção civil também propicia um aumento nos respetivos orçamentos.

Considera-se ser de agravar a apreciação deste investimento para **CRÍTICO**.

Sugere-se que:

i. Sejam aprovados, o mais rapidamente possível, os novos investimentos para intervenção nas vias públicas, criando-se um canal permanente de comunicação com as autarquias;

ii. Seja criado um grupo de trabalho com as autarquias e CIM para encontrar soluções conjuntas ao nível da intervenção em habitações privadas, equacionando-se a possibilidade de atribuição de Vales Acessibilidade às famílias, à semelhança dos Vales Eficiência, em estreita articulação com os municípios e CIM.

C03-i05	Plataforma +Acesso BD - INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.
---------	---

No âmbito deste investimento, o ponto de situação é o seguinte:

Georreferenciação da localização de imóveis, de lugares de estacionamento e sistemas de GPS para imóveis

O objetivo é a instalação de 750 equipamentos de georreferenciação nas várias autarquias do país. A aplicação (app) está concluída. Até 2025 deverá ser dada continuidade à georreferenciação de imóveis, ao levantamento de lugares de estacionamento e a instalação de sensores de estacionamento nas várias autarquias. Faltam ainda algumas autarquias acordar com o INR a manutenção e limpeza dos espaços onde serão instalados os equipamentos de apoio às pessoas com deficiência.

Call center de interpretação de Língua Gestual Portuguesa

Encontra-se em preparação o protocolo com a AMA para que este *call center* possa ser operacionalizado.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C03-i06: Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

C03-i06.01	Programa Bairros Saudáveis BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
------------	---

De acordo com a informação prestada pela ACSS, este investimento encontra-se concluído. No entanto, no website dedicado a este investimento, em publicação de 17/05/2024¹⁶, é dada nota pela coordenação do programa, de que o mesmo ainda tem o respetivo relatório de contas por fechar.

A nota publicada indica que “o Núcleo Executivo cessou funções em 31 de dezembro de 2023, quando terminaram os contratos dos seus membros, devendo este ter sido substituído por uma Equipa de Projeto até esta data não constituída. A Resolução do Conselho de Ministros 158/2023, de 11 de dezembro, remeteu a contratualização desta equipa para um procedimento a definir por despacho cuja publicação ocorreu em 27 de março passado - o Despacho n.º 3262/2024, que cria a Equipa de Projeto do Programa Bairros Saudáveis dedicada exclusivamente à gestão da segunda edição do Programa, cabendo-lhe ainda assegurar os trabalhos de encerramento da primeira edição do Programa.

O Coordenador da 2ª edição do Programa, João Afonso, está a diligenciar junto do governo para se proceder ao fecho de contas, mas tal só será devidamente possível quando se consiga constituir a equipa de projeto, estando a decorrer as formalidades necessárias à sua concretização.

Importa realçar que o processo de avaliação dos Relatórios de Contas da 1ª edição do Programa teve continuidade ao longo dos últimos meses graças ao empenho da Arq. Helena Roseta, a colaboração graciosa da anterior equipa do Núcleo Executivo e o contributo dos membros do Grupo de Trabalho de Avaliação.”

Apreciação e recomendações

Foram analisados os últimos relatórios disponíveis, relativos ao ano de 2022. Entendeu-se que, estando o investimento finalizado, se deverá aguardar pelo encerramento formal do projeto para elaborar a apreciação. Por esse motivo considera-se que este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.**

C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa BI - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML)
------------	---

No âmbito deste investimento, o objetivo é executar projetos (com ações materiais e imateriais) que permitam promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas em situação de carência e exclusão.

As metas de desembolso relacionadas com este investimento são:

- No final do 4T/2024 a publicação de um relatório de acompanhamento conjunto pelas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa relativo às medidas tomadas em cada um dos 12 domínios de intervenção.

¹⁶ [Bairros Saudáveis : Notícias : Fecho de contas da 1ª edição dos Bairros Saudáveis - ponto situação \(bairrossaudaveis.gov.pt\)](https://bairrossaudaveis.gov.pt)

➤ No final do 4T/2025, a conclusão de pelo menos 90% dos projetos.

Tendo por base o Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas¹⁷, foram definidos o modelo de governação, os eixos de intervenção, as tipologias de medidas elegíveis em cada um dos sete eixos definidos¹⁸, o fluxograma de intervenção e as regras de acesso ao financiamento (beneficiários, parcerias e planos). Este plano abrange todo o território da AML, estando programadas seis intervenções territoriais¹⁹, compostas por 31²⁰ operações integradas locais, cujos contratos de execução foram assinados a 04/11/2022. No âmbito destas 31 operações integradas (ao nível da freguesia), foram apresentados mais de 640 projetos locais.

A CNA-PRR teve a oportunidade de estar presente em 2 das reuniões de acompanhamento destes projetos e esteve também em 3 encontros locais de apresentação e visitas aos territórios²¹.

À data do anterior relatório da CNA-PRR, a situação apurada identificava constrangimentos vários, relacionados com a parte administrativa e burocrática, sendo a plataforma de reporte de despesas uma das questões. Em termos de execução física, verificavam-se os primeiros passos.

À data de 04/12/2023, a CNA-PRR esteve presente na sessão de acompanhamento dos projetos, onde estiveram também os representantes de todos os municípios intervenientes e onde foram apresentados os pontos de situação dos projetos considerados críticos (os de maior dimensão). Vários foram os projetos que ainda se encontravam em fase de preparação e foram reportadas várias situações de atrasos em lançamento de concursos, o que indicou uma probabilidade de atrasos. Em termos dos projetos de menor valor financeiro e especialmente dos imateriais, verificou-se situação contrária, com execuções mais avançadas.

O valor contratado para estes investimentos é de 118,9 M€, do qual 35% (41,8 M€) está alocado aos 21 maiores projetos. Relativamente à totalidade dos projetos em curso, cujo número ascendia em abril/24 a 636, a informação prestada é de que 18 se encontram concluídos e 107 ainda não foram iniciados.

De acordo com a informação prestada pela AML, identificam-se no quadro seguinte os 21 maiores projetos, a sua localização, o montante financeiro alocado e a situação em que se encontram, em termos de execução física:

¹⁷ Disponível em [COMUNIDADES_EM_ACAO_BROCHURA.PDF \(aml.pt\)](#)

¹⁸ Eixos definidos: ambiente e valorização do espaço público; cultura e criatividade; cidadania e empoderamento de comunidades; educação; emprego e economia local; social; e saúde.

¹⁹ Grande Lisboa - Área Central; Grande Lisboa - Poente; Arco Ribeirinho Sul - Poente; Arco Ribeirinho Sul - Nascente; Península de Setúbal - Sul; e Grande Lisboa - Norte / Nascente

²⁰ Apesar da intervenção estar a ser feita em 31 comunidades desfavorecidas, a indicação, por parte da AML, é de que o diagnóstico realizado identifica mais de 60, em locais cuja última intervenção poderá ter acontecido há mais de 1 década.

²¹ No dia 22/11/2023, em Vila Franca de Xira, com apresentação de alguns projetos; no dia 20/02/2024, em Alcochete, com visita a investimentos em Alcochete, Montijo e Moita; no dia 04/05/2024, em Loures, com visita a investimentos em Loures, Mafra e Vila Franca de Xira.

Concelho	Projeto	Operação integrada local (OIL)	Montante alocado [M€]	Situação
Alcochete	Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil	Alcochete - Bairro do Passil	1,727	Risco de incumprimento
Almada	Reabilitação EB N.º 1 Trafaria	Caparica - Trafaria	2,048	Risco de atraso
Amadora	Requalificação do pavilhão desportivo da EB, 2,3 de Alfovelos	Encosta do Sol	1,230	Concluído
	Construção do Campo Desportivo - REN	Mina de Água	1,357	Risco de atraso
Barreiro	Requalificação do espaço público do Bairro Alves Redol/Alto do Seixalinho	UF Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	3,304	Risco de incumprimento
Lisboa	CUPAV'23 - Incubadora de Inovação Social - Lumiar	Lumiar	1,650	Risco de incumprimento
Lisboa	Via estruturante e de coesão de Santa Clara - Sector 1 - Galinheiras - Ameixoeira - Qta. da Torrinha	Santa Clara	2,887	Risco de atraso
Loures	Unidade de saúde Familiar da Bobadela - Construção	UF Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela	2,000	Risco crítico
	Escola Básica N.º 5 de Camarate - Construção	UF Camarate, Unhos e Apelação	3,029	Risco de atraso
Mafra	Complexo desportivo	Milharado	4,225	Risco de incumprimento
Moita	Pavilhão Gimnodesportivo da ES Baixa da Banheira	Vale da Amoreira - Baixa da Banheira	1,228	Risco crítico
	Requalificação da Frente Ribeirinha da área envolvente ao Bairro da Fonte da Prata/Parque da Caldeira	Alhos Vedros, Fonte da Prata e Moita	1,280	Risco crítico
Montijo	Construção do Centro de Desenvolvimento de Competências	UF Montijo e Afonsoeiro	1,317	Risco crítico
Odivelas	Ampliação e requalificação do Centro de Saúde da Urmeira	Pontinha-Famões	1,336	Risco crítico
	Criação de Pólo Cívico da Urmeira	Pontinha-Famões	1,560	Risco crítico

Concelho	Projeto	Operação integrada local (OIL)	Montante alocado [M€]	Situação
Oeiras	Ações de Qualificação do espaço público, de melhoria do ambiente urbano e das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	Porto Salvo	1,950	Risco de atraso
	Ações de Qualificação do espaço público, de melhoria do ambiente urbano e das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada – S. Marçal e Pátio Cavaleiros	Carnaxide Queijas	2,000	Risco crítico
Sesimbra	Construção do Pavilhão Desportivo Municipal de Sampaio	Castelo	1,000	Sem informação
Setúbal	Centro Educativo Barbosa du Bocage (no Bairro do Liceu)	Setúbal - União de Freguesias de Setúbal	3,000	Risco de incumprimento
Vila Franca de Xira	Projeto 20 - Escola de Música de Vialonga	Vialonga	1,705	Risco crítico
	Projeto 21 - Mobilidade Suave	Vialonga	1,975	Risco crítico
Totais	21 projetos		41,808	9 em risco crítico 5 em risco de incumprimento 5 em risco de atraso 1 sem informação 1 concluído

Este é um investimento bastante complexo, cujo desenho segue uma lógica de necessidades locais, conforme a identificação no diagnóstico inicial.

O modelo de acompanhamento instituído pela AML, integra relatórios trimestrais, reuniões regulares com todos os executores, eventos de partilha e visitas aos territórios intervencionados. Há uma equipa de gestão de projeto centralizada na AML e equipas de projeto nas autarquias. No desenho de implementação foi definida a possibilidade de reprogramações anuais, com reafecção de verbas ou entrada de novos projetos.

Parece por demais evidente a situação crítica, em termos de execução física, em que se encontram os projetos, especialmente os maiores e que são mais complexos, porque envolvem concursos públicos e empreitadas. A tentação de aligeirar projetos ou de substituição por outros menos impactantes e mais fáceis de concretizar, pode levar a uma diminuição da ambição. Esta é uma situação que,

quer a AML, quer as autarquias e os parceiros, deverão ter em atenção, avaliando a adicionalidade de todas as execuções físicas.

A CNA-PRR considera que os encontros territoriais que têm sido organizados, com visitas aos projetos no terreno são de extrema importância e que por esse motivo devem ser replicados de forma ainda mais intensa. Tem sido possível constatar, nas visitas efetuadas, a relevância dos projetos imateriais que se estão a desenvolver, que são transversais, desde a área da saúde até ao desporto, passando pela educação e integração de comunidades, bem como pela área ambiental ou de integração profissional. Só assim se conseguirá uma verdadeira transferência de práticas e interligação entre projetos, sempre que possível. Considera-se ainda, que é importante iniciar uma discussão sobre os impactos, bem como as possibilidades de manutenção e continuidade no pós-PRR, garantindo a sustentabilidade das intervenções agora iniciadas.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se:

- i. Que todas as autarquias envolvidas façam um esforço para acelerar estes projetos, não sendo aceitável que, após um período de reprogramação (quer nacional, quer interno ao próprio investimento), não tenha sido possível acertar um cronograma razoável;
- ii. Que a AML possa, em conjunto com as autarquias e os parceiros, visitar os projetos, avaliando a adicionalidade de determinadas despesas associadas, prevenindo a inclusão de despesas não consideradas;
- iii. Que se mantenham e intensifiquem os encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, que se consideram uma boa prática de disseminação e transferência de conhecimento;
- iv. Que se inicie a preparação de modelos de avaliação de impactos, bem como de manutenção e continuidade, no pós-PRR, em virtude da importância dos investimentos realizados nestas comunidades desfavorecidas, com o objetivo de não se retornar às situações anteriores.

C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto BI - ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP)
------------	---

Este é um investimento que a CNA-PRR só conseguiu acompanhar em 2024. De qualquer forma ainda não o efetuou de forma tão intensa que permita ter uma verdadeira abordagem de apreciação.

Em 05/03/24 a CNA-PRR reuniu com a equipa de gestão da AMP, tendo obtido as seguintes informações mais detalhadas:

- O investimento foi delineado com base num estudo global adjudicado a uma consultora, no qual a Faculdade de Letras da Universidade do Porto também colaborou;

- Foram diagnosticadas as vulnerabilidades e criadas 6 unidades (conjuntos de 6 municípios);
- Foi seguida uma lógica de atribuição de verba equitativa entre unidades, com a divisão de financiamento (50-50) entre projetos materiais e imateriais;
- Houve a abertura de 1 Aviso (com 2 fases). As candidaturas de projetos foram apresentadas por autarquias ou outras entidades, previamente identificadas no estudo global e no plano de ação delineado;
- Na fase de preparação e apresentação de projetos, a equipa de gestão da AML efetuou reuniões no terreno com muitos promotores;
- No plano inicial a expectativa era de 350 projetos, no entanto foram aprovados 194 da 1ª fase, estando 67 em análise da 2ª fase;
- Após as primeiras avaliações, está a ser preparada uma fase de reprogramação, antecipando-se que alguns projetos não terão execução, existindo ainda verbas de montante significativo para alocar.

Não foi ainda delineado um modelo de acompanhamento por parte da AMP, pelo que o acompanhamento da execução física ainda não está a ser feito. No entanto, a AMP realiza reuniões com os municípios. No desenho financeiro do projeto, está prevista verba para contratação de serviços externos, que pode ser utilizada para avaliação, análise de reembolsos e auditoria, libertando assim a equipa de gestão da AMP para as visitas ao terreno e acompanhamento mais próximo dos projetos.

Tal como a CNA-PRR identificou noutros beneficiários intermediários e finais, existem constrangimentos que são transversais e que são limitativos de um bom desempenho das equipas:

- Tendo uma equipa pequena na gestão de projeto, a segregação de funções (p.ex. entre quem analisa, efetua pagamentos ou faz a auditoria) é extremamente difícil;
- Há um peso administrativo muito grande para cumprir com as obrigações, tais como: Arachne, duplo financiamento, conflitos de interesse, bem como a leitura e perceção de todas as orientações técnicas, cuja publicação em 2023 foi bastante intensa e trouxe novas exigências;
- Este peso administrativo é depois passado para os beneficiários finais, cujas equipas de projeto são ainda mais pequenas e que muitas vezes têm tempos muito curtos para preparar e entregar documentação e informação.

Para além destes constrangimentos, o facto de existirem muitos projetos imateriais é, no caso deste investimento, uma situação que aumenta a criticidade, pelo facto de não terem sido consideradas elegíveis a imputação de recursos humanos internos. A necessidade de contratações externas foi reportada como uma dificuldade, resultando em projetos parados e em recursos humanos pouco estáveis. Foi ainda reportada a situação de vários concursos públicos que ficaram desertos.

Não estava ainda pensado um modelo de identificação de impactos, nem de continuidade ou sustentabilidade dos projetos no futuro.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Embora ainda não tenha sido possível realizar reuniões e visitas nestes territórios, recomenda-se à AMP que reforce o seu modelo de acompanhamento, para, no mais curto espaço de tempo, conseguir reprogramar todos os projetos e mitigar os riscos que se vislumbram.

Recomenda-se ainda:

- i. Que possa ser avaliada a realização de encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, para que existam prática de disseminação e transferência de conhecimento. Quanto mais cedo estas práticas forem implementadas, mais probabilidades terão de continuidade no futuro;
- ii. Que se inicie a preparação de modelos de avaliação de impactos, bem como de manutenção e continuidade, no pós-PRR, em virtude da importância dos investimentos realizados nestas comunidades desfavorecidas, com o objetivo de não se retornar às situações anteriores.

Componente C04 | Cultura

C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital BI - GEPAC - GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS
---------	---

Estes são investimentos que se têm revelado complexos de acompanhar, não só pela dispersão por todo o território, mas especialmente porque têm sido impactados pelas mudanças nas entidades de gestão. Estas mudanças aconteceram quer pelas alterações de orgânica dentro do Ministério da Cultura, quer pela passagem de competências da área da cultura para as CCDR, fruto da também reorganização destas entidades.

Este investimento é composto por 3 medidas e respetivas submedidas.

Em maio/24, de acordo com informação recolhida junto do Ministério da Cultura, o ponto de situação era o seguinte:

Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, que se subdivide em 6 submedidas:

1. Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes on-line e sistemas de informação e catálogos integrados
Meta: 239 bibliotecas públicas
Encontram-se contratualizadas 259 bibliotecas
2. Cobertura de wifi em museus, palácios e monumentos
Meta: 50
Encontram-se contratualizados 14. Aguarda-se ainda o término de algumas empreitadas de adequação de espaços para que a instalação possa ser efetuada.
3. Aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo, imagem e tecnologia em cineteatros e centros de arte contemporânea públicos
Meta: 155
Encontram-se contratualizados 106 equipamentos culturais, registando-se alguns atrasos na entrega de equipamentos.
4. Modernização tecnológica dos laboratórios de conservação e restauro
Em curso, não aparentando risco.
5. Modernização tecnológica do ANIM (arquivo nacional da imagem em movimento)

Concluída

6. Instalação do arquivo nacional do som

Em curso, não aparentando risco. Projeto do edifício em adjudicação.

Digitalização de artes e património, que se subdivide em 5 submedidas:

1. Digitalização e virtualização de espólio da biblioteca nacional de Portugal (BNP) e biblioteca pública de Évora
Meta: 20 M de imagens
Em curso, não aparentando risco. Contratualizadas 4,8 M de imagens.
2. Digitalização e virtualização de espólio DGLAB
Meta: 19,5 milhões de imagens
Em curso, não aparentando risco. Digitalizadas 667 mil imagens.
3. Digitalização de acervos de museus sob gestão da DGPC e DRCs
Meta: 59.500 registos
Com atraso na execução e em avaliação de estratégias de recuperação.
4. Visitas virtuais em museus sob gestão da DGPC e DRCs
Meta: 65
Com atraso na execução e em avaliação de estratégias de recuperação. Pode existir risco de insuficiência de verba.
5. Digitalização de filmes portugueses da Cinemateca
Meta: 1.000
Em curso, não aparentando risco. Estão digitalizados 442 filmes.

Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores que se subdivide em 5 submedidas:

1. Apoio à tradução de obras literárias (beneficiários finais – editores e livreiros)
Do 1º aviso, com candidaturas até 29/12, não foi considerada elegível nenhuma candidatura. Está a ser ajustado o aviso e algumas das condições para republicação.
2. Apoio à edição de audiobooks (beneficiários finais – editores e livreiros)
Do 1º aviso publicado, com prazo de candidaturas até 11/02/24, foram rececionadas 282 candidaturas, que se encontram em fase final de análise.
3. Plataforma de empréstimo de livros eletrónicos a bibliotecas públicas
O concurso, já lançado em 2023, foi objeto de litigância. No entanto, encontra-se em resolução e já foi enviado o contrato para visto do Tribunal de Contas, da proposta ganhadora.
4. Apoio financeiro para a transição digital de livrarias (beneficiários finais – editores e livreiros)
Do 1º aviso publicado, com prazo de candidaturas até 17/04/24, foram rececionadas 36 candidaturas, que se encontram em fase de análise.
5. Apoio à tradução da obra "Os Lusíadas" nas línguas oficiais da União Europeia (beneficiários finais – empresas)
Esta obra literária já se encontra traduzida na maioria das línguas da União Europeia. Proposta de 1º aviso em avaliação por parte da EMRP.

Apreciação e recomendações

Mantêm-se a apreciação anterior de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Face à diversidade de medidas incluídas neste investimento, a quantidade de intervenientes, a interligação necessária entre várias entidades e as ainda recentes alterações orgânicas e de competência, recomenda-se a manutenção e intensificação de um acompanhamento muito próximo por parte da tutela.

No que concerne à transição digital das livrarias e tradução de obras literárias, recomenda-se que sejam feitas reuniões com os potenciais beneficiários para lhes apresentar a medida e recolher eventuais sugestões relativas à republicação dos avisos.

C04-i02 Património Cultural

C04-i02	Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros) BI - FSPC - FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL (Direção Geral do Património Cultural)
---------	---

Meta: conclusão de 75 obras de requalificação e conservação de edifícios que são património cultural e de teatros nacionais (março/26).

Estes são investimentos que se têm revelado complexos de acompanhar, não só pela dispersão por todo o território nacional, mas especialmente porque têm sido impactados pelas mudanças nas entidades de gestão. Estas mudanças aconteceram quer pelas alterações de orgânica dentro do Ministério da Cultura, quer pela passagem de competências da área da cultura para as CCDR, fruto da também reorganização destas entidades.

A estes factos acrescem a complexidade própria de obras de reabilitação e restauração na área do património cultural, experiência que muitas entidades não tinham há alguns anos (outros mesmo há décadas). A especificidade dessas mesmas intervenções exige por isso empresas de prestação de serviços especializados, que tiveram uma grande procura nestes últimos 2 anos (algumas ainda a terminar intervenções no âmbito de outros programas de financiamento). A associação de vários fatores, como a inflação, o custo dos materiais (que estabilizou, mas manteve valores acima dos orçamentados) e a grande quantidade de obras em concorrência, têm colocado uma pressão muito grande na adequação do financiamento disponível aos custos apresentados pelos fornecedores.

Mas os desafios que estão associados a este investimento são também relacionados com a complexidade dos projetos. Estas obras arquitetónicas apresentam especificidades diferentes de outras obras de construção civil, quer no design, quer mesmo na adequação de obrigações impostas pela eficiência energética de edifícios, mais difícil de adequar nestes casos, em que a antiguidade e valores histórico e arquitetónico não pode ser colocada em causa.

Como em todas as outras aquisições na administração pública, também aqui a pressão da contratação pública tem sido alta, para que os prazos se cumpram, dentro do cumprimento das regras.

No âmbito da reprogramação do PRR, foram ainda previstos mais investimentos adicionais, sendo que muitos deles estão em gestão pelos municípios, o que adiciona mais uma tipologia de intervenientes.

No total, este investimento integra intervenções em:

73 Museus, Monumentos e Palácios (165,8 M€)

3 Teatros Nacionais (48,3 M€)

À data de maio/24, de acordo com as informações prestadas pelo Ministério da Cultura, existiam 13 empreitadas concluídas e 18 em curso. As restantes intervenções encontravam-se em fase de projeto (estando 80 já concluídos) ou em fase de concurso de empreitada (com 14 já lançados).

Apresenta-se um ponto de situação dos investimentos mais relevantes em termos financeiros (financiamento superior a 5 M€), de acordo com a informação prestada pelo Ministério da Cultura:

Teatro Nacional de S. Carlos (32,7 M€)

A entrega do projeto de execução encontra-se prevista para janeiro de 2025 (inclui reabilitação de coberturas e algumas fachadas, conservação e restauro de espaços interiores; beneficiação de sistemas de climatização e condições de segurança).

Investimento: 32,7 M€. Beneficiário final: OPART, Organismo de Produção Artística, EPE.

Museu Nacional de Arqueologia (32,7 M€)

A entrega do ante - projeto da “Remodelação do museu”, ocorreu em 13-05-2024. O valor apresentado pelo projetista ultrapassa o montante global previsto. Até ao momento estão comprometidos 1 M€.

Investimento: 32,6 M€. Beneficiário final: ATL, Associação Turismo de Lisboa.

Teatro Nacional D. Maria II (9,6 M€)

A empreitada “Reconversão da área de cenografia em espaços de trabalho do Teatro Nacional D. Maria II” encontra-se em curso com previsão de conclusão em outubro de 2024 (possivelmente irá ter prorrogação de prazo). Valor 8,5 M€. Decorre igualmente a fiscalização e coordenação de segurança em obra.

Investimento: 9,6 M€. Beneficiário final: TNDMII, EPE.

Museu Nacional do Traje (7,4 M€)

O concurso de empreitada do projeto de “Requalificação de espaços exteriores e casa dos caseiros”, elaborado pelo PC, IP/DPO, que irá acolher os serviços do museu encontra-se a decorrer.

O projeto de execução de “Remodelação e ampliação do museu”, encontra-se em curso.

Investimento: 7,4 M€. Beneficiário final: ATL.

Palácio Nacional de Mafra (7 M€)

Encontram-se entregues e aprovados pelo PC, IP., os dois projetos de execução: “Conservação e restauro da Basílica e Biblioteca” e “Conservação e reabilitação da envolvente exterior”. A Câmara Municipal de Mafra encontra-se a preparar os concursos de aquisição de serviços para revisão de projeto.

Investimento: 6,9 M€. Beneficiário final: Município de Mafra.

Convento da Saudação

O projeto de execução está entregue e já foi revisto. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo já lançou o concurso de empreitada de obras públicas.

Investimento: 5,9 M€. Beneficiário final: Município de Montemor-o-Novo.

Teatro Camões (5,9 M€)

A empreitada de “Ampliação e reabilitação” encontra-se em curso desde janeiro de 2024. Prazo de oito meses. Decorre igualmente a fiscalização e coordenação de segurança em obra. Prevê-se que a companhia regresse ao teatro em setembro de 2024.

Investimento: 5,8 M€. Beneficiário final: OPART.

Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional (5,8 M€)

A entrega do projeto “Ampliação e remodelação do Museu” está prevista para final de maio de 2024.

Investimento: 5,8 M€. Beneficiário final: Município de Condeixa-a-Nova.

Museu Nacional da Música

A empreitada de “Instalação do Museu no Palácio Nacional de Mafra” encontra-se em curso. Decorre igualmente a fiscalização e coordenação de segurança em obra. Prevista a conclusão em junho de 2024.

Investimento: 5,7 M€. Beneficiário: Município de Mafra.

O investimento prevê ainda um reforço de investimento no valor de 700 mil € para a Museografia, cujo projeto se encontra em curso.

Convento de Cristo (5,2 M€)

A entrega do projeto de execução referente à “Reabilitação do Paço Henriquino e Alcáçova |Castelo, jardim e acessibilidades” está prevista para 19 de junho de 2024, enquanto o projeto de execução de “Conservação e restauro dos Claustros (D. João II e Santa Bárbara)”, está prevista para 17 de julho de 2024.

Investimento: 5,2 M€. Beneficiário: Património Cultural, Instituto Público.

Apreciação e recomendações

Agrava-se a apreciação para **PREOCUPANTE**, em virtude do atraso no início das obras, que em muitos casos são complexas e morosas, pelo que se mantém a recomendação da continuidade e intensificação do acompanhamento de todos os investimentos pela tutela.

C04-i02	Património cultural (Programa Saber Fazer) BI - FSPC - FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL (Direção Geral do Património Cultural)
---------	--

Marco: Instituição da rede «Saber Fazer», até dez/22

De acordo com a informação na página web do programa²², encontra-se disponível:

- O Repositório Digital, um atlas da produção artesanal, tradicional em Portugal²³;
- As 12 Rotas Saber Fazer (Bilhas para água, Cestaria de Vime, Cesto de madeira, Empreita de Palma, Fio de Seda, Latoaria, Mantas e Cobertores de Lã, Mobiliário de Bunho, Olaria de Barro Negro, Palitos de Lorvão, Rendas de Bilro e Talhas);
- Informação sobre os 4 Laboratórios de Intervenção Territorial que tiveram lugar até à data (Bordados- Cerâmica-Cutelaria nas Caldas da Rainha, o Fio de Seda: Saberes Partilhados em Castelo Branco, Palitos de Lorvão: saberes partilhados no Mosteiro do Lorvão e Apanhar o tempo: encontros do barro negro de Castro Daire).

O número de atividades pedagógicas e oficinas já efetuadas totalizam 56, nas quais participaram ou estiveram envolvidos 649 participantes, 23 artesãos e 36 professores/ técnicos.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**

Componente C06 | Qualificações E Competências

C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados BI - IGeFE - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.
------------	---

Este investimento, tem como objetivo criar 365 centros tecnológicos especializados (CTE), renovados ou construídos, para os quais são elegíveis 744 entidades (de entre Escolas públicas e privadas). Os CTE serão geridos por diretores da rede de escolas públicas ou por entidades privadas. Este investimento envolve a modernização e

²² <https://programasaberfazer.gov.pt/>

²³ [Mapa | Saber Fazer Portugal \(programasaberfazer.gov.pt\)](#)

reabilitação das instalações e infraestruturas existentes e a aquisição de recursos educativos tecnológicos (equipamento).

Apesar da responsabilidade de gestão desta medida ser do IGeFE, a preparação dos avisos e dos critérios, seriação e análise de candidaturas é da ANQEP. Para além destas 2 entidades, acresce ainda a intervenção da DGEST, que tem a tutela das Escolas. Esta diversidade de intervenientes, aliada ao facto de que as Escolas não tinham histórico de preparação de cadernos de encargos para concursos públicos destas dimensões, tem colocado algumas dificuldades no avanço destes investimentos, apesar de todos o terem considerado muito importantes e urgentes.

Para apoio às Escolas foi disponibilizada uma verba para aquisição de prestação de serviços por parte de juristas ou consultores para a preparação e gestão dos concursos públicos. Essa verba (a rondar os 2.760 euros por Escola), foi considerada insuficiente, face aos valores de mercado.

No dia 16/02/24 foi realizada uma reunião online, a pedido da direção da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), onde participaram mais de 90 pessoas e em que intervieram cerca de uma dezena. Na globalidade, estes diretores relataram as suas dificuldades, que passavam pelas questões relacionadas com a dificuldade em preparar e gerir este tipo de projetos, mas também pelas questões financeiras e administrativas, tendo sido bastantes as dúvidas levantadas sobre como deveriam proceder e sem uma clara identificação de uma equipa de gestão ao nível do beneficiário intermediário.

Esta reunião, a par das visitas realizadas no âmbito dos roteiros de proximidade demonstraram que, na larga maioria dos casos, a execução dos investimentos está numa fase inicial. No caso das obras, a fase é ainda de projeto e no caso dos equipamentos, a fase é ainda de preparação dos cadernos de encargos e lançamento dos procedimentos concursais. Existem poucos reportes de equipamentos rececionados ou obras a decorrer.

Em várias reuniões com as comunidades intermunicipais ou municípios, foram apresentados exemplos de apoio destas entidades às Escolas (o que também foi partilhado por algumas Escolas na reunião de diretores), quer para efeito de preparação de cadernos de encargos, quer para acompanhamento de obras.

Foram abertas 3 fases de candidaturas:

- 1- De 20/06/2022 a 31/08/2022: submetidas 307 candidaturas, das quais 104 foram aprovadas (58 de informática; 34 industrial; 7 digital; e 5 de energias renováveis), com um valor de 118,9 milhões de euros.
- 2- De 31/03/2023 a 23/06/2023: foi alterada a forma de seleção, passando a existir lotes e hierarquização por NUTS III. A seleção final ainda se encontra em curso, com uma nota de propostas para aprovação no valor de 307,3 milhões de euros. À data de meados de junho, estão aprovados 204 CTE, estando os restantes 57 em fase de audiência prévia. A distribuição pelas 4 áreas é a seguinte: 102 de Informática; 72 na área Indústria; 18 na área a Multimédia e;

12 nas Energias Renováveis. Dos 204 CTE aprovados, 123 possuem contratos assinados.

- 3- De 08/03/2024 a 06/05/2024: o valor sobran­te (de 53,6 milhões de euros), foi direcionado, exclusivamente, para a Área Metropolitana de Lisboa (Norte e Sul do Tejo), para 30 CTE e para a CIM da Beira Baixa, para 1 CTE. Estima-se que a avaliação se conclua no início de agosto.

A CNA-PRR realizou também uma reunião, em fevereiro de 2024, a seu pedido, e com conhecimento do Senhor Ministro da Educação e Senhor Secretário de Estado da Educação, com o IGeFE e com a ANQEP. Nessa mesma reunião, foi possível identificar um atraso nas respostas às alegações apresentadas pelas escolas no período de audiência prévia. Foi ainda notório algum desconhecimento sobre a ponto de situação de cada um dos projetos em concreto, aprovados na primeira fase. Na sequência desta reunião, a CNA-PRR teve oportunidade de enviar um documento, com várias recomendações de que se destacam:

- i. Criação de grupo de trabalho/task force entre as várias entidades responsáveis pela gestão do investimento que acompanhe as escolas, numa lógica de proximidade, tentando responder às suas dúvidas e dificuldades e possa identificar os assuntos a resolver;
- ii. Criação de ficha de acompanhamento de cada CTE, atualizado de forma periódica, e que permita ao IGeFE conhecer o ponto da situação de cada investimento, de forma a mitigar os desvios encontrados;
- iii. Desenvolvimento e implementação de um modelo de acompanhamento dos CTEs no terreno;
- iv. Criação de mecanismo financeiro, promotor de tesouraria, que garanta a capacidade de as escolas públicas poderem lançar os vários procedimentos concursais;
- v. Possibilidade de estabelecimento de protocolo entre o agrupamento/escola e a autarquia para que esta pudesse assumir a responsabilidade da execução financeira dos investimentos previstos no CTE.

Depois desta reunião, a CNA-PRR foi informada que o grupo de trabalho tripartido iria ser criado e que existiria um reforço financeiro para as escolas públicas, para 12 mil euros, de forma a apoiá-las nos aspetos relacionado com a contratação pública. À data de abril de 2024, a informação obtida pela CNA-PRR é de que o grupo de trabalho tripartido não foi operacionalizado, nem foi efetuado o reforço de verba.

Na semana de 17 a 21 de junho, já na vigência do XXIV Governo Constitucional o Presidente da CNA-PRR participou, a convite do Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, em 5 reuniões descentralizadas, designadamente em Lamego, Santo Tirso, Águeda, Bombarral e Évora, que juntaram representantes das escolas beneficiárias com CTE, quer da primeira quer da segunda fase, bem como responsáveis do IGeFE, DGEST, ANQEP e EMRP. Nestas reuniões foi feita uma análise da execução física e financeira, tendo sido reconhecido um atraso

significativo na implementação dos CTEs. A execução financeira real é de 4%, tendo sido executados menos de 4 M€ do total dos 480 M€ disponíveis. A previsão apresentada pela DGEST é que até final do ano sejam concluídos 52 CTE e até março de 2025 mais 15, perfazendo 65 da meta intermédia de 310 definida.

Nestas reuniões foi ainda possível ouvir um conjunto de preocupações por parte dos beneficiários finais que aqui se sintetizam:

- Dificuldades administrativas e jurídicas na preparação dos cadernos de encargos e na apropriação das regras inerentes à contratação pública. Foi também referido que o apoio financeiro disponibilizado para aquisição de serviços externos pelo Ministério, para as Escolas Públicas, foi muito importante. Destacaram também o apoio de muitas autarquias na preparação dos procedimentos, obras, apoio jurídico e outros, essencial para que se consigam concretizar atempadamente os procedimentos.
- Dificuldades no acesso à plataforma SIGA, designadamente nas questões relacionadas com o pedido de reposição do IVA e submissão de despesas;
- Dificuldade de tesouraria para fazer face aos pagamentos, motivado pela análise dos pedidos de pagamento e do mecanismo de reposição do IVA.
- Dúvidas relacionadas com possibilidade de substituição de equipamentos durante a fase de execução do projeto e eventual utilização de verba sobrança em virtude de aquisições de valor inferior ao previsto;
- Comunicação com os organismos responsáveis pela gestão do investimento;

Nestas reuniões o governo apresentou um plano de ação, composto por várias medidas, de forma a mitigar estes atrasos e acelerar a execução, que aqui se discrimina:

- Possibilidade de estabelecimento de protocolo entre o Agrupamento/Escola beneficiário e a autarquia respetiva, numa base voluntária, sendo as áreas de ação definidas caso a caso;
- Criação de um repositório documental, com partilha de um conjunto de cadernos de encargos e outros documentos que facilitem o acesso a todos e permitam encurtar prazos;
- Atribuição de um crédito de 5h letivas, ao Professor responsável de cada CTE no Agrupamento/Escola pública;
- Agilização de procedimentos administrativos por parte das várias estruturas dependentes do governo;
- Criação de um grupo de trabalho para acompanhamento da execução dos CTEs e de respostas céleres às questões colocadas;
- Acelerar o mecanismo de devolução do IVA, tendo sido anunciado a alteração que a obrigatoriedade de declaração de Contabilista Certificado Independente iria deixar de ser necessária, materializado através de alteração da Portaria respetiva;

Apreciação e recomendações

A execução material e financeira dos CTE, a par das dificuldades apresentadas pelos beneficiários, faz com que se agrave a apreciação deste investimento para **CRÍTICO**.

Reconhece-se o acompanhamento mais próximo que este investimento está a merecer neste momento por parte do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o Plano de Ação apresentado, cujos resultados só será possível apreciar em próximo relatório.

Recomenda-se ainda que:

- i. Sejam disponibilizados 4 pedidos de pagamento anuais para os beneficiários finais, pelo IGeFE, com obrigatoriedade de submissão de um pedido semestral;
- ii. Que seja mantido, e atualizado, no sítio público dos CTE, uma listagem com as questões frequentes;
- iii. Que sejam promovidas reuniões regulares entre o Grupo de Trabalho e Beneficiários Finais;
- iv. Que sejam reforçadas as ações de capacitação quer por parte dos organismos do MECI quer por parte da Recuperar Portugal;
- v. Que seja criada uma comunidade de prática/interesse, composta pelos responsáveis dos CTEs da 1ª fase, e os das 2ª e 3ª fases, para partilha de experiências e promoção da aprendizagem;
- vi. Que seja equacionada a manutenção do apoio financeiro aos CTEs na 2ª e 3ª fase para questões jurídicas e de contratação pública ou mecanismo de apoio que produza os mesmos efeitos;
- vii. Haja celeridade na análise dos pedidos de reembolso e de reposição do IVA, garantido a tesouraria necessária para pagamento das faturas.

C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional BD - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP)
------------	--

No âmbito deste investimento o ponto de situação, de acordo com a informação prestada pelo IEFP é o seguinte:

Requalificação e modernização de infraestruturas, equipamentos e laboratórios de toda a rede do IEFP (áreas formativas: digital, indústria 4.0 e modernização setorial, ambiente, energias renováveis e eficiência energética, e saúde, gerontologia e serviços pessoais):

Meta: beneficiar 22.000 postos de formação até dezembro/25, com uma meta intermédia de 11.500 em dezembro/23.

A rede de centros do IEFP é constituída por centros de emprego e formação profissional, de gestão direta (CGD), e por centros de gestão participada (CGP)²⁴ criados por protocolo celebrado com os parceiros sociais (associações patronais, sindicais e profissionais).

Foram contratados 43.158 postos de formação a beneficiar, o que é um valor de quase o dobro da meta, estando já executados 15.713, entre investimento em obras de requalificação ou ampliação e em equipamentos.

Criação de 6 novos centros de formação profissional:

Para além da informação de que foram criados 2 novos centros de gestão direta (Odivelas e Lousada), foi relatado que estão a ser desenvolvidos os projetos de execução para lançamento das empreitadas de construção/remodelação destes centros.

Apreciação e recomendações

Considera-se o sub-investimento relacionado com a requalificação e modernização de infraestruturas, equipamentos e laboratórios de toda a rede do IEFP como **ALINHADO COM O PLANEAMENTO.**

No caso da criação de 6 novos centros de formação profissional considera-se este sub-investimento como **PREOCUPANTE.** Recomenda-se maior celeridade na execução dos projetos e lançamento urgente dos concursos de construção.

C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados – Turismo BD - TURISMO DE PORTUGAL I.P.
------------	---

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre.**

C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável BI - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.
---------	---

Meta: 30.000 contratos permanentes apoiados financeiramente, até dezembro/24.

Encontram-se contratados 39.486, dos quais 35.664 estão executados, tendo sido aprovados apoios em regime de overbooking.

²⁴ Os centros de formação profissional de gestão participada têm uma natureza marcadamente setorial integrando-se em setores de atividade económica: alimentar; artesanato; calçado; comércio e serviços; cerâmica; construção civil e obras públicas; cortiça; eletrónica, energia, telecomunicações e tecnologias de informação; fundição; madeira e mobiliário; metalurgia e metalomecânica; ourivesaria e relojoaria; pescas e mar; reparação automóvel; têxtil, vestuário, confeção e lanifícios.

Esta é uma medida que, embora se encontrando executada na sua totalidade, quer em número de contratos, quer em tempo, necessita de algumas reflexões, tendo como base as seguintes premissas:

- Verificam-se muitas alterações aos contratos, em termos do trabalhador, ou seja, há contratos que duram 2 ou 3 meses, terminando por iniciativa do trabalhador;
- A empresa pode fazer a substituição do trabalhador, mantendo as condições do contrato, dentro dos 2 anos do apoio, desde que mantenha o aumento do número de postos de trabalho;
- Da análise apresentada pela Segurança Social, a média dos salários destes contratos está pouco acima do salário mínimo.

Há por isso necessidade de fazer uma comparação entre as condições conjunturais em que a medida foi desenhada e implementada e as condições atuais. Tendo em atenção o dinamismo do mercado de trabalho e quando o grande desígnio é aumentar os vencimentos médios dos trabalhadores, pode-se antecipar uma situação de não adequação à realidade atual.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento se encontra **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se, no entanto, que possa ser avaliado um estudo urgente de adequação da medida à atualidade, com a introdução de alterações que ainda possam ser implementadas.

Recomenda-se ainda, que sejam equacionados estudos de impacto desta medida nas empresas aderentes, sob pena de se utilizarem instrumentos de política pública sem as devidas avaliações.

C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.
------------	---

O objetivo deste investimento, no final de 2025, é de que sejam mobilizadas pelo menos 22.500²⁵ pessoas com qualificação inferior ao 9º ano, para integrar pelo menos 1 ação de formação (com ou sem certificado no final). Estas ações abrangem todos os inscritos em centros qualifica (com escolaridade inferior ao 9º ano, incluindo sem escolaridade), incluindo estrangeiros (desde que tenham a documentação legal). Para atingir este objetivo, deverão ser criadas condições nos Centros Qualifica, para acolher 226 Projetos Locais de Promotores de Qualificações (níveis B1/B2/B3), com cada um desses Projetos a envolver pelo menos 100 pessoas.

²⁵Nota CNA-PRR: de acordo com os dados da Pordata, em 2023 existiam em Portugal cerca de 323 mil pessoas sem nível de escolaridade (essencialmente com mais de 65 anos); 1,6 milhões de pessoas com o 1º ciclo (dos quais 1,1 milhão com mais de 65 anos), 760 mil com o 2º ciclo (dos quais 139 mil com mais de 65 anos) e 1,6 milhões de pessoas com o 3º ciclo (dos quais 275 mil com mais de 65 anos).

De acordo com as informações da ANQEP, a 12/04/24 a execução registou, àquela data:

- 1024 pessoas mobilizadas/encaminhadas;
- 380 pessoas com certificações parciais;
- 25 pessoas com certificações totais.

Estão aprovados e em execução 113 projetos locais promotores destas qualificações (cada candidatura é composta por 2 projetos), 17 dos quais em escolas públicas, com um financiamento de cerca de 165 mil euros/ano por escola, para 2 anos. Os valores destinam-se a aquisição de equipamentos; livros; contratar formadores; fazer visitas, etc. O maior número de candidaturas (NUTS III), registou-se na Área Metropolitana do Porto (Douro Norte), onde foram aprovadas 18 candidaturas, seguindo-se Grande Lisboa com 13, Área Metropolitana do Porto (Douro Sul), com 8 e Região de Coimbra com 7.

Na reunião com a ANQEP foi apresentada como principal dificuldade a operação relacionada com os centros qualifica promovidos por escolas públicas, tendo-se verificado dificuldades financeiras, devido ao circuito instituído, que obriga a que o adiantamento seja efetuado para o IGEFE e não para as escolas. Em virtude do IGEFE considerar que só pode fazer a transferência para as Escolas mediante apresentação de faturas, as Escolas não têm a capacidade financeira para iniciar os investimentos.

Apreciação e recomendações

Considera-se que é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se a clarificação do circuito financeiro, no caso das escolas públicas, uma vez que esses constrangimentos podem dificultar a execução dos projetos.

Recomenda-se ainda o reforço das medidas de angariação de novos candidatos para os processos de qualificação, tendo em atenção que estas são pessoas cuja probabilidade de estarem em situação muito vulnerável é grande e que este é um investimento que urge aproveitar para diminuir os riscos sociais, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.
------------	---

Este investimento tem como objetivo aumentar a taxa de participação e de certificação de adultos, no âmbito de processos de RVCC²⁶ de nível não superior, através da introdução de um apoio financeiro individual (1,25 IAS) e abrange a rede de 313 centros qualifica. Em termos de meta, espera-se que 145.500 adultos melhorem as suas qualificações, sendo que esta é uma meta conjunta com a da

²⁶ O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares (RVCC Escolar) é um processo que permite obter uma certificação escolar com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos. O processo de RVCC constitui-se numa via de acesso à obtenção de uma qualificação, que permite a atribuição de um nível de qualificação 1, 2, 3, 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), permitindo ainda o desenvolvimento de um percurso de curta e média duração do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)

medida Impulso Adultos. No caso do Acelerador Qualifica, a base de abrangência refere-se a adultos com nível de qualificação inferior a 5²⁷,

Esta é uma medida para a qual a ANQEP indicou estarem a ser evidenciadas dificuldades em cumprimento da meta, porque a qualificação precisa de ser obrigatoriamente realizada nos centros qualifica. Para além disso, para garantir que não existe duplo financiamento, as pessoas que se qualificam com projeto local promotor de qualificação, não podem depois contar na certificação do acelerador.

De acordo com os dados registados, a 17/04/2024 já tinham sido contratados mais de 35.000 processos, dos quais mais de 29.800 estavam terminados e pagos.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento está **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. No entanto, face à cada vez maior formação da população portuguesa, mas onde ainda convivem muitas pessoas, que por variadas razões não o conseguiram fazer, recomenda-se que possam ser detetadas as localidades onde seja de maior impacto fazer comunicação adicional da medida e das possibilidades desta qualificação, reforçando-se assim as medidas de angariação de candidatos.

C06-i03.03	Impulso Adultos BI - DGES - DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
------------	--

No relatório anterior, esta foi uma medida considerada alinhada com o planeamento. A CNA-PRR continuou a realizar reuniões com várias das IES envolvidas para continuar esta monitorização, tendo também mantido um contacto regular com a DGES, em situações que levantaram algumas dúvidas. Verifica-se por parte deste beneficiário intermediário uma cultura de transparência e atenção aos prazos, que pode ser apurada no respetivo website, com uma área dedicada aos programas PRR e com disponibilização completa da informação necessária aos beneficiários finais, mas também à sociedade no seu todo. A exemplos destas disponibilizações dá-se nota de uma súmula dos projetos aprovados²⁸, das candidaturas contratualizadas, de detalhe do sistema de controlo interno ou de guia de reembolso, cuja plataforma utilizada é o SIGA-PRR (da responsabilidade da EMRP). É ainda de realçar a existência de um calendário de submissão de despesas (onde estão disponíveis as datas até final de 2024). Acresce ainda que a DGES indicou que permite a submissão das despesas na plataforma a todo o tempo, o que permite uma maior gestão por parte das IES.

²⁷ Nota CNA-PRR: de acordo com os dados da Pordata, em 2023 existiam em Portugal cerca de 323 mil pessoas sem nível de escolaridade (essencialmente com mais de 65 anos); 1,6 milhões de pessoas com o 1º ciclo (dos quais 1,1 milhão com mais de 65 anos), 760 mil com o 2º ciclo (dos quais 139 mil com mais de 65 anos) e 1,6 milhões de pessoas com o 3º ciclo (dos quais 275 mil com mais de 65 anos).

²⁸ Disponível em: [Layout 1 \(dges.gov.pt\)](https://dges.gov.pt)

A DGES implementou um sistema interno de acompanhamento das IES, com reuniões periódicas (com 33 ações de acompanhamento de março a novembro de 2023, das quais 13 foram no terreno, sendo as restantes realizadas através de reuniões online ou nas instalações da DGES), com o objetivo de antecipar e mitigar riscos, pelo que, já tendo sido identificados alguns, se encontram a preparar opções de resolução com o apoio do Painel de Alto Nível.

Quanto às metas, de acordo com a informação disponibilizada publicamente pela DGES no seu website e de acordo com a atualização de 12/06/2024²⁹, após o apuramento do 5º pedido de reembolso, ao abrigo da medida Impulsos Adulto tinham sido atingidos 30.853 estudantes³⁰ com participação concluída (menos 10.493 do que o contratado para o final do período) e no caso dos estudantes beneficiados pela modernização de infraestruturas e equipamentos esse número era de 225.872 (mais 10.269 do que o contratado total).

Prazo	Objetivo	Resultado
T2 - 2023	15.000	17.544
T3 - 2025	23.000	30.853 (até T4 de 2023)
T4 - 2025	23.000	n.a.

Apesar de nem todos os objetivos estarem ainda cumpridos, a contratação de metas com as IES é superior às consideradas para efeitos de metas a reportar à Comissão Europeia, pelo que não se identificam constrangimentos nesta questão, com monitorização de forma regular.

Para a meta oficial desta medida contam ainda os números atingidos no âmbito do Acelerador Qualifica, em gestão pela ANQEP.

Tal como já referenciado em relatórios anteriores, apesar das metas serem medidas em número de participantes em ações de formação, muitos dos projetos incluem também obras de reabilitação de espaços ou construções novas, de Escolas ou outros espaços pedagógicos. É nestas reabilitações ou construções que se continuam a verificar os maiores constrangimentos, sendo este o maior risco identificado, ou seja, a possibilidade de algumas das grandes obras previstas (escolas ou outros edifícios) não conseguirem ser terminadas dentro do PRR, com algumas IES com projetos atrasados e que ainda não lançaram sequer concurso. Nestes casos, há a possibilidade de realocação de verbas, situação que a DGES está a considerar, com o apoio do Painel de Alto Nível.

No que diz respeito a resultados e impactos, a DGES não terá capacidade para fazer este tipo de estudos avançados, mas foram deixadas algumas notas importantes, que deverão ser tidas em atenção em futuros trabalhos:

- i. É já possível identificar claramente o efeito na beneficiação das instalações, o que contribui para a modernização da rede do ensino superior, com mais e

²⁹ Disponível em: [Impulso Jovens STEAM e Adultos - Acompanhamento e monitorização \(FASE III\) \(google.com\)](#)

³⁰ Foram atualizados os textos oficiais da meta para incluir a faixa etária dos 18 aos 22 (inicialmente estavam apenas considerados adultos com 23 ou mais anos).

- melhores equipamentos e mais adequados à realidade atual – é necessário avaliar a abrangência e o impacto que isto terá, quer na qualidade de vida de toda a comunidade académica, bem como no seu desempenho e sucesso;
- ii. Com o aumento de formações em ensino não formal, há desafios futuros no que diz respeito ao seu enquadramento no serviço docente;
 - iii. Devido à divulgação das inúmeras formações e respetivas temáticas, identificam-se muitas pessoas que voltaram a estudar. É preciso avaliar esta sustentabilidade no futuro, bem como a transformação que a mesma tem na disponibilidade de recursos humanos mais qualificados, nomeadamente a população ativa, nas várias faixas etárias;
 - iv. Devido à necessidade de trabalhar em conjunto com empresas e outras organizações, para a implementação de formações ou para projetos aplicados, identificam-se novas ligações e parcerias (ou a sua intensificação). É preciso continuar a monitorizar e conhecer os impactos desta dinâmica;
 - v. Não é ainda evidente a alteração de práticas pedagógicas. Sendo uma análise mais complexa, exige também uma reflexão sobre a forma como pode ser avaliada.

Embora ainda se esteja a mais de 2 anos do final do programa, a dinâmica imposta pelo PRR nas IES, nas empresas e outras organizações, precisa de ser avaliada, quer para garantir que não haverá um vazio posterior, mas essencialmente para que, no futuro, se possam tomar decisões informadas sobre políticas públicas de investimento no ensino superior.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento está **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Dá-se nota dos bons esforços da DGES em manter e até melhorar a informação disponível atempada e publicamente no seu website, o que é uma evidência muito positiva de transparência sobre a aplicação de fundos públicos, quer nacionais, quer europeus.

C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM BI - DGES - DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
------------	---

No relatório anterior, esta foi uma medida considerada alinhada com o planeamento. A CNA-PRR continuou a realizar reuniões com várias das IES envolvidas para continuar esta monitorização, tendo também mantido um contacto regular com a DGES, em situações que levantaram algumas dúvidas.

Evitando repetir aqui as considerações já relatadas na medida C06-i03.03- Impulso Adultos, cuja lógica é parecida, dá-se apenas nota dos aspetos que são específicos desta medida.

Quanto às metas, de acordo com a informação disponibilizada publicamente pela DGES no seu website e de acordo com a atualização de 12/06/2024, após o apuramento do 5º pedido de reembolso, ao abrigo da medida Impulsos Jovem já tinham sido atingidos 10.071 diplomados (mais 71 diplomados do que o contratado no final do período).

Graduados CTEAM

Prazo	Objetivo	Resultado
T4 - 2022	2.500	4.877
T4 - 2023	5.000	10.071
T1 - 2025	7.500	n.a.
T4 - 2025	10.000	n.a.

Apesar de neste caso, contrariamente ao que acontece no Incentivo Adultos) as metas estarem ultrapassadas, verifica-se situação idêntica relativamente à questão das reabilitações ou construções de edifícios, pelo que a monitorização e acompanhamento regular da DGES e o apoio do Painel de Alto Nível, são fundamentais.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO.**

C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM – Rede Ciência Viva BI - CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
------------	--

Este investimento tem como objetivo reforçar a Rede de Clubes Ciência Viva na Escola, através da integração de 650 novos Clubes Ciência Viva, em todo o território nacional (estabelecimentos de ensino ao nível do ensino básico e secundário), enquanto espaços privilegiados para a experimentação e desenvolvimento da literacia científica.

Neste momento, estão contratualizados 670 novos clubes que se encontram a desenvolver as atividades previstas nos seus projetos.

A grande dificuldade, assinalada pela Ciência Viva, prende-se com a elevada carga burocrática inerente à submissão dos pedidos de pagamento deste Beneficiário intermediário na plataforma SIGA-PRR. Esta é uma situação que persiste, apesar da EMRP ter contratado uma empresa para agilizar a interoperabilidade entre o sistema da Ciência Viva e a plataforma, de forma que se possam integrar as diferentes fases do processo, desde as candidaturas até aos pedidos de pagamento, garantindo o histórico e a pista de auditoria.

Para além dessa situação, a Ciência Viva está a terminar a inserção do enquadramento, em sede de IVA, dos 670 beneficiários finais, estando também em curso a validação das despesas submetidas pelas Escolas, cuja operacionalização implica a confrontação com o seu enquadramento em sede de IVA, o registo na plataforma e-fatura, bem como a correção dos erros.

A Ciência Viva reportou ainda a elevada carga inerente ao controlo do duplo financiamento, com preenchimento de centenas de fichas de verificação e declarações dos beneficiários finais, situação necessária apesar dos relatórios detalhados da ferramenta integrada Arachne não terem sinalizado a vermelho qualquer dos indicadores chave.

Deriva a estas situações, ainda não foi possível à Ciência Viva receber qualquer pedido de pagamento. No entanto, está a fazer o pagamento às Escolas, com recurso a outras fontes de financiamento, para garantir a liquidez necessária para a execução dos projetos.

Apreciação e recomendações

Aprecia-se este investimento como **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Recomenda-se, no entanto, que sejam analisados os procedimentos administrativos inerentes ao controlo do duplo financiamento e submissão dos pedidos de pagamento.

C06-i06	Ciência Mais Capacitação BI - FCT
---------	--------------------------------------

Este é um investimento que foi incluído no PRR, em sede de reprogramação. Inclui vários eixos, cuja execução, à data de final de abril/24 e de acordo com a informação prestada pela FCT, era a seguinte:

Programas de Atração e Retenção de Talentos ERC-Portugal e FCT-Tenure

Objetivo: assinatura de 230 contratos permanentes com investigadores doutorados selecionados através de concursos e de 25 contratos com investigadores cujos projetos sejam recomendados para financiamento a nível europeu ou nacional e com investigadores cujas candidaturas ao ERC tenham sido recomendadas para financiamento ou cujas candidaturas tenham sido recomendadas para financiamento, mas acabaram por não ser financiadas.

Ponto de situação: do aviso para o programa FCT-Tenure existiram mais de 1.200 candidaturas, sendo a expectativa de se conseguir apoiar cerca de 1.000 (as estimativas iniciais para os vencimentos foram muito elevadas e não se verificaram esses pressupostos. Os outros avisos encontram-se em preparação, com expectativa de abertura em junho/24.

Reforço do financiamento de Parcerias Internacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivo: assinatura de 6 contratos para parcerias internacionais nos domínios da ciência, tecnologia e inovação com as instituições nacionais de acolhimento; apoio a 30 projetos, alianças e infraestruturas com participação nacional selecionados a nível europeu; apoio à mobilidade internacional de 100 investigadores nacionais.

Ponto de situação: contratos de parceria em verificação; no concurso para Projetos de IC&DT - Cooperação Portugal CERN, encontram-se em avaliação as candidaturas, com estimativa de resultados em setembro/24. No caso dos avisos ainda não lançados, encontram-se em preparação.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Este é um investimento que foi adicionado ao PRR, no âmbito da reprogramação e do reforço da ambição.

Metas: em dezembro/24, espera-se a criação de 5 centros de excelência, sendo as restantes para março/26.

O investimento está dividido em cinco submedidas:

Ciência agrárias: destaca-se o objetivo de reformar o ensino na área das ciências agrárias e áreas afins, tendo em vista a sua modernização e a sua adaptação aos desafios tecnológicos, ambientais e climáticos.

Medicina: destaca-se o objetivo de apoiar e assegurar a transição da área da saúde, especialmente a Medicina, para um futuro tecnológico, aumentando a resiliência formativa e a adaptabilidade de futuros e atuais profissionais, num contexto de profundas mudanças tecnológicas, científicas e sociais.

Competência digitais: destaca-se o objetivo de estimular a modernização da rede de ensino superior, com particular ênfase em áreas-chave para a resiliência e o aumento das competências, reforçando e acelerando a execução dos programas “Impulso”.

Centros de Excelência: destaca-se o objetivo da criação de cinco centros de excelência para a inovação pedagógica, com destaque para as áreas não tecnológicas (ciências sociais, ciências humanas e artes) e a criação do Conselho Nacional de Inovação Pedagógica no Ensino Superior.

Promoção do sucesso e redução do abandono: destaca-se o objetivo de estimular o desenvolvimento de programas de apoios à integração académica dos novos estudantes e à promoção do seu sucesso, especialmente através de mecanismos de mentoria e acompanhamento por docentes e por pares, pela adoção de práticas inovadoras de ensino e aprendizagem, pela diversificação das metodologias pedagógicas e instrumentos tecnológicos, pela predição de situações de abandono do ensino superior e pelo fortalecimento das práticas de autoaprendizagem e de trabalho em equipa.

No quadro seguinte apresenta-se de forma sucinta o ponto de situação:

Submedida	Manifestações de interesse	Ponto da situação
Ciências agrárias	Publicada a 06/12/23 Apresentação pública a 16/04/24 (5 candidaturas)	Todas as propostas foram admitidas a financiamento, com aplicação de fator de correção ao financiamento, estando a decorrer as manifestações de interesse para assinatura dos contratos.

Medicina	Publicada a 05/12/23 Apresentação pública a 14/03/24 (5 candidaturas)	Encontra-se na fase de assinatura dos contratos com os 5 consórcios.
Competências Digitais	Publicada a 16/11/23 Apresentação pública a 07 e 09/02/24 (23 candidaturas)	Encontram-se em fase de assinatura de contratos as 16 candidaturas selecionadas para financiamento.
Centros de excelência	Publicada a 07/12/23 Apresentação pública a 26/03/24 (7 candidaturas)	Encontra-se na fase de assinatura com os 7 consórcios aprovados para financiamento.
Promoção do sucesso e redução do abandono	Publicada a 16/11/23 Apresentação pública a 29, 30 e 31/01/24 (34 candidaturas)	Os 32 contratos foram assinados com os beneficiários finais e os adiantamentos estão a ser pagos.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento se encontra **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C06-i09	Escolas novas ou reabilitadas BI – CCDRs Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve
---------	--

Este investimento prevê a construção e/ou renovação de 75 escolas no país, com um investimento total de 450 M€.

O concurso esteve aberto até 1 de abril, sendo as candidaturas apresentadas em cada uma das CCDRs, que funcionaram como Beneficiários Intermediários. A distribuição do montante financeiro em cada CCDR, bem como o número de candidaturas aprovadas e concelhos beneficiados apresenta-se abaixo:

CCDR	Montante Financeiro Disponível	Candidaturas aprovadas	Concelhos
Norte	125 M€	22 (16 concelhos)	Barcelos, Chaves, Esposende, Maia, Mogadouro, Monção, Penafiel, Penedono, Sabrosa, Santo Tirso, Trofa, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa e Paços de Ferreira
Centro	150 M€	23 (20 concelhos)	Alvaiázere, Anadia, Arganil, Carregal do Sal, Castro Daire, Coimbra, Figueira da Foz, Ílhavo, Lousã, Mealhada,

			Mira, Montemor-o-Velho, Oliveira do Bairro, Pombal, Porto de Mós, Sátão, Seia, Tábua, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão
Lisboa e Vale do Tejo	125 M€	14 (11 concelhos)	Alcanena, Alcobaça, Amadora, Barreiro, Cascais, Chamusca, Ferreira do Zêzere, Loures, Mafra, Oeiras, Tomar e Vila Franca de Xira
Alentejo	20 M€	4	Almodôvar, Alter do Chão, Fronteira e Ponte de Sor
Algarve	30 M€	4	Albufeira, Faro, Monchique e Vila Real de Santo António
Nacional	450 M€	67	

O concurso teve por base o protocolo assinado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP), com indicação de uma listagem de escolas com 3 níveis de prioridade de intervenção. A opção do critério de seleção constante do Aviso foi o da ordem de entrada das candidaturas, com o pressuposto que o grau de maturidade do projeto permite cumprir o prazo definido no PRR, pelo que a prioridade de intervenção pode ou não ser cumprida.

A seleção das candidaturas foi célere em cada uma das CCDR, permitindo que os 67 contratos de construção/reabilitação de escolas com as várias autarquias fossem assinados entre maio e junho (Lisboa e Vale do Tejo – 9 de maio; Norte – 31 de maio; Algarve – 4 de junho; Alentejo – 11 de junho; Centro – 21 de junho), permitindo que se possam iniciar, desde já, os procedimentos concursais atinentes à construção e/ou reabilitação das escolas.

Apesar de não terem sido assinados 75 contratos com financiamento PRR, existe ainda verba remanescente no Centro (cerca de 25 M€) que poderá permitir alcançar esta meta. Caso não consigam ser assinados todos os contratos que permitam alcançar a meta negociada devem ser implementadas ações para que este resultado seja alcançado.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se que:

- i. O Governo garanta a assinatura da totalidade de contratos que permita cumprir a meta definida no âmbito do PRR;
- ii. Cada autarquia lance o mais rapidamente possível os procedimentos concursais, pois será ainda necessário a receção de propostas e visto do Tribunal de Contas, admitindo que cada um dos concursos atrairá as empresas para concretização das obras;
- iii. Cada CCDR implemente um modelo de acompanhamento de grande proximidade de forma a perceber a evolução das obras em cada escola;

iv. Sejam agilizados os procedimentos administrativos de forma que os pagamentos e o mecanismo de reposição do IVA sejam céleres.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES*
COMISSÃO ESPECIALIZADA SOCIAL

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da CES

03/10/2023- Reunião com a AML, em Lisboa, no âmbito da C03-i06.02 (Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa)

25/10/2023- Reunião com a Câmara Municipal de Melgaço, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação)

25/10/2023- Reunião com a Escola Profissional do Alto Minho Interior (EPRAMI), em Monção, para acompanhamento no âmbito da C06-i01.02 (Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional)

26/10/2023- Reunião com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em Viana do Castelo, para acompanhamento da C06-i03(Impulso Adultos e Jovem STEAM)

26/10/2023- Reunião com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, em Viana do Castelo, para acompanhamento da C01-i01 (Cuidados de Saúde Primários com mais respostas)

27/10/2023- Reunião com a CIM Alto Minho, em Viana do Castelo, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação) e da C03-i02 (Acessibilidades 360°)

14/11/2023- Reunião com a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, em Beja, para acompanhamento da C01-i01 (Cuidados de Saúde Primários com mais respostas)

26/10/2023- Reunião com o Instituto Politécnico de Beja, em Beja, para acompanhamento da C02-i06 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis) e da C06-i03(Impulso Adultos e Jovem STEAM)

26/10/2023- Reunião com o Museu Regional de Beja, em Beja, para acompanhamento da C04-i01 (Redes Culturais e Transição Digital) e da C04-i02 (Património Cultural)

17/11/2023- Reunião com a CIM Baixo Alentejo, em Beja, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação)

17/11/2023- Reunião com a Câmara Municipal de Beja, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação)

04/12/2023- Reunião com a AML, em Lisboa, no âmbito da C03-i06.02 (Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa)

25/01/2024- Reunião com Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, para acompanhamento da C06-i03 (Impulso Adultos e Jovem STEAM)

25/01/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Lamego, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação), da C02-i06 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis), da C03-i02 (Acessibilidades 360°), C04-i02

(Património Cultural) e da C06-i01.01 (Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados)

26/01/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Vila Real, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação), da C03-i01 (Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais), da C03-i02 (Acessibilidades 360°) e da C04-i01 (Redes Culturais e Transição Digital)

26/01/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Peso da Régua, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação), da C02-i02 (Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário)

01/02/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Torres Vedras, para acompanhamento da C01-i01 (Cuidados de Saúde Primários com mais respostas), da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação), da C03-i01 (Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais), da C03-i02 (Acessibilidades 360°) e da C04-i01 (Redes Culturais e Transição Digital)

02/02/2024- Reunião e visita a obra da Santa Casa da Misericórdia de Alenquer, em Alenquer para acompanhamento da C03-i01 (Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais)

05/02/2024- Reunião conjunta com a ANQEP e IGEFE, em Lisboa, para acompanhamento da C06-i01.01 (Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados)

08/02/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, para acompanhamento da C01-i01 (Cuidados de Saúde Primários com mais respostas), da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação), da C02-i06 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis), da C03-i01 (Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais) e da C03-i02 (Acessibilidades 360°)

09/02/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Guimarães, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação) e da C02-i06 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis)

09/02/2024- Reunião com a CIM Ave, em Guimarães, para acompanhamento de várias temáticas, entre as quais a C01-i01 (Cuidados de Saúde Primários com mais respostas) e a C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação)

14/02/2024- Reunião com a DGES, em Lisboa, para acompanhamento da C06-i03 (Impulso Adultos e Jovem STEAM)

16/02/2024- Reunião online com a participação de diretores de escolas de vários locais do país, para acompanhamento da C06-i01.01 (Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados)

16/02/2024- Reunião com o Ministério da Educação, em Lisboa, para acompanhamento da C06-i01.01 (Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados)

20/02/2024- Participação em evento e visita aos territórios da Moita, Montijo e Alcochete, organizado pela AML, em Alcochete, para acompanhamento da C03-i06.02 (Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa)

23/02/2024- Reunião com a CIM Coimbra, online, para acompanhamento da C03-i02 (Acessibilidades 360°)

05/03/2024- Reunião com a AMP, no Porto, para acompanhamento da C03-i06.03 (Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto)

13/03/2024- Reunião com a Agência Erasmus+, para acompanhamento da C02-i06 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis)

15/03/2024- Reunião com o INR, online, para acompanhamento da C03-i02 (Acessibilidades 360°)

15/03/2024- Reunião e visita na Câmara Municipal de Rio Maior, para acompanhamento da C02-i06 (Alojamento Estudantil a custos acessíveis)

20/03/2024- Reunião com o Ministério da Habitação, em Lisboa, para acompanhamento da C02-i01 (Programa de apoio ao acesso à habitação)

26/03/2024- Reunião e visita com a Universidade do Algarve, em Faro, para acompanhamento da C06-i03 (Impulso Adultos e Jovem STEAM)

26/03/2024- Reunião com a Unidade Local de Saúde do Algarve, em Faro, para acompanhamento da C01-i01 (Cuidados de Saúde Primários com mais respostas), C01.i03 (Saúde mental), C01-i02 (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos)

12/04/2024- Reunião com ANQEP, em Lisboa. Para acompanhamento da C06.i03 (Incentivos Adultos e Acelerador Qualifica)

23/04/2024- Reunião com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, em Lisboa, para acompanhamento da C06-i06 (Ciência Mais Capacitação)

03/05/2024- Reunião com o Ministério da Cultura, em Lisboa, para acompanhamento da C04 (Cultura)

09/05/2024- Reunião com a ACSS, em Lisboa, para acompanhamento das medidas da C01 (Serviço Nacional de Saúde)

04/06/2024- Participação e visita a territórios, no âmbito do Encontro de Operações Integradas Locais- concelhos de Loures, Mafra e Vila Franca de Xira, para acompanhamento da C03-i06 (Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa)

06/06/2024- Reunião com Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e com as entidades tuteladas ISS, II, IEFP, INR, em Lisboa, para acompanhamento das medidas em gestão por estas entidades, no âmbito da C03 (Respostas Sociais)

07/06/2024- Reunião com o Ministério das Infraestruturas e Habitação, em Lisboa, para acompanhamento das medidas da C02 (Habitação)

17 a 20/06/2024- participação nas reuniões do Ministério da Educação com os responsáveis de Centro Tecnológicos Especializados, em vários locais, para acompanhamento da C06-i01.01 (Instalação e/ou modernização dos centros tecnológicos especializados)



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

**COMISSÃO ESPECIALIZADA
TRANSIÇÃO DIGITAL**



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada Transição Digital

Relatório detalhado

No âmbito das suas atribuições, a Comissão Especializada Transição Digital³¹ (CETD) reuniu no dia 09/07/2024, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza as componentes C16 (Empresas 4.0), que também é acompanhada pela Comissão “Economia e Empresas”, C17 (Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas), C18 (Justiça Económica e Ambiente de Negócios), C19 (Administração Pública Mais Eficiente), C20 (Escola Digital) e ainda, desde o início de 2022, a subcomponente C01-i06 relativa à Transição Digital na Saúde.

Componente C01 | Serviço Nacional de Saúde

C01-i06	Transição Digital na Saúde BD - SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.
---------	---

A informação recolhida junto da SPMS é a de que:

Renovação de redes locais | Objetivo 90% | Neste momento a taxa de execução situa-se nos 96%

Funcionalidades para a telessaúde e telemonitorização | Objetivo 15% | Estas funcionalidades estão disponíveis para 100% dos utentes.

Módulos administrativos, clínicos base e clínicos de urgência | 30/06/25 | Objetivo 15% | Encontra-se em curso.

Tal como já referenciado nos relatórios da CNA-PRR de 2022 e de 2023, consideram-se os investimentos na Transição Digital da Saúde, complexos mas muito relevantes. Ao contrário de outros investimentos em transição digital, em que a regra é a aquisição de soluções tecnológicas prontas a operar, no caso da SPMS o desenvolvimento é executado internamente. Mas para além dessa implementação, é preciso manter (agora e no futuro) toda a estrutura tecnológica, para apoio a todo o Sistema Nacional de Saúde. Isto exige uma estrutura adequada e estável de recursos humanos altamente qualificados e tecnicamente muito bem preparados.

Pelo sua relevância e complexidade foram discutidos mais em detalhe com a SPMS os pontos das situações dos projetos abaixo mencionados. A SPMS enviou à CNA posteriormente informação adicional sobre outros projetos, contudo por serem muito críticos entende a CNA salientar os seguintes:

³¹ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnappr.pt

1. Substituição dos sistemas de informação dos cuidados de saúde primários
Até julho/22, existiam no SNS mais de 360 bases de dados SINUS/SClínico (uma por centro de saúde), coexistindo versões diferentes do mesmo sistema. Uma das primeiras tarefas a realizar foi a migração, para uma mesma base de dados por cada conjunto de centros de saúde pertencentes à mesma ULS (atualizada para a versão Oracle21c), tornando únicos, quer o utente, quer o profissional de saúde. Paralelamente, foi centralizada a infraestrutura de alojamento na SPMS, criando mecanismos de redundância e procedimentos de *help desk*. Sendo um projeto complexo e ambicioso, a SPMS reporta que em maio/24, a migração encontrava-se realizada em a 98% dos locais, faltando a ULS de Matosinhos (agendada para junho/24). Esta é uma alteração profunda no SNS, pelo facto de se tratar de uma solução única e com uma base de dados partilhada por cada ULS: sendo a SPMS a prestar o apoio à manutenção e atualização dos sistemas. Posteriormente deverá ser equacionada a questão da partilha de informação entre ULS.

Contudo é de salientar como muito positiva a conclusão deste objetivo.

2. Substituição da componente administrativa e de gestão hospitalar dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares

Atualmente a realidade no terreno é a coexistência de vários sistemas em funcionamento incluindo diferentes versões do SONHO e outros sistemas que não são propriedade da SPMS, trabalhando com pouca ou sem qualquer interligação entre os sistemas instalados nos vários hospitais. Isto tanto é verdade para as componentes administrativa e de gestão hospitalar como para a componente clínica a que se refere o projeto seguinte.

3. Substituição da componente clínica dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares

Realidade semelhante à anterior, complicada ainda pela maior diversidade e complexidade das várias soluções existentes e suas diferentes versões.

Para inverter esta situação deveras indesejável, o objetivo da SPMS é conseguir ter, que todos os prestadores de cuidados hospitalares venham a funcionar com o SONHO v3 em desenvolvimento. As substituições, prestador a prestador e serviço a serviço, viram a data inicialmente prevista para conclusão ser agora alterada para 30/6/2025, aliás no sentido recomendado pela CNA. No entanto, a nova data continua a ser muito ambiciosa.

Apesar da SPMS indicar que detém as soluções tecnológicas e de recursos humanos adequados, este é um processo de enorme dimensão, variedade e complexidade, a realizar num tempo muito curto, exigindo também desenvolvimento de soluções de interoperabilidade, para os casos onde não seja utilizado o SONHOv3.

Esta implementação está só agora a ser iniciada e há que a distribuir por todos os prestadores mencionados, sendo que alguns deles estão a funcionar

há muitos anos com sistemas completamente diferente, outros funcionam com diferentes versões do SONHO que terão de ser substituídas, sendo que esses prestadores hospitalares são instituições de grande dimensão, diversidade e complexidade.

Apreciação e recomendações

Salientando-se como muito positivo o avanço reportado no projeto referido em 1.(Substituição dos sistemas de informação dos cuidados de saúde primários), mas releva-se a preocupação com a possível conclusão em tempo útil dos projetos referidos em 2.(Substituição da componente administrativa e de gestão hospitalar dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares) e em 3.(Substituição da componente clínica dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares). Considera-se muito importante que seja clarificada a evidência necessária para cumprir o acordo operacional, designadamente: “15% Implementação de módulos administrativos de tecnologias da informação, de módulos clínicos básicos e de módulos clínicos de emergência”, ao qual a CNA-PRR não teve acesso. Desta forma considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se uma atenção especial à implementação do SONHOv3 em contexto hospitalar, atendendo à complexidade deste projeto.

Componente C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

C05-i08	Ciência Mais Digital BI e BD – Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)
---------	--

Este é um investimento que foi incluído no PRR, em sede de reprogramação. Inclui vários eixos, cuja execução, à data de final de abril/24 e de acordo com a informação prestada pela FCT, era a seguinte:

Campus Ciência XXI e Balcão da Ciência

Objetivo: disponibilizar, num único local, os principais serviços e mecanismos de financiamento aos investigadores, entidades de I&D e instituições do ensino superior. Para além do local físico há o desenvolvimento de plataforma digital.

Ponto de situação: em fase de elaboração de projeto de arquitetura e engenharia e da contratação de serviços e software. O novo Campus da FCT irá ficar localizado no LNEC e onde ficarão novos espaços de cocriação para a comunidade científica. O Balcão da Ciência será um upgrade do MyFCT.

Centro Nacional de Computação Avançada (CNCA)

Objetivo: criação do Centro Nacional de Computação Avançada (que reorganizará as redes e centros informáticos portugueses existentes numa única entidade) e

apoio ao funcionamento de 2 supercomputadores (Deucalion e Mare Nostrum 5). Conclusão da infraestrutura de apoio e do centro de dados do CNCA.

Ponto de situação: O Deucalion é o sétimo supercomputador da União Europeia (no âmbito da empresa comum EuroHPC) e foi instalado em setembro/23, no campus da Universidade do Minho, em Guimarães.

O supercomputador Mare Nostrum 5 será o terceiro supercomputador europeu à pré-exaescala, será instalado em Espanha, contribuindo Portugal com 5% do valor. O contrato já obteve visto do Tribunal de Contas.

Estão em processo de preparação e contratação os recursos humanos e infraestruturas de apoio para o CNCA, que ficará localizado em Braga.

Programa de I&D em IA e estímulo à investigação

Objetivo: conclusão de 94 projetos financiados no âmbito do programa de I&D na administração pública (incluindo nos domínios da inteligência artificial (IA), da cibersegurança e da ciência dos dados).

Ponto de situação: encontram-se em preparação os avisos para abertura de concursos, com data de lançamento estimada para junho/24.

Plataforma nacional de cursos massivos online (NAU)

Objetivo: aumentar em 50 os cursos oferecidos por esta plataforma

Ponto de situação: estão em preparação os vários procedimentos para contratação de serviços e da estratégia de comunicação

Programa Nacional de Ciência Aberta e Dados Abertos de Investigação (PNCA-DAI)

Objetivo: criação de 7 novos serviços digitais³², de um centro de dados e de um serviço de gestão de dados.

Ponto de situação: em processos de levantamento de requisitos, elaboração de cadernos de encargos e contratação de estudos prévios.

Apreciação e recomendações

Atendendo ao lançamento dos vários concursos e procedimentos pela FCT, alguns deles já concluídos, considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Recomenda-se celeridade na análise das candidaturas dos concursos de I&D, de forma que possam ser concretizados em tempo útil de acordo com as datas previstas no PRR, bem como no lançamento dos concursos relacionados com os Sistemas de informação.

³² Gestão de Dados Ativos de Investigação; Sistema de Planos de Gestão de Dados de Investigação; Serviço de Repositório de Dados de Investigação; Research Portal; Serviço de Indicadores de Ciência Aberta; Serviço de Monitorização de Ciência Aberta; Serviço de Identificadores Persistentes

Componente C16 | Empresas 4.0

C16-i01	Capacitação Digital das Empresas BF – Estrutura de Missão Portugal Digital (à data de maio a indicação existente é de incorporação da EMPD na AMA) BD - Instituto do Emprego e Formação Profissional
---------	--

As metas (após reprogramação) são:

- 200.000 pessoas que frequentem ações de formação on-line, em regime de b-learning ou presencial (set/25)
- 500.000 pessoas que realizem um diagnóstico de competências digitais, sendo que destas, 125.000 devem frequentar uma ação on-line, b-learning ou presencial no âmbito da Academia Portugal Digital (set/25).

Foram criados vários programas (para públicos-alvo diferentes). O ponto de situação de cada um, de acordo com informação enviada pelo IAPMEI e MTSSS (após reunião), é o seguinte:

1. Formação Emprego+Digital (dirigido a trabalhadores)

A Medida Formação Emprego + Digital totaliza 168 862 participantes desde o início do Programa:

1.ª fase do programa: 28.562 participantes (2021/2022)

2.ª fase do programa:

- 279 candidaturas aprovadas;
- 193.935 trabalhadores abrangidos (publicada a lista das entidades aprovadas, por região, no portal do IEFP, I.P.)
- 274 candidaturas já comunicaram o início de ações, onde nos seus planos de formação abrangem 191.080 trabalhadores dos quais 140.300 (72,34%) já estão em Formação

2. Cheque-Formação+Digital (dirigido a trabalhadores)

O programa só foi implementado no final de julho de 2023. Este regime de formação encontra-se com candidaturas abertas em regime de permanência e permite a atribuição de um valor máximo de 750 € a ações de formação profissional no domínio do digital com datas de início desde 28/09/22 e a conclusão da formação a 30/09/25.

Até ao momento foram submetidas 3.373 candidaturas, estando 1.428 aprovadas. Estão em execução 486 candidaturas.

3. Líder+Digital (dirigido a gestores e dirigentes)

As candidaturas para a apresentação de consórcios para formação foram encerradas em 11/03/24. As candidaturas foram analisadas e os Termos de Aceitação enviado às Entidades para que estas possam iniciar a execução dos seus projetos. Foi já lançado um segundo aviso par que se alcancem os 15.000 gestores e dirigentes previstos.

4. Formador+Digital (dirigido a formadores)

Este regime de formação dirige-se a formadores ou profissionais do setor tecnológico digital (que pretendam ministrar formação). As ações de formação desta medida serão prestadas pelos centros de formação da rede do IEFP.

Atualmente, existem 699 formandos a frequentar as formações disponibilizadas.

5. Academia Portugal Digital

Esta Academia (criada no âmbito do plano de ação para a transição digital), que se encontrava na alçada da Estrutura de Missão Portugal Digital (entretanto incorporada na AMA), tem uma plataforma disponível com diagnósticos (em cinco áreas de aplicação e utilização digital), planos e acesso a 75 cursos gratuitos³³, incluindo 10 que se encontram também na plataforma NAU.

Até 13/05/2024 tinham sido realizados 396.221 diagnósticos.

Tendo em atenção que houve uma alteração na definição das evidências da meta, passando de “pessoas certificadas” para “frequência de formações”, o que diminui a exigência na concretização da mesma, a CNA-PRR irá continuar a envidar esforços para obter informação mais detalhada sobre os impactos que estas alterações poderão ter ao nível da ambição da medida e dos respetivos resultados e impactos, designadamente na concretização ou não de todo o percurso formativo por parte dos formandos.

Apreciação e recomendações

Considerando a reprogramação do PRR, com alterações da metas e marcos, considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se:

- i. Um esforço adicional na comunicação destas medidas, em particular nas referentes ao Cheque Formação Digital e Líder Mais Digital, esta última com um potencial impacto relevante para a transformação digital das empresas;
- ii. Que seja analisada a possibilidade de se alterar o sistema de pagamento no Cheque Formação Digital, que neste momento é contra-reembolso, ou seja, após a despesa ser efetuada pelo formando.

C16-i02	Transição Digital das Empresas BI-ANI (Rede Nacional de Test Beds) (apoio IAPMEI)
---------	--

Este investimento tem como meta:

- 600 produtos-piloto desenvolvidos na rede nacional de *Test beds* até 6/2024;
- 3.000 produtos-piloto desenvolvidos na rede nacional de *Test beds* até 9/2025

A tipologia de *test beds* e especialmente a criação de uma rede nacional, acontece pela primeira em Portugal, no âmbito do PRR. A criação de um programa inovador deste género, que envolve a criação de capacidade em vários pontos do país e em diferentes áreas tecnológicas, é por si só desafiante. Acresce ainda a necessidade de cumprimento de metas associadas de testar 600 produtos-piloto até junho de 2024

³³ Disponível em: [Cursos gratuitos para melhorares as tuas competências \(academiaportugaldigital.pt\)](https://academiaportugaldigital.pt)

e de 3.000 até setembro de 2025. Cada produto-piloto deve subir pelo menos um nível de maturidade tecnológica (TRL³⁴), atingindo pelo menos o nível 5.

Esta medida iniciou com a gestão da Estrutura de Missão Portugal Digital (EMPD), em competências delegadas, apesar do apoio do IAPMEI, formalmente o beneficiário intermediário designado.

Em outubro de 2023, com a extinção da EMPD, estas competências delegadas foram passadas para a ANI, no entanto a formalização só teve lugar em janeiro de 2024. Apesar desta alteração, mantêm-se o apoio do IAPMEI, nomeadamente ao nível da plataforma informática.

Tal como referido no relatório 1/2023 da CNA-PRR, houve grandes atrasos na avaliação e contratação de projetos. Outro problema relacionado é a plataforma informática. Devido à necessidade de implementação de ferramentas ajustadas à medida e à sua operacionalização, em maio de 2024 ainda não existia possibilidade de submissão de despesas, reporte, análise ou notificações.

Devido à passagem de competências, a ANI efetuou a revisão de toda a documentação de apoio existente, nomeadamente as regras de elegibilidade das despesas, as FAQ e a orientação técnica da metodologia de pagamentos.

No dia 15/05/24 foi realizada a primeira reunião de acompanhamento técnico, entre a ANI e todos os *test beds* e na qual a CNA-PRR também esteve presente, enquanto observador.

No relatório anterior, a CNA-PRR manifestou muita preocupação com este investimento, quer pelo atraso na sua implementação, quer pelas muitas dúvidas por parte dos promotores, quanto a regras aplicáveis. Espera-se que a partir da gestão da ANI e do trabalho já iniciado de acompanhamento permanente dos promotores, se possa avançar, sendo, no entanto, ainda cedo para se perceber quais os resultados e impactos que estas estruturas irão ter na economia e na preparação de novos produtos e serviços inovadores pelas empresas.

Durante todo este tempo, os promotores não tiveram um verdadeiro ponto de contacto e apoio para obter respostas às suas dúvidas, tendo-se instalado a desconfiança e a frustração nos beneficiários finais. Por este motivo, a implementação no terreno, com a particular importância de prestação dos serviços às empresas, não arrancou em muitos projetos. Mesmo naqueles em que os promotores decidiram avançar, fizeram-no por sua conta e risco, relativamente ao entendimento técnico e algumas regras, podendo ter execuções desconformes com as regras, entretanto publicadas.

Em termos de avisos de abertura de concurso, candidaturas submetidas, aprovadas, contratadas e execução, apresenta-se o quadro resumo abaixo.

³⁴ TRL significa Technology Readiness Level, que mede, numa escala de 1 a 9, o nível de desenvolvimento das tecnologias, em que o nível 1 diz respeito ao início das pesquisas, e o nível 9 significa que o elemento está pronto para ser operacionalizado ou comercializado

Aviso	Datas (abertura e fecho de submissão)	Submetidas	Aprovadas	Termos de aceitação	Execução
1º aviso	06/04/2022 a 23/06/2022	40	27	Em maio de 2024 estavam assinados 28 TA. Houve 2 desistências	O pagamento efetuado corresponde a adiantamentos. Ponto de situação (sem relatório), à data de jan/24: 96 produtos concluídos 578 produtos em curso
2º aviso	21/07/2022 a 16/09/2022	8	4		
3º aviso	27/09/2022 a 30/11/2022	6	2		
4º aviso	27/10/2023 a 18/12/2023	18	Em análise		
Totais		72	33		

Apesar das estimativas obtidas em janeiro de 2024 apurarem um número de produtos em desenvolvimento que podem cumprir a meta de junho, é necessário perceber o grau de maturidade de cada um, efetuar a avaliação técnica de todos produtos-piloto, nomeadamente a evidência da subida do nível de maturidade tecnológica. Devido às naturais dúvidas dos promotores e ao potencial de existência de desconformidades, não é possível fazer, para este relatório, uma apreciação diferente da anterior.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se:

- i. A máxima celeridade na adaptação da plataforma e disponibilização de acessos à ANI;
- ii. A especial atenção para a necessidade de reforçar a estrutura de apoio de informática do IAPMEI, para garantir o apoio às entidades externas;
- iii. A atualização contínua das regras, FAQ e outras normas; respostas rápidas aos promotores; e realização regular de reuniões com os promotores de *test beds*;
- iv. Acompanhamento da rede nacional de *test beds* no terreno, avaliando as sinergias e sobreposições existentes, em termos de prestação de serviços e que possam vir a ser mais bem aproveitadas no futuro.

C16-i02	Transição Digital das Empresas BI – DGAE (Aceleradoras de Comércio Digital e Bairros Digitais) (apoio IAPMEI)
---------	--

Aceleradoras de comércio digital

Este investimento tem como meta:

- 12.500 PME apoiadas por aceleradoras de comércio digital até 9/2024;
- 25.000 PME apoiadas por aceleradoras de comércio digital até 9/2025.

Com este investimento pretende-se a transformação digital de micro e PME³⁵, com processos que envolvem definição de estratégia, ferramentas digitais, novas soluções tecnológicas e conhecimento. Este processo inicia-se com o diagnóstico da maturidade digital do negócio, a elaboração de plano de ação, passando por apoios à contratação de serviços e iniciativas para a capacitação digital das empresas e dos seus colaboradores.

Para o diagnóstico de maturidade digital irá ser utilizada uma ferramenta, que apesar de já se encontrar pronta e poder ser utilizada por cada uma das aceleradoras, ainda não está disponibilizada para acesso público independente, por parte das empresas. Após o diagnóstico e o respetivo plano de transição digital, cada empresa terá acesso a um voucher até 2.000 euros em serviços especializados para acesso à implementação de soluções digitais (a valorização de cada serviço é identificada no catálogo, sendo disponibilizado em espécie).

Os serviços a prestar às empresas irão constar de um catálogo próprio, já preparado, mas dependente da certificação dos fornecedores (por parte do IAPMEI) e da análise aos serviços (contratado à consultora PWC). Só após a certificação dos fornecedores e serviços é que as empresas poderão utilizar os vouchers atribuídos. Em abril/23 foram anunciados os 7 consórcios vencedores, que deram lugar a 1 aceleradora digital em cada NUTS III. Para além de associações empresariais, que são as aceleradoras, os projetos incluem ainda outras associações parceiras locais ou parceiros privados.

À data de abril/24 ainda faltava a assinatura do termo de aceitação para a região de Lisboa e Vale do Tejo, processo que, entretanto, já foi concluído.

No quadro seguinte efetua-se um resumo das localizações de cada uma das aceleradoras e os respetivos links de website.

NUTS III	Associação responsável
<u>Acelerar o Norte</u>	
Alto Minho	Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca
Área Metropolitana do Porto	Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal
Braga	Associação Empresarial de Braga
Bragança	Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança
Chaves	Associação Empresarial do Alto Tâmega
Esposende	Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende

³⁵ São abrangidos os CAE:

45 – Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos

46 – Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos

47 – Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos

56 – Restauração e similares

79 – Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas

95 – Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico

96 – Outras atividades de serviços pessoais

Fafe	Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto
Famalicão	Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão
Felgueiras	Associação Empresarial de Felgueiras
Mirandela	Associação Comercial e Industrial de Mirandela
Penafiel	Associação Empresarial de Penafiel
Vila Real	Associação Comercial e Industrial de Vila Real
Viana do Castelo	Associação Empresarial de Viana do Castelo
Acelerar 2030 - Para um centro + digital	
Coimbra	Associação Empresarial de Cantanhede
Aveiro	Associação Comercial e Empresarial do Distrito de Aveiro
Região de Leiria	Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande
Oeste	Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região do Oeste
Média Tejo	Associação Empresarial Ourém-Fátima
Beiras e Serra da Estrela	Associação Empresarial da Região da Guarda
Beira Baixa	Associação Comercial e Empresaria da Beira Baixa
Viseu Dão Lafões	Associação Comercial Distrito de Viseu
Aceleradora de Comércio Digital Alentejo	
Lezíria do Tejo	Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior
Alto Alentejo	Associação Comercial e Industrial de Ponte de Sor
Alentejo Central	Associação de Desenvolvimento de Montes Claros
Alentejo Litoral	Associação Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal
Baixo Alentejo	Associação Comércio, Serviços e Turismo do Distrito de Beja
Aceleradora de Comércio Digital Algarve	
Algarve	Associação de Empresários de Quarteira e Vilamoura
Totais	

Este é mais outro investimento, cuja plataforma informática de gestão de pedidos de pagamento, análises e notificações, depende do IAPMEI.

Todo o processo de candidaturas foi efetuado por via dessa plataforma, mas as análises não puderam ser feitas na mesma, assistindo-se, tal como noutros investimentos, à necessidade de utilização de formatos menos adequados, tais como o envio via email ou a utilização de ficheiros excel.

Segundo informação da DGAE, o módulo de reprogramação e pagamento para as aceleradoras só ficou disponível em abril de 2024, o que permitiria assim ajustar as atividades e os respetivos custos associados, com alteração entre rúbricas. No entanto, no início de junho/24, a CNA-PRR recebeu informação de que esse módulo, apesar de disponibilizado às Aceleradoras, mantinha-se com vários problemas de operacionalização e sem possibilidade de ser carregada a informação.

À data da última reunião com a DGAE, não estava ainda elaborado um modelo de acompanhamento, existindo, no entanto, um calendário de visitas ao terreno, a todas as aceleradoras, com acompanhamento técnico.

Também não é ainda possível ter qualquer informação sobre o número de empresas apoiadas ou o nível de execução em cada uma das regiões, admitindo-se que os ritmos possam ser ainda diferentes, tendo em conta as fases de comunicação e disseminação junto das empresas das regiões, a realização dos diagnósticos de maturidade (que são efetuados de forma personalizada) e a elaboração de plano estratégico, antes ainda da prestação de serviços.

A CNA-PRR efetuou reunião com algumas aceleradoras, percebendo que em duas delas existem diagnósticos de maturidade digital efetuados, no entanto, devido à inexistência do catálogo, não é possível a obtenção dos vouchers por parte das empresas. Esta é uma situação crítica, na medida em que começa a gerar algum mal-estar junto das empresas, e pode gerar desconfiança e o abandono da medida por parte destas.

Nestas reuniões foi também identificada a necessidade de acompanhamento que estas micro e pequenas empresas necessitam por parte das aceleradoras em cada região, para adoção das tecnologias que os vouchers possibilitarão e, acima de tudo, para a maximização dos impactos que podem gerar. Esta é uma temática que deve merecer atenção, pois convoca uma estratégia de proximidade e de presença mais assídua, junto das empresas, do que inicialmente podia estar planeada, complementando os fornecedores dos serviços tecnológicos contidos no catálogo.

Atendendo à indisponibilidade da plataforma de submissão de despesas e pagamentos, destinada às aceleradoras, verificam-se situações preocupantes de escassez de liquidez, pois em alguns consórcios o valor do adiantamento já foi consumido, podendo colocar em risco quer o pagamento de salários quer a aquisição de bens e serviços necessários para a atividade regular. Durante o mês de junho de 2024 foi realizado um adiantamento adicional para colmatar estas necessidades de tesouraria.

É essencial verificar in loco a execução de um diagnóstico e o seu resultado, compreendendo que é necessário tempo para que as atividades surtam o efeito de transição digital das micro e PME, que são o objetivo final.

À data da elaboração do relatório ainda não está disponível o catálogo de serviços digitais para que as aceleradoras possam apoiar as PME, apesar das empresas já estarem certificadas.

Bairros Comerciais Digitais

Após terminada a longa fase de manifestação de interesses, candidaturas, aprovações e assinatura de termos de aceitação (TA), dos 96 Bairros selecionados, 76 já tiveram os seus TA assinados e validados e encontram-se a iniciar a execução dos seus projetos, após os pagamentos dos adiantamentos. Em maio/24 encontravam-se ainda por validar 9 TA (dos 20 que ainda faltam assinar).

A plataforma de gestão dos projetos, que é pertença do IAPMEI, mas a que a DGAE deverá aceder para fazer o seu trabalho de beneficiário intermediário, só ficou operacional (em termos de pedidos de reprogramação e pagamentos), em abril/24.

Tal como a CNA-PRR referiu no relatório anterior, as metas a que os consórcios se comprometeram são muito exigentes, implicando crescimento de vendas online, crescimento de empresas que utilizam plataformas online, apenas para citar dois exemplos. Em termos de meta, após reprogramação, devem estar a funcionar 75 bairros comerciais digitais até setembro de 2025, que incluem ações e indicadores em diversas áreas, metas que se consideram muito difíceis de cumprir, exigindo por isso um adequado acompanhamento.

À data da última reunião com a DGAE, não estava ainda elaborado um modelo de acompanhamento, existindo, no entanto, um calendário de visitas ao terreno, a todos os Bairros, com acompanhamento técnico.

Apesar de já se estarem a dar os passos relativos à operacionalização, o tempo que passou, naturalmente, terá alterado as condições de execução inicialmente propostas, sendo necessário reprogramar. É por isso imprescindível que a plataforma informática esteja disponível e pronta a funcionar, para que se possam ajustar as atividades e os respetivos custos associados, incluindo alterações entre rúbricas.

A CNA-PRR conversou com alguns municípios que estão a implementar esta medida, mas as fases ainda muito embrionárias não permitem fazer mais nenhuma avaliação que não seja a do atraso da medida. Os gestores de cada bairro (figura obrigatória) neste investimento estão a ser contratados (em muitos casos já a trabalhar no projeto) e vários procedimentos concursais foram lançados para materializar os investimentos previstos

Para este relatório não é ainda possível fazer uma apreciação mais aprofundada do que está a ser realizado no terreno, estando previsto para os próximos meses um acompanhamento mais próximo e visita a alguns locais de implementação.

Apreciação e recomendações

Aceleradoras digitais: considera-se **CRÍTICO**

Recomenda-se:

- i) a máxima celeridade na adaptação da plataforma e disponibilização de acessos à DGAE;
- ii) a especial atenção para a necessidade de reforçar a estrutura de apoio de informática do IAPMEI, para garantir o apoio às entidades externas;
- iii) a atualização contínua das regras, FAQ e outras normas; respostas rápidas aos promotores; e realização regular de reuniões com as aceleradoras, sendo importante um ponto de contacto privilegiado;
- iv) definição do modelo de acompanhamento;
- v) avaliação de sinergias existentes com outros serviços existentes, também, financiados pelo PRR ou por outros fundos, tal como o Coaching 4.0 ou a internacionalização via e-commerce.

Bairros Comerciais Digitais: considera-se **PREOCUPANTE**

Recomenda-se:

- i) Que seja dada prioridade à reprogramação das atividades de cada um dos Bairros, avaliando com cada um dos promotores os riscos associados à implementação e as possibilidades de mitigação dos mesmos;
- ii) Definição do modelo de acompanhamento;
- iii) operacionalização do mecanismo de reposição do IVA.

C16-i02	Transição Digital das Empresas BI e BF - AICEP (internacionalização via e-commerce)
---------	--

Este é um investimento que tem como meta o apoio a 1.500 PME³⁶ em processos de internacionalização através do comércio eletrónico. De acordo com a informação da AICEP, não está previsto ser feito nenhuma verificação de vendas ou atividade em e-commerce, sendo a criação ou melhoria de loja online para o exterior o ponto de chegada.

No relatório anterior da CNA-PRR, efetuou-se apenas uma descrição dos números de candidaturas, cujo ponto de situação foi obtido via IAPMEI, tendo sido efetuada reunião com a AICEP no início de abril de 2024.

Tal como verificado noutros investimentos, apesar do beneficiário intermediário ser um (neste caso a AICEP), há uma dependência do IAPMEI, quer em termos de plataforma de gestão de projetos, quer em termos de definição de modelos de acompanhamento, quer ainda na notificação dos candidatos e procedimentos administrativos. Esta situação de limitação de acesso à plataforma informática, levou a que só em janeiro de 2024 (quase 18 meses após a abertura do 1º aviso), a AICEP tivesse acesso sem restrições da plataforma. No entanto, apesar desse acesso, a plataforma ainda não está preparada para submissão de pedidos de pagamento finais, o que impede que as empresas os possam fazer e receber o financiamento na totalidade.

Estes atrasos de operacionalização de plataforma, aumentam os riscos de não avaliação de duplo financiamento, conflito de interesses, ou a verificação de documentos obrigatórios a entregar/recolher pelos beneficiários finais (p.ex, RCBE), em virtude de se utilizarem circuitos menos automatizados, dependentes de outra entidade e cuja pista de auditoria pode ficar comprometida.

Há ainda um risco aumentado de desmobilização das empresas do seu investimento ou de alteração das condições apuradas no diagnóstico que serviu de base à definição do enquadramento (exportadora ou não), o que vai ter influência no plano estratégico e no investimento necessário. Não é lógico que se espere que uma empresa estará no mesmo ponto de partida, passados 6 ou mais meses.

A ferramenta de diagnóstico das empresas – no website Portugal Exposta- já existia, mas foi identificada a necessidade de melhoria, que vai beneficiar do investimento da Componente C19 (será desenvolvido este tema nessa componente). Até jan/24

³⁶ Em termos de meta PRR, estes números deverão ser conjugados com o número de PME apoiadas no Coaching 4.0, nos vouchers para start-ups e nos vales para incubadoras, perfazendo um total de 8.600 empresas/associações apoiadas.

estavam contabilizados 4.500 diagnósticos, dos quais 56% foram realizados por empresas acompanhadas pela AICEP. O acompanhamento da AICEP, para apoio à elaboração de planos de e-commerce internacional, pode ser solicitado pelas empresas (sendo também financiado no âmbito deste investimento), mas há um número significativo de empresas que não o faz, resultando em planos incompletos ou não vocacionados para a internacionalização.

Identificou-se que ainda não existe um modelo de acompanhamento para este investimento, não existindo também uma informação cruzada com outras entidades que prestem apoios às empresas ou a interligação de incentivos. Em último caso, poderemos estar a assistir a financiamentos que poderiam estar a ser alavancados por outros, caso houvesse esse conhecimento, interligação e alinhamento.

O 1º aviso foi lançado em 24/08/22 e fechou a 14/10/22. Houve 306 candidaturas, das quais 239 foram selecionadas e 209 tiveram termos de aceitação assinados e validados e receberam adiantamento.

O 2º aviso abriu a 24/07/23 e fechou a outubro/23. Houve 863 candidaturas e a decisão sobre análise foi terminada a 14/05/24.

No total dos 2 concursos foram registadas 1.169 candidaturas, não sendo ainda possível saber quantas candidaturas estão aprovadas ou a dotação que ainda irá sobrar. No entanto, ainda que sobre dotação, começa a ser difícil conseguir que projetos aprovados no âmbito de um 3º aviso sejam executados dentro do PRR.

Apreciação e recomendações

Considera-se **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se:

- i. Operacionalização na sua totalidade da plataforma informática;
- ii. Definição do modelo de acompanhamento;
- iii. Celeridade na divulgação de resultados e assinaturas de contratos, bem como na publicação de 3º aviso (caso haja dotação sobrança);
- iv. Identificação, em conjunto com a ADC, o IAPMEI, ou outras entidades de referência no apoio às empresas, a possibilidade de criação de pontos de interligação, para que os modelos de acompanhamento possam também vir a incluir a troca de informação sobre financiamentos distintos, com o objetivo de encontrar sinergias e alavancagem;
- v. Avaliação por parte da AICEP, da possibilidade de acompanhar as empresas apoiadas (quer com financiamento, quer com elaboração dos planos estratégicos), após essa fase, considerando eventualmente a introdução de um módulo de monitorização regular destas empresas, nas melhorias a implementar na sua plataforma informática.

Foram selecionados 17 DIH, dos quais 13 são de abrangência nacional (todos com atribuição de selo europeu de excelência, mas sem financiamento europeu associado) e 4 têm um foco regional (Região Norte, Região Centro, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira)³⁷.

Chegados a maio/24, houve uma alteração na entidade gestora responsável, que passou a ser a ANI, com competências delegadas do IAPMEI (desde jan/24). No entanto, a plataforma de gestão mantém-se a do IAPMEI.

Devido a esta passagem de competências, a ANI efetuou a revisão de toda a documentação de apoio existente, nomeadamente as regras de elegibilidade das despesas, as FAQ e a orientação técnica da metodologia de pagamentos.

No dia 15/05/24 foi realizada a primeira reunião de acompanhamento técnico, entre a ANI e todos os DIH e na qual a CNA-PRR também esteve presente, enquanto observador.

No relatório anterior, a CNA-PRR manifestou muita preocupação com este investimento, quer pelo atraso na sua implementação, quer pelas muitas dúvidas por parte dos promotores, quanto a regras aplicáveis. Espera-se que a partir da gestão da ANI e do trabalho já iniciado de acompanhamento permanente dos promotores, se possa avançar, sendo, no entanto, ainda cedo para se perceber quais os resultados e impactos que estas estruturas irão ter na economia e na transição digital das empresas.

A par dos *test beds*, os DIH representam um risco maior do que por exemplo os Colabs ou os CTI, devido à sua novidade de implementação no nosso país. Apesar da experiência europeia dos DIH, as reuniões que foi possível fazer até esta data, não permitiram evidenciar ainda uma prática partilhada e disseminada.

Mantém-se a preocupação com a concentração da prestação de serviços (meta) em tão curto espaço de tempo, que encurta a cada dia que passa. E para que alguns serviços sejam prestados, há ainda investimentos que precisam de ser feitos.

Mas para além destas preocupações, que são diretamente relacionadas com os DIH, do ponto de vista das empresas a quem vão ser prestados os serviços, é preciso que sejam identificadas as suas necessidades e que as mesmas tenham capacidade para absorver os mesmos, sob pena de se preparem projetos para contabilização de números.

Apreciação e recomendações

Apesar da ANI ter iniciado um trabalho meritório de acompanhamento de proximidade e com a preparação de documentação detalhada, a realidade é que este é um investimento que se encontra com grandes atrasos e que por gera preocupação. Mantém-se por isso a apreciação e **CRÍTICO**.

³⁷ Informação disponível em: [IAPMEI - Rede de Polos de Inovação Digital](#)

C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas BI- IAPMEI BF- AMA (Desmaterialização da faturação) BI-IAPMEI BF-AMA (Selos de certificação)
---------	--

Desmaterialização da Faturação

A solução da Fatura Sem Papel (FSP), já disponibilizada em dezembro de 2022, assegura, de acordo com a AMA, o alinhamento com o *design system* do Portal de Serviços Públicos, tendo sido, em junho de 2023, evoluídas várias funcionalidades deste serviço. Vários softwares estão já em fase avançada de integração e certificação³⁸.

Em maio/24, segundo informação do IAPMEI, estava concluída a plataforma de envio de faturas, tendo sido registadas 9.500.000 faturas assinadas através do SAFE, 15 faturas enviadas pela Fatura Sem Papel e 6.475 utilizadores.

Selos de Certificações de Cibersegurança, Acessibilidade, Sustentabilidade e Privacidade

Os três selos de certificação de maturidade digital das dimensões de Cibersegurança; Acessibilidade; e de Sustentabilidade já se encontram disponíveis on-line, com acreditações e certificações realizadas e com campanha de comunicação ativadas³⁹.

Quanto ao selo da dimensão Privacidade, o mesmo tem, desde 2022, uma questão relacionada com a adequação à proteção de dados, cujo processo necessitou de avaliação por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados e do *European Board*. Segundo a indicação do IAPMEI, a acreditação encontra-se a esta data junto da APCER - Associação Portuguesa de Certificação

Portugal solicitou o 5º pedido de pagamento, tendo considerado que a meta está cumprida.

Apesar desta conclusão, em termos de disponibilização de plataformas, a CNA-PRR irá continuar a solicitar informação mais detalhada sobre os resultados alcançados (p.ex. número de faturas na fatura sem papel, abrangência dos agentes económicos ou número de certificações e respetivos tempos associados).

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CONCLUÍDO**.

³⁸ São os seguintes os softwares em fase de integração e certificação, em setembro de 2023: PHC (o primeiro a ser integrado), Cegid Eticadata, R2 Informática, Cloudware (TocOnline).

³⁹ Informação disponível em <https://selosmaturidadedigital.incm.pt/Accessibility>

C16-i04	Indústria 4.0 BI – IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.
---------	--

O concurso competitivo foi lançado no final do ano de 2023. No final do 1º trimestre foram aprovadas as candidaturas e pagos os adiantamentos, estando os cerca de 280 projetos a ser implementados pelas empresas.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Componente C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

C17-i01.01 e C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública BD - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP)
-------------------------------	--

Estes investimentos estão interligados com a reforma r32 (que inclui vários marcos e metas diretamente associados) e foram organizados em 16 projetos, com responsabilidades de gestão de diferentes entidades. Optamos neste relatório por incluir o ponto de situação dos investimentos respeitantes a cada marco/meta de desembolso, identificando as ações realizadas e o ponto da situação:

- 1) Projetos 1 a 10 - modernização da gestão financeira pública através da disponibilização de soluções transacionais e desenvolvimento de sistemas centralizados de reporte de informação ao Ministério das Finanças (UniLEO /DGO/ESPAP):

Está prevista a definição de *Enterprise Architecture* (arquitetura empresarial) para suporte à implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) que inclui arquitetura Aplicacional, de Processos e de Dados⁴⁰.

Projeto/Investimento	Marco/meta	Ações Desenvolvidas	Situação
Solução processual integrada de gestão dos ciclos de receita e despesa	Solução processual integrada de gestão dos ciclos da receita e despesa	Foi desenvolvido projeto de <i>Enterprise Architecture</i> Upgrade de solução que constituirá arquivo transacional. Foi concluída consulta preliminar ao mercado e foi publicada autorização de despesa e repartição de encargos relativa às verbas do PRR que permitem enquadrar a instrução em curso das peças concursais para aquisição de	Atrasado

⁴⁰ Interliga com o projeto UniLEO com a OCDE com o suporte da Comissão Europeia para perceção de abordagens / práticas de diferentes países quanto a uma arquitetura FMIS Financial Management Information Systems

		solução. Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março	
Solução integrada de gestão financeira central do MF no âmbito da Gestão da Tesouraria Pública	Solução integrada de gestão financeira central – recolha de informação para indicadores de controlo	Foi concluída consulta preliminar ao mercado e foi publicada autorização de despesa e repartição de encargos relativa às verbas do PRR que permitem enquadrar a instrução em curso das peças concursais para aquisição de solução. Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março	Atrasado
Sistema de informação para operações gerais do Estado - Entidade Contabilística Estado	Implementação da Entidade Contabilística Estado	Em curso Adiamento autorizado pela CE na Revisão do PRR (T3.2023 para T2.2024) Encontra-se em preparação o relatório de Implementação para cumprimento do Marco	Dentro do prazo
Processo orçamental incorporando a orçamentação por programas	Solução informática em exploração para redesenho e implementação do processo orçamental, incorporando a orçamentação por programas	Em curso: A “Solução Informática em exploração para redesenho e Implementação do processo orçamental, incorporando a orçamentação por programas” encontra-se em evolução com diversos desenvolvimentos concluídos (solução OP, novas funcionalidades DE e mapas legais). Em avaliação e desenvolvimento: » Melhorias na solução de OP em resultado da avaliação dos Pilotos; » Emissão de Demonstrações orçamentais em cumprimento da LEO (artº50 e artº 43); » Metodologia e outputs de suporte ao planeamento Plurianual; » Outras funcionalidades relativas ao processo orçamental.	Dentro do prazo
Novo modelo de Controlo Orçamental Económico e Financeiro	Solução de suporte ao novo modelo de Controlo Orçamental e Económico-Financeiro	Foi concluída consulta preliminar ao mercado e foi publicada autorização de despesa e repartição de encargos relativa às verbas do PRR que permitem enquadrar a instrução em curso das peças concursais para aquisição de solução. Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março	Dentro do prazo

- 2) Projetos 11 a 13: Modernização dos Sistemas de Informação do Sistema Nacional de Compras Públicas e do Parque de Veículos do Estado (ESPAP): Estão concluídas atividades de revisão legislativa e reengenharia de processos, que incluíram 60 processos de negócio, a revisão de arquitetura

de sistemas de informação SNCP⁴¹ e PVE⁴², cujos objetivos são: melhoria dos processos operacionais; modernização tecnológica; aumento do desempenho; e promoção da inovação no processo de compras públicas. Encontra-se em curso a modernização dos sistemas de informação do SNCP (alguns em desenvolvimento ou já concluídos e a maior parte em fase de procedimento concursal)

Projeto/Investimento	Marco/meta	Ações Desenvolvidas	Situação
Modernização dos SI do SNCP	Concluir a modernização e a simplificação dos sistemas de informação do sistema nacional central de contratação pública	Em curso Meta - 11 sistemas. 6 sistemas de informação já estão implementados: CNCP, FAN, PAN; GPAC, Relatório PVE; Integração Portal Base.gov com SRVI. Está em curso o desenvolvimento de 7 sistemas de informação adicionais para conclusão em T4 2024	Dentro do prazo
Modernização dos sistemas de informação do Parque de Veículos do Estado (PVE) Sistema de Informação Gestão de Património Imobiliário Público (SIGPIP)	Conclusão da implementação do Sistema de Gestão de Património Imobiliário Público (SIGPIP) e da modernização dos sistemas de informação sobre os veículos do Estado	Em curso SGPVE - a eSPap tem em preparação para lançamento ao mercado; SIGPIP - a ESTAMO tem a plataforma implementada e irá fazer o upgrade e implementação de novos processos de gestão do património do Estado ao abrigo do PRR	Dentro do prazo

3) Projetos 14 a 16: Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais, redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas e implementação do SOC Responsabilidade (ESPAP):

Está em curso a renovação de 36 sistemas de informação, cujo problema de base reside num elevado grau de obsolescência ao nível de infraestruturas, aumentando o risco operacional e inibindo a evolução dos sistemas aplicativos. A maior parte encontra-se ainda em curso, estando alguns já concluídos).

Haverá ainda lugar ao desenvolvimento de novas arquiteturas e analítica, em 20 sistemas de informação (alguns em desenvolvimento ou concluídos, vários ainda em fase de procedimento concursal ou ainda não iniciados).

Esta renovação/evolução tecnológica tem de lidar com novos desafios, de forma a permitir uma maior fiabilidade, ter um melhor tempo de resposta, potenciar a interoperabilidade, e ainda assegurar Ciber segurança e cumprir os requisitos da eficiência energética.

No âmbito de implementação do *Security Operations Center* (SOC), o objetivo é permitir um aumento da segurança da informação e do acesso aos

⁴¹ Sistema Nacional de Compras Públicas

⁴² Parque de Veículos do Estado

dados, implementação das políticas de segurança e soluções de Cibersegurança, *Disaster Recovery*, Backup e redundância de infraestruturas para os principais sistemas de informação com infraestruturas tecnológicas seguras para acesso remoto aos sistemas de informação, evolução das condições de alojamento e armazenamento de sistemas de informação e dados, de forma segura e energeticamente eficiente, dando resposta à necessidade de garantir a segurança dos sistemas de informação, com políticas de segurança permanentemente atualizadas e garantir a operacionalidade dos sistemas em caso de disrupção ou desastre, tendencialmente sem perda de informação. Este projeto encontra-se em curso.

Projeto/Investimento	Marco/meta	Ações Desenvolvidas	Situação
Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação	Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação	Em curso Meta - 21 sistemas (valor base 5) · Concluídos (pré PRR) – 6 · Concluídos – 15	Dentro do prazo
Implementação do SOC	Concluir a implementação do centro de operações de segurança	Em curso	Dentro do prazo

Apreciação e recomendações

Os investimentos relacionados com os metas de desembolso estão dentro do prazo, incluindo dois em 2024. Os atos legislativos necessários à concretização de vários investimentos foram publicados em março, p.p., pelo que existem agora as condições para lançamento dos concursos de aquisição.

Consideram-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se:

- i. Um acompanhamento muito próximo dos investimentos, atendendo à pressão a que o mercado das tecnologias de informação está a viver;
- ii. Implementação das novas metodologias em termos orçamentais o mais breve possível, desejável para 2025;
- iii. Celeridade nas autorizações necessárias à concretização dos investimentos e das peças legislativas necessárias à sua implementação.

C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária BD - AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT)
---------	--

Objetivo- troca de informação com outras entidades públicas; o cruzamento dos dados georreferenciados (como dados cadastrais, dados sobre o solo e sobre o clima, dados sobre sistemas de cultura e sobre produtividade, entre outros), com as seguintes medidas:

- Renovar os sistemas de informação da AT (e reforço de infraestruturas tecnológicas) -implementação de um novo modelo de atualização e avaliação dos prédios rústicos, procedimentos de manutenção da matriz predial e de liquidação de tributos associados⁴³;
- Consolidar os sistemas de informação da AT como o terceiro pilar da informação sobre o território, com os outros dois pilares – o do cadastro, com a finalidade conhecimento atualizado e detalhado do território através de cartografia de referência, e o do registo, com a finalidade de publicidade dos direitos e ónus relacionados com os imóveis.
- Disponibilizar de serviços de pré-preenchimento declarativo em sede de IMI (prédios urbanos) e do Imposto do Selo (transmissões gratuitas).

Há uma ligação direta entre este investimento e o C08-i02.01 (Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), sendo necessária a interligação com a Direção-Geral do Território (responsável pela cartografia terrestre) e a eBUPI (responsável pelo registo do cadastro). Relativamente à cartografia terrestre, encontra-se em fase de preparação, podendo sofrer um ligeiro atraso face ao estimado e o registo do cadastro encontra-se também em curso.

Esta necessidade de interligação, obriga a um esforço e reforço da comunicação entre as equipas, para concertar tarefas, sendo também necessário articular todas as necessidades identificadas de medidas legislativas e de interações entre as tutelas.

Para acompanhamento deste investimento, foi solicitado à AT, em maio/24, um ponto de situação, de acordo com as medidas de implementação previstas:

⁴³ O objetivo geral do novo modelo de avaliação é o de estimar o valor de uma propriedade, para fins fiscais, com base na sua geometria, área e aptidão biofísica, tendo em conta variáveis económicas e ecológicas incentivadoras do uso eficiente do solo e desincentivadoras do seu abandono. Este modelo de avaliação foi desenhado através de projeto autónomo, REFORM/SC2022/126 – “Designing a New Valuation Model for Rural Properties in Portugal”, apoiado pelo Instrumento de Apoio Técnico (TSI - Technical Support Instrument) gerido pela DG-Reform, que foi concluído a 12/09/23, por uma equipa da AT apoiada pelo consórcio AARC (cuja equipa local no terreno foi liderada pela Universidade NovaSBE e com participação de consultores jurídicos (Lobo, Vasques & Associados), consultores agrónomos (Innerlands) e consultores tecnológicos SIG (ESRI-Portugal), com o envolvimento das entidades públicas relevantes para o tema (GPP, DGADR, ICNF, INE, DGT, IFAP). O modelo proposto visa garantir que imóveis idênticos em termos de dimensão, localização e aptidão convergem para o mesmo resultado de avaliação.

Ações/medidas planeadas	Ponto de situação
Desenvolvimento de mecanismos de consulta e visualização das matrizes prediais (4T2024)	Em curso
Desenvolvimento solução de gestão da informação georreferenciada (4T2025)	Em curso
Desenvolvimento sistema de avaliação da propriedade rústica (4T2025)	Relatório de progresso emitido a 31/12/23
Desenvolvimento sistema de liquidação da propriedade rústica (4T2025)	Em curso
Desenvolvimento de serviços de pré-preenchimento declarativo para a Modelo 1 do IMI (2T2022) e para alguns quadros da Modelo 1 do Imposto do Selo numa primeira fase (4T2023) e melhorias subsequentes (4T2025)	Pré-preenchimento da modelo 1 do IMI, concluído em 30/06/22 Pré-preenchimento da modelo 1 do IS, concluído em 31/12/23 - 18.539 utilizadores (31/12/23)
Reforço da infraestrutura tecnológica durante a implementação do investimento	1ª fase concluída
Tratamento de Processos de Reclamação Administrativa do cadastro geométrico (4T2024)	
Implementação do processo de avaliação geral dos prédios rústicos (2026)	Em curso
Digitalização da informação de suporte às matrizes prediais (4T2024)	Processo concursal lançado com propostas a 30/03/24

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Tal como mencionado na apreciação do investimento C08.i02.01 (Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), deve ser dada especial atenção à interligação necessária entre as várias entidades envolvidas (AT, DGT e eBUPI).

C17-i03.01/02	Transição digital da Segurança Social BD - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
---------------	---

Metas:

- Expansão das funcionalidades do sítio Web Segurança Social Direta, adicionando cinco novos serviços em linha (dez/25)
- Redução do tempo médio de deferimento de prestações sociais de natureza contributiva em 80 %, para as que tenham um tempo médio superior a 10 dias (dez/25)

- Implementação de 2 modelos de vigilância inteligentes para apoiar a prevenção da fraude, assentes em processos de aprendizagem automática (dez/25)

O MTSSS organizou a transição digital em torno de um programa denominado CLIC, operacionalizado em 85 medidas, divididas por 3 eixos estratégicos: (1) humana e próxima, (2) digital e inovadora e (3) eficiente e robusta. No entanto, face à quantidade e diversidade de medidas e tendo em conta já existem resultados, elaborou-se o quadro seguinte, de acordo com a informação prestada pelo Ministério (27 novos serviços):

Área	Novos serviços implementados (online)	Resultados
Pensões	Pensão social de velhice online	6.417 pedidos
	Pensão social de invalidez em regime especial online	416 pedidos
	Pensão de velhice na hora	115.973 deferimentos automáticos
	Prestações por morte	32.631 pedidos
	Pensão de viuvez	n.d.
Prestações	Abono de Família automático	3.478 pedidos Aceites; 1.521 SMS Enviados;
	Estatuto Profissionais Cultura	6.140 pedidos Subsídio suspensão Ativ; 242.385 recibos
	Prestações compensatórias	383.653 pedidos; 2,6 dias tempo médio deferimento (2023)
	Prestações Familiares	83.946 pedidos online reavaliação abono família
Emprego	Subsídio social desemprego subsequente	40.138 pedidos online
	Subsídio parcial de Desemprego	2.016 pedidos registados
	Apoio extraordinário desempregados longa duração	38 pedidos criados cidadão + funcionário
Ciclo contributivo	Incentivo à Contratação	22.958 pedidos; 19.376 deferidos
	Serviço Doméstico	9.974 inscrições
	Simplificação Ciclo Contributivo – vínculos	11.901 comunicações

		suspensão de contrato de trabalho; 23.842 transferências de local trabalho; 56 vínculos Lanifícios e carris; 10.202 vínculos trabalhadores
Sistema de execuções fiscais	Notificações e Citações eletrónicas	248.781 citações; 2.742 notificações
	Penhoras	34.838 penhoras de Prestações; 451.999 averiguações
	Simplificação Sistema Execução Fiscais	238.801 planos prestacionais c/notificações eletrónicas
Canais pagamento	Canais de Pagamento – Débitos Diretos	12.621 alterações
Parentalidade	Agenda do Trabalho Digno	n.d.
	Regresso Antecipado ao Trabalho	18.954 comunicações
Agregado familiar	Agregados Familiares – situação familiar	22.385 declarações submetidas
Relacionamento	Visão 360º	756.824 pedidos entrados via canal e-clic; 87% concluídas via mesmo canal; 10,9 dias tempo médio de resposta
Ação Social	Assessoria Técnica aos Tribunais	85.366 processos tratados no novo sistema
	Novo Sistema Ação Social	99 Atendimentos
Portais	Portal Garantia para a Infância	22.801 acessos
Interoperabilidade	Serviços de plataforma de serviços de interoperabilidade	162.226 invocações

Relativamente a substituição de equipamentos informáticos, foram adquiridos e instalados, 17.927 equipamentos (postos de trabalho) e 303 equipamentos (infraestrutura).

Para além dos investimentos, estão previstas Reformas (a maior parte já concluídas), que embora não sejam objeto de apreciação neste relatório, deixam-se aqui algumas notas:

- Combate às desigualdades entre mulheres e homens (dez/24)
necessária a elaboração da norma portuguesa relativa a um sistema de gestão de igualdade salarial e notificação das empresas com mais 50 trabalhadores que apresentem níveis remuneratórios com diferenças significativas entre homens e mulheres (5% ou mais). Já foram efetuadas notificações a 1.500 empresas, estando a decorrer os prazos para a justificação das empresas ou para apresentar um plano (têm 12 meses para apresentar e implementar).
- Simplificação e eficácia do sistema de prestações sociais (jun/26)
Aguarda-se publicação do relatório do grupo de trabalho sobre a prestação social única, a cargo da OCDE, até março de 2025. Estima-se a entrada em vigor da Pensão Social Única e do Código das Prestações Sociais até junho de 2026

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se:

- Um acompanhamento de proximidade na implementação destes projetos, em particular os que dependem de fornecimento de serviços de terceiros, atendendo à pressão que o mercado das tecnologias de informação está sujeito;
- Medição dos resultados dos projetos implementados, com particular ênfase nos ganhos para os cidadãos e para as empresas, ao longo do ciclo de vida dos vários processos de interação com a Segurança Social.

Componente C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Os investimentos na área da Justiça abrangem 13 entidades e implicam alterações de diversas tipologias.

No relatório de 2023 este foi um investimento considerado “Alinhado com o Planeamento” e em que todas as entidades se encontravam a ser acompanhadas pelo Ministério da Justiça, com centralização de informação, gestão de orçamento e acompanhamento de implementação, existindo inclusivamente um grupo de trabalho constituído para a avaliação de impactos.

Tendo em conta que não foi possível acompanhar todos os investimentos PRR para este relatório e que o risco é. Face ao exposto, baixo, estes serão investimentos a acompanhar para o próximo relatório da CNA-PRR.

Apreciação e recomendações

Atendendo ao risco identificado na apreciação anterior e à escassez de tempo para reunião com todos os beneficiários intermediários, este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

Componente C19 | Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança

C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal BD- AMA BD- Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SGMNE)
---------	---

As metas de construções associadas a este investimento são 31 novas lojas de cidadão e 400 novos espaços cidadão, a funcionar em março/2026 (em reprogramação foram acrescentadas 11 lojas e 100 espaços, para junho/2026).

Das 31 Lojas de Cidadão previstas:

- 8 estão abertas;
- 5 estão em obra;
- 3 estão em processo de concurso da empreitada;
- As restantes estão em processo de análise de candidatura ou preparação para lançamento de avisos.

Dos 400 Espaços Cidadão previstos:

- 148 estão abertos;
- Prevê-se a abertura de mais 6 até meados de julho;
- Os restantes estão em processo de instalação ou assinatura de novos protocolos.

De acordo com o que nos foi informado pelo Ministério da Juventude e da Modernização, os protocolos estarão assinados até Set/24, contudo os objetivos para a abertura das novas lojas e espaços que se somam aos já previstos anteriormente são um desafio bastante difícil pois dependem da ação de diversas outras entidades da Administração Pública (que têm outros objetivos no PRR e, portanto, estão sob pressão), para além das necessidades habituais de lançamento de concursos. Foi, no entanto, deixada a indicação de que estão a ser feitos todos os esforços para cumprir essas metas.

Existe ainda prevista uma App Cidadão (com prazo para o março/2025), que se encontra em desenvolvimento, não se prevendo incumprimentos.

Quanto ao investimento em gestão pela SGMNE, não foi acompanhado pela CNA-PRR para este relatório.

Apreciação e recomendações

Atendendo ao atraso no lançamento de vários procedimentos concursais relacionados com as lojas do cidadão e funcionamento de menos de metade dos espaços cidadão, bem como ao processo em curso para seleção das Lojas de

Cidadão de nova geração, considera-se o investimento relacionado com as Lojas e Espaço Cidadão como **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se celeridade na assinatura dos protocolos e lançamento dos procedimentos concursais para a sua construção.

Considera-se o investimento App do Cidadão **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

O investimento em gestão pela SGMNE, **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

C19-i02	Serviços Eletrónicos sustentáveis BD- AMA
---------	--

Relativamente ao projeto Mosaico, a CNA pronunciou-se no passado favorável a este projeto tendo como objetivo uniformizar o *look-and-feel* dos sites e apps da Administração Pública. A informação prestada à CNA-PRR é de que o projeto está a decorrer conforme planeado, embora sem mais informação adicional.

Quanto à disponibilização dos serviços públicos acessíveis, também a informação obtida indica que estão a decorrer conforme planeado. A título de exemplo, realça-se o lançamento da nova versão do cartão do cidadão, que é *contactless*, o que permite a sua utilização nos transportes ou nos espetáculos.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C19-i02	Serviços Eletrónicos sustentáveis BD- INE
---------	--

Este investimento foi acompanhado pela CNA-PRR em 2024, pela 1ª vez.

O INE tem em desenvolvimento três grandes projetos, com financiamento PRR associado de 4 M€. Estes são projetos considerados centrais para o INE, estando incluídos no plano de atividades da entidade, mas que o PRR permitiu acelerar e alavancar, sendo também importantes para o processo de certificação da ISO 9001, que se encontra a decorrer.

O INE é a autoridade estatística nacional, pelo que a Lei lhe confere autoridade para recolher dados, estando impedido, por regras nacionais e europeias, de os transferir na sua forma pura, ou seja, sem estarem tratados e anonimizados.

Após a realização de reunião com os responsáveis, o ponto de situação apurado, para os três projetos em curso, é o seguinte:

Infraestrutura de dados para a investigação

Este é um sub-produto de uma infraestrutura maior, que é nacional. O objetivo deste projeto é conseguir rececionar, tratar e disponibilizar, mais 500 novas bases

de dados, destinadas essencialmente para investigação, sendo que um dos objetivos assumidos é permitir efetuar estudos relacionados com impactos das recentes crises.

A cada base de dados são aplicados diversos trabalhos, para que as mesmas possam no futuro ser possíveis de aceder, tal como:

- Harmonização, transformação, limpeza e enriquecimento dos dados;
- Aplicação de métodos de confidencialidade, segurança e proteção;
- Fichas de caracterização das bases de dados.

Em termos globais, o INE tem fontes de praticamente todos os lados, exceto das áreas de energia, água ou telemóveis. A título de exemplo, são recolhidos os dados de IRS, da IES, dos cartões de cidadão ou das folhas de remuneração da Segurança Social.

À data de final maio/24, estavam em curso 180 projetos de investigação, realizados com 458 investigadores (várias entidades), que trabalham com 614 bases de microdados anonimizados.

Outra parte importante deste projeto, é a melhoria das condições dos *Safe Centers* (de Lisboa e Porto) e nos quais não são permitidas as entradas de telemóveis ou *pen drives* e onde o trabalho é efetuado em servidor dedicado. A melhoria destes espaços irá permitir que os investigadores tenham maior acesso a dados, eliminando assim barreiras de acesso a dados para investigação.

Capacitação em Ciência de dados

Com este projeto, o objetivo é reforçar a capacitação digital dos recursos humanos do Sistema Estatístico Nacional (INE, entidades com delegação de competências e outras que se relacionam com o INE) e da Administração Pública. Este é um universo de milhares de pessoas, sendo que no INE são cerca de 600.

A meta a atingir é a formação de 500 pessoas, tendo sido já formadas 400.

O INE considera muito importante o facto de poderem oferecer as formações de forma gratuita às entidades da AP, permitindo cimentar as relações e interligações. Estas são formações muito especializadas, em temas como por exemplo: novos algoritmos de *machine learning*; técnicas de recolha híbrida de dados baseadas em *smart statistics*; modelos sofisticados de não respostas; métodos mistos de recolha; novas abordagens baseadas em inteligência artificial; Python para estatísticas oficiais; entre outros.

Infraestrutura de informação territorial

O objetivo é a criação de uma infraestrutura de informação do território, visando integrar pelo menos 150 fontes de dados (meta PRR).

Na atualidade, existe em Portugal um volume assinalável (e crescente) de informação dispersa, não integrada e harmonizada, em sistemas de informação isolados, de difícil relacionamento com os de outras entidades. Para que um cidadão (ou investigador), consiga fazer uma relação entre dados, por exemplo população e território, deverá aceder ao INE para saber a população e depois aceder à Direção-Geral do Território. E assim por diante, necessitando de entrar em cada uma destas entidades para obter os respetivos dados.

A resposta que está a ser criada pelo INE, irá dar resposta a esta necessidade, á escala regional (ao nível da freguesia) e nacional. No final de junho/24 deverá estar disponível 1ª versão deste novo modelo.

Interligações com outros investimentos PRR:

Identifica-se a relação deste projeto da infraestrutura de informação territorial, com o investimento denominado “Territórios Inteligentes”, do qual o INE faz parte do grupo de *stakeholders*, estando simultaneamente como fornecedor e recetor de dados. De acordo com as indicações do INE, apesar de estar relacionado, os projetos não se sobrepõem, complementando-se.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento está **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se:

i. Que o INE possa avaliar a possibilidade de efetuar diferentes formatos de comunicação e disseminação dos projetos em curso, por vários meios, para que a população em geral, bem como os investigadores (nacionais e internacionais), possam ter conhecimento da informação e dos acessos à mesma.

C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança BD- Gabinete Nacional de Segurança (GNS)
---------	---

Devido a alteração de tutela governamental, não foi possível fazer o acompanhamento deste investimento para este relatório, por impossibilidade de reunião.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas BD- CEGER (Rede Informática do Governo)
---------	--

Devido a alteração de tutela governamental, não foi possível fazer o acompanhamento deste investimento para este relatório, por impossibilidade de reunião.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas BD- AIMA (sistema informático das forças e serviços de segurança- ex-SEF)
---------	--

Não foi possível fazer o acompanhamento deste investimento para este relatório, por impossibilidade de reunião.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO** neste semestre.

C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro BI e BD- Instituto Nacional de Administração I.P. (INA)
------------	--

Este investimento visa desenvolver a oferta da formação para os trabalhadores e dirigentes da administração pública, sendo composto por quatro programas. As metas estão definidas em cada um dos programas, sendo o critério da evidência o certificado digital emitido. A certificação pode ser total, parcial ou de encaminhamento (identificação para outro percurso formativo).

Programa de Capacitação Digital

Infoexclusão Zero

Meta: 2.500

Este é um investimento que não terá efeitos na produtividade no trabalho, porque o público-alvo são essencialmente pessoas que rapidamente sairão da vida ativa. Mas é uma questão de inclusão social, para que sejam cidadãos ativos e incluídos digitalmente. O diagnóstico efetuado revelou mais de 1.200 pessoas nesta situação. Esta experiência, que não precisará de piloto, irá ser uma alteração a nível de formação no INA. A aposta é que seja uma experiência mais emocional do que técnica e a sua operacionalização territorial irá depender da avaliação prévia de cada território e comunidade, com arranjos múltiplos. A introdução de gestores de comunidade poderá ser a grande inovação, sendo que já se encontram capacitados vários formadores do INA, que irão posteriormente capacitar mediadores na comunidade.

O lançamento da formação deverá ocorrer a partir de setembro/24, estando a iniciar a campanha informativa aos organismos e trabalhadores e publicação dos cursos. O desenvolvimento de conteúdo é interno ao INA.

Os participantes que não tenham completado o 6º ano, terão a possibilidade de mobilizar esta aprendizagem para um processo RVCC (Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

Este foi um processo desenvolvido em conjunto com a AMA, com o objetivo de potenciar a escalabilidade.

AP Digital 4.0- Formação para a carreira de especialista e técnicos de informática

Meta: 1.000 trabalhadores

Foi publicado em outubro/23 o Decreto-Lei 88/2023, que estabelece estes regimes e onde se encontra prevista a necessidade de conclusão de formação obrigatória. Esta referida formação será ainda definida em portaria pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública, da digitalização e da modernização administrativa e das autarquias locais.

A preparação desta oferta formativa está suspensa, aguardando-se a publicação da respetiva portaria.

AP Digital 4.0-Formação em ferramentas de produtividade e tecnologias emergentes e de gestão

Meta: 60.000 (ferramentas produtividade)

Meta: 10.000 (tecnologias emergentes e de gestão)

Neste âmbito foram desenvolvidos 17 cursos síncronos, considerando o INA que esta é uma área que tem estado a crescer e que apresenta um grande potencial de escalabilidade. O interesse cada vez maior por formações assíncronas, levou o INA a apostar na criação de MOOCs, sendo que a avaliação confirmou a relevância desta abordagem, com a disponibilização de 13 cursos neste formato (com previsão de chegar a mais de 50).

Irão ser também enquadrados neste programa alguns MOOCs desenvolvidos no âmbito do consórcio de formação impulso digital; e a formação no âmbito do projeto “Referencial de Competências na Administração Pública” (ReCAP).

Aguarda-se a identificação de uma solução tecnológica, que permita que os trabalhadores possam, de forma autónoma, realizar um diagnóstico de necessidades (word, excel, power Bi, power point), receba a proposta de percurso formativo, podendo depois fazer a formação ao seu ritmo.

Em termos de resultados, à data de maio/24:

- Formação em ferramentas de produtividade: 30.285 trabalhadores certificados;
- Formação em Tecnologias emergentes e gestão: 9.919 trabalhadores certificados.

Formação Superior Avançada nas Áreas da Gestão, Administração e Políticas Públicas

Meta: 5.000

Foram criados 4 consórcios⁴⁴, com instituições de ensino superior (IES), que permitirão alavancar as 4 grandes áreas de formação definidas, utilizando o potencial das formações (e da comunicação) existentes em cada uma das IES. Foi criado um modelo de negócio, que permite que as IES reconheçam ganhos financeiros na participação nestes consórcios, para além dos ganhos de escala que os cursos ganham. Em termos de localização geográfica, o sul não está coberto. O INA espera vir a ter ofertas mistas, após a aquisição de equipamentos para esse formato, para ultrapassar estes constrangimentos.

Formação Avançada

Dirigida a dirigentes e futuros dirigentes. São quatro os cursos que constituem esta oferta: FA>AP Dirigentes Superiores, FA>AP Dirigentes Intermédios, FA>AP Atualização de Dirigentes e FA>AP Futuros Dirigentes.

A primeira edição do FA>AP Dirigentes Intermédios, terminou em abril/24, com 35 formandos e segunda terminará em novembro/24, contando com 30 formandos. Estão calendarizadas mais três edições.

A primeira edição do FA>AP Dirigentes Superiores terminará em julho/24, contando com 26 formandos, estando a segunda edição prevista iniciar no final de 2024.

⁴⁴ Informação detalhada disponível em [Consórcios - INA, I.P.](#)

Estão em preparação as formações para a FA>AP Atualização de Dirigentes e FA>AP Futuros Dirigentes.

Liderança Executiva

Foram disponibilizados 2 cursos: “Liderança Executiva na Administração Pública - LEAP” e “Gestão de Pessoas na Administração Pública – GePAP”, com 80 formandos. A segunda edição está prevista começar em setembro/24.

No caso da Pós-graduação em “Gestão de Pessoas na Administração Pública – GePAP”, para a 1ª edição não houve o número mínimo de candidatos, estando em preparação uma edição em regime misto, e formato presencial e online com início em outubro de 2024.

Contabilidade e Auditoria para a Administração Pública

A 1ª edição da “Pós-Graduação em Contabilidade e Gestão Financeira da Administração Pública” termina em maio/24, contando com 40 formandos.

Em maio/24 iniciou o curso “Auditoria Pública” com cerca de 30 formandos e ministrado em período laboral, em regime misto.

Impulso Digital para a Administração Pública

Este é o programa que se encontra mais avançado e que segundo o INA já terá ganho escala. O público-alvo é variado, incluindo dirigentes.

Este consórcio está a ser implementado em colaboração com a AMA, o GNS, a EMPD e o TiCAPP. Presentemente são 4 as ofertas formativas disponíveis:

- IA Business School AP: a 1ª edição terminou em dezembro/23, com 40 formandos; a 2ª edição terminou em abril/24 com 40 formandos; a 3ª edição iniciou em maio/24 com 38 formandos. Estão calendarizadas mais duas edições a iniciar no segundo semestre, sendo que a quarta edição ocorrerá em formato de formação à medida exclusiva para dirigentes da Administração Tributária. Este é um curso com um rácio de procura versus as vagas disponíveis de 5 para 1.

- Cloud AP: as primeiras edições de Cloud AP Gestores Público, Cloud AP Gestores de IT e Cloud AP Gestores de Contratação de IT iniciaram-se em abril e maio/24, com 16, 21 e 18 formandos em cada curso. Relativamente à Cloud AP Gestor de Negócios/Chefe de Equipa, a 1ª edição está calendarizada para o final de 2024.

- Ferramentas de produtividade e tecnologias emergentes: Esta oferta encontra-se em fase de assinatura de contratos e de calendarização, com a previsão de pelo menos 24 cursos e a 1ª edição a arrancar ainda em 2024.

- Building blocks: encontra-se em fase de validação do contrato. Em 2024, está prevista a disponibilização da formação síncrona nas diferentes temáticas

Programa Qualifica AP

Meta: 14.400

Este era o programa que mais preocupava em termos de meta, devido ao atraso na preparação dos centros, mas em maio/24 todos os Centros Qualifica estão a operar,

com certificados emitidos, sobretudo nos centros das CCDR Centro, LVT e Norte. No caso do centro qualifica do Algarve, este está em atividade, mas sem a participação da respetiva CCDR. No caso da CCDR Alentejo, mantêm-se também, embora com números mais baixos.

Em maio estavam contados 3.263 certificados, com tendência para acelerar, com a temáticas das tecnologias emergentes a registar muito interesse.

O objetivo é replicar o que existe para o privado (reconhecimento de competência e RVCC), sendo a ANQEP coordenadora do programa, com o INA a ser a ligação para a AP. Os beneficiários da AP também são elegíveis para o Acelerador Qualifica. Para esta concretização foi necessário edificar centros de formação nas CCDR e na Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais (FEFAL).

Plataforma digital COFAP

Está iniciado o desenvolvimento da plataforma, sendo que, no âmbito do financiamento PRR está contemplado um dos módulos.

Esta plataforma constitui um instrumento de apoio ao reporte e monitorização de dados de formação no âmbito da AP, aberto a todas as entidades e não apenas ao INA.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Aparentando forma ultrapassadas as dificuldades evidenciadas no último relatório da CNA-PRR e as formações começam a evidenciar os primeiros resultados, que precisam de ser incrementados para se conseguirem alcançar as metas ambiciosas incluídas no PRR. Os modelos de formação online e híbridos permitem escalabilidade e abrangência territorial e a parceria com as instituições de ensino superior, privilegiando a inclusão, de acordo com as competências demonstradas, evidenciam um funcionamento em rede que se valoriza.

Dá-se nota positiva ao facto do INA estar a ganhar capacidade de liderar estas áreas, bem como de o estar a fazer em interligação com outras entidades da administração pública, tendo em especial atenção a não duplicação de ações de formação e a não saturação da oferta. Recomenda-se manter e densificar esses relacionamentos, dos quais se espera que advenham efeitos positivos para o aumento da formação e capacitação dos trabalhadores da administração pública. Dá-se ainda nota positiva ao facto de ter sido possível encontrar um modelo de negócio adequado a todas as partes, no caso da Formação Avançada, que permita, desde já, antecipar a continuidade das formações no pós-PRR.

Recomenda-se:

- i. Continuidade do esforço de comunicação junto das entidades e dos trabalhadores da Administração Pública para concretização das formações;
- ii. Publicação, pro parte das respetivas tutelas, da legislação necessária para a revisão das carreiras na área da informática e tecnologias de informação.

A informação obtida foi de que este investimento está a ser reavaliado, bem como toda a estratégia desta medida está a ser reavaliada. Aguarda-se a finalização desse processo para se conhecerem as respetivas conclusões.

No desenho inicial do investimento pretendia-se um maior envolvimento das CIM, bem como das autarquias. Não foram avançados quaisquer dados concretos, alteração de datas ou probabilidade de cumprimento das metas.

Apreciação e recomendações

Atendendo à indefinição de estratégia, considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se que:

i. Sejam definidas as novas prioridades de forma célere para que os investimentos possam ser materializados

Componente C20 | Escola Digital

Este investimento foi organizado de acordo com várias metas e marcos. Foi enviado à CNA-PRR o ponto de situação a meados de junho/24, que era o seguinte:

Aquisição de vídeo projetores para equipar 40.000 salas (Secretaria-Geral de Educação e Ciência - SGEC)

O processo de aquisição está em fase de conclusão e existe a expectativa de se conseguirem equipar s 40.000 salas em breve.

Instalação de 1.300 laboratórios (Secretaria-Geral de Educação e Ciência - SGEC)

Já foram entregues 106 laboratórios, existindo a expectativa de os restantes serem entregues até final do ano de 2024.

Adotar processos desmaterializados de elaboração, distribuição, aplicação realização e classificação de provas de avaliação (Instituto de Avaliação Educativa-IAVE)

Em curso, vários concursos públicos serão lançados nos próximos meses, nomeadamente no desenvolvimento de uma plataforma de construção e monitorização de provas.

Produzir e disponibilizar recursos e conteúdos educativos digitais de qualidade, generalizando a sua utilização a todas as Escolas, Alunos e Professores (Direção-Geral da Educação)

Em curso, Recurso Educativo Digital - Viver melhor na terra, que deverá ficar concluído em junho/24, estando os restantes projetos⁴⁵ dentro do prazo programado.

Ampliar a rede de área local das Escolas (wi-fi) e Projeto Integração de sistemas de informação de Gestão Educativa (Instituto de Gestão Financeira da Educação- IGeFE)

No anterior relatório da CNA-PRR relatou-se a indicação de que este calendário necessitou de revisão, pelo que houve um atraso no lançamento do concurso. Em junho/24 a informação existente é de que o concurso público está em curso, mas que a meta (dezembro 2024) está em risco. Perspetiva-se que até 15 de julho sejam enviados os convites para apresentação das propostas e que a adjudicação seja feita no 4º trimestre de 2024. O fornecimento e instalação será efetuada até 2026.

Projeto Expandir a conectividade à internet de rede alargada da Educação e Projeto Redimensionar a ligação das escolas à rede alargada da Educação (Instituto de Gestão Financeira da Educação- IGeFE)

Internet a 300 Gbps

- Contrato em execução desde 27 de março;
- Fornecimento de equipamentos a decorrer até ao final de junho;
- Instalação e testes de aceitação até ao final de agosto;

Ligação das escolas a 1 Gbps

- Contrato em execução desde 27 de março;
- Prazo de fornecimento e instalação de 300 dias repartido do seguinte modo:
 - 120 dias para conclusão de 20% das instalações
 - 210 dias para conclusão de 60% das instalações

Projeto Integração de sistemas de informação de Gestão Educativa (Instituto de Gestão Financeira da Educação- IGeFE)

Encontra-se em curso a consolidação da base de dados, bem como a elaboração do plano estratégico de sistemas de informação. Existem processos aquisitivos em curso, como o relativo à centralização do processamento salarial. Encontram em preparação os processos aquisitivos para Escola 360 e sistema de segurança e salvaguarda da informação.

Sistema único de identidade de alunos, docentes e outros trabalhadores das Escolas (Instituto de Gestão Financeira da Educação- IGeFE)

⁴⁵ Os recursos digitais são: RED 1 - Viver melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta; RED 2- Jogar, lutar, agir; RED 3 - Fibonacci e o número de ouro; RED 4 - How to be an astronaut for the day

A Implementação está concluída, com estimativa de entrada em produção no próximo ano letivo. Em junho/24 a decorrer os testes informáticos.

Apreciação e recomendações

Existem riscos muito elevados na concretização dos investimentos relacionados com as provas digitais e com a ampliação da rede local das escolas (wi-fi) que face ao calendário e metas definidas se revelam **CRÍTICOS**.

Recomenda-se que sejam tomadas as medidas políticas necessárias para redefinição dos objetivos.

Relativamente aos restantes investimentos consideram-se **ALINHADOS COM O PLANEAMENTO**.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES*
COMISSÃO ESPECIALIZADA TRANSIÇÃO DIGITAL

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

12/10/2023- Reunião com aceleradoras digitais (Algarve e Alentejo), online, para acompanhar a C16-i02 (Transição Digital das Empresas - aceleradoras de comércio digital)

25/10/2023- Reunião com ISQ&CTAG, em Monção, para acompanhar a C16-i02 (Transição Digital das Empresas - Rede Nacional de Test Beds)

25/10/2023- Reunião com empresários e gestores, no CEVAL, em Arcos de Valdevez, para acompanhamento junto de empresários (concorrentes ou não a avisos no PRR) das várias medidas relacionadas com transição digital nas empresas e outros apoios

27/10/2023- Reunião com a CIM Alto Minho, em Viana do Castelo, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas – bairros comerciais digitais)

06/11/2023- Reunião com o Ministério da Saúde e SPMS, em Lisboa, no âmbito C01-i06 (Transição Digital na Saúde)

14/11/2023- Reunião com a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, em Beja, para acompanhamento da C01-i06 (Transição Digital na Saúde)

17/11/2023- Reunião com a CIM Baixo Alentejo, em Beja, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas – bairros comerciais digitais) e da C19-i01 (Reformular o atendimento dos serviços públicos)

17/11/2023- Reunião com a Câmara Municipal de Beja, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas – bairros comerciais digitais)

21/11/2023- Participação no evento de apresentação de test beds, organizado pelo NERLEI, em Leiria, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas - Rede Nacional de Test Beds)

28/11/2023- Reunião com empresários e gestores, na AEP, no Porto, para acompanhamento junto de empresários (concorrentes ou não a avisos no PRR) das várias medidas relacionadas com transição digital nas empresas e outros apoios

19/12/2023- Participação no evento “Tecnologia na Justiça”, em Lisboa, para acompanhamento da C18 (Justiça Económica e Ambiente de Negócios)

21/12/2023- Reunião com AMA, online, para acompanhamento da C19-i08 (Territórios Inteligentes)

24/01/2024- Reunião com empresários e gestores, no NERVIR, em Vila Real, para acompanhamento junto de empresários (concorrentes ou não a avisos no PRR) das várias medidas relacionadas com transição digital nas empresas e outros apoios

26/01/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Vila Real, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas – bairros comerciais digitais) e da C19-i01 (Reformular o atendimento dos serviços públicos)

26/01/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Peso da Régua, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas – bairros comerciais digitais) e da C19-i01 (Reformular o atendimento dos serviços públicos)

01/02/2024- Reunião com a CIM Oeste, nas Caldas da Rainha, para acompanhamento da C19-i08 (Territórios Inteligentes) e outras temáticas

06/02/2024- Reunião com Health Tech Lisboa, em Lisboa, para acompanhar a C16-i02 (Transição Digital das Empresas - Rede Nacional de Test Beds)

08/02/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas – bairros comerciais digitais) e da C19-i01 (Reformular o atendimento dos serviços públicos)

09/02/2024- Reunião com o Colab DTX, em Guimarães, para acompanhamento da C16-i03 (Catalisação da Transição Digital das Empresas- Digital Innovation Hubs)

16/02/2024- Reunião com o Ministério da Educação, em Lisboa, para acompanhamento da C20-i01 (Transição digital na Educação)

22/02/2024- Reunião com o IAPMEI, em Lisboa, para acompanhamento da C16 (Empresas 4.0)

01/03/2024- Reunião com o Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, em conjunto com a AMA, o CEGER e o GNS, para acompanhamento da C16-i03 (Catalisação da Transição Digital das Empresas | Desmaterialização da faturação e Selos de certificação) e da C19 (Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança)

04/03/2024- Participação no evento Health Tech e visita, na Covilhã, para acompanhar a C16-i02 (Transição Digital das Empresas - Rede Nacional de Test Beds)

24/04/2024- Reunião com ACIPS, em Ponte de Sôr, para acompanhamento da C16-i02 (Transição Digital das Empresas)

15/05/2024- Participação nas reuniões da ANI com test beds e DIH, online, para acompanhamento das C16-i02 (Transição Digital das Empresas- Rede Nacional de Test Beds) e C16-i03 (Digital Innovation Hubs)

24/05/2024- Reunião com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em Lisboa, para acompanhamento da C19-i02 (Serviços Eletrónicos sustentáveis)

28/05/2024- Reunião com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), em Lisboa, para acompanhamento da C01-i06 (Transição Digital na Saúde)

31/05/2024- Reunião com o Instituto Nacional de Administração (INA), online, para acompanhamento da C19-i07 (Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro)

01/06/2024- Participação no evento Digital Health Summer, no Estoril, para acompanhamento da C16-i03 (Digital Innovation Hubs)

29/06/2024. Reunião com Ministério da Juventude e Modernização, em Lisboa, para acompanhamento das medidas tuteladas da C16 (empresas 4.0) e C19 (Administração Pública -digitalização, interoperabilidade e cibersegurança)



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

**COMISSÃO ESPECIALIZADA
CLIMA E ENERGIA**



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
Next Generation EU

Comissão Especializada de Clima e Energia

Relatório detalhado

No âmbito das atribuições da Comissão Especializada de Clima e Energia⁴⁶ (CECE), a mesma reuniu no dia 25/06/2024, tendo aprovado por unanimidade o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza as componentes C10 (Mar), C11 (Descarbonização da Indústria), C12 (Bioeconomia Sustentável), C13 (Eficiência Energética dos Edifícios), C14 (Hidrogénio e Renováveis) e C15 (Mobilidade Sustentável)

Componente C10 | Mar

C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul BI- Secretaria de Estado do Mar
---------	---

Este investimento foi considerado “Preocupante” no último relatório da CNA-PRR. Envolve a criação de 7 hubs azuis, a modernização da Escola do Hub Azul ENIDH - Centro Internacional de Formação em Segurança e a criação de um modelo de negócio e gestão para a rede Hub azul. As diversas entidades envolvidas no processo, adicionam camadas de complexidade ao processo.

Identificam-se como **pontos críticos**:

- i. A gestão do Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul, que foi criada de raiz e cujo modelo de governação foi definido através do Despacho de 22/12/2021, do Ministro do Mar, com o nº 12495/2021. Para esta gestão foi criado um Conselho de Gestão Estratégica, que é presidido pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) e do qual fazem parte todos os polos do Hub Azul, bem como o FOR_MAR. O protocolo de colaboração foi assinado por todas as partes em abril/23 e segundo indicação da DGPM, até 20/03/24 tinham sido realizadas 4 reuniões;
- ii. O modelo de governação da rede, que foi atribuído ao Conselho Estratégico (tal como definido anteriormente), não se identificando nas atribuições desse Conselho a preparação de planos anuais ou a definição de modelos de governança partilhados. Ainda que cada um dos Hub seja autónomo na sua gestão, face aos objetivos traçados, identifica-se a necessidade de promoção de sinergias entre PMEs, start-ups, grandes empresas, centros de interface e instituições de ensino superior, cuja estratégia necessita de ser partilhada, sob pena de se fazerem trabalhos duplicados ou de se reduzirem ou mesmo de se perderem possíveis impactos;

⁴⁶ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

- iii. O modelo de negócio e plano estratégico a aplicar à rede Hub Azul, está atribuído à Associação Fórum Oceano – Cluster do Mar Português, que não faz parte do modelo de governação da rede. Segundo indicação da DGPM, a Fórum Oceano encontra-se a desenvolver trabalhos de forma independente, podendo ou não contactar com os diferentes Hub, mas deverá entregar esses documentos após apreciação positiva de toda a rede;
- iv. O processo de gestão do investimento, atribuído à Secretaria-Geral da Economia e do Mar, que gere o Fundo Azul, sendo responsável por analisar e processar os pedidos de pagamento apresentados por todos os Hub Azuis e pela Fórum Oceano.

Para apurar o ponto de situação das obras de reabilitação ou construção, a Secretaria de Estado do Mar forneceu o seguinte ponto de situação:

Polo	Ponto de situação
H1 – Pólo de Empresas e Shared Ocean Lab Lisboa / Município de Lisboa	Concurso público de conceção para a elaboração do projeto de reabilitação do edifício “Hub do Mar”, já passou por visto do Tribunal de Contas e com contrato-projeto assinado. A data de conclusão estimada é maio/24 (Valor estimado 1,2 M€) Concurso público para Empreitada “Hub do Mar Doca de Pedrouços”, está ainda por lançar, com estimativa para julho/24, com auto de receção definitiva para dezembro/26 (valor estimado 29 M€)
H2 – Polo IPMA – Oeiras Mar / IPMA	1.Construção Oeiras Mar: empreitada de obra pública em processo de fiscalização no Tribunal de Contas; procedimento para serviços de fiscalização em preparação; 2.Aquisição de supercomputador (HPC) concluída; 3.Equipamentos vários para NI Mário Ruivo com conclusão prevista para final maio 2024; 4.Reforço da rede de radares atlântico, Flores e S. Miguel (2 estações meteorológicas e 2 detetores de raios), aquisição concluída e instalação em conclusão.
H3 – Polo Peniche Smart Ocean Open-Labs / Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche	A assinatura do contrato ocorreu em janeiro/2024, com envio para visto do Tribunal de Contas, com estimativa de receção de obra em dezembro/25 (valor estimado 5,6 M€)
H4 - Desenvolvimento do Projeto de Reforço do Polo de Aveiro / Universidade de Aveiro	Entregues em junho/23 os equipamentos para o Laboratório Nacional para a Rastreabilidade dos Produtos da Pesca e Aquacultura, bem como para o Laboratório para a Produção 5.0 super-intensiva de Algas e Bivalves; O concurso público para requalificação do edifício que irá acolher o CITAQUA encontra-se em fase de adjudicação, com revisão de valor de projeto.

<p>H5 – Polo Leixões I – INESC TEC - Consórcio do Ocean.Plus (APDL, INESC TEC, INEGI, CIIMAR, Fórum Oceano)</p>	<p>O concurso para construção do novo edifício ficou deserto. Encontra-se a decorrer novo concurso (valor estimado 4,9 M€) Para o Biobanco azul do Norte, no concurso lançado não foi possível escolher concorrente. Está em preparação novo lançamento de concurso, desta vez com divisão em especialidades.</p>
<p>H6 – Polo Leixões II – FEUP</p>	<p>Relativamente às obras, houve uma reestruturação do porto de Leixões por parte da nova administração do porto de Leixões, pelo que foi preciso adaptar o projeto à nova localização. A estimativa de lançamento do concurso é para maio/24; Aquisição de 3 veículos de superfície autónomos: encontram-se em finalização os cadernos de encargos, com estimativa de abertura de procedimento no 1º semestre/24; Aquisição de veículo de superfície autónomo: concurso deserto em julho/23, encontram-se em nova recolha de dados para abertura de novo procedimento no 1º semestre/24; Aquisição de Estação Móvel, drone Lidar em processo de definição de caderno de encargos.</p>
<p>H7 – Polo Algarve / Município Olhão</p>	<p>Encontram-se a rever projeto, com o apoio da Câmara Municipal de Olhão que lançará o concurso, com previsão para abril/24.</p>
<p>H8 - Blue Hub School- ENHID Inclui parte de edifício destinado a atividades do FOR-MAR</p>	<p>Projeto de Construção de Infraestrutura do Centro (Fase1): em construção, com auto de consignação da obra em julho/23; Obras de Requalificação do Edifício Campus Escolar (onde se encontra parte da escola do FOR-MAR): em preparação para lançamento do concurso de projeto de execução, com estimativa para o 1º semestre/24; Simulador de Gestão de Emergências: depende do projeto de requalificação para definição da localização; Diversos equipamentos, tais como Laboratórios L1 - L11, rede e sistemas informáticos, simuladores: com peças de procedimentos concluídas ou em fases procedimentais.</p>
<p>H8 - Blue Hub School- FOR-MAR</p>	<p>Inclui obras de requalificação em 6 polos: Polo da Nazaré: consignação de obra em out/23; Polo de Lisboa: atrasado; Polo de Peniche: em preparação de cadernos de encargos; Polo de Matosinhos: em preparação de cadernos de encargos; Polo de Ílhavo: em preparação de cadernos de encargos; Polo de Olhão: em preparação de cadernos de encargos; Diversos equipamentos para formação, tais como equipamentos administrativos e de suporte à</p>

	formação profissional, modernização dos sistemas e redes informáticas e de comunicações, desmaterialização e digitalização de processos de formação, conceção de conteúdos e atividades pedagógicas interativas de suporte à formação em modo e-learning e b-learning: concluídos ou em fase de conclusão.
H9 – Modelo de Negócio - Forum Oceano	Foram adquiridos serviços de criação e design de imagem institucional, de desenvolvimento de plataforma digital, de serviços de comunicação e acessória de imprensa, sistema de comunicação para eventos, bem como serviços de apoio jurídico para montagem de processo de concurso público. Em março/23 foi designada a equipa de gestão da rede integrada do Hub Azul. Em preparação encontra-se a elaboração do modelo de negócio e o regulamento interno.

Na reunião com a Secretaria de Estado do Mar, foi-nos relatado que foi possível reforçar as verbas para os Hubs que o solicitaram, no decurso do lançamento dos concursos, permitindo, desta forma, acomodar as necessidades financeiras dos vários projetos.

Em jan/24, a CNA-PRR reuniu com a Fórum Oceano, tendo também efetuado reunião com os responsáveis pelo polo de Peniche no início de fev/24. Dos vários contactos efetuados, verifica-se que ainda não há uma plataforma informática para submissão de pedidos de pagamento e que não há previsão para a mesma ficar operacional, com a incerteza a crescer por parte dos beneficiários, quanto aos recebimentos de verbas, após adiantamentos. Foi ainda referido pela Fórum Oceano a entrega de uma proposta de modelo de negócio, cuja apreciação está a ser feita pelos vários polos do Hub azul, tendo recebido alguns contributos e apreciações dos mesmos

A CNA-PRR irá continuar a acompanhar este processo, fomentando mais reuniões com os vários intervenientes, no sentido de clarificar todas as intervenções e as suas interligações.

Apesar de estar criado um website⁴⁷ dedicado à rede Hub Azul (não sendo possível identificar qual das entidades é a responsável), deixa-se, no entanto, e desde já, a chamada de atenção para o facto de ser pouco clara e transparente a intervenção de cada entidade e as atividades em curso e futuras.

Apreciação e recomendações

Apesar de ter havido uma recuperação, face aos atrasos inicialmente reportados no anterior relatório, existem várias obras cujos concursos estão a demorar mais do que o previsto para serem lançados ou com necessidade de repetição devido a

⁴⁷ <https://hubazul.pt/>

concursos desertos, bem como aumentos de custos. A complexidade de que se reveste a interligação destes investimentos e a sua diversidade, implicam que haja uma boa coordenação, o que se afigura tão mais difícil, quantas mais entidades estiverem no processo. Acresce o facto de que, a Fórum Oceano, entidade que será responsável por definir o modelo de negócio, o regulamento e o plano a 4 anos da rede, não faz parte do modelo de governação formal. Estas observações determinam manter a apreciação para **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se:

- i) que se avalie o modelo de gestão do investimento, que inclui a Secretaria-Geral da Economia e do Mar e o Fundo Azul, a Direção-Geral da Política do Mar, incluindo uma equipa técnica centralizada, para um apoio mais transversal nas situações de esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de todo o investimento no terreno;
- ii) que o Conselho de Gestão Estratégica possa incluir como membro convidado, enquanto durar a preparação do modelo de negócio, regulamento e plano estratégico a 4 anos, a Fórum Oceano, bem como o Fundo Azul;
- iii) que o Conselho de Gestão Estratégica possa acompanhar a interligação dos planos estratégicos de cada um dos Hubs com o plano estratégico da rede;
- iv) que possam ser mantidas as reuniões regulares entre toda a rede, até ao término da definição conjunta da estratégia e que sejam feitas apresentações públicas do que está a ser preparado, para que a sociedade se possa pronunciar enquanto o processo decorre e não após o seu fecho e entrega de documentos;
- v) que sejam comunicados com maior clareza e transparência os desenvolvimentos na rede de Hubs Azuis, dando nota nomeadamente no website;
- vi) que sejam clarificadas as contribuições do Fundo Azul para este investimento;
- vii) que seja clarificada a entidade que vai ficar responsável (em termos orgânicos e orçamentais) pela equipa técnica de gestão da rede de Hubs. Apesar de ter sido declarado que esse é um dos trabalhos solicitados à Fórum Oceano, parece ser uma das prioridades essa definição, sob pena de ser inviável a proposta feita.

C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas BI- IFAP I.P
---------	--

Este investimento tem como objetivo o apoio a projetos de renovação de frota pesqueira (incluindo digitalização de processos, eficiência energética, substituição de cascos e segurança), bem como projetos de economia circular no setor das pescas e aquicultura.

A meta A deste investimento é para o 4º trimestre de 2025 e refere-se ao relatório relativo aos 70 projetos a executar.

Em reunião tida com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), em maio/24, foi indicada uma taxa de execução de 30%. A esta data encontravam-se terminadas 8 embarcações, 2 projeto de indústria e 1 de aquicultura. Estima-se que até ao final do prazo do PRR se consigam terminar os

projetos restantes, ainda que possa ser necessário contratar com algum dos 5 projetos que, apesar de elegíveis, por falta de dotação financeira não foram aprovados. Esta é uma situação que está neste momento em fase final de aprovação.

Para acompanhamento, a DGRM tem implementado um modelo de contacto e visitas ao terreno, a todos os projetos em curso, bem como aos estaleiros que estão a prestar o serviço de reconversão das embarcações.

Elencam-se os aspetos mais relevantes deste investimento, tendo em atenção que a maior quantidade e diversidade de projetos se encontra na renovação da frota pesqueira.

- O maior constrangimento deve-se ao facto de existirem poucos estaleiros em Portugal preparados para dar resposta às necessidades de renovação das embarcações, nomeadamente na substituição dos cascos de madeira por fibra de vidro. É um processo que passa por uma fase de moldes e que exige a imobilização do barco durante alguns meses, situação que tem que ser alinhada com a necessidade de saída para o mar e pescar.
- Houve ainda o reporte de algumas situações de atrasos no recebimento de equipamentos, mas que tende a regularizar.
- No caso das melhorias a efetuar nos barcos, são exetáveis melhorias de comodidade e segurança para os pescadores. Com a alteração dos cascos, a velocidade é maior, o que permite também economizar tempo nas deslocações. A eficiência energética terá também impactos no ambiente e nos custos de operação.

Tal como referido no relatório anterior da CNA-PRR, este investimento tem impacto direto nos estaleiros nacionais, sendo uma forma de alavancar estes negócios, para a área da renovação de frotas, de acordo com as novas metodologias de eficiência e segurança. Apesar de ainda não ter sido possível fazer visitas ao terreno, esta é uma área que se pretende acompanhar em próximos meses.

Também neste investimento há ainda a dúvida sobre como são compostas as evidências da meta junto da Comissão Europeia. Esta é uma situação que a CNA-PRR tem identificado num número já significativo de investimentos, pelo que este assunto está relevado nas recomendações transversais da parte A deste relatório.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento se encontra neste momento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**, tendo em conta que a recomendação de uma maior proximidade aos beneficiários finais já se encontra em implementação.

C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações BD - Marinha/Autoridade Marítima Nacional
------------	---

Este investimento tem como objetivo responder a um conjunto de desafios, entre os quais:

- monitorizar a dimensão biogeoquímica do oceano e da atmosfera;
- inventariar e avaliar os recursos minerais e todos os outros recursos não renováveis do solo e subsolo marinho sob jurisdição portuguesa;
- inventariar continuamente os recursos vivos (recursos renováveis) e monitorizar a sua evolução;
- combater as irregularidades e ilegalidades cometidas no espaço oceânico de jurisdição portuguesa, sobre as cadeias de valor das indústrias oceânicas;
- responder a catástrofes naturais e de origem humana;
- contribuir para a mitigação das ações humanas nocivas no oceano (combater os efeitos da poluição, como os macro plásticos);
- aumentar a capacidade de registar toda a informação produzida sobre o mar;
- produzir novo conhecimento e gerar conhecimento através da fusão de informação e ainda desenvolver modelos de previsão com diversas escalas temporais e espaciais.

O Pilar I- Plataforma Naval Multifuncional, envolve o maior investimento em valor (131,95 milhões de euros) destinado à aquisição de uma plataforma naval (navio), concebida de raiz em Portugal. Este foi um procedimento que precisou de ser repetido, em virtude de no primeiro não terem existido concorrentes, devido ao valor de abertura de concurso ser demasiado baixo. O contrato foi assinado em 24/11/2023 e o navio encontra-se em construção nos estaleiros da empresa Damen Shipyards Gorinchem, nos Países Baixos, pelo prazo de 29 meses, prevendo-se a entrega a 31/05/2026. Em virtude do prazo ter sido reprogramado, este investimento encontra-se agora alinhado com o previsto.

A Plataforma Naval Multifuncional integrará tecnologias avançadas para monitorizar e intervir nos ecossistemas marinhos, combater práticas ilegais, como a pesca ilegal e a poluição, e responder a catástrofes naturais e humanas. Com capacidades de monitorização biogeoquímica, patrulhamento marítimo e resposta a emergências, a plataforma visa promover a sustentabilidade dos recursos marinhos e o desenvolvimento das indústrias oceânicas. Haverá ainda a possibilidade de operação de um hospital ou módulos de campanha contentorizados, bem como o transporte de materiais e equipamentos para operações de apoio humanitário em terra.

Quanto ao Pilar II - Centro de Operações, será gerido pela Marinha, contando ainda com um gémeo digital e uma rede de centros de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação. O objetivo é reforçar os meios de observação dos oceanos, promover o conhecimento e fornecer soluções para intervenções no mar, como a recolha de dados aéreos, náuticos e submarinos, o conhecimento dos fenómenos oceânicos e a cartografia dos oceanos para fins científicos.

Esta rede materializa-se em 3 centros/laboratórios:

- Instituto Hidrográfico – Sensortech (IH-Sensortech);
- Laboratório de Robótica, Sistemas de Apoio à Decisão e Inteligência Artificial do Centro de Investigação Naval (CINAVLab);
- Centro de Experimentação Operacional da Marinha (CEOM).
- Haverá ainda lugar à expansão do atual Centro de Operações Marítimas (COMAR).

Para a concretização destes objetivos estão a esta data concluídas aquisições de diversos equipamentos, encontrando-se em curso os concursos para as restantes aquisições, num total de 18 tipologias de investimento.

Apesar de não ter sido possível, para este relatório, visitar os locais onde estão a ser efetuados os investimentos, ou as instalações, a CNA-PRR espera conseguir fazê-lo para o próximo relatório.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento está **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Após a dúvida que se levantou em 2023 sobre a dificuldade em avançar com a efetiva construção da Plataforma Naval, foi possível desbloquear o financiamento e avançar com a mesma, com previsão de entrega dentro do prazo do PRR.

C10-i03.02	Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite BD – Arsenal do Alfeite
------------	---

A CNA-PRR efetuou duas visitas ao Arsenal do Alfeite:

1. Em dezembro de 2023: apresentação do projeto e visita às instalações requalificadas;
2. No início de maio de 2024: visita às oficinas e à Academia, após o término do investimento, da receção de todos os equipamentos e da certificação da Academia pela DGERT.

O investimento foi estruturado em várias tipologias:

Obras:

- Requalificação de edifício para instalação da Academia, incluindo empreitadas complementares (remoção de amianto, arranjo dos espaços externos, reparação de patologias e substituição do lanternim);
- Criação de salas de aula, auditório, laboratórios e espaços de apoio.

Equipamentos e tecnologia:

- Mobiliário para as salas de aula e para os diversos espaços do edifício da Academia;
- Equipamentos de base tecnológica (computadores, software, Data Center, segurança, gestão de acessos e redes, equipamentos multimédia, etc.);

- Equipamentos para formação *on-the-job* (componente prática dos programas de formação);
- Equipamentos de laboratório para a indústria 4.0 (capacitação tecnológica dos 4 laboratórios- Digital; Materiais; Naval; Eletrónica e Sistemas).

Formação:

- Unidade dedicada à formação, certificada pela DGERT para 3 áreas de educação e formação (Metalurgia e Metalomecânica; Eletrónica e Automação; Informática na ótica do utilizador);
- Unidade dedicada à inovação, experimentação, promoção da modernização, transformação digital do sector e à integração de tecnologias da indústria 4.0 (inovAA⁴⁸);
- Conceção e desenvolvimento do sistema de gestão da atividade formativa;
- Constituição da equipa necessária à implementação da atividade formativa (gestor da formação, bolsa de formadores, apoio administrativo, etc.);
- Reforço da parceria com Escolas Técnicas e Instituições de Ensino Superior, para potenciar a formação e aumentar a captação de recursos humanos.

A expectativa do Conselho de Administração do Arsenal do Alfeite é de que esta Academia sirva de base de formação para os seus trabalhadores. À data da visita estavam também a ser ultimadas formações de trabalhadores nos Estados Unidos da América e na Alemanha, permitindo aumentar o conhecimento e capacitação interna, assim como a obtenção de certificação por parte dos trabalhadores junto das empresas fornecedoras dos equipamentos, exigência que muitos fabricantes colocam.

Para além da certificação, são expectáveis mudanças a nível da gestão de processos e da sua digitalização. O objetivo é obter maior eficiência, integrando a engenharia com os trabalhos de obra e garantindo condições para a prestação de serviços de maior valor acrescentado, cuja procura cresce a nível internacional.

Quer o Arsenal do Alfeite, quer a Marinha Portuguesa (em nota enviada à CNA-PRR), realçam a importância deste investimento, enquanto relançamento da formação (com saltos quantitativos e qualitativos), no âmbito de sistemas cada vez mais digitais.

Com esta nova Academia será possível fazer a certificação interna dos Recursos Humanos e a captação e retenção de novos, que são fundamentais para posicionar Portugal na linha da frente desta atividade.

Este investimento, que rondou os 2 milhões de euros, pode por isso alavancar projetos de prestação de serviços, em navios de superfície ou submarinos, quer da Marinha Portuguesa, quer de outras Marinhas da NATO, ou para além desta aliança,

⁴⁸ A atividade é divulgada, quer interna, quer externamente, de forma detalhada em [Centro de Inovação e experimentação do Arsenal do Alfeite](#)

podendo a vida útil das embarcações ser largamente estendida com recurso a este tipo de intervenções especializadas.

Mas o investimento, agora providenciado via PRR, é apenas um começo. Tal como em qualquer outro investimento em empresas da esfera Estatal, é necessário que a visão dos sucessivos Governos se mantenha alinhada, permitindo que os investimentos tenham continuidade e possam ser acompanhados com os planos estratégicos empresariais e os recursos financeiros e humanos necessários à sua operacionalização.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

Recomenda-se um acompanhamento próximo por parte da tutela, para que este investimento e a disrupção que alavanca nesta área, possa ter acolhimento estratégico, bem como o necessário enquadramento financeiro de manutenção.

C10-i07	Green Shipping BI- IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.
---------	--

Durante o 1º trimestre de 2024 foi lançado o aviso. Foram rececionadas 12 candidaturas e os resultados foram comunicados às empresas, estando a decorrer os prazos legais para se produzir o relatório final e proceder à assinatura dos contratos.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Componente C11 | Descarbonização Da Indústria

C11-i01	Descarbonização da Indústria BI- IAPMEI
---------	--

São duas as medidas incluídas neste investimento.

Apoio à Descarbonização da Indústria

A meta de desembolso associada a este investimento (após reprogramação e incorporação das verbas do RepowerEU) é de 810 projetos de descarbonização da indústria concluídos até junho/2026, com uma meta de desembolso intermédia de 310 projetos até dezembro/2025.

O 1º Aviso, com candidaturas até julho/22, abriu com uma dotação de 400M€, sendo 200 M€ alocados preferencialmente para PME. No entanto, após a fase de candidaturas, foi evidenciada a necessidade de alteração da metodologia de apoio, face aos constrangimentos de vária ordem experienciados pelas PME.

Foi por isso decidida a criação de duas tipologias (modalidades A e B), para as quais foi lançado um Aviso a 04/11/22, com candidaturas até 17/02/23 (ou até esgotar dotação), tendo existido 3 republicações.

Modalidade A, para projetos simplificados (garantindo um apoio máximo de 200 mil euros, por empresa, em 3 anos, de acordo com regime de auxílios de Estado *minimis*). O Aviso foi lançado com uma dotação de 150 M€ para esta modalidade, que segundo indicação do IAPMEI, antecipava em 100 M€ valor a inscrever no RepowerEU, para projetos de descarbonização simplificados.

Foram contratados 1.338 projetos, com um valor de incentivo de 122,8 M€, para os quais já foram pagos 54,8 M€.

Modalidade B, para projetos de tipologia mais complexa e com apoios ao abrigo do RGIC (Regulamento Geral de Isenção por Categoria).

Foram consideradas elegíveis 136 candidaturas. Em maio/24 estavam ainda a terminar a análise de 9 das 21 alegações contrárias apresentadas. Apesar disso, desde outubro de 2023 que o IAPMEI efetuou pagamento às empresas, ainda a título de adiantamento.

Só após a finalização do processo de análise das alegações finais se poderá saber o impacto no orçamento.

No que diz respeito ao lançamento de novos avisos para apoio a projetos de descarbonização simplificados - expectativa que algumas empresas acalentavam com a reprogramação e aprovação do RepowerEU (criação da Componente C21), a informação prestada pelo IAPMEI gorou essas expectativas:

- À data de publicação do Aviso 03/C11-i01/2022 (4/11/2022), o IAPMEI incorporou as verbas que o Estado previa no âmbito do RepowerEU;
- A 3.ª republicação do Aviso (24/11/2023) incluiu os montantes previstos na reprogramação, que foram de 22M€ de reforço na C11, tendo esse valor sido utilizado para reforço da modalidade B, ao qual foi ainda acrescentado um valor de 50 M€.

Em termos de dotação global deste investimento e da sua distribuição entre projetos das modalidades A e B, a CNA-PRR aguarda a finalização dos relatórios de aprovação de candidaturas e reporte final de atribuição de dotação, para que possa ser possível uma correta identificação das verbas ainda sobrantas ou aprovadas em overbooking.

Nos Roteiros de Proximidade efetuados pela CNA foi possível visitar várias empresas com projetos em curso na descarbonização, quer simplificados quer mais complexos, em setores tão distintos como os componentes para automóveis, a

transformação de leite, reciclagem, têxtil, couro ou a cristalaria. A percepção recolhida é que estes investimentos são fundamentais, quer do ponto de vista ambiental quer ao nível da competitividade das empresas. As principais preocupações levantadas pelas empresas prendem-se com a operacionalização da plataforma informática, entretanto resolvida pelo IAPMEI, o aumento de custos e prazos mais dilatados na entrega de alguns equipamentos, que pode causar algum atraso na finalização destes investimentos, no caso dos processos mais complexos e quando aplicável, as autorizações e licenciamentos necessários para a concretização dos investimentos.

Uma outra dúvida que os beneficiários finais manifestaram à CNA-PRR, aquando das várias reuniões e visitas, foi relativa à comprovação do sobrecusto, que, no caso da modalidade B, é obrigatório. Segundo indicação do IAPMEI não irá ser preparado nenhum detalhe adicional ao que já consta no Aviso e que define que *“o custo elegível de cada investimento apresentado em candidatura, deverá estar suportado numa análise contrafactual adequada que demonstre o apuramento do sobrecusto considerado, a incluir no dossier de candidatura do beneficiário, sob pena da sua elegibilidade total ou parcial poder ser posta em causa em sede de análise, execução ou auditoria”*, indicando ainda que, em sede de pedido de pagamento poderão ser, caso seja esse o entendimento, solicitados os documentos que suportaram o apuramento do sobrecusto.

A CNA-PRR deixa a nota de que estas são, no entanto, condições novas no sistema de financiamento e para as quais, quer as entidades financiadoras, quer as empresas, estão a fazer um percurso de aprendizagem. Será um bom sinal de colaboração e transparência para as empresas, que o IAPMEI possa ser mais concreto sobre o que se pretende. Essa será também uma forma de democratizar o acesso ao financiamento, não o limitando apenas a empresas com maior capacidade financeira, capazes de suportar os custos de consultores técnicos.

Quanto a informação sobre resultados estimados ou realizados, em termos de redução de emissões de CO₂ e de consumo de energia, não é ainda possível qualquer apresentação, tendo em atenção as fases preliminares dos projetos.

Roteiros para a descarbonização

Após um processo demorado de candidaturas, respetiva avaliação e assinatura de termos de aceitação, os 21 projetos de Roteiros encontram-se em execução, tendo sido comunicado pelo IAPMEI que à data deste relatório se encontravam em análise 5 pedidos de pagamento.

A CNA-PRR teve oportunidade de estar presente em vários eventos de lançamento de Roteiros, já em 2024, tendo-se verificado a sua fase ainda embrionária.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

No caso da medida de Apoio à Descarbonização da Indústria e apesar dos projetos da modalidade A estarem a ser pagos e implementados (embora não haja ainda

um relatório de execução física disponível), os da modalidade B encontram-se ainda em fase de apreciação de alegações contrárias, não tendo sido ainda libertadas as listas finais. Por esse facto, não é possível saber em que ponto de situação se encontra a execução, apesar de já terem sido pagos adiantamentos.

Sobre os Roteiros para a Descarbonização, recomenda-se, a exemplo do que já foi elencado no relatório 1/2023:

- i. A definição e implementação do modelo de acompanhamento;
- ii. A identificação de indicadores comuns e comparáveis entre os vários roteiros;
- iii. A operacionalização do mecanismo de reposição do IVA;
- iv. A criação de espaços de partilha entre as entidades que estão a desenvolver os roteiros, permitindo a troca de ideias, de boas práticas, nomeadamente para ultrapassar constrangimentos, por exemplo através da realização de um evento que reúna todas as equipas técnicas envolvidas no desenvolvimento dos roteiros. O objetivo será de proporcionar Roteiros coerentes e alinhados com as metas nacionais;
- v. A indicação aos consórcios, para que comuniquem de forma clara e abrangente, as ações que estão a desenvolver, permitindo que mais empresas possam usufruir do conhecimento que vai sendo gerado.

Em ambos os casos, Roteiros e Projetos de Descarbonização:

- i. Reforça-se a necessidade de publicação das atas, após análise das alegações, para promover a transparência, tal como efetuado por outras entidades públicas noutras medidas.
- ii. Entende-se ainda que deve ser analisado com os promotores o prazo de execução dos projetos, atendendo, essencialmente, ao atraso na avaliação das candidaturas;
- iii. Se torne pública a lista dos beneficiários finais e respetivo montante atribuído, no website do IAPMEI, bem como nos websites dos projetos, sempre que estes existirem;
- iv. Se sensibilize as empresas beneficiárias para disponibilizarem publicamente (p.ex. nos websites) informação com conteúdo adequado e atualização periódica razoável (p.ex. semestral), dando nota do andamento dos trabalhos aos vários agentes da sociedade portuguesa, o que confere credibilidade e transparência aos investimentos realizados;
- v. No que diz respeito aos licenciamentos, recomenda-se uma atenção especial às questões de licenciamento, no sentido de reforçar a celeridade e eliminar os bloqueios, nomeadamente entre as próprias entidades do Estado.
- vi. Que sejam publicados relatórios de execução física dos projetos.

Componente C12 | Bioeconomia Sustentável

C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) BI- Fundo Ambiental (Projetos integrados)
------------	--

No relatório anterior da CNA-PRR, o maior obstáculo identificado foi de âmbito administrativo, ou seja, a inexistência de plataforma informática para o carregamento de pedidos de pagamento e sua gestão. Apesar de já estar identificada a essa data a necessidade de utilização da plataforma SIGA-PRR (gerida pela EMRP e utilizada por alguns beneficiários intermediários), a situação à data de meados de junho/24 é de que ainda não está operacional a parte relativa à possibilidade de pedidos de pagamento a título de reembolso (PTR), tendo sido realizados os pedidos de pagamento a título de adiantamento (PTA), para os três consórcios. Por este motivo, a execução financeira desta medida não é possível de conhecer. Em várias reuniões que a CNA-PRR teve com promotores destes projetos, a frustração face ao tempo que esta situação dura, é grande. E se há promotores que puderam avançar com algumas implementações e que solicitaram o adiantamento permitido pelo Fundo Ambiental (de 23%), outros houve que, não tendo a certeza de como o processo iria evoluir, preferiram não fazer o investimento ou fazê-lo sem o pedido de adiantamento, para não incorrerem em incumprimentos futuros.

Houve ainda questões levantadas sobre a elevada quantidade de relatórios técnicos solicitados (trimestral), com obrigação de certificação por ROC (a que acrescem os pedidos de pagamento), o que onera o investimento. De acordo com o documento FAQ v6.0⁴⁹, de 07/12/23, pag.17, verifica-se que a contratação efetuada com os beneficiários finais refere que as certificações/validações de ROC se aplicam a todas as despesas apresentadas pelo consórcio. Verifica-se aqui, portanto, situação diversa do aplicado no âmbito das medidas geridas pelo IAPMEI, em que o limiar de despesas obrigatoriamente certificadas por ROC depende do investimento.

Os atrasos nas respostas às dúvidas que surgem no decorrer dos projetos, são também uma das queixas frequentes dos promotores, com as decisões relativas a alterações necessárias aos projetos a tornarem o processo administrativo bastante pesado.

Também nesta medida foi identificado o atraso na operacionalização da reposição do IVA (quando aplicável).

Numa verificação aos websites dedicados de cada projeto (ver referências em rodapé), identificam-se os esforços de manter atualizadas as notícias, bem como a disponibilização de documentos ou outros resultados, o que se saúda e realça, instando a que todas as entidades incorporem e melhorem estas práticas de transparência e transferência de conhecimento.

No âmbito das visitas do Roteiro de proximidade da CNA-PRR, deixam-se alguns exemplos de atividades encontradas em cada um dos três projetos:

⁴⁹ Disponível em: [Microsoft Word - Manual FAQ - versão 6.0 - 20231207 \(fundoambiental.pt\)](#)

- RN21⁵⁰: em reunião com o Colab Forestwise (25/01/24), entidade considerada como especialista na área da resina, ainda não existiam resultados que pudessem ser identificados como um produto deste projeto, que inclui toda a cadeia de valor do setor da resina.

Em termos de atividades estão a decorrer ações de comunicação, sendo que na formação (dedicada a resineiros), a certificação demorou mais tempo do que o expectável a ser conseguida.

Em visita à Tintex (26/10/2023) foi identificada a intervenção desta empresa em trabalhos de investigação aplicada, para adequação da resina para aplicação têxtil, permitindo substituir aditivos à base de petróleo.

- Be@t⁵¹: foram várias as entidades visitadas onde houve o relato de avanços relativamente a este projeto. Na Tintex (26/10/23) há aquisição de maquinaria de separação de partículas, para testar a utilização dos resíduos na tinturaria. O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (26/10/23) desenvolvia um sistema de informação para permitir a rastreabilidade do produto têxtil, com um passaporte digital, que permita rastrear todo o processo, desde a criação da fibra até à produção, no qual também o CITEVE (08/02/24) se encontrava a trabalhar. Neste centro de investigação foi possível ver os protótipos de novos têxteis a partir de fontes naturais (como cânhamo, cardo, folha de banana, caules de girassol ou poda de videira), parte delas que são enviadas para desperdício, mas outras que podem vir a criar novas fontes económicas, como é o caso do cardo, já com campos de demonstração de cultivo na Covilhã. Foi ainda apresentada a atividade de experimentação em reciclagem de peças de roupa estampadas (que colocam muitos desafios na reciclagem).
- Bioshoes4all⁵²: para este relatório não foram visitadas entidades relacionadas com este projeto.

Para obviar aos constrangimentos financeiros dos consórcios, devido à não operacionalização da plataforma informática o Fundo Ambiental comunicou estar a ser preparado um reforço de 7% de adiantamento, passando o total a ser de 30%. Apesar desta ser uma situação que reforça a tesouraria, considera-se que se está a chegar a uma situação limite, em que, da parte dos beneficiários finais não há a certeza administrativa do investimento que está a ser realizado. Eventualmente, o prolongamento desta indefinição pode colocar em risco investimentos previstos. A falta de plataforma informática impede também os pedidos de reprogramação e as respetivas análises, bem como não permite o reporte de execução.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

⁵⁰ Website dedicado em: [Resina Natural 21 \(forestwise.pt\)](http://ResinaNatural21(forestwise.pt))

⁵¹ Website dedicado em: [Homepage PT :: Beat \(bioeconomy-at-textiles.com\)](http://HomepagePT::Beat(bioeconomy-at-textiles.com))

⁵² Website dedicado em: [Home - BioShoes4All \(bioshoesforall.pt\)](http://Home-BioShoes4All(bioshoesforall.pt))

Quanto às recomendações que foram deixadas no anterior relatório, mantêm-se e reforçam-se as seguintes:

i. Necessidade de dar urgência máxima e prioridade à adaptação e finalização da plataforma SIGA-PRR, para que possam ser disponibilizadas todas as funcionalidades de gestão de projeto e pedidos de pagamentos, bem como a realização de ações de capacitação junto dos beneficiários finais para utilização da mesma;

ii. Definição e implementação do modelo de acompanhamento, para além das necessárias verificações de investimento no local. É importante que o modelo de acompanhamento permita avaliar estrategicamente a evolução e interligações destes investimentos com outras medidas PRR ou de outros programas de investimento;

iii. Articulação do Fundo Ambiental com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), e/ou outras entidades públicas ou privadas, no sentido de identificar os desafios e articular esforços, que, fruto do seu conhecimento específico ao desenvolvimento dos futuros produtos, permita antecipar as necessidades de licenciamento, certificação ou adequação legislativa. Tendo em atenção que, especialmente no caso do projeto integrado dos têxteis e calçado (que inclui também os curtumes), há um grande potencial para a produção de resíduos e sub-produtos que necessitam de ser descartados, deve ser dada especial atenção a esta questão, quer em termos das soluções possíveis, quer em termos da comunicação junto das populações.

Adicionalmente, recomenda-se que o Fundo Ambiental (tal como identicamente todos os beneficiários intermediários) seja célere nas respostas às dúvidas colocadas pelos beneficiários finais, bem como nas análises aos pedidos de pagamento e nos pedidos de alterações entre rúbricas. Reconhecendo-se as dificuldades internas dos beneficiários intermediários, em termos de recursos humanos, é preciso encontrar soluções para que esses problemas internos não sejam transferidos para os beneficiários finais.

C12-i01.01	Bioeconomia: Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem BI- ICNF (Povoamento de pinheiro-bravo)
------------	--

O objetivo é intervir em 8.500 ha de florestas de Pinheiro-Bravo com potencial de produção de resina com recurso a técnicas de aproveitamento da regeneração natural e beneficiação de povoamentos, até final de 2025. O prazo de intervenção máximo de cada projeto é de 18 meses. Apesar deste investimento ser gerido financeiramente pelo Fundo Ambiental, a avaliação e acompanhamento das propostas é efetuada pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

1º aviso (com prazo de submissão de 23/06/22) foram aprovadas 39 candidaturas, com uma área prevista de beneficiação de 4.069 ha e um financiamento de 4,3 milhões de euros⁵³.

⁵³ Conforme relatório em: [Microsoft Word - Comunicado_ Alteração 9 candidaturas_C12_Pinheiro Bravo_v6_Final \(fundoambiental.pt\)](#)

Ponto de situação em maio/24, de acordo com as estimativas do ICNF, face ao comunicado pelos beneficiários finais:

- a) Aproveitamento da regeneração natural: 167,24 ha;
- b) Beneficiação e condução de povoamentos: 126,73 ha.

2º aviso (com prazo de submissão até 20/10/2023), teve 48 candidaturas submetidas e encontra-se em fase de análise e decisão.

3º aviso, com datas de 21/02 a 21/04/24, que foi posteriormente prorrogado para 10/05/24, teve 40 candidaturas e encontra-se em fase de análise.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.
Recomenda-se uma maior celeridade na análise e decisão das candidaturas.

C12-i01.02	Bioeconomia – Gestão Florestal e Apoio à Resinagem BI- ICNF (programa “Resineiros vigilantes”) BD - ICNF (estudo potencial de resinagem, academia e aquisição de equipamentos e materiais)
------------	--

No âmbito deste subinvestimento, são várias as medidas que concorrem para os objetivos finais e que incluem, para além do programa “Resineiros Vigilantes”, a criação de uma academia do resineiro, a aquisição de equipamentos e materiais relacionados (em aquisições diretas pelo ICNF) e ainda um estudo do potencial de resinagem nas áreas de pinhal privadas e sob gestão do Estado a nível nacional.

Protocolo do Programa ‘Resineiros Vigilantes’ e Adesões anuais ao Programa de ‘Resineiros Vigilantes’: após o protocolo firmado entre o ICNF, I.P. e a RESIPINUS – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina, em 21/07/2021, tendo em vista a realização das ações de vigilância. Iniciado em 2019 como projeto piloto, contou nesse ano com 18 equipas de resineiros. Nos anos seguintes as equipas aumentaram: em 2020 (26 equipas); em 2021 (26 equipas); em 2022 (34 equipas); em 2023 (45 equipas). Para 2024 encontra-se aberto concurso⁵⁴.

No que diz respeito à aquisição de equipamentos e materiais para a atividade do resineiro e atividades complementares, estão adquiridos todos os equipamentos e distribuídos pelos parceiros, que são resineiros e que prestam, no verão, para apoio ao programa dos Resineiros Vigilantes, que estão integrados no próprio sistema e que comunicam com a GNR no caso de detetarem alguma situação. O investimento financeiro não consta desta medida, mas sim da C08-i04.02 -Meios de prevenção e combate a incêndios rurais- Subinvestimento Meios terrestres.

⁵⁴ Informação disponível em [Resineiros Vigilantes – Resipinus – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina](#)

Quanto à reabilitação de um edifício público para a instalação da Academia do Resineiro, que está definido como um espaço de partilha de conhecimento nesta área, deverá passar pela alteração da localização do edifício, que estava originalmente identificado como localizado na Marinha Grande (zona de ação mais central desta atividade). No entanto não foi possível acordo a Câmara Municipal da Marinha Grande até este momento. A principal razão prende-se com o facto de o orçamento disponível ser de 350 mil euros e o projeto proposto pela autarquia rondar os 10 milhões de euros.

O estudo do potencial de resinagem em áreas geridas pelo Estado foi concluído no final de 2022, encontrando-se disponível publicamente no website do ICNF⁵⁵. Tendo como objetivo principal a caracterização do estado atual e o potencial futuro de produção de resina natural em Portugal, este estudo foi utilizado para definir as áreas prioritárias para a resinagem, no âmbito dos avisos de abertura dos concursos para a Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem. Para além do potencial da resinagem em áreas geridas pelo estado, incluindo Matas Nacionais e outras áreas sob gestão do ICNF e Matas públicas não geridas por ICNF (forças armadas, serviços prisionais, autarquias locais), o estudo inclui ainda áreas privadas

Apreciação e recomendações

Considera-se que é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, no caso da instalação da Academia do Resineiro, recomendando-se a alteração de localização, face à não possibilidade de acordo com a Câmara Municipal da Marinha Grande.

Componente C13 | Eficiência Energética Dos Edifícios

C13-i01	Eficiência Energética em Edifícios Residenciais BI- Fundo Ambiental
---------	--

No âmbito deste investimento, foram criadas várias medidas, cuja experiência de implementação foi dando lugar a alterações, quer nas condições expressas nos avisos, quer em termos de operacionalização.

Apoio a Edifícios Residenciais

Em 03/02/2023 foi publicado o relatório⁵⁶ da fase II do Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis, que decorreu de 22/06/2021 a 02/05/2022 e ao abrigo do qual as famílias submeteram 106.131 candidaturas, das quais 70.454 foram elegíveis e mais de 122 milhões de euros foram executados e pagos.

Foi lançado um 2º aviso em 2023, cujo prazo de submissão de candidaturas terminou em 31/10/23, ao qual foram submetidas 78.052 candidaturas, cujo valor é superior à dotação disponível.

⁵⁵ Acessível em : [edaba2a31ccf9ef6 \(icnf.pt\)](https://edaba2a31ccf9ef6(icnf.pt))

⁵⁶ Disponível em [relatorio-final-paes-ii_9fev_f_c-anexos1.aspx \(fundoambiental.pt\)](https://relatorio-final-paes-ii_9fev_f_c-anexos1.aspx(fundoambiental.pt))

De acordo com a informação existente no website do Fundo Ambiental e após confirmação junto do FA, foram assinados contratos com a Universidade do Minho e com a Universidade Nova de Lisboa, para análise das candidaturas, estimando-se que a mesma se inicie em maio de 2024, ficando a possibilidade de reforço da dotação, para conseguir acomodar todas as candidaturas elegíveis.

Apoio a Condomínios Residenciais

Esta foi uma medida que não estava prevista inicialmente e cujo aviso fechou a 28/12/23 com 477 candidaturas submetidas. A estimativa é de que a avaliação das candidaturas tenha início em abril de 2024 e esteja concluída até ao final de janeiro de 2025.

Vale Eficiência

Este foi um programa que, na sua 1ª edição, não teve uma boa adesão dos particulares, tendo sido considerado preocupante e com muita dificuldade em ser atingida a meta (100.000 vales até 2025/T3). Foi desenvolvido um novo modelo (Vale Eficiência II) com alterações significativas: possibilidade de candidatura até 3 vales por pessoa; criação das figuras de facilitador administrativo (disponível apenas para juntas de freguesia) ou de facilitador técnico (ainda não disponível). De acordo com informação obtida em maio/24 junto do Fundo Ambiental, estima-se a execução de cerca de 80.000 vales. Após a análise de elegibilidade, que está a iniciar, os beneficiários finais elegíveis serão contactados pelos facilitadores técnicos, para a implementação das melhorias nas suas habitações. A alteração do modelo dos vales eficiência aparenta ter tido resultados positivos, aguardando-se ainda a conclusão da análise de elegibilidade para avaliar o real impacto do novo modelo.

Foi criado pelo Fundo Ambiental um e-balcão dedicado ao Vale Eficiência onde podem ser consultadas FAQ, bem como a lista de facilitadores administrativos. Está também disponível, de forma rápida e simples, o formulário para candidatura, quer como beneficiário, quer como fornecedor.

Apreciação e recomendações

Em termos de cumprimento de metas, os resultados obtidos e conhecidos, permitem continuar a considerar que Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis, que ultrapassou já as metas iniciais acordadas, está, **ALINHADA COM O PLANEAMENTO.**

Tal como referenciado no relatório anterior da CNA-PRR, continua a verificar-se um tempo muito longo entre o término das candidaturas e a fase de avaliação e comunicação de resultados. Esta é uma situação que tarda em ser resolvida, não se vislumbrando uma estratégia de consolidação de equipas de avaliação. Apesar da justificação do Fundo Ambiental, de que, não tendo a entidade capacidade e competência interna para avaliação de tantas candidaturas e de tão diversas áreas, o processo de contratação dos serviços tem-se revelado longo, sendo tal situação

preocupante. Tal situação verifica-se também na contratação de serviços de verificação no local e auditorias aos projetos, que podem ser impactadas por estas dificuldades.

Recomenda-se que possam ser encontradas soluções, em conjunto com a tutela governativa, para obviar a estas situações, realçando-se a complexidade técnica de avaliação de muitas das medidas em apreço, cuja avaliação se estende até aos processos de audiência prévia.

Quanto à medida para os Vales Eficiência, aguarda-se o término da avaliação de candidaturas, pelo que se considera que é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

C13-i02	Eficiência Energética em Edifícios da Administração Pública Central BI- Fundo Ambiental
---------	--

Esta foi uma medida que, apesar de ter dotação suficiente para todas as candidaturas submetidas, demorou mais tempo do que o estimado na fase de avaliação. As razões apontadas para tal situação, deveram-se à necessidade de melhoria da instrução de muitas das candidaturas, face à complexidade dos projetos. O relatório final de decisão sobre as candidaturas foi disponibilizado com data de 27/11/2023⁵⁷.

Em 11/01/24 o Fundo Ambiental divulgou um *dashboard*⁵⁸ relativo a esta medida, sendo possível identificar que foram submetidas 214 candidaturas, das quais 175 foram aprovadas, num total de 192 milhões de euros. Há ainda a divulgação das tipologias mais solicitadas: intervenção em sistemas técnicos; produção de energia com base em fontes de energia renováveis para autoconsumo; e envolvente opaca e envidraçada.

Estando, a esta data, em fase de implementação, há constrangimentos reportados relativamente a pedidos de licenciamento, essencialmente junto de autarquias.

Havendo alguns pedidos de pagamento já submetidos, há também pedidos de alteração e reforço orçamental, fruto das situações de aumento do custo das obras ou dos equipamentos. O Fundo Ambiental reportou existir verba sobrança em dotação, a ser atribuída mediante determinados critérios, que se encontram em preparação.

Não está ainda disponível qualquer síntese de indicadores pelo que não é possível avaliar o alinhamento do conjunto das candidaturas já aprovadas com a meta de mais de 1,25 milhões de m² de área a ser intervencionada até ao final de 2025.

⁵⁷ Disponível em: https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2023/c13-relatorio-final-de-decisao-fundamentada_final_241120231.aspx

⁵⁸ Disponível em: https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2024/c13-aac-n-01_c13-i02_2021_dashboard-v31.aspx

Apreciação e recomendações

Tal como referido no anterior relatório da CNA-PRR, uma vez ultrapassada a fase de avaliação, a execução da medida decorre com o ritmo pautado pelos processos da contratação pública e pelos licenciamentos. Muito embora não existam indicadores disponíveis sobre a área intervencionada, considera-se que a medida está **ALINHADA COM O PLANEAMENTO**, tendo em conta o número de candidaturas aprovadas.

Recomenda-se o acompanhamento próximo dos beneficiários finais para antecipar riscos com atrasos em licenciamentos, aumentos inesperados de custos de obra ou equipamentos, bem como constrangimentos de outra natureza.

Reconhece-se a boa prática de divulgação dos dados relativos às candidaturas.

C13-i03	Eficiência Energética em Edifícios de Serviços BI- Fundo Ambiental
---------	---

Não houve qualquer alteração relativamente a esta medida, desde o último relatório da CNA-PRR, ou seja, o aviso foi aberto em 28/02/22, com prazo de submissão de candidaturas até 31/05/22 e que foi sendo prorrogado até 29/07/22.

À data de abril/24 ainda não há qualquer informação ou decisão sobre os resultados das candidaturas, sendo que a última informação no website do Fundo Ambiental, datada de 11/10/22 refere que *“Considerando o número elevado de candidaturas recebidas, o Fundo Ambiental comunicará a decisão preliminar com a brevidade possível.”*

Quanto ao cumprimento das metas, não havendo resultados da avaliação, nada é possível apreciar.

Repete-se neste relatório parte do texto do relatório anterior da CNA-PRR, que se considera serem riscos cada vez maiores: *“Tal como noutras medidas, que envolvem aquisição de equipamentos cuja procura está a ser potenciada pelos financiamentos via fundos nacionais ou comunitários, ou construção, o risco de desvio (para cima) dos custos de aquisição/construção estimados na candidatura face ao mercado não é negligenciável, sendo que tal só será possível avaliar num futuro próximo, com as respetivas adjudicações. Se o atraso do processo de avaliação se mantiver, tal pode vir a representar, em alguns casos, uma oportunidade perdida de ações com impacto ambiental garantido e retorno económico.”*

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **CRÍTICO**, face ao tempo que já passou e às sucessivas indicações de que se estão a terminar as avaliações das candidaturas.

Dá-se por reproduzida aqui a preocupação com a temática das avaliações de candidaturas, referida na medida dos edifícios residenciais.

C13-i01/02/03	Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública) BI- Fundo Ambiental
---------------	--

Este investimento tem como objetivo desenvolver a capacidade nacional de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis em regime de Autoconsumo Coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CER), sejam em edifícios residenciais, de comércio e serviços e da administração pública central, num total de capacidade instalada de pelo menos 93 MW até ao final de 2025.

O aviso referente ao Apoio à Concretização de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo teve abertura em 14/06/2021 com data de submissão de candidaturas até 31/10/2022, e prorrogado até 17/02/2023.

Esta foi uma medida na qual foram identificados diversos constrangimentos, como a questão dos licenciamentos, do modelo de governo deste modo de produção (novo), a que se associou um grande atraso na adjudicação do processo de avaliação, que só foi terminado já em fevereiro/24. Foram submetidas 178 candidaturas, das quais não há ainda qualquer informação, com a indicação de expectativa de comunicação de resultados a julho de 2024.

Há a indicação de dotação sobranete para outro aviso, mas a sua abertura, apesar de prevista para final de março/24, ainda não aconteceu, aguardando-se uma decisão política.

De acordo com informação recolhida junto da DGEG, devido à novidade em território nacional, trazida por este formato de ACC e CER, a preparação de projetos por parte de beneficiários finais foi efetuada de forma pouco preparada. Para além disso, a pouca informação e disseminação, levou a fenómenos de desinformação na sociedade, causando a submissão de muitos projetos irrealistas e sem quaisquer condições técnicas para avançar. Esta submissão em massa, na maior parte das vezes liderada por consultores sem experiência técnica nestas áreas, colocou também maior pressão sobre os recursos humanos e informáticos (já escassos), quer da DGEG, quer da ADENE.

Esta fraca qualidade técnica, tem exigido da parte dos técnicos da DGEG, uma atenção à identificação de necessidades de melhoria em cada um dos projetos apresentados, o que faz com seja maior o espaço temporal necessário para ter projetos tecnicamente adequados.

Apesar da situação relatada pela DGEG, considera-se importante realçar a dificuldade que muitos beneficiários finais têm também relatado, em obter informações ou respostas às suas dúvidas, bem como a não existência atempada e planeada, de soluções informatizadas ou mais automatizadas, sendo que estas são situações anteriores à submissão de projetos CER/ACC.

Apreciação e recomendações

Esta é uma medida que se considera ser de agravar para **PREOCUPANTE**.

Componente C14 | Hidrogénio e Renováveis

C14-i01	Hidrogénio e Gases Renováveis BI- Fundo Ambiental
---------	--

Para além do hidrogénio (o mais visível e mediático), existem outros gases renováveis que estão também incorporados nesta medida e para os quais se irá também fazer um ponto de situação neste ponto, abordando-se também a temática das redes e dos licenciamentos.

A meta PRR definida para este investimento é de ter instalada uma capacidade adicional de produção de hidrogénio renovável e gases renováveis de 200 MW, até março de 2026.

Esta foi uma medida apreciada como sendo necessário acompanhamento, mas cujas dúvidas se revelaram de várias tipologias e difíceis de resolver com ações simples ou facilmente identificáveis. Deixam-se várias notas sobre desafios para os quais é necessária uma atenção redobrada, muito para além do financiamento à aquisição de equipamentos:

- Desde logo, porque a maior das problemáticas se refere ao facto de estarmos ainda na presença de tecnologias que, não têm, para a escala industrial, maturidade tecnológica suficiente, estando os tecnólogos em fases de ajustes e testes, a decorrer ao mesmo tempo que ocorre a implementação de soluções industriais, sendo que estes desafios se revelam na fase de produção, mas também no armazenamento e transporte;
- A questão anterior levanta questões na área da segurança (ou da sua perceção), por parte da sociedade em geral, sendo necessária a aceitação dos consumidores e empresas sobre o uso de gases renováveis, exigindo campanhas de conscientização e informação, com vista à criação de um ambiente de confiança;
- Isto origina, portanto, que as entidades certificadoras e licenciadoras tenham poucos projetos de histórico para se sustentarem, havendo ainda o risco elevado dos promotores prepararem projetos mal instruídos, colocando ainda maior pressão na análise e nos resultados;
- A carga burocrática é por isso elevada, fruto desta aprendizagem, mas onde a simplificação pode acarretar riscos (tal como alertado no anterior relatório da CNA-PRR);
- A rede de distribuição, sendo em polietileno está preparada desde já para distribuir hidrogénio ou outros gases renováveis. As redes de transporte de gás de Portugal, que foram instaladas com grandes exigências de controlo de qualidade (nomeadamente nas soldaduras), requerem para o transporte de H2 apenas manutenções periódicas com menores intervalos de tempo;
- A integração dos gases renováveis para a produção de eletricidade e em outros setores energéticos (por exemplo, aquecimento e transportes), está

ainda em fases iniciais de desenvolvimento, pelo que é necessário ultrapassar alguns desafios técnicos e logísticos;

- Há que avaliar as características da intermitência na produção de certos gases renováveis, nomeadamente em resultado da utilização de eletricidade de origem renovável com características de variabilidade temporal, como será o caso do hidrogénio, o que pode complicar a operação das redes de forma a garantir a qualidade de serviço aos consumidores;
- No que diz respeito à regulamentação e normas técnicas, falta clareza na sua definição, nomeadamente para efeitos de garantia de qualidade dos gases renováveis, bem como da regulamentação sobre a mistura desses gases;
- Há ainda a considerar o facto da legislação aplicável ser muito recente, designadamente o caso do biometano, cujo Plano de Ação só foi aprovado em 15/03/2024⁵⁹, mas cuja implementação só está a começar;
- O leilão de gases renováveis, previsto inicialmente para 2023, foi lançado no final de maio/24, pelo valor de 140 M€⁶⁰. Muitas empresas aguardavam esta abertura para terem conhecimento das condições, sendo que há a probabilidade de haver desistências de alguns projetos submetidos.

Não obstante todos os factos referidos, os investimentos estão em curso e as empresas encontram-se a fazer candidaturas, alocar capital próprio e a fazer reservas de equipamentos. Sendo evidente que esta aposta das empresas significa que o mercado está a apostar em novas e diversificadas fontes de energia, sendo preciso dar nota que através do PRR, Portugal está a investir também nestas novas fontes. É crucial que todas as entidades envolvidas consigam trazer para a discussão (e ação) a resolução destas problemáticas, para assim se evitem atrasos graves na implementação desta estratégia. Algumas das causas que podem conduzir a estes problemas são: a falta de capacidade de licenciamento atempado; ou a insuficiente capacidade financeira para aguardar o retorno financeiro.

A CNA-PRR reuniu com algumas empresas que estavam a preparar os seus investimentos, mas ainda todas em fases muito embrionárias. Reuniu ainda com o Fundo Ambiental e foi também possível obter a visão da Direção-Geral de Geologia e Energia (DGEG).

De acordo com as informações recolhidas, o ponto de situação de cada um dos Avisos e respetivas candidaturas, é o seguinte:

1º aviso- Projetos de produção de gases de origem renovável

Os prazos de candidatura decorreram de 28/09/21 a 18/02/22, tendo o relatório final sido publicado a 07/02/23. Após audiências de interessados, da lista final (20/10/23), constam 24 projetos aprovados, num montante total de financiamento de 102 M€.

Apesar da informação do Fundo Ambiental de que foram solicitados e efetuados adiantamentos, há também a indicação de vários pedidos de prorrogação, cujas

⁵⁹ Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministro 41/2024, disponível em : [DR124-001-00051-117430352-054_041_2024.pdf \(diariodarepublica.pt\)](https://diariodarepublica.pt/054_041_2024.pdf)

⁶⁰ Informação detalhada disponível em: [Lançado leilão de gases renováveis com dotação de 14 milhões de euros/ano - XXIV Governo Constitucional \(portugal.gov.pt\)](https://portugal.gov.pt/XXIV-Governo-Constitucional)

fundamentações estão maioritariamente relacionadas com atrasos significativos na obtenção licenciamentos obrigatórios (relatos de espera superiores a 8 meses), demora nos procedimentos de contratação pública e atrasos previstos no fornecimento de equipamentos.

2º aviso- Apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis

O processo de submissão de candidaturas teve lugar de 16/03/23 a 31/07/23.

No dia 05/03/2024 foi publicado pelo Fundo Ambiental o relatório preliminar⁶¹ relativo ao 2º aviso. Das 49 candidaturas submetidas, 21 foram consideradas aprovadas para financiamento, tendo sido 12 candidaturas não aprovadas para financiamento, por insuficiência de dotação. Aguardam-se os resultados após a fase de audiência prévia.

Apreciação e recomendações

Mantêm-se a apreciação deste investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Do ponto de vista do cumprimento das metas PRR (aquisição de equipamentos), as empresas aparentam estar a corresponder, no entanto as preocupações mantêm-se relativamente à disponibilidade de equipamentos no mercado e a sua instalação em tempo útil. Mas mais do que a execução do investimento, importa que sejam avaliados todos os desafios e potenciais condicionantes, que poderão colocar em causa a distribuição e utilização destes gases renováveis, tal como referenciado pela CNA-PRR.

Componente C15 | Mobilidade Sustentável

C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara BD- Metropolitano de Lisboa
---------	---

Este é um investimento sobre o qual recaem nesta data dúvidas fundadas sobre a sua possibilidade de finalização (significando, comboios a funcionar com passageiros) até 31/12/2026. Apesar da adjudicação do contrato, com 2 processos de litigância em fase final (sendo que uma delas já foi libertada do efeito suspensivo) e já com visto concedido pelo Tribunal de Contas, é praticamente impossível encurtar os prazos de uma obra que tem previstos 1.046 dias. Para esta grande dificuldade em reduzir os prazos, concorrem não só o risco do empreiteiro (Mota-Engil), com várias outras grandes obras a decorrer (com prazos idênticos), como a concorrência geral de mão-de-obra para a construção civil, que se verifica como escassa e cujas necessidades irão continuar a aumentar, para as várias obras ainda por iniciar, especialmente no âmbito do PRR, mas também de toda a normal atividade do país.

⁶¹ https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2024/c14-relatorio-preliminar-2-aviso-c14_04mar20241.aspx

Apesar deste ser um investimento que está ancorado em empréstimo e não subvenção, o facto de já ser clara esta quase impossibilidade de cumprimento da meta, é imprescindível que, quer a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, quer o Governo, equacionem a decisão a tomar.

Para além desta questão, existem ainda outras situações acessórias, sem as quais o investimento não poderá ser concluído:

- i. Jardim da Parada: na situação da ação colocada por um grupo de cidadãos contra o Metro, a decisão do Tribunal deu razão ao Metro, sendo por isso uma situação sanada. Para promover um conhecimento mais esclarecido por parte da população, o Metro realizou uma série de eventos, preparado com o apoio de especialistas da Universidade de Trás-os-Montes, tendo sido efetuado o levantamento das árvores e das raízes (com ultrassons e colocação de sensores) e de que forma elas serão impactadas com as obras, com monitorização durante as obras (essencialmente níveis freáticos e vibração). Quanto ao reordenamento do quarteirão, foi preparada uma proposta, também com apoio de especialistas, para melhorar o próprio jardim, onde foram identificados vários problemas (p.ex. ser muito escuro, por causa da sombra das árvores altas e falta de acesso água, por causa de impermeabilização, como a calçada), que será ainda analisado, não sendo da responsabilidade do metro.
- ii. Indemnizações e expropriações: estas são operações complexas que exigem o cálculo de todos os custos relacionados (p.ex. valor da reconstituição do direito das pessoas e as alterações que essa mudança vão ter na sua vida, envolvendo vários casos tais como proprietários, senhorios e cessionários). Na primeira fase este processo irá abranger mais de 50 pessoas, com cálculos que podem rondar 20 milhões de euros. Haverá uma segunda fase, dentro de mais ou menos 1 ano. Estes processos estão a ser acautelados com a intervenção de empresas especialistas e complementadas com as propostas dos intervenientes. Apesar do Metro poder tomar posse dos imóveis a qualquer altura (devido à classificação da situação como urgente), estão a aguardar a concordância e todas as partes.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

Recomenda-se o acompanhamento da situação já identificada de impossibilidade de cumprimento do prazo pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, garantindo a sua antecipação junto da Comissão Europeia e a procura de soluções que mitiguem a situação, sendo necessária uma intervenção rápida.

C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio BD- Metro do Porto
---------	--

Os trabalhos na linha Rubi iniciaram-se no mês de maio, com várias frentes de obra, com demolição de edifícios efetuadas ou em curso, designadamente Campo Alegre, Santo Ovídio e Gaia.

Durante o processo de concurso, alguns projetos de engenharia tiveram de ser alterados de forma a responderem às questões identificadas.

Foi possível chegar a acordo com os proprietários dos diferentes prédios objeto de demolição e de realojamento.

Nesta obra a articulação com as autarquias do Porto e de Gaia é essencial, pois os constrangimentos nas vias públicas será uma constante. A comunicação com os cidadãos é fundamental, de forma que estes percebam o contributo para a mobilidade urbana em ambas as cidades.

Este é um projeto muito exigente em termos de timing e que exige um acompanhamento de muita proximidade por parte do Metro do Porto que percecionamos como estando a ser executado.

Apreciação e recomendações

Apreciamos estes investimentos como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se que:

- i. O Metro do Porto reforce o acompanhamento das empreitadas em curso, de modo a antecipar qualquer risco de derrapagem;
- ii. Haja uma articulação célere, entre a autarquia e o Metro do Porto, para acautelar em tempo útil todas as autorizações para utilização das vias públicas, para obras;
- iii. Seja reforçada a comunicação, quer junto das autarquias, quer dos cidadãos, com a informação do ponto de situação das obras, com a máxima regularidade.

C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures BD- Metropolitano de Lisboa
---------	--

Este foi um investimento considerado crítico no relatório anterior, tendo existido alterações significativas nos últimos meses.

Após ter sido estabilizado o traçado e a concentração da responsabilidade das obras no Metro (ao invés de estar dividido entre esta empresa e as autarquias de Loures e Odivelas), foi lançado o concurso de conceção-construção, que incluirá empreitada e material circulante, com a proposta de 120 dias de execução. Este projeto deverá permitir a conclusão dos trabalhos e início da circulação em 2026 (exceto o reordenamento urbano).

O risco de litigância após adjudicação é uma possibilidade sempre presente, só possível de conhecer após o fecho das propostas.

Apesar desta linha ter apresentado algumas dificuldades no início, como a sua construção se desenrola à superfície, sendo resolvida a questão do desvio do trânsito e havendo propostas de empreiteiros para trabalhar em várias frentes de construção ao mesmo tempo, não se vislumbra, para já, dificuldades acrescidas com o cumprimento da meta.

Apreciação e recomendações

Mantem-se este investimento como **CRÍTICO**, em virtude do mesmo se encontrar em fases pré-concursais.

C15-i04	Linha BRT Boavista – Império BD- Metro do Porto
---------	--

A primeira fase da linha BRT está construída. É esperado que no mês de junho seja asfaltado o troço entre a Casa da Música e o Império. É expetável a conclusão das obras desta primeira fase até julho, prevendo-se a circulação dos primeiros veículos, ainda sem serem movidos a hidrogénio, durante o mês de agosto, em fase de testes.

A segunda fase está ligeiramente atrasada, cerca de 2 meses, devido às reclamações dos concorrentes, esperando-se para breve a adjudicação.

No caso do material circulante e sistema de produção de energia, já foi concedido o visto pelo Tribunal de Contas, após o pagamento das taxas por parte do adjudicatário. É expetável a entrega do material circulante em abril de 2025, embora exista a expetativa que o prazo possa ser antecipado. Relativamente ao sistema de produção de energia é também expetável o encurtamento do prazo, em virtude da entrega dos painéis solares se ter tornado mais célere.

A não existência de material circulante, desde já, não inviabiliza a operação, que pode ser concretizada com recurso a veículos tradicionais.

O traçado do BRT terá um troço totalmente segregado existindo outro que será concorrencial com outros veículos. Esta opção, após análise da operação, será analisada, podendo decidir-se igualmente pela segregação deste troço, com circulação numa via apenas pelo BRT.

Apreciação e recomendações

Apreciamos estes investimentos como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se que:

- i. O Metro do Porto reforce o acompanhamento das empreitadas em curso, de modo a antecipar qualquer risco de derrapagem;
- ii. Haja uma articulação célere, entre a autarquia e o Metro do Porto, para acautelar em tempo útil todas as autorizações para utilização das vias públicas, para obras;

iii. Seja reforçada a comunicação, quer junto das autarquias, quer dos cidadãos, com a informação do ponto de situação das obras, com a máxima regularidade.

C15-i05	Descarbonização Transportes Públicos BI-Fundo Ambiental
---------	--

O relatório final deste investimento foi publicado a 05/08/22, com a aprovação e posterior contratualização de 7 projetos, relativos a 258 autocarros.

Segundo informação do Fundo Ambiental e tendo em conta os pontos de situação dos projetos rececionados, 216 autocarros encontram-se entregues (dos quais 150 encontram-se licenciados), estimando-se que os restantes veículos sejam entregues, e estejam prontos a funcionar, até ao final do 1º semestre de 2024.

Dá-se nota de que foi possível acautelar o licenciamento dos autocarros junto do IMT, cujo contacto e interligação com o Fundo Ambiental permitiu que os autocarros estejam a ser licenciados pouco tempo depois de entregues.

Esta é uma meta que se encontra cumprida no que diz respeito ao PRR, em virtude da mesma determinar a aquisição e utilização de 145 novos autocarros de zero emissões (elétricos ou a hidrogénio).

Manter-se-á o acompanhamento deste investimento, por parte da CNA-PRR, até estarem terminadas as operações financeiras e licenciamento de todos os autocarros adquiridos, sendo que, em meados de junho/24, as empresas beneficiárias finais ainda não tinham recebido parte substancial das contrapartidas atribuídas. Esta é uma situação que faz aumentar os encargos financeiros das empresas

Apreciação e recomendações

Tendo em conta as informações obtidas, considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**, sendo urgente o pagamento aos beneficiários finais.

C15-i06	Digitalização do transporte ferroviário BD- Infraestruturas de Portugal IP
---------	---

Este é um investimento que entra após o processo de reprogramação.

O objetivo é tornar a linha do Norte da Rede Ferroviária Nacional (RFN) compatível com a nova linha ferroviária de alta velocidade (LAV) através da substituição dos sistemas eletrónicos de sinalização das estações de Campolide-Cintura, Oriente, Alverca e Azambuja, cobrindo 20 km de linhas ferroviárias na Área Metropolitana de Lisboa, até ao 2º trimestre de 2026.

De acordo com a informação da IP, encontra-se publicada a autorização de encargos plurianuais, sendo lançado um procedimento único, a publicar durante o 1º semestre de 2024.

Este será um investimento a acompanhar em próximos relatórios.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica BI- IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.
---------	---

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais BD- INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.
------------	--

O objetivo deste investimento é a caracterização geofísica, geotécnica e ambiental para identificação do potencial energético offshore da costa portuguesa, permitindo a realização de concursos públicos (leilões) para a instalação de capacidade eólica offshore flutuante.

O investimento consistirá no desenvolvimento de estudos geofísicos, geotécnicos, eólicos, de ondas e de corrente de alta resolução de uma área de, pelo menos, 2 000 km² no oceano Atlântico.

O marco para o 2º trimestre de 2024 refere-se à assinatura de contrato(s) relativo(s) a estudos técnicos para potencial energético offshore.

Não foram ainda efetuadas reuniões ou visitas da CNA-PRR, no âmbito deste investimento.

Apreciação e recomendações

Tendo em conta o marco associado a este investimento e o andamento do mesmo, considera-se que está **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes BD- LNEG
------------	---

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento BI- FUNDO AMBIENTAL
---------	--

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO neste semestre**.

C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis BD- DGE
---------	---

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO** neste semestre.

C21-i14	Sistema de BRT Braga BD- TUB -TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.
---------	---

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO** neste semestre.

C21-i16	Funicular da Nazaré BD- MUNICIPIO DA NAZARE
---------	--

Investimento novo decorrente da reprogramação.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO** neste semestre.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA CLIMA E ENERGIA

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da CECE

04/10/2023- Participação no evento Blue Investor, que permitiu acompanhar trabalhos no âmbito da C10-i01.01 (Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul)

26/10/2023- Reunião e visita à empresa Tintex, em Vila Nova de Cerveira, para acompanhamento da C12-i01.01 (Bioeconomia: Projetos Integrados- Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural)

26/10/2023- Reunião com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em Viana do Castelo, para acompanhamento da C12-i01.01 (Bioeconomia: Projetos Integrados- Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e da C13 (Eficiência Energética)

11/12/2023- Reunião com o Arsenal do Alfeite, no Alfeite, para acompanhamento da C10.i03 (Academia do Arsenal do Alfeite)

13/12/2023- Apresentação do roteiro para a descarbonização da indústria dos moldes, na Marinha Grande, para acompanhamento da C11-i01 (Descarbonização da Indústria)

05/01/2024- Reunião com a Associação Fórum Oceano, online, para acompanhamento da C10-i01.01 (Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul)

24/01/2024- Reunião com empresários e gestores, no NERVIR, em Vila Real, para acompanhamento junto de empresários (concorrentes ou não a avisos no PRR) das várias medidas relacionadas com transição energética nas empresas e outros apoios

25/01/2024- Reunião com o Colab Forestwise, em Vila Real, para acompanhamento da C12-i01.01 (Bioeconomia: Projetos Integrados- Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural)

01/02/2024- Reunião com a Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar e a Câmara Municipal de Peniche, em Peniche, para acompanhamento da C10-i01.01 (Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul), nomeadamente o HUB Smart Ocean

08/02/2024- Reunião e visita ao CITEVE e ao CENTI, em Vila Nova de Famalicão, para acompanhamento da C12-i01.01 (Bioeconomia: Projetos Integrados- Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural)

21/02/2024- Reunião com o Fundo Ambiental, em Lisboa, para acompanhamento da C12-i01.01 (Bioeconomia: Projetos Integrados- Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural), da C13 (Eficiência energética), da C14 (Hidrogenio e gases renováveis) e da C15 (Mobilidade sustentável)

22/02/2024- Reunião com o IAPMEI, em Lisboa, para acompanhamento da C11 (Descarbonização da indústria)

11/03/2024- Reunião com o Metropolitano de Lisboa, em Lisboa, para acompanhamento da C15 (Mobilidade sustentável)

14/03/2024- Participação no evento RODIV2050 e visita às empresas Crisal e Vidrala, na Marinha Grande, para acompanhamento da C11-i01 (Descarbonização da Indústria- Roteiros para a descarbonização)

15/03/2024- Reunião na Câmara Municipal de Rio Maior, para acompanhamento da C13 (Eficiência energética | CER)

21/03/2024- Reunião com o Secretário de Estado do Mar e a DGPM, em Lisboa, para acompanhamento da C10-i01.01 (Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul), da C21-i07 (Estudos técnicos para potencial energético offshore) e C10-i03.07 (Navegação ecológica)

02/05/2024- Reunião e visita ao Arsenal do Alfeite, no Alfeite, para acompanhamento da C10.i03 (Academia do Arsenal do Alfeite)

20/05/2024- Reunião com IFAP, em Lisboa, para acompanhamento da C10-i02 (Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas)

23/05/2024- Reunião com a Direção-Geral de Energia e Geologia, online, para acompanhamento das medidas relacionadas com transição energética, hidrogénio e gases renováveis e temáticas transversais de licenciamentos.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

**COMISSÃO ESPECIALIZADA
ECONOMIA E EMPRESAS**



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU

Comissão Especializada de Economia e Empresas

Relatório detalhado

No âmbito das suas atribuições, a Comissão Especializada Economia e Empresas⁶² (CEEE) reuniu no dia 19/07/2024, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza três componentes, todas em conjunto com outras Comissões, a componente C05 (Capitalização e Inovação Empresarial) que também é acompanhada pela Comissão Especializada Território, a C06 (Qualificações e Competências) que é acompanhada mais diretamente pela Comissão Social e a C16 (Empresas 4.0) que é acompanhada também pela Comissão Transição Digital

Componente C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

C05-i01.01	Agendas/ Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial
C05-i01.02	Agendas/ Alianças verdes para a Inovação Empresarial BI-IAPMEI

Este é um dos investimentos mais complexos de acompanhar, identificando-se desafios de várias ordens, como tem sido descrito nos relatórios anteriores da CNA-PRR.

Se por um lado a expectativa de resultados positivos para a transformação e o crescimento da economia nacional são grandes, há o sério risco de utilização de verbas muito avultadas sem atingir os objetivos (novos produtos, processos ou serviços-PPS) dentro do prazo do PRR.

Para este risco concorrem:

- i) o tempo que passou até que todos os contratos estivessem assinados (sendo que os últimos 2 ainda não tinham sido assinados em maio/24) e que por isso determinou o tempo para que os consórcios pudessem iniciar oficialmente os seus trabalhos, aquisições e contratações;
- ii) o tempo que demorou a que todas as regras de elegibilidade de despesas estivessem clarificadas (situação que no início de 2024 ainda estava a ser terminada);
- iii) o tempo que demorou a estabilizar a plataforma de gestão de pedidos de pagamento (que em março de 2024 ainda registava necessidade de melhorias).

Para recolher informações sobre o estado das agendas e o processo de gestão das mesmas, para além do contínuo acompanhamento, a CNA-PRR esteve presente no 1º encontro anual das agendas, em Leiria, no dia 20/09/2023; no 2º evento de apresentação das agendas com atividade no Alentejo, em Évora, no dia 19/01/2024;

⁶² A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

reuniu com o IAPMEI no dia 22/02/2024, tendo solicitado posteriormente ponto de situação e esclarecimentos por escrito; esteve presente no 2º encontro anual das agendas, em Santa Maria da Feira, no dia 12/03/2024; e reuniu com mais de duas dezenas de entidades envolvidas em diversas agendas.

Para além de se procurar uma visão abrangente sobre o que está a ser efetuado no terreno e os constrangimentos que os beneficiários finais enfrentam, também é preocupação da CNA-PRR a capacidade que os Beneficiários Intermediários (neste caso o IAPMEI) têm, para conseguir analisar, acompanhar, responder a dúvidas, verificar e auditar. São mais de 1.800 copromotores, em 50 agendas de áreas tão diversas e num prazo tão curto. Esta preocupação aumenta quando se sabe que as agendas são apenas um dos muitos programas que o IAPMEI gere dentro do PRR, para além de todos os outros, de outras fontes de financiamento. Esta é uma temática que deve ser partilhada por todos os níveis de governação, porquanto os quadros de trabalhadores precisam de robustez e estabilidade, enquanto se deve apostar no desenho de sistemas de gestão adequados aos objetivos a alcançar e ao valor gerado pelas atividades que a suportam.

Quanto ao reporte da execução física e financeira, o ponto de situação era o seguinte:

- i. Em abril/24, a plataforma de submissão e gestão de pedidos de pagamento e do projeto na sua globalidade estava a funcionar e o IAPMEI considera a mesma suficientemente robusta para ser uma verdadeira pista de auditoria. Apesar disso, no final de fevereiro/24 a plataforma esteve inoperacional durante cerca de 3 semanas devido a um problema técnico, impedindo que fossem analisados pedidos de pagamento, submetidas despesas ou efetuados pagamentos;
- ii. Até ao final de abril/24 tinham sido submetidos e analisados os pedidos de pagamento (PP)⁶³ apresentados pelas agendas, relativos a três períodos temporais, (embora com um atraso devido aos problemas ocorridos na plataforma informática). O quadro seguinte evidencia esse reporte. Apesar de, como seria expectável, se verificarem situações diferenciadas entre as agendas, quer fruto das dinâmicas internas, quer do tipo do investimento, ou mesmo da data de início das mesmas, realça-se como aspeto preocupante, 18 agendas com menos de 10% reportado, das quais 11 agendas com menos de 5% reportado. Durante o mês de julho de 2024 será concretizado um novo pedido de pagamento o que permitirá incrementar os valores reportados. O IAPMEI deverá ter uma atenção especial a estas agendas para identificar os constrangimentos e perceber que medidas devem ser tomadas.

⁶³ O IAPMEI definiu períodos temporais de apresentação de pedidos de pagamento por parte dos consórcios, que só podem acontecer uma vez a cada trimestre. O líder é responsável pela submissão, não sendo obrigatório que todos os copromotores reportem despesa, em todos os pedidos de pagamento. Para além dos pedidos de pagamento, é ainda obrigatória a entrega de um relatório intercalar de progresso sobre o cumprimento dos marcos e metas, devendo ser submetido até ao dia 15 do mês seguinte ao fim do trimestre. O detalhe sobre estas regras pode ser consultados em: 20230719_OTN1IAPMEI_V2F.pdf.aspx

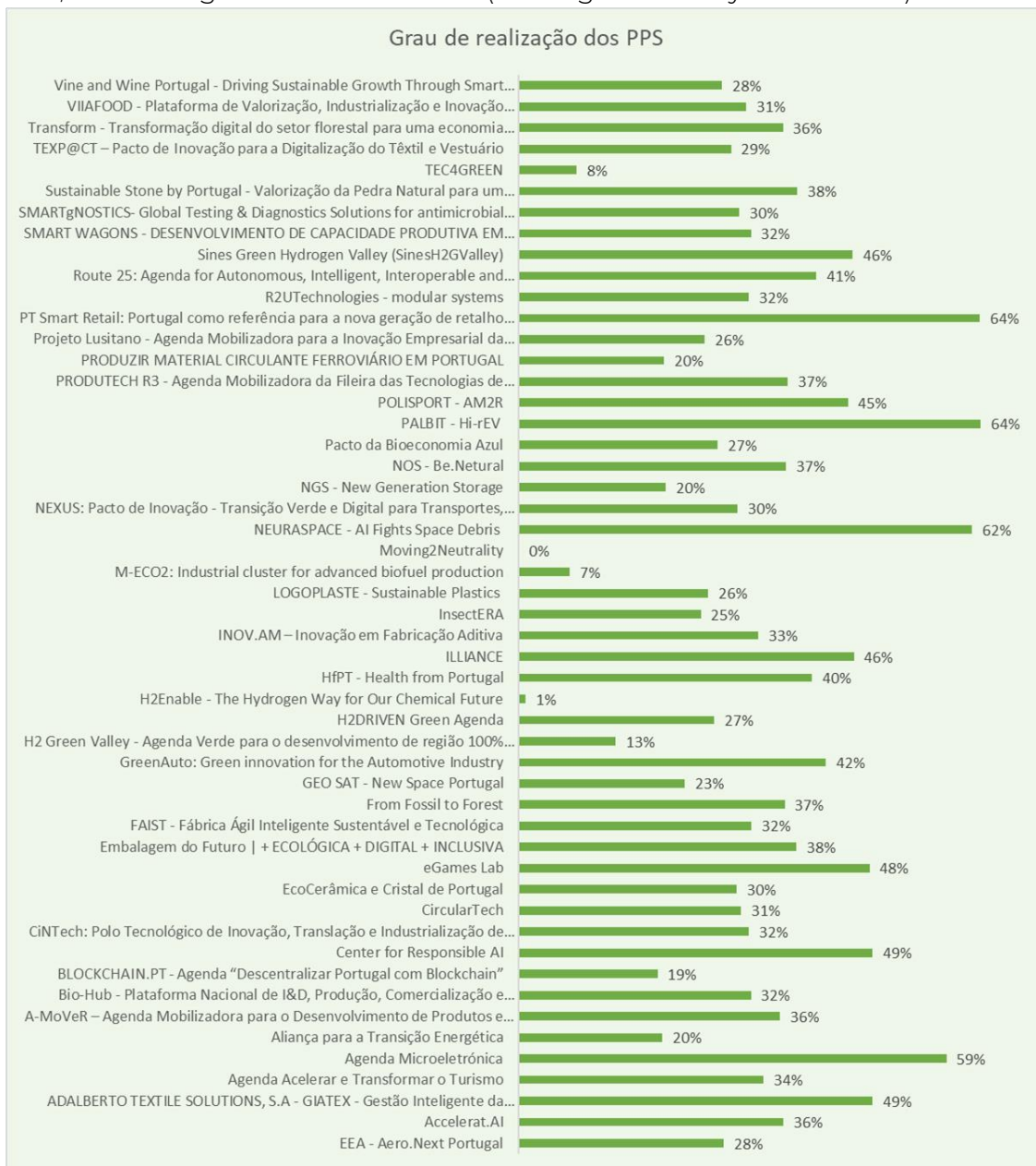


Fonte: IAPMEI

iii. Relativamente ao apuramento físico, o número de Produtos, Processos e Serviços (PPS)⁶⁴ concluídos e reportados, no final do 1º trimestre de 2024, pode

⁶⁴ Produtos, Processos e Serviços, ou PPS, é a métrica utilizada para avaliar as metas com que cada uma das agendas se comprometeu, no âmbito do PRR. De acordo com o seu projeto, cada agenda

ser verificado no quadro seguinte. Da mesma forma, também neste caso seria expectável uma diferenciação entre agendas. No caso da realização física, verifica-se um maior grau de concretização, com 13 agendas a reportar concretização acima dos 40% e com apenas 4 agendas a reportar abaixo de 10%, sendo 2 agendas abaixo de 5% (Moving2Neutrality e H2Enable).



Fonte: IAPMEI

definiu a entrega de determinados ativos (tangíveis ou intangíveis), enquanto resultado dos processos de investimento, I&D e industrialização. Esse reporte vai sendo feito ao longo do tempo, sendo, portanto, os PPS, o culminar da execução física. Em última análise, uma agenda pode executar o seu orçamento a 100%, mas não atingir os objetivos, por não conseguir entregar todos os PPS com que se comprometeu.

Para além do reporte físico e financeiro, apresentam-se as principais notas relacionadas com esta medida, de forma transversal:

- i. Tal como foi dada nota no anterior relatório da CNA-PRR, o IAPMEI criou a figura de gestor de projeto (que engloba uma equipa de apoio), para o acompanhamento específico, visitas de acompanhamento e verificações administrativas. Das reuniões com os beneficiários finais resultou uma indicação unânime de que tem existido uma melhoria nos tempos e respostas dos gestores de projeto, face ao que tinha sido possível apurar para o relatório anterior. No entanto, subsistem muitos reportes de que as respostas são demoradas, especialmente as relacionadas com temas mais complexos, ou no apoio a temáticas relacionadas com alterações no âmbito da agenda, o conflito de interesses, duplo financiamento ou certificação do cumprimento do DNSH;
- ii. De uma forma global, a esta data, a execução física das agendas encontra-se numa fase mais avançada (face ao último relatório da CNA-PRR), com a maioria a revelar protótipos, projetos-piloto ou demonstradores. Em algumas agendas há produtos ou serviços finalizados com alguns casos de industrialização e comercialização em marcha. São também já vários os relatos de construção ou reabilitação de áreas industriais, com inúmeros equipamentos já instalados ou em funcionamento. Verificam-se, no entanto, diferentes velocidades, quer nas diferentes agendas, quer entre os respetivos copromotores, o que pode impactar o desenvolvimento completo dos PPS;
- iii. No evento de Santa Maria da Feira, foram reportados os registos de quase três dezenas de patentes, situações que têm também sido partilhadas ao longo das visitas da CNA-PRR, sendo esta uma questão que entronca no potencial de competitividade das empresas e do país. No entanto, identificou-se em diversos copromotores um alheamento da estratégia de propriedade industrial seguida pelo consórcio (o que pode ser mais preocupante no caso daqueles que têm intervenção em processos de fabrico ou testes).

Apreciação e recomendações

Mantém-se a apreciação desta medida com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em conta o referenciado, quer no relatório anterior, quer neste, quanto à complexidade desta medida.

Como recomendações, reforçam-se as que foram publicadas no anterior relatório:

- i. Monitorizar a aplicação do modelo de acompanhamento, identificando os pontos de melhoria e adotando de forma expedita as medidas que permitam reduzir a burocracia exigida aos líderes de consórcio, que acelerem o ritmo de pagamentos (garantindo a sua fluidez, sem aumento do prazo de pagamentos) e que permitam também melhorar as vias de comunicação entre os consórcios e o IAPMEI;
- ii. Flexibilidade em sede de execução, com definição de limites claros para todas as agendas por parte do IAPMEI, implementando os procedimentos necessários para uma gestão expedita de alterações aos projetos que se revelem necessárias face aos resultados que os mesmos vão alcançando e à evolução do contexto;

iii. Análise entre o Governo, IAPMEI e a EMRP da possibilidade de extensão do prazo de execução das Agendas Mobilizadoras até final do 1º semestre de 2026, atendendo aos atrasos iniciais verificados na implementação, ao aumento dos preços e a atrasos nas cadeias de abastecimento. Na impossibilidade de prorrogar o período de execução dos projetos para além de 31/12/2025, o IAPMEI e os líderes dos consórcios precisam de encontrar formas de incorporar no planeamento das agendas os atrasos verificados na fase de contratualização dos projetos e de pagamento dos adiantamentos e reembolso de despesas, designadamente ao nível das alterações das atividades, garantindo que estas mudanças se processam de forma célere, com indicações claras do que pode ser feito na esfera do termo de aceitação assinado;

iv. Publicação de informação sobre as agendas, nomeadamente, o investimento, financiamento e pagamento efetuados a cada uma (com detalhe de cada parceiro), por concelho e por tipo de entidade (PMEs, empresa não PME, ENESII, outras), bem como informação sobre os PPS comprometidos em cada uma das agendas e a evolução da sua concretização;

v. Criação de um grupo de trabalho/task force que envolva o IAPMEI e outros organismos da Administração Pública, que antecipe as necessidades de licenciamento, alteração e/ou criação de legislação decorrente das inovações geradas em cada consórcio;

vi. Operacionalização do mecanismo de reposição do IVA para as entidades que beneficiam dessa possibilidade.

Como recomendações adicionais:

vii. Reforço das visitas ao terreno e da capacidade de comunicação com as agendas de forma que o modelo de acompanhamento se concentre na execução e nos resultados a alcançar bem como na identificação de riscos e estratégias para a sua mitigação;

viii. Definição de sistema de acompanhamento estratégico das agendas, nomeadamente de novas cadeias de valor que estejam a ser construídas ou de novos setores ou clusters que se começam a evidenciar;

ix. Acompanhamento e potenciação das interligações entre os PPS em desenvolvimento em agendas diferentes, para aumentar as sinergias e o valor acrescentado;

x. Acompanhamento da estratégia de propriedade industrial e da sua sustentabilidade futura e capacidade de retenção em entidades nacionais;

xi. Definição de uma agenda de avaliação de impactos, no pós-PRR, cuja preparação a esta data irá permitir definir indicadores ou recolher dados em fases anteriores;

xii. Avançar desde já com a clarificação e comunicação aos participantes nas agendas sobre a forma de justificar e entregar a certificação de equipamentos no âmbito do DNSH, aquando do término do projeto;

xiii. É essencial garantir que as várias entidades envolvidas nos licenciamentos, desde as autarquias, passando por organismos na área do ambiente ou da coordenação regional, ou a nível regulamentar, atuem de forma coordenada e com um alto nível de cooperação no sentido de se conseguirem, em tempo útil, alcançar os resultados das agendas mobilizadoras.

C05-i02	Missão Interface – renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para o tecido produtivo BI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A. (ANI)
---------	--

Este investimento prevê apoiar 35 Laboratórios Colaborativos (CoLAB), com 96 milhões de euros e 31 Centros de Tecnologia e Inovação (CTI), com 92 milhões de euros⁶⁵.

Este é um financiamento destinado a apoiar o funcionamento das entidades e destina-se essencialmente ao pagamento de recursos humanos, permitindo captar e manter doutorados, mestres ou licenciados.

À data de maio/24, a execução financeira, medida através da entrega dos relatórios e pedidos de pagamento, relativos ao período 2022 e 1º semestre de 2023, rondava os 10%. Tendo em atenção que os reportes são semestrais, esta é uma informação que só será atualizada após a análise dos últimos relatórios submetidos por 61 entidades, relativos ao 2º semestre de 2023, e que deverá acontecer até final de junho/24⁶⁶, com o respetivo pagamento a ser processado imediatamente. Em julho/24 iniciar-se-á um novo período de submissão.

Da informação prestada à CNA-PRR pela ANI, relativamente à pré-análise dos relatórios e pedidos de pagamento submetidos até abril/24, destacam-se as relativamente poucas situações de inconformidade, a serem tratadas de forma casuística. Em termos de recursos humanos foram suportados pela Missão Interface 827, dos quais 24% são doutorados. Foi ainda deixada a nota do risco real de duplo financiamento com que todos têm de lidar, em virtude dos CTI e Colab, naturalmente, estarem envolvidos em vários projetos ao mesmo tempo, bem como algumas dificuldades no recrutamento de doutorados, em determinadas áreas do conhecimento.

Para uma melhor visualização, apresenta-se um quadro resumo, a partir dos dados disponibilizados pela ANI (situação a 13/05/2024):

Programa	Dotação* (M€)	Valores (M€)		Taxa de Execução (Executado/Dotação *100)
		Adiantamento	Executado (2022 e 1º Sem.2023)	
CTI	92,8	25,2	7,6	8,2 %
Colab	96,6	29,2	10,8	11,2 %
Totais	189,4	54,4	18,4	9.7%

* A ANI aprovou o valor de 1,4 M€ em overbooking.

⁶⁵ De notar que a opção por utilizar verbas PRR e não o orçamento do Estado, para financiar 1/3 de financiamento base das instituições de Interface, exige às instituições o cumprimento de regras e procedimentos típicos do financiamento competitivo. Esta exigência não se teria de aplicar no caso de financiamento via orçamento do Estado, como acontece noutros países da UE, o que pode colocar as instituições de interface apoiadas pelo PRR em desvantagem quando concorrem com instituições estrangeiras homólogas.

⁶⁶ Os dados preliminares indicados pela ANI, referem que 61 entidades submeteram relatórios, que incluem 25 M€ de nova despesa submetida, pelo que a taxa de execução deverá ficar na ordem dos 23% e a de pagamentos perto dos 40%, prevendo-se o pagamento de 20.5 milhões,

Nas visitas da CNA-PRR a vários CTI e Colab, existia um receio de atraso nos pagamentos após as submissões de pedidos de pagamento, situação que podia colocar em risco o pagamento de vencimentos. Da conversa tida com a ANI, esse não parece ser um risco associado a este investimento, porquanto o processo de análise e pagamento está estabilizado e pode decorrer em menos de 2 meses, incluindo a fase de alegações. A média de dias para analisar pedidos de pagamento foi de 30 dias, sendo 50 dias o período médio de pagamento (contado desde a data de submissão do pedido).

Dá-se ainda nota da publicação do relatório anual de 2023, relativo à atividade dos CTI e Colabs e que se encontra na página de internet da ANI e que inclui também informação num formato mais visual. Para além deste relato, estão também disponibilizados vários guias de apoio aos beneficiários finais⁶⁷. Estas são publicações que se consideram de extrema importância, devendo a sua atualização ser monitorizada.

No que diz respeito ao cumprimento da meta associada - 500 empresas apoiadas a dezembro/25 - este é um valor largamente ultrapassado, de acordo com a estimativa da ANI, com reporte de mais de 6.000 empresas já apoiadas. É de notar que este apoio às empresas não é direto (visto que isso passaria a estar dentro do regime de auxílios de Estado), mas indireto e fruto da melhoria das capacidades internas de CTI e Colabs para prestação de apoio a empresas. Para além disso, falta ainda a verificação do tipo de apoio que foi prestado a cada uma das empresas, para que estes números possam ser validados.

A ANI criou uma Comissão Estratégica da Missão Interface, externa e independente, constituída por sete elementos, cujo objetivo é produzir uma reflexão estratégica sobre a implementação do programa e o que pode ser melhorado. Serão emitidos dois relatórios, no final de 2024 e no final de 2025, sendo que este último incluirá recomendações para o pós-PRR.

Este investimento não parece apresentar preocupações em termos de execução ou cumprimento de metas, nem em termos de avaliação das perspetivas estratégicas ou pós-PRR. No entanto, há preocupações de outra ordem, que como noutros investimentos, a CNA-PRR tem vindo a alertar, enquanto apreciação sistémica ou de impactos no médio e longo prazo. Deixam-se algumas notas a este propósito:

- i. A carga burocrática e administrativa associada à análise ao duplo financiamento, aos conflitos de interesses ou outras tarefas de pouco valor acrescentado, estão a atrasar a saída das equipas da ANI para as visitas ao terreno, cujo início estava previsto para o final de 2023. Esta deveria ser a componente mais relevante do seu trabalho, pelo que a implementação de processos mais eficazes é imprescindível para libertar os técnicos para tarefas de maior valor acrescentado;
- ii. Diretamente relacionada com a questão anterior, esta impossibilidade de estar no terreno, faz com que tanto CTI como Colabs não possam, em tempo útil, obter toda a informação partilhada por parte dos técnicos da ANI, atrasando a

⁶⁷ Informação disponível em: [CTI - Centros de Tecnologia e Inovação | ANI](#) e [Laboratórios Colaborativos | ANI](#)

- implementação de melhores práticas. Da mesma forma atrasa-se a recolha de informação detalhada sobre cada uma das entidades, num trabalho de identificação das melhores estratégias em implementação e cujo conhecimento será crucial para a definição das futuras estratégias de inovação para o país;
- iii. Em termos de orçamento da ANI associado a este investimento, ao contrário de outros beneficiários intermediários, não foi atribuído financiamento para assistência técnica. Isto implica que, apesar de estar autorizada a contratação de 10 recursos humanos para gestão do PRR, não houve verba atribuída associada. Por esse mesmo motivo, também não haverá verba para a melhoria de processos informáticos ou para ações de capacitação da rede.

Apreciação e recomendações

Mantém-se a apreciação deste investimento como estando **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Mas a estratégia de inovação do país é de extrema importância, pelo que a CNA-PRR deixa as seguintes recomendações:

- i. À tutela, que possa acompanhar com especial atenção a questão do financiamento necessário para que a rede de inovação possa ser devidamente acompanhada e para que as estratégias de capacitação definidas possam ser implementadas em tempo útil;
- ii. Que sejam especialmente acompanhados os CTI e Colabs mais recentes, por serem estruturas mais jovens e cujas fontes de financiamento não estão ainda estabilizadas. Da mesma forma, existem mais 6 Colabs, aprovados e que, apesar de não estarem a ser financiados via PRR, precisam também de atenção especial;
- iii. Que sejam encontrados, em conjunto com a EMRP, a AdC ou outras entidades responsáveis, formas de melhorar os processos de preenchimento, recolha e análise de informação, quer sobre o duplo financiamento (informação que a administração pública já detém), quer sobre conflitos de interesse, melhorando também a interação com a ferramenta ARACHNE;
- iv. Que sejam dadas todas as condições de trabalho à Comissão Estratégica independente constituída, para que possa levar a cabo o seu trabalho até final de 2025. Neste caso, recomenda-se também o acompanhamento da tutela para que as recomendações não se percam em mais um relatório sem consequências, por não estar alinhado com as políticas públicas escolhidas;
- v. Tendo em atenção as várias centenas de contratações de recursos humanos altamente qualificados, muitos deles para territórios de baixa densidade, recomenda-se uma particular atenção por parte da tutela, para a definição atempada do modelo de financiamento público do sistema científico e tecnológico, no pós-PRR, de modo a garantir a sustentabilidade futura dos postos de trabalho.

C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (agendas de I&D) BD e BI- IFAP
---------	---

Estas Agendas de I&D são projetos, desenvolvidos em formato de parceria (entre empresas, instituições do ensino superior e outras entidades) e não em consórcio, como se verifica, por exemplo, no caso das Agendas Mobilizadoras. Há por isso uma maior responsabilidade, exigência e comprometimento dos líderes, relativamente aos parceiros. Esta é uma realidade que levanta desafios para se alcançarem os resultados e a sua transferência ou escalabilidade.

Resumo dos projetos contratos e respetiva execução financeira a maio/24:

Medida	Nº projetos contratados	Montante contratação (M€)	Taxa de execução financeira(%)
Agendas de I&D	180 ¹	47,1	24,3%

1- Para além dos projetos contratados, foram considerados elegíveis (aprovados sem dotação) mais 215 projetos (no valor de 53 milhões de euros).

A CNA-PRR teve oportunidade de visitar alguns projetos em execução, ainda que na sua fase inicial e recolheu informações junto de líderes, parceiros e do próprio IFAP.

Uma das dúvidas que foram levantadas em reuniões da CNA-PRR com promotores no terreno, foi relativa à possibilidade de imputação de recursos humanos próprios, anteriormente contratados, bem como as regras de imputação de novas contratações. Esta é uma questão que se reveste de importância para estes projetos, porque se se recorrer, enquanto regra geral, a recursos humanos anteriormente contratados, se pode colocar em causa o efeito transformador dos projetos e a execução física será mais lenta.

Em reunião com o IFAP, a CNA-PRR questionou sobre estas dúvidas e foi assegurado que são aceites as imputações de recursos humanos que já trabalham nos promotores, bem como de recursos contratados, tal como definido nas candidaturas. Nesse caso são aceites também contratações a tempo parcial, bem como alterações, desde que garantidas as tipologias de qualificação inicialmente indicadas (p.ex. PhD, Mestrado ou licenciatura) e desde que devidamente fundamentadas.

Parece-nos que, tal como verificado noutros investimentos, há a necessidade de aperfeiçoar os modelos de comunicação entre beneficiário intermediário e finais.

Há ainda outros aspetos, de que se dá nota:

- A plataforma de gestão de despesas utilizada é do IFAP e após uma fase inicial em que foi necessário fazer alguns ajustes para melhorar o processo de submissão de despesas, a plataforma aparenta estar operacional;
- Em virtude da figura ser a parceria e não o consórcio, cabe ao líder a validação de todas as despesas, bem como a sua submissão, no caso de parceiros que não se disponibilizem para o fazer (havendo indicação de que essa situação ocorre). Os líderes são responsáveis pelo financiamento, pela gestão do projeto e pela validação de todas as despesas dos parceiros;

- Não são solicitados regularmente, pelo IFAP, relatórios de execução física ou financeira, tendo a última solicitação ocorrido em dezembro/23, sendo que alguns projetos só fizeram essa entrega em maio/24;
- Em junho/2023 foram efetuadas pelo IFAP algumas visitas no terreno, mas não há cronograma nem previsão para próximas visitas;
- Ainda não foram efetuadas ações relativas ao ressarcimento do IVA suportado (nos casos em que se aplica).

Enquanto preocupação com o acompanhamento, a CNA-PRR voltou a manifestar a importância da existência de um modelo formal de acompanhamento, à semelhança do que está criado pelo IAPMEI para as Agendas Mobilizadoras, ou pela ANI para os Colabs e os CTI.

Sem um modelo de acompanhamento deste género, não se conseguirá ter a evidência do que está efetivamente a ser realizado, nem conseguir antecipar e mitigar riscos, nem ultrapassar os constrangimentos, que naturalmente, os líderes e os seus parceiros vão sentindo no dia-a-dia. Apesar da criação de pontos de contacto e de vias de comunicação abertas entre as partes, as visitas ao terreno e o acompanhamento regular, são ferramentas cruciais para se perceber os resultados e os potenciais impactos dos projetos. É também esta a melhor forma de preparar futuros programas de I&D e transferência de conhecimento, na agricultura, setor em que esta prática carece de intensificação.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Reiteram-se as seguintes recomendações, já mencionadas no relatório 1/2023:

- Que seja definido e operacionalizado, auscultando os promotores, o modelo de acompanhamento das Agendas de Inovação;
- Que seja organizado um encontro anual para partilha de resultados e promoção da aprendizagem cruzada entre os vários projetos.

Recomenda-se ainda:

- Que o IFAP possa iniciar a preparação de estudos sobre os resultados e impactos destes projetos, antecipando indicadores necessários para realizar essas análises, no futuro.

C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (polos de inovação) BD e BI- IFAP
---------	--

Este investimento tem como objetivo modernizar a rede de inovação e investigação da agricultura, através da renovação e ou requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações ou centros experimentais, conservação e valorização dos recursos genéticos nacionais (animais e vegetais). Esta rede representa uma estrutura de abrangência territorial, com polos de inovação aptos para a investigação aplicada, desenvolvimento experimental, demonstração e transferência de conhecimento e tecnologia, sob a

coordenação do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV, I. P.)⁶⁸. O património dos Polos da Rede de Inovação, está afeto às CCDR, I. P., ao INIAV, I. P., à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária(DGAV) e à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

Tal como relatado no anterior relatório da CNA-PRR, verificaram-se bastantes atrasos na contratação das obras de requalificação, com o reporte da desadequação dos valores estimados de custos face à realidade e evolução do mercado. As alterações em termos da estrutura de governação e o facto de não estarem previstas verbas para recursos humanos adicionais, terá também tido influência nalguns atrasos.

Após análise pela tutela e Governo à data (XXIII Governo), a decisão foi fazer um reforço de verbas, via fontes de financiamento nacionais, para dar sequência aos investimentos contratados, após a indicação das necessidades identificadas por parte dos polos. Por este motivo, em maio/24 ainda se encontram em preparação e assinatura os novos termos de aceitação, sendo que a meta acordada prevê a finalização das obras até dezembro/2025. Para uma melhor apreciação desta evolução, foi solicitado ao IFAP o ponto de situação de cada uma, mas tal não foi enviado.

Resumo dos projetos contratados, financiamento e execução financeira a maio/24:

Medidas	Nº projetos contratados	Montante financiado via PRR (M€)	Montante financiado via nacional (M€) Portaria 414/2024/2 de 22 de março	Taxa de execução financeira (%)
Polos - rede de Inovação	25	33,6	2,8	12,8%
Polo "cloud"	1	1,5	-	

Apreciação e recomendações

Mantêm-se a apreciação de **PREOCUPANTE** para este investimento. Apesar do reforço de financiamento autorizado, o tempo que vai passando, retira a possibilidade de se poderem ultrapassar situações inesperadas e que, como é normal, acontecem em obras desta natureza (p.ex. necessidade de repetição de concursos, litigância, abandono de obra, etc). O facto da CNA-PRR não ter tido

⁶⁸ O novo contexto de integração das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e de transferência das atribuições e competências para as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, I. P. (CCDR, I. P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, envolveu a transferência dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, incluindo os recursos afetos aos polos que integram a "Rede de Inovação". Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191/2023, de 26 de dezembro, as CCDR, I. P., integram o Conselho de Coordenação Técnico-Científico e o INIAV, I. P., que é a entidade coordenadora da Rede de Inovação.

acesso ao ponto de situação detalhada dos polos, coloca ainda mais incerteza nesta apreciação.

C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (projetos de transformação digital) BD e BI- IFAP
---------	--

Este é um investimento destinado à transformação digital do Ministério da Agricultura, nomeadamente às várias entidades que o compõem (13 à data do PRR) e que detinham sistemas de trabalho e níveis de transição digital muito diferenciados.

O quadro seguinte indica as principais notas sobre esta atividade, dividida em duas fases:

Fase	Objetivo/Atividades	Ponto de situação
1ª	Identificação de necessidades: contratação às empresas consultoras Accenture (identificação) e Deloitte (PMD), cujas conclusões revelaram que, com o montante financeiro disponível não seria possível a transição digital de todas as entidades. Foi identificada como intervenção mais impactante a criação de um Portal do Agricultor (com base na estrutura tecnológica do IFAP), onde todas as entidades irão ter intervenção. Foram identificados 30 portais diferentes, com mais de 600 bases de dados.	Terminada
2ª	Desenvolvimento de Portal Único do Agricultor, que incluirá: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Data lake</i>, para armazenamento e análise de dados; • Portal: que irá permitir aos agricultores terem um único ponto de entrada e com melhorias e simplificação dos registos exigidos; • Cibersegurança; • Fábrica de sistemas: ferramenta de <i>low code</i>, para a criação de formulários rapidamente, por parte dos técnicos das entidades; • Protocolos de interoperabilidade de dados: em preparação e por forma a evitar as submissões duplicadas de documentos ou de informação que a administração pública já tenha (p.ex. eBUPI, IRN, AT) 	Concursos públicos (internacionais) preparados a aguardar validação por parte da tutela do atual Governo
Dotação: 12 M€ Execução financeira 40%		

Do ponto de vista da transição digital e do apoio ao agricultor, identifica-se este investimento como sendo de grande relevância.

A cada dia que passa, há, no entanto, um risco cada vez maior relacionado com a sua implementação. Apesar da indicação otimista do IFAP de que esperam ter a adjudicação do concurso até final de setembro/2024, as possibilidades do concurso ficar deserto ou de existir litigância, não podem ser descartadas.

Há ainda outras questões, para as quais se deixam neste relatório chamadas de atenção:

- Ainda que seja possível a adjudicação em tempo útil, não haverá tempo para preparar grupos de teste com utilizadores internos e utilizadores finais. Estas são situações que preocupam neste tipo de implementações e especialmente em entidades cuja maturidade tecnológica e digital é ainda diminuta;
- Não foi considerada a capacitação interna das equipas do IFAP ou das outras entidades do Ministério da Agricultura. Mais uma vez, estas são situações que devem ser acauteladas, para que a transformação digital tecnológica seja acompanhada pelos recursos humanos internos, não se desperdiçando oportunidades e garantindo a capacidade de operação futura.

Apreciação e recomendações

Tendo em conta o passar do tempo, sem que o respetivo concurso público tenha sido lançado e todos os riscos associados, agrava-se este investimento para **PREOCUPANTE**.

Mantêm-se as recomendações do anterior relatório:

- i. Que seja concedida autorização para contratação dos recursos humanos internos necessários ao acompanhamento do processo de preparação de transição digital;
- ii. Que seja definido um plano de formação para os trabalhadores conseguirem apropriar-se das novas ferramentas e processos de trabalho.

Recomenda-se ainda:

- iii. Que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos;
- iv. Por experiências várias por demais conhecidas, é também necessário um contacto atempado com todas as entidades públicas, que irão intervir no processo de interoperabilidade;
- v. Que sejam envolvidos os utilizadores (agricultores, organismos de apoio, consultores), nas fases de desenho e implementação, para garantir que o portal vai responder às suas efetivas necessidades;
- vi. Seja efetuada desde já, junto da EMRP e da Comissão Europeia, a identificação clara de qual a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de maturidade do portal e das respetivas funcionalidades.

C05-i06	Capitalização de empresas e resiliência financeira BI - Banco Português de Fomento (BPF)
---------	---

Foi criado o Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR)⁶⁹, no âmbito do Banco Português de Fomento, com várias linhas de financiamento, com condições distintas, com o objetivo de apoiar a capitalização do tecido empresarial e a minimização de falhas de mercado no acesso a financiamento. Para além de linhas destinadas a coinvestimento com intermediários financeiros, outras existem para

⁶⁹ O Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR), foi criado em julho de 2021 através do Decreto-Lei n.º 63/2021, com a redação atualmente em vigor, englobando o Programa Consolidar, Programa de Recapitalização Estratégica, Programa de Venture Capital e Programa Deal-by-Deal

financiamento direto às empresas, em soluções de capital e quase capital⁷⁰. Apesar de, para as metas PRR, apenas contarem investimentos realizados em empresas portuguesas, podem ser apoiadas empresas estrangeiras, pelos intermediários financeiros selecionados pelo BPF, desde que sejam mobilizados os fundos privados dessas sociedades.

Têm sido procuradas outras soluções adicionais, nomeadamente para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira⁷¹ e têm sido efetuadas algumas alterações aos programas (nomeadamente em termos de dotação). A este propósito, destaca-se a operacionalização do Capital Participativo Açores, embora ainda sem contratos assinados.

Apresenta-se o ponto de situação por cada um dos programas, de acordo com as informações à data da última reunião com o BPF, em 15/04/24, bem como às respetivas datas de publicitação no website do BPF.

Programa de Venture Capital⁷² com uma dotação de 400 M€, é um instrumento indireto a que concorrem intermediários financeiros (Sociedades de Capital de Risco ou Sociedades Gestoras de Capital de Risco). A dimensão mínima de cada fundo de capital de risco é de 20 M€ e a participação máxima do FdCR é de 70% (entre 10-35 M€).

A 28/03/24 eram 17 as sociedades gestoras com contratos assinados, tendo sido registadas 2 desistências, o que perfazia um valor de investimento FdCR de 342,05 M€. À data de 12/04/24, foi publicitado o investimento em 2 empresas (beneficiários finais), no montante de 1,16 M€ de investimento FdCR.

Por ser um investimento indireto, houve muito tempo necessário para a negociação e contratação com os intermediários financeiros (cujos pedidos de credenciação podem ser demorados). Cada um destes precisou depois de fazer o seu trabalho de *due diligence* para comunicar, encontrar, avaliar e negociar as empresas adequadas para investimento. É por isso um investimento que tem demorado algum tempo a descolar, embora em conversas tidas pela CNA-PRR com intermediários financeiros, a menção é de que este é um programa importante e necessário para o panorama financeiro português, sendo, no entanto, necessário aumentar as relações de confiança entre os vários atores, num setor que é muito marcado pelo individualismo e competição dos intervenientes (intermediários e empresas finais).

Programa de Coinvestimento Deal by Deal⁷³ com uma dotação de 200 M€, é um instrumento gerido diretamente pelo BPF, em coinvestimento com investidores

⁷⁰ Soluções de capital: os investidores adquirem uma participação na empresa, assumindo riscos e lucros, recebem direitos de voto e dividendos, sendo mais adequado para empresas em crescimento que procuram capital significativo e estão dispostas a ceder parte do controle.

Soluções de quase capital: são instrumentos híbridos entre dívida e capital próprio, com menor risco para os investidores que o capital puro, sendo mais adequados para empresas que precisam de capitalização, mas desejam manter o controle acionário.

⁷¹ Apesar do relatório da CNA-PRR não incidir sobre as Regiões Autónomas, em virtude de cada região ter criado a sua própria Comissão de Acompanhamento Regional, o PRR abrange todo o território nacional e é uno em termos de metas e marcos alcançados.

⁷² Informação detalhada em [Programa de Venture Capital - Banco Português de Fomento \(bpfomento.pt\)](https://bpfomento.pt)

⁷³ Informação detalhada em [Programa de Coinvestimento Deal-by-Deal - Banco Português de Fomento \(bpfomento.pt\)](https://bpfomento.pt)

privados (máximo de 50 M€ alocado pelo FdCR a cada coinvestidor) e destinado a empresas não financeiras.

O BPF reportou no seu website, à data de 10/05/24, 2 operações aprovadas, num montante total de investimento FdCR de 12,39 M€, sendo apenas uma contratualizada.

O tempo que uma operação demora, entre a entrega de toda a documentação e aprovação pode ir até 11 meses, num processo de análise complexo e que envolve pedidos e respostas, sendo comparável, não a um processo de pedido de crédito comercial, mas sim de investimento em capital de risco (tendo em conta a natureza do investimento).

Programa de Recapitalização Estratégica⁷⁴, com dotação de 200 M€⁷⁵, destina-se a empresas não financeiras (com sede em Portugal), com o objetivo de colmatar e reduzir o seu défice estrutural de capitalização e estimular o crescimento sustentável de longo prazo (duração do instrumento pode ir até 10 anos).

A informação recolhida a 16/05/24 indica a existência de 13 empresas investidas e mais 4 aprovadas (em fase de contratação). No total estas 17 empresas envolvem um investimento FdCR de 126,3 M€⁷⁶. Neste programa a Efacec representa a maior fatia, com 50 M€ de investimento, dos quais 35 M€ provêm do FdCR.

Programa Consolidar⁷⁷, com dotação de 500 M€, destina-se a apoiar a subscrição de fundos de capital de risco para investimento em PME e Mid Caps, através de intermediários financeiros. A dimensão mínima de cada fundo de capital de risco é de 40 M€ e o investimento do FdCR situar-se-á entre os 10-50 M€.

A última publicitação relativa a este programa é de 31/12/23 e reporta 11 intermediários financeiros com operações contratadas, num total de investimento FdCR de 438,8 M€.

No que diz respeito a empresas não financeiras (os beneficiários finais), a informação pública a 10/05/24 é de 13 empresas com sede em Portugal, com investimento FdCR no valor de 46,3 M€.

Também aqui se verifica idêntica necessidade de tempo ao verificado no caso do Programa de Venture Capital, para avaliação, negociação e contratação com os intermediários financeiros, que depois precisam de fazer o seu trabalho de *due diligence* para comunicar, encontrar, avaliar e negociar as empresas adequadas para investimento.

Programa Capital Participativo Açores I, com dotação de 20 M€, destinado a capitalizar empresas com sede nos Açores. Embora os investimentos das Regiões Autónomas não sejam objeto de apreciação neste relatório da CNA-PRR, faz-se aqui um apontamento, em virtude deste programa ter algumas características inovadoras e que faz sentido avaliar para uma eventual replicação (ou não), para todo o território. A adesão a este programa ainda é incipiente e não permite tirar conclusões. Apesar de ter condições atrativas e ser disponibilizado através de

⁷⁴ Informação detalhada em [Programa de Recapitalização Estratégica - Banco Português de Fomento \(bpfomento.pt\)](https://bpfomento.pt)

⁷⁵ O que permitiu reforçar, nesse montante, a dotação do programa de Venture Capital

⁷⁶ No final de maio/24, vieram a público declarações dos responsáveis da Riopele, mencionando a desistência da sua operação aprovada. Notícia em: [Riopele desiste do Programa de Recapitalização do Banco de Fomento – ECO \(sapo.pt\)](https://sapo.pt)

⁷⁷ Informação detalhada em [Programa Consolidar - Banco Português de Fomento \(bpfomento.pt\)](https://bpfomento.pt).

protocolos com a banca comercial, as candidaturas não estão a acontecer, pelo que será necessário amadurecer e obter maior detalhe sobre as razões de tal situação. Este instrumento está a ser utilizado como ponto de partida para instrumentos financeiros na Região Autónoma da Madeira.

Novos fundos: podem ser criados fundos, que ficam dependentes da validação da EMRP e da transferência financeira por parte do IAPMEI. A informação prestada à CNA-PRR é de que há uma proposta de um novo fundo de 300 M€ a aguardar resposta do IAPMEI após validação da EMRP, havendo ainda a dúvida sobre se será também necessária a autorização da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o que pode atrasar a sua implementação.

Para uma melhor visualização, apresenta-se o seguinte quadro resumo:

Programa	Dotação (M€)	Contratado a intermediários financeiros (M€)		Contratado a empresas não financeiras (M€)		Aprovações ainda não contratadas a empresas não financeiras
		Valor FdCR	Nº de intermediários	Valor FdCR	Nº de empresas	Nº de empresas/M€
Venture Capital	400	313,75	14	18,07	10	-
Deal by deal	200	n.a.	n.a.	12,39	2	3 20,44 M€
Recapitalização Estratégica	200	n.a.	n.a.	84,69	13	2 5,74 M€
Consolidar	500	438,8	11	74,87	21	-
Totais	1.300	780,85	28	162,46	32	

n.a.- não aplicável

Dados de acordo com publicitação no website do BPF, consultado a 15/07/2024

Estes têm sido investimentos que causaram muita preocupação na apreciação no último relatório da CNA-PRR, devido aos vários incidentes e demoras, quer por atrasos na capitalização por parte do IAPMEI, quer por necessidade de alteração da equipa de gestão de topo do BPF e posteriormente de várias das equipas internas, com o respetivo reforço. Após a reunião com o BPF, foi tornada pública a saída de mais um administrador, o que volta a colocar pressão sobre a estabilidade da equipa.

A atividade bancária pauta-se pela confiança que dá e recebe do mercado e tanto intermediários financeiros, como empresas, precisam da estabilidade e confiança no BPF para avançarem com os seus projetos, que, no caso de investimento, são de médio e longo prazo. Este é por isso, um dos investimentos PRR que não termina no final do programa, pelo que as condições de continuidade têm de ser garantidas por todos os intervenientes. A celebração de protocolos com instituições financeiras reveste-se também de grande importância, quer para o reforço da confiança, como da disseminação.

A comunicação dos instrumentos à disposição dos intermediários financeiros e das empresas foi também um elemento que causou alguma turbulência nos

momentos iniciais. Foi preciso criar uma figura, que a direção do BFP encontrou no Roadshow, que já levou a quase todas as regiões do país e através do qual se tem associado a outras entidades (p.ex. associações empresariais, Startup Portugal ou incubadoras de empresas). É preciso por isso continuar este trabalho de disseminação e contribuição para aumentar a literacia financeira das empresas e construir um capital de confiança, para além da atribuição de capital financeiro. Os processos de avaliação de *governance* e de *due dilligence*, bastante conhecidos no setor do capital de risco, nem sempre são conhecidos pelas empresas não financeiras e especialmente por PME ou MidCaps destinatárias e que precisam destes financiamentos. Foram reportadas situações de desconhecimento por parte das empresas sobre os documentos obrigatórios para entrega em processos desta natureza, os rácios mínimos necessários ou outras situações básicas.

No que diz respeito à transparência e publicação de resultados, o BPF melhorou significativamente essas ações, passando a constar do seu website as listagens atualizadas das aprovações e contratações, quer dos intermediários financeiros, quer dos beneficiários finais.

Regista-se ainda como positiva a nota que a administração deixou na reunião com a CNA-PRR, de que está a ser preparado um portal digital para permitir gerir de forma centralizada, mais transparente e célere os processos, aguardando-se os próximos passos.

No que diz respeito ao modelo de acompanhamento, que o BFP tem em vigor, é constituído por vários formatos:

- i. Ida ao terreno, às empresas, para avaliar em 1ª mão a evolução do investimento e das projeções económico-financeiras. Este é um trabalho efetuado pela equipa interna do BPF, que é também muitas vezes responsável pela fase de *due dilligence* e processo de análise e contratação;
- ii. Análise de risco/rating, enquanto camada adicional, verificando inputs, projeções que a análise de negócio fez e confrontando com o *business plan* aprovado;
- iii. Monitorizações de pagamento de juros e capital, quanto ao timing e à evidência de dificuldades;
- iv. Foi ainda criada uma figura de observador independente⁷⁸ dos conselhos de administração das empresas (em regime de prestação de serviços), que reportam posteriormente ao BFP, para que este consiga ter mais uma forma de acompanhamento e informação de confiança.

⁷⁸ Este foi um processo que iniciou em 2023, com o contacto direto a 4 Universidades, tendo sido efetuado um primeiro contrato por ajuste direto com a Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, por ter sido a única a responder, correspondendo esta contratação ao projeto-piloto. Os contactos continuaram e irão avançar com novas contratações, após abertura de concurso. De acordo com o BPF esta necessidade deve-se ao facto das equipas internas serem pequenas, participando também nas avaliações, pelo que esta figura de observador independente garantirá mais uma camada de informação, que vai para lá do normal acompanhamento já definido e que continuará, permitindo ao BPF solicitar informações detalhadas sobre determinadas situações ou acionar o seu direito de veto, se assim entender. Deverá ser feita uma avaliação desta experiência piloto, para que se possa perceber a mais-valia da presença destes elementos.

Apreciação e recomendações

Com o passar dos meses podem observar-se alterações positivas no âmbito deste investimento, embora pesem ainda os atrasos iniciais, que o prazo adicional conseguido na reprogramação apenas consegue mitigar em parte. Damos boa nota da publicitação das empresas apoiadas, contribuindo assim para mais transparência, embora a pontuação obtida por cada beneficiário com projeto aprovado seja apenas visível no Portal Mais Transparência e não no website do BPF. É expectável que após a implementação de circuitos de comunicação e disseminação, os resultados apareçam com maior velocidade, mas há ainda muita incerteza quanto ao interesse das empresas e a capacidade de atração dos programas. Há o reconhecimento de que foram criadas altas expectativas sobre estes programas, no início do PRR, que precisam de ser niveladas com as ações de comunicação e o aumento da literacia financeira.

Mantem-se por isso como **PREOCUPANTE** este investimento.

Recomenda-se:

i. Que se mantenham e reforcem todas as medidas tomadas pelo BPF, com especial atenção para a comunicação com os intermediários financeiros e com as empresas em processos de avaliação e a disseminação dos programas em todo o território nacional.

ii. Que se desenvolvam iniciativas adicionais para reforço da literacia financeira junto das empresas, de instrumentos financeiros de capital e quase capital, em articulação com as associações empresariais e instituições de ensino superior, essencial para que as empresas possam ter mais conhecimento e confiança nos mesmos;

iii. Que sejam publicadas todas as informações não confidenciais, relativas à avaliação das operações financeiras, nomeadamente as pontuações atribuídas, a exemplo do que outras entidades já fazem e em nome da transparência.

Recomenda-se ainda, quer ao IAPMEI, quer ao Governo, especialmente às tutelas da Economia e das Finanças, que sejam avaliadas as necessidades de autorizações de transferência de tesouraria para operacionalizar os novos fundos. Releva-se também a importância de que sejam acautelados estudos relativos aos impactos de cada fundo, quer no âmbito da atuação dos intermediários financeiros, quer das empresas beneficiárias finais.

Componente C16 |Empresas 4.0

C16-i02.02	Transição Digital das Empresas (vales para incubadoras e vouchers para startups) BI – IAPMEI gestão atribuída à Associação Startup Portugal (Startup Portugal)
------------	---

Vouchers para startups e vales para incubadoras

A execução deste investimento sofreu vários atrasos, identificando-se também vários estrangulamentos operacionais:

- As metas acordadas com a Comissão Europeia foram identificadas como irrealizáveis (400 vales para incubadoras e 3.000 startups apoiadas com vouchers). Em reprogramação foi possível a alteração e a meta dos vales passou para 100, tendo a meta dos vouchers para startups sido integrada numa meta de 8.600 empresas apoiadas, em conjunto com a Internacionalização Via E-Commerce, Coaching 4.0 e Vales para Incubadoras;
- Inicialmente na alçada do IAPMEI, a competência de gestão do investimento foi transferida, em 2022, para a Associação Startup Portugal. Este foi, no entanto, um processo bastante demorado, que levou ao atraso no lançamento dos primeiros concursos;
- Apesar dessa transferência de competências, a plataforma informática escolhida foi externa à Startup Portugal. Por impossibilidade de resposta de um só organismo, foi decidida a utilização de plataforma do IAPMEI para uma fase do processo e do COMPETE para outra fase;
- O 1º aviso de vouchers foi aberto em 03/11/22, fechou a 17/02/23, sendo os primeiros resultados comunicados a 10/09/23, seguindo-se ainda a fase de audiências prévias. A principal razão comunicada para este atraso foi a impossibilidade de utilização de plataforma informática;
- O 1º aviso de vales de incubadoras foi aberto em 23/01/23, tendo fechado a 10/03/23, sendo os primeiros resultados comunicados a 10/09/2023, seguindo-se ainda a fase de audiências prévias;
- O regime aplicável a startups e scaleups, incluindo a definição de ambos os conceitos legais, foi publicado a 25/05/2023, através da Lei nº21/2023. O processo de reconhecimento de startups e scaleups ficou atribuído à Startup Portugal;
- Nos avisos de vouchers e vales foram utilizadas definições latas, quer de startups quer de incubadoras.

Tal como a CNA-PRR mencionou no seu relatório 1/2023, estes atrasos “*dificultam a adoção de uma estratégia por parte das startups que se candidataram e que aguardam esta decisão para avançar com investimentos*”, tal é tanto mais preocupante, quanto se espera que as startups sejam empresas ágeis, rápidas e dinâmicas, características difíceis de alcançar com os tempos das respostas identificadas nesta tipologia de investimento, tempos esses não relacionados com qualquer processo de *compliance* ou avaliação de candidaturas.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo, relativo aos avisos para vouchers para startups, cujos avisos fecharam quando atingida a dotação disponibilizada, numa lógica de atribuição por data de candidatura:

Avisos	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Candidaturas com pagamento (adiantamento)	Pagamento efetuado (M€)
1º aviso vouchers (fecho a 17/02/23)	1.502	739, das quais 678 submeteram TA e 584 validadas	525	2,6
2º aviso vouchers	3.499	Análise em curso	-	-

(fecho a 01/02/2024)				
Dotação vouchers	90 milhões de euros			

Fonte: informação IAPMEI, referente a 20/05/24

No quadro seguinte apresenta-se um resumo, relativo aos avisos para vales para incubadoras, cujos avisos fecharam quando atingida a dotação disponibilizada, numa lógica de atribuição por data de candidatura:

Avisos	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Candidaturas com pagamento (adiantamento)	Pagamento efetuado (M€)
1º aviso vales (fecho a 10/03/23)	95	63 (52 validadas, 9 em validação)	46	1,6
2º aviso de vales (fecho a 22/12/23, com um fecho e reabertura pelo meio)	262	Análise em curso	-	-
Dotação vales	20 milhões de euros			

Fonte: informação IAPMEI, referente a 20/05/24

De acordo com as informações obtidas junto da Startup Portugal, em maio de 2024, apesar dos esforços de todos os envolvidos, perspetivam-se atrasos nesta medida, no que diz respeito quer à avaliação das candidaturas, quer aos pagamentos. Esta não é, no entanto, uma situação única no que diz respeito à utilização das plataformas informáticas (ver a esse respeito a recomendação na Parte A do relatório da CNA-PRR) e que está a causar estrangulamentos em vários investimentos, levando muitas empresas a adiar, alterar ou abandonar investimentos. É já óbvio para a CNA-PRR que esta não é uma situação possível de resolver com a boa vontade das pessoas envolvidas em cada uma das entidades, sendo insustentável suportar candidaturas, gestão e acompanhamento de projetos ou circuitos de pagamento, desta forma.

Na conversa tida com a Startup Portugal foi ainda abordada uma outra situação preocupante e relacionada com a literacia dos candidatos, quer aos vouchers, quer aos vales. Embora as análises dos 2ºs avisos ainda não estejam completas, são preocupantes algumas das razões apontadas para reprovação em fase de candidatura ou de contratação, bem como as demoras nas entregas de documentação:

- Empresas (incluindo consultoras) que se candidatam a vales de incubação, sem serem incubadoras;
- Empresas que não cumprem situações definidas claramente no aviso (p.ex. empresas em dificuldade);
- Empresas que efetuam preenchimento de candidaturas, sem a respetiva submissão, considerando ter terminado o processo;

- Empresas que submetem termos de aceitação sem os respetivos documentos obrigatórios.

A falta de literacia em submissão e gestão de projetos, na área empresarial é também uma situação que a CNA-PRR tem vindo a encontrar noutras medidas destinadas a este público-alvo, pelo que só com um trabalho de divulgação, disseminação e informação, se poderão ter empresas mais esclarecidas. A este propósito, a CNA-PRR deixou diversos contributos no seu relatório de 2022⁷⁹, sendo também esta temática objeto de recomendação na parte A deste relatório.

Quanto à certificação de incubadoras, situação que está prevista no âmbito da Rede Nacional de Incubadoras, cabe também à Startup Portugal esta atividade. A informação prestada foi de que existe uma comissão criada de 14 incubadoras experientes que são chamadas a fazer a apreciação. Devido a este trabalho, das cerca de 170 registadas, foi retirada a certificação a cerca de 40, num processo de avaliação anual.

Este é um trabalho que a CNA-PRR considera de extrema importância para o amadurecimento do ecossistema empreendedor em Portugal, recomendando-se o reforço do trabalho conjunto da Startup Portugal com as incubadoras, de modo a reforçar laços e criar condições para o apuramento de resultados e impactos dos financiamentos PRR nos diversos territórios. Estes serão contributos muito importantes para a identificação das melhores práticas de políticas públicas de investimento no empreendedorismo e para a sua continuidade futura. Mais uma vez se deixa a nota da importância de trabalhar programas robustos e continuados no tempo, de literacia financeira, de preparação de candidaturas, gestão de projetos ou outros relacionados, dirigidos às incubadoras, para que estas possam ser elementos disseminadores junto das startups, contribuindo para um ecossistema mais preparado.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Os repetidos atrasos mencionados, têm colocado um desgaste nas empresas concorrentes, nas equipas de gestão das entidades intermediárias e nas equipas de apoio informático. Apesar da reprogramação ter repercussões positivas ao nível da pressão sobre as metas, o foco das equipas deveria estar no acompanhamento das startups e incubadoras e na sua avaliação, enquanto base para futuros programas de empreendedorismo e promoção de políticas públicas nesta área.

Recomenda-se que seja efetuada uma séria avaliação às capacidades de apoio externo à Startup Portugal, por parte do IAPMEI e COMPETE, com reforço das mesmas, para que possam ser ultrapassados os atrasos e ineficiências.

Recomenda-se ainda que:

i. Nos vouchers e vales, sejam dadas prioridades a pagamentos finais a empresas cumpridoras e que sejam aceleradas as avaliações e comunicação de resultados;

⁷⁹ Ver relatório de 2022, pag.95-98. Disponível em: [Relatorio-global-A-B-vfinal.pdf \(cnaprr.pt\)](#)

ii. Que sejam publicitadas as listas de candidaturas de startups e incubadoras aprovadas, com as respetivas avaliações, de acordo com regras de transparência. Reforçam-se as diversas notas e recomendações deixadas nos relatórios da CNA-PRR de 2022 e 2023.

C16-i02.02	Transição Digital das Empresas (reforço da estrutura nacional do empreendedorismo) e (Consórcio Startup Portugal & ESNA) BI – IAPMEI gestão atribuída à Associação Startup Portuga (Startup Portugal)
------------	--

Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo- Startup Portugal

Este investimento prevê o reforço e financiamento da equipa de gestão e operacional da Startup Portugal, no valor de 7,5 milhões de euros e as regras foram definidas na orientação técnica nº 06/C16-i02/2022, de 06/07/2022.

A Startup Portugal tem a figura jurídica de associação de direito privado, detendo o Estado uma posição maioritária.

Nesta orientação técnica foi definido como objetivo principal a capacitação desta estrutura, sendo-lhe reconhecido o facto de ser a entidade exclusivamente dedicada ao ecossistema empreendedor nacional e com poderes de implementação de políticas públicas definidas pela área Governativa da Economia.

No âmbito deste financiamento foi atribuída a missão de liderar a agenda do empreendedorismo e da implementação dos respetivos planos de ação. Para além da execução de avisos e implementação dos vales para incubadoras e vouchers para startups ficou ainda definida a criação de uma plataforma, a ficar disponível para todo o ecossistema, incluindo o mapeamento de startups nacionais e a disponibilização de informações diversas sobre o ecossistema.

A meta associada, em termos de PRR, diz respeito ao mapeamento de 5.000 startups no ecossistema português.

Enquanto não existe uma plataforma adequada para o mapeamento, está a ser utilizada a Dealroom, cujo redimensionamento e atualização foi inicialmente pensado como uma possibilidade para futuro. A ideia foi colocada de parte, devido à fonte de dados, que não é considerada a mais adequada e que é baseada em notícias e sem possibilidade de ligar a fontes fidedignas nacionais. A melhor estratégia encontrada, foi criar uma nova plataforma informática online, que permita mapear o ecossistema de empreendedorismo nacional bem como fazer a sua divulgação. O processo de contratação pública de empresa para efetuar este trabalho foi demorado, com o primeiro concurso público aberto a não ter resultados. A esta data a informação é de que houve adjudicação, num processo que se espera terminado em julho de 2025.

Com a nova plataforma, o objetivo é conseguir ter o mapeamento do ecossistema certificado e complementando com outras fontes, tal como o Instituto de Registos e Notariado.

Para a meta de mapeamento estão a ser utilizados os dados da Dealroom e mais recentemente da empresa Dun & Bradstreet, que mapeou cerca de 4.000 startups.

Devido às fontes de dados utilizadas e tendo em atenção que houve uma definição de startups e scaleups em 25/05/2023 (Lei nº21/2023), os números apurados não podem ainda ser considerados demonstrativos e apenas exemplificativos. Será necessário aguardar pela finalização da plataforma informática e pela respetiva regulação e definição de fontes de dados.

Tal como mencionado para o caso dos vales e vouchers, também neste caso houve um atraso na passagem de competências do IAPMEI para a Startup Portugal, levando a que só a partir de novembro de 2023 o contrato tenha sido assinado e as transferências financeiras efetuadas (embora ainda somente o adiantamento).

Estes atrasos financeiros levam a que as entidades tenham de ajustar as suas atividades (diminuindo as mesmas ao mínimo), o que compromete a qualidade e a abrangência das mesmas. Num programa baseado em resultados, como o PRR e em execuções que precisam de processos de contratação pública, os tempos são cruciais e não são compatíveis com este tipo de atrasos. Compromete-se por isso a qualidade e abrangência dos resultados, o que não é aceitável, para uma estrutura que se definiu como exclusivamente dedicada ao ecossistema empreendedor nacional.

A CNA-PRR acompanhará estes desenvolvimentos em futuras reuniões.

Reforço da Estrutura Nacional para o Empreendedorismo - Consórcio Startup Portugal & ESNA

Na sequência da Orientação Técnica n.º 06/C16-i02/2022 (06/07/2022) e do contrato de financiamento celebrado entre o IAPMEI e a Startup Portugal (21/07/2022) foi previsto que, após a celebração de contrato de consórcio entre a Startup Portugal e a ESNA (que ocorreu a 28/07/2023), esta última entidade passaria também a ser beneficiário final, seguindo as condições de elegibilidade determinadas na referida Orientação Técnica.

A ESNA tem a figura jurídica de associação privada sem fins lucrativos. A sua criação ocorreu durante a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, enquanto ato consagrado com a participação de 26 Estados-Membros e da Islândia. Nessa data Portugal assumiu o financiamento até 2025 (prazo que coincide com a prova de conceito da estrutura). O financiamento inicial de 1 M€, foi assegurado pelo Horizonte Europa e termina em junho/24. Após 2025, o financiamento da ESNA deverá ser equitativo entre todos os Estados participantes da ESNA. Em termos de governança, esta entidade tem um *Presidency Board*, que é rotativo, de acordo com a Presidência da União Europeia, sendo este *Board* que nomeia a Direção Executiva, a cada 2 anos.

O valor financeiro deste investimento é de 7,5 M€ e prevê o financiamento do estabelecimento em Portugal da ESNA, de acordo com as atividades previstas no contrato de consórcio, cujo quadro resumo se apresenta:

Objetivo	Atividades	Entidade responsável
Consolidação dos <i>Startup Nations Standards</i> da UE	Desenvolvimento de uma metodologia de suporte (Help-Desk e instalações físicas) para a rede de pontos focais	ESNA/Startup Portugal
Disponibilização de uma plataforma digital de dados do ecossistema de empreendedorismo para todos os parceiros da ESNA	Desenvolvimento de plataforma	ESNA
Consolidação do Ecossistema de trabalho em rede dos parceiros da ESNA	Catálogo de melhores práticas; disseminação de políticas públicas; plataforma <i>tech talent</i> ; advisory board	ESNA
Marketing, comunicação e disseminação	Plano de comunicação; participação em eventos; fórum anual	ESNA/Startup Portugal
Operação geral	Recursos humanos; equipamento tecnológico	ESNA

A grande missão é promover e dar resposta aos oito Startup Nation Standards⁸⁰ que foram consolidados no âmbito do projeto financiado pelo Horizonte Europa e cuja ambição é posicionar a Europa na liderança do ecossistema global de startups.

A estrutura definida para a ESNA é de 18 pessoas, mas devido aos atrasos na assinatura dos contratos, em 2023 trabalharam apenas 3 pessoas, estando a equipa a ser robustecida desde janeiro/24, contando agora com 11 pessoas.

Apesar da importância que se assume ter sido dada pelo apoio de Portugal a esta entidade e o seu financiamento via PRR, não é claro para a CNA-PRR qual a meta a evidenciar junto da Comissão Europeia, uma vez que a meta relacionada, tendo em conta a definição da orientação técnica, é o mapeamento de startups portuguesas.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Os repetidos atrasos mencionados colocam em causa os resultados e as metas e têm colocado um desgaste nas equipas, quer da Startup Portugal, quer da ESNA.

Recomenda-se que:

i. Na plataforma de mapeamento de startups nacionais, que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos. Por experiências várias por demais conhecidas, é também necessário um contacto atempado com todas as entidades públicas, que irão intervir no processo de certificação de acessos ou ligação de bases de dados, tal como o IRN ou a AMA;

⁸⁰ O relatório de 2023 e o detalhe dos oito standards pode ser consultado em: [SNS Report 2023 \(esnalliance.eu\)](https://esnalliance.eu)

- ii. Seja reavaliada, pelo IAPMEI, a possibilidade de serem considerados custos indiretos neste financiamento, republicando a respetiva orientação técnica, considerando-se esta uma forma de colocar a Startup Portugal e a ESNA ao mesmo nível de outras entidades, para as quais esta figura está definida e de tornar menos onerosos os procedimentos administrativos.
- iii. Seja efetuada desde já, junto da EMRP e da Comissão Europeia, a identificação clara de qual a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de fontes de dados e tipologia de empresas mapeadas.
- iv. Que seja efetuado um acompanhamento deste investimento e das condições dadas à ESNA e à Startup Portugal, ao nível da tutela, tendo em atenção a necessidade de integração de visões dos vários parceiros europeus e sendo este um investimento que implementa políticas públicas nacionais e europeias. Nesse sentido recomenda-se a preparação, com carácter de urgência, de um concreto modelo de acompanhamento e de avaliação de impactos.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES*
COMISSÃO ESPECIALIZADA ECONOMIA E EMPRESAS

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da CEEE⁸¹

20/09/2023- Presença no 1º encontro anual de agendas mobilizadoras e verdes, em Leiria, para acompanhamento da (C05-i01.01/02 Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

23/10/2023- Reunião com a empresa CREST Capital, enquanto exemplo de intermediário financeiro, para acompanhamento da C05-i06 (Capitalização de empresas e resiliência financeira)

26/10/2023- Reunião com o CITIN - Centro de Interface Tecnológico Industrial, em Arcos de Valdevez, para acompanhamento da C05-i02 (Missão Interface)

26/10/2023- Reunião e visita à empresa Tintex, em Vila Nova de Cerveira, para acompanhamento da (C05-i01.01/02 Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

26/10/2023- Reunião e visita à empresa ZF safe life, em Ponte de Lima, para acompanhamento da (C05-i01.01/02 Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

26/10/2023- Reunião com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, em Viana do Castelo, para acompanhamento da (C05-i01.01/02 Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial) e da C05-i03 (Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria)

26/10/2023- Reunião e visita à empresa Portilame, em Viana do Castelo, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

26/10/2023- Reunião com o Instituto Politécnico de Beja, em Beja, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

14/11/2023- Reunião e visita à empresa Hijify, na Vidigueira, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

28/11/2023- Participação e intervenção do Presidente da CNA-PRR em sessão de ciclo de formação de empresários organizado pela AEP, no Porto, para acompanhamento de várias medidas dirigidas às empresas

19/01/2024- Presença no 2º encontro anual de agendas mobilizadoras e verdes no Alentejo, organizado pelo PACT, em Évora, para acompanhamento da (C05-i01.01/02 Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

⁸¹ O Presidente da CNA-PRR esteve presente em todas as reuniões, sendo acompanhado, sempre que possível, pela Coordenação da CEEE.

24/01/2024- Reunião e visita à empresa Continental, em Vila Real, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

25/01/2024- Reunião com o Colab Forestwise, em Vila Real, para acompanhamento da C05-i02 (Missão Interface) e da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

25/01/2024- Reunião com a empresa Granvinhos (líder do consórcio Vine&Wine) e UTAD, em Vila Real, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

30/01/2024- Reunião com a empresa Neuraspace (líder da agenda com o mesmo nome) e vários parceiros da agenda (IPN, Universidade de Coimbra, Universidade Nova de Lisboa e GMV), em Lisboa, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

31/01/2024- Reunião com a empresa Tekever, nas Caldas da Rainha, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

31/01/2024- Reunião e visita com a empresa Oceano Fresco, na Nazaré, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

31/01/2024- Reunião com o COTHN-Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional, em Alcobaça, para acompanhamento da C05-i03 (Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria)

31/01/2024- Reunião com o INIAVE, em Alcobaça, para acompanhamento da C05-i03 (Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria), nomeadamente os polos de inovação

31/01/2024- Reunião e visita com a empresa Rotovedras, em Torres Vedras, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

31/01/2024- Reunião com representantes do consórcio da AM Embalagem do Futuro, em Torres Vedras, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

01/02/2024- Reunião com o Colab +Atlantic, em Peniche, para acompanhamento da C05-i02 (Missão Interface) e da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

02/02/2024- Reunião e visita à empresa Manual Conceição Graça, no Carregado, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

06/02/2024- Participação no evento SIM circuit, em Carcavelos, para acompanhar a C16-i02.02 (Transição Digital das Empresas – vouchers para startups)

08/02/2024- Reunião com o consórcio da agenda Bio Hub, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

08/02/2024- Reunião e visita à empresa Riopole, em Vila Nova de Famalicão, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial) e da C05-i06 (Capitalização de empresas e resiliência financeira)

08/02/2024- Reunião e visita ao CITEVE e ao CENTI, em Vila Nova de Famalicão, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial) e da C05-i02 (Missão Interface)

09/02/2024- Reunião com o Colab DTX, em Guimarães, para acompanhamento da C05-i02 (Missão Interface) e da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

15/02/2024- Reunião e visita à empresa Solancis, na Benedita, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

15/02/2024- Participação no evento da agenda Sustainable Stone, em Porto de Mós, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

22/02/2024- Reunião com o IAPMEI, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

23/02/2023- Visita à empresa Fravizel, em Pé de Pedreiras, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

05/03/2024- Reunião e visita com o CEIIA, em Matosinhos, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

12/03/2024- Presença no 2º encontro anual de agendas mobilizadoras e verdes, em Santa Maria da Feira, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

22/03/2024- Reunião com a empresa Unbabel, bem como com representantes de outras entidades parceira da agenda Center for Responsible AI, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

27/03/2024- Reunião com o Grupo Pestana, em Alvor, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

03/04/2024- Reunião com a empresa Defined.ai, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

15/04/2024- Reunião com o Banco Português de Fomento, no Porto, para acompanhamento da C05-i06 (Capitalização de empresas e resiliência financeira)

06/05/2024- Reunião com a Startup Portugal, em Lisboa, para acompanhamento da C16-i02.02 (Transição Digital das Empresas)

13/05/2024- Reunião com ANI, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i02 (Missão Interface)

20/05/2024- Reunião com IFAP, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i03 (Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria)

21/05/2024) - Reunião com ESNA, em Lisboa, para acompanhamento da C16-i02.02 (Transição Digital das Empresas)

28/05/2024- Reunião com vários parceiros da Agenda Acelerar e Transformar o Turismo, em Lisboa, para acompanhamento da C05-i01.01/02 (Agendas/Alianças mobilizadoras e verdes para a Inovação Empresarial)

07/06/2024- Reunião com a empresa CREST Capital, em Lisboa, C05-i06 (Capitalização de empresas e resiliência financeira)



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA TERRITÓRIO



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada Território

Relatório detalhado

No âmbito das atribuições da Comissão Especializada Território⁸² (CET), a mesma reuniu no dia 05/07/2024, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão é de âmbito transversal e nesse sentido está envolvida conjuntamente com outras Comissões. Monitoriza diretamente as componentes C07 (Infraestruturas), C08 (Florestas) e C09 (Gestão Hídrica).

Componente C07 | Infraestruturas

C07-i00	Alargamento da Rede de Carregamentos de Veículos Elétricos (sem dotação financeira) Mobi.e
---------	---

Esta é uma medida que não tem associado investimento, tendo como meta final atingir 15.000 postos de carregamento em dezembro/25 e uma meta intermédia de 10.450 para dezembro/24.

Após a reunião com a Mobi.e em set/23, para este relatório efetuou-se a consulta à base pública desta entidade⁸³, que registava 8.794 pontos de carregamento a 9/07/24 (tendo registado um acréscimo de 2.008 desde o final de agosto/23).

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento se encontra **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**

C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Norte
C07-01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Centro
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Alentejo
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Algarve
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Lisboa e Vale do Tejo

⁸² A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

⁸³ <https://www.mobie.pt/mobidata/data>

Este investimento divide-se em 2 partes distintas: as infraestruturas específicas de AAE e as Comunidades de Energia Renovável, interligadas com as AAE. As infraestruturas referem-se à instalação de centrais fotovoltaicas, depósitos de Hidrogénio, postos de carregamento e antenas 5G.

Em virtude do investimento estar organizado de acordo com a localização no território e a sua gestão por parte da CCDR respetiva (no caso das CER, com intervenção da DGEG), efetua-se uma apreciação seguindo essa mesma lógica territorial. As metas incluem todas as AAE e cumprem-se com a conclusão das intervenções, até ao final de 2025.

No caso das CER, após a elaboração dos respetivos projetos de execução, foi necessário solicitar à DGEG a atribuição do título de reserva de capacidade (TRC), de acordo com o identificado no projeto, bem como a caução e a compensação ao sistema elétrico nacional⁸⁴. De acordo com a informação obtida junto da DGEG, que acompanhou todo o processo de preparação do aviso e das declarações de reserva de capacidade, a serem obtidas antes da candidatura, TRC estão a ser emitidos, conforme os municípios vão efetuando os pagamentos das cauções.

De acordo com as subestações existentes no país, também foi necessário identificar o local de injeção na rede, situação que em alguns casos irá implicar a construção de ramal de ligação para reforço da rede nacional de distribuição (RND).

Este aumento de custos para o reforço da RND, que não tinha sido previsto no PRR, nem acomodado nos projetos de construção, poderá fazer com que os investimentos se atrasem.

A CNA-PRR efetuou contatos com todos os Presidentes de Câmara para obter as informações necessárias, tendo também tido a possibilidade de efetuar visitas a Campo Maior, Melgaço, Lagos, Oliveira do Hospital, Rio Maior e Vila Real.

Investimentos em gestão pela CCDR Norte e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Zona Industrial de Constantim (Vila Real)	A autarquia está a aguardar a clarificação de um conjunto de condições, designadamente o financiamento total do projeto, cujo valor cresceu	A autarquia recebeu o título de reserva de capacidade, envolvendo um pagamento significativo, superior a 1 milhão de euros.

⁸⁴ A atribuição do Título de Reserva de Capacidade (TRC) na modalidade de acesso geral prevista no n.º 2 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, na sua atual redação, será concretizada nos termos do art.º 19.º do mesmo diploma, após:

- Prestação de caução à DGEG, no valor de 10.000 EUR por MVA de reserva de capacidade atribuído, pelo prazo mínimo de 30 meses, sendo prorrogada até à entrada em funcionamento do centro electroprodutor.
- Pagamento de uma compensação ao Sistema Elétrico Nacional (SEN), de 1.500 EUR por MVA, efetuado mediante depósito bancário em nome do operador de rede emitente.

	bem como do ponto de ligação à rede.	
Parque Empresarial de Chaves	A autarquia recebeu recusa do Tribunal de Contas ao contrato de conceção-construção.	A autarquia recebeu o pedido de título de reserva de capacidade, devendo proceder ao pagamento respetivo que pode ascender a 5 milhões de euros. Seguir-se-ão os procedimentos necessários para a constituição da CER.
Requalificação da Zona Industrial de Penso (Melgaço)	As obras estão em curso, com desmatção dos terrenos para instalação dos painéis fotovoltaicos e demais obras relacionadas com o 5G e postos de carregamento.	A autarquia recebeu o pedido de título de reserva de capacidade e pagou a garantia necessária para a sua emissão.

Investimentos em gestão pela CCDR Centro e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Parque Industrial da Guarda	Foram dirimidas as questões sobre auxílios de Estado, decorrido quase um ano, relativamente à instalação dos painéis fotovoltaicos nos telhados dos edifícios das empresas. Seguir-se-á o lançamento do concurso de conceção construção.	Será realizado um contrato de comodato entre a autarquia e as empresas de forma a regular o fornecimento e custo da energia.
Parque Empresarial de Águeda	A autarquia lançou o concurso para os postos de carregamento e para o edifício sede da CER. Falta a lançamento dos concursos para dois dos verticais. No caso	A autarquia recebeu o título de reserva de capacidade para ligação à rede.

	da instalação dos painéis fotovoltaicos a autarquia está em diálogo com as empresas para identificar o melhor modelo.	
Valorização da Zona Industrial de Oliveira do Hospital	A autarquia lançou o concurso internacional de conceção construção para as diversas áreas, designadamente painéis fotovoltaicos, rede 5G, vigilância de incêndios rurais e postos de carregamento.	Foi recebida informação sobre o título de reserva de capacidade para ligação à rede.

Investimentos em gestão pela CCDR Alentejo e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Parque Industrial de Campo Maior	As propostas apresentadas pelos concorrentes já foram abertas e encontram-se em fase de avaliação. Após adjudicação, o contrato será enviado para visto do Tribunal de Contas. Existe a expectativa de iniciar as obras no final do 3º trimestre/início do 4º trimestre do ano.	A autarquia recebeu o título de reserva de capacidade, envolvendo um pagamento significativo, superior a 1 milhão de euros. Está a ser estudada pela E-Redes o melhor ponto de acesso à rede.
Requalificação da Zona de Acolhimento Empresarial Norte (Beja)	A autarquia lançou o concurso de conceção-construção, estando a decorrer o prazo para apresentação de candidaturas.	A autarquia recebeu o título de reserva de capacidade, envolvendo um pagamento significativo, superior a 1 milhão de euros.

Investimentos em gestão pela CCDR Lisboa e Vale do Tejo e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Rio Maior New Generation Business	Processo de adjudicação do concurso de conceção-construção enviado para visto de TdC.	A autarquia recebeu o título de reserva de capacidade, envolvendo um pagamento significativo, superior a 1 milhão de euros.

Investimentos em gestão pela CCDR Algarve e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Área Empresarial de Lagos	Foi lançado concurso, por prévia qualificação, com as quatro verticais do projeto. As candidaturas decorrem até junho de 2024, seguindo-se o período de análise. O contrato será depois enviado para visto do Tribunal de contas, existindo a expectativa de se iniciarem as obras no 4º trimestre do ano.	A autarquia já recebeu o Título de Reserva de Capacidade e pagou a respetiva garantia.

Apreciação e recomendações

Este investimento tem sido influenciado pela natureza inovadora do mesmo e pela falta de experiência da maioria das autarquias neste domínio. Adicionalmente, não ficou garantido, à priori, a reserva de capacidade em termos energéticos, situação que apenas ficou resolvida em abril/maio de 2024. Esta reserva implica

pagamentos relevantes por parte de algumas autarquias, em particular as que exigem uma capacidade superior a 1 MgW, variando entre 1 milhão e cinco milhões de euros, situação não antecipada e que está a gerar necessidades financeiras adicionais que podem ultrapassar o financiamento atribuído.

Apenas numa AAE as obras já iniciaram, estando as restantes em fase de visto do TdC, avaliação de candidaturas ou de trabalhos preparatórios para lançamento do concurso de conceção-construção. Entretanto uma das autarquias recebeu recusa do visto. O motivo da recusa também está presente em alguns concursos lançado, pelo que pode ser um motivo de preocupação adicional.

Atendendo a todas estas questões considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se que:

i. Seja criado um grupo de acompanhamento que inclua as autarquias, CCDRs e DGEG, de forma que se possam ser identificadas, analisadas e dirimidas as questões prementes, designadamente as relacionadas com as CER.

C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN125 (variante a Olhão); Variante à EN211(Quintã/Mesquinhata); IC2 (Meirinhas e Pombal); IP8 (EN121) Ferreira do Alentejo/Beja (Variante a Beringel); IP8 (EN259) Sta. M. S/Ferreira do Alentejo (Variante a Figueira de Cavaleiros); IP8 (A26) Aumento de Capacidade na Ligação entre Sines e a A2; EN14 Trofa/Santana (Pte . sobre o Rio Ave); EN14 Maia/Interface Rodoferroviário da Trofa; EN4 Variante da Atalaia; IC35 Penafiel/Rans; IC35 Rans/Entre-os-Rios; IP2 Variante Nascente de Évora; EN344 Pampilhosa da Serra; Ligação de Baião a Ponte de Ermida. BD- INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, I.P. (IP)
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda BI – CCDR Centro

A meta de desembolso, referente à conclusão de 111 kms de estradas (novas ou reabilitadas), está definida para o 4º trimestre de 2025 e inclui quer as obras de responsabilidade da IP, quer da responsabilidade das autarquias. Esta é uma situação que necessita de acompanhamento conjunto. Em termos técnicos, a IP está a prestar assessoria técnica à Câmara Municipal de Águeda.

A informação prestada pela IP indica que, apesar de não estar ainda concluída qualquer empreitada, as obras em curso ou em contratação correspondem a 121 Kms.

Não tendo sido possível reunir com a Infraestruturas de Portugal (IP) foi solicitado um ponto de situação, que aqui se reporta.

Missing links e Aumento capacidade da Rede	Ponto da Situação
EN 125. Variante a Olhão	Contrato assinado a 07/03/2024
Variante à EN211(Quintã/Mesquinhata)	Empreitada a lançar no 1º semestre/24
IC2 (Meirinhas e Pombal)	Contrato assinado a 03/01/2024

IP8 (EN121) Ferreira do Alentejo/Beja (Variante a Beringel)	Em receção/avaliação de propostas
IP8 (EN259) Sta. M. S/Ferreira do Alentejo (Variante a Figueira de Cavaleiros)	Contrato assinado a 27/12/2023
IP8 (A26) Aumento de Capacidade na Ligação entre Sines e a A2 (1º troço Relvas Verdes/Roncão)	Contrato assinado a 22/02/2024. Empreitada iniciada em 08/07/2024
EN14 Trofa/Santana (Pte . sobre o Rio Ave)	Empreitada em curso
EN14 Maia (via diagonal) /Interface Rodoferroviário da Trofa	Obra inaugurada em 14/07/2024.
EN4 Variante da Atalaia	Contrato assinado a 10/04/2024
IC35 Penafiel (EN15) /Rans	✓ Empreitada concluída em 01/07/24
IC35 Rans/Entre-os-Rios	Empreitada em curso
IP2 Variante Nascente de Évora	Em receção/avaliação de propostas
EN344 Pampilhosa da Serra	Empreitada em curso
Ligação de Baião a Ponte de Ermida	Empreitada a lançar no 1º semestre/24

No que diz respeito ao Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda, em gestão pela CCDR Centro e execução pelo município de Águeda:

Missing links e Aumento capacidade da Rede	Ponto da Situação
Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda	Aguarda-se a declaração de impacto ambiental por parte da APA. Só após esta análise será possível concluir o projeto face ao parecer recebido. Este foi um projeto que recebeu um reforço financeiro significativo na reprogramação, face às obras de arte a serem construídas no traçado escolhido. Ao mesmo tempo estão a ser preparados os processos de expropriação dos terrenos necessários para a construção deste eixo rodoviário. Este é um projeto que potenciará os seus impactos caso se construa a ligação deste eixo à A1, situação que deve ser analisada entre os vários intervenientes e o concessionário

Apreciação e recomendações

Alguns destes investimentos tiveram um incremento de custos relevante, fruto do aumento dos preços das matérias-primas e da escassez das mesmas nos mercados internacionais. Para além disso, as licenças e pareceres necessários das várias entidades têm demorado mais que o tempo previsto o que tem feito atrasar o arranque de algumas obras. Por outro lado, no âmbito da reprogramação alguns investimentos transitaram para a componente de empréstimos. Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se que:

- i. Se possam agilizar os pagamentos da DGTF à IP, na componente de empréstimos;
- ii. Se equacione a possibilidade de concretização dos investimentos no primeiro trimestre de 2026.

C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever BI – CCDR Alentejo
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana (ES) BI – CCDR Algarve
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes) BD: IP - INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) BI – CCDR Norte

Em termos de entidades gestoras, este investimento está organizado de acordo com a localização no território e a sua gestão por parte da CCDR respetiva, sendo que a ligação Vinhais/Bragança (EN103) tem como gestor a IP, pelo que se efetua uma apreciação seguindo essa mesma lógica.

As metas cumprem-se com a conclusão da construção de 30 kms de estrada, até ao final de 2025, sendo que todos os BI deverão contribuir para uma parte da meta. A informação prestada pela IP indica que, apesar de não estar ainda concluída qualquer empreitada, as obras em curso ou em contratação correspondem a 31 Kms.

Investimentos em gestão pela CCDR Alentejo e execução pelas autarquias:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ponte internacional sobre o Rio Sever (Nisa)	A autarquia submeteu o projeto à APA para análise, estando a aguardar parecer. Já foi realizada reunião com a Junta da Estremadura para acordar o 'ponto de entrega' do eixo rodoviário em Espanha. O financiamento para a obra do lado espanhol está assegurado.

	Falta a assinatura do acordo internacional administrativo entre Portugal e Espanha para se poder avançar com o lançamento do concurso.
--	--

Investimentos em gestão pela CCDR Algarve e execução pelas autarquias:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ponte de Alcoutim - San Lucar del Guadiana	A autarquia de Alcoutim desenvolveu todos os passos necessários em termos de projeto para poder avançar com o concurso para a construção da ponte. Já foi realizada reunião com a Junta da Andaluzia para acordar o 'ponto de entrega' do eixo rodoviário em Espanha. Neste momento é essencial que Espanha se pronuncie sobre o Estudo de Impacte Ambiental, que seja garantido o financiamento do lado espanhol e que seja celebrado o acordo internacional administrativo entre Portugal e Espanha.

Investimentos em gestão direta pela IP:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes)	Consignação de empreitada estimada para o 1º semestre/24

Investimentos em gestão pela CCDR Norte e execução pelas autarquias:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES)- Construção da ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (Espanha)	A autarquia está a elaborar o projeto de construção que espera submeter para análise da APA em julho. Já foi realizada reunião com a Junta de Castilha e Leon para

	acordar o ‘ponto de entrega’ do eixo rodoviário em Espanha. É essencial garantir este traçado, de forma que possam circular veículos ligeiros e pesados, e também o financiamento do lado espanhol, bem como a assinatura do acordo internacional administrativo entre Portugal e Espanha.
--	--

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento se encontra em estado **PREOCUPANTE**. Até ao momento não foi lançado qualquer procedimento concursal para construção e nem todos os investimentos possuem os pareceres necessário. Acresce a necessidade de se consensualizarem com Espanha os pontos de entrega.

Recomenda-se:

- i. Articulação entre os diferentes organismos de forma a garantir os licenciamentos necessários para a construção das diferentes pontes e acessos;
- ii. Assinatura do Acordo Internacional Administrativo para garantir o lançamento dos concursos.

C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias: Ligação à Área Industrial de Fontiscos e Ref. do Nó de Ermida (Sto. Tirso); Variante à EN248 Arruda dos Vinhos; Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior; Ligação da Zona Ind. de Rio Maior à EN114; Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos; Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião); EN229 ex. IP5/Parque Industrial do Mundão; EN229 Viseu/Sátão; Variante a Aljustrel; Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11; Via do Tâmega Variante à EN210 (Celorico de Basto); Melhoria das Acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras. BD- IP - INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BI – CCDR LVT
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias: Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 BI – CCDR Centro
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BI – CCDR Norte
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre BI – CCDR Alentejo

Em termos de entidades gestoras, este investimento está organizado de acordo com a localização no território e a sua gestão por parte da CCDR respetiva, existindo ainda diversas ligações em várias regiões do país que têm como gestor a IP, pelo que se efetua uma apreciação seguindo essa mesma lógica.

As metas cumprem-se com a conclusão da construção de 42 kms de estrada, até ao final de 2025, sendo que todos os BI deverão contribuir para uma parte da meta. A informação prestada pela IP indica que estão concluídos 6,9 kms, estando mais 40 Kms associados a obras em curso ou em contratação.

Investimentos em gestão direta pela IP (diversas regiões):

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos)	✓ Empreitada concluída
EN229 Viseu/ Sátão	✓ Empreitada concluída
Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos	Empreitada em curso
Ligação Área Industrial Fontiscos e Nó de Ermida (Santo Tirso)	✓ Empreitada concluída
EN229 ex.IP5/Parque Industrial do Mundão	Empreitada em curso
Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114	A obra iniciou-se em junho de 2024.
Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca à A11	Empreitada em curso
Acessibilidade à Zona Industrial de Campo Maior	Empreitada em curso
Via do Tâmega Variante à EN210 (Celorico de Basto)	Empreitada em curso
Acesso ao Parque Empresarial de Camporês ao IC8	Contrato assinado a 12/02/2023
Variante a Aljustrel	Contrato assinado a 25/03/2024. Empreitada iniciada a 08/07/2024

Investimentos em gestão pela CCDR Lisboa e Vale do Tejo e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras	Foi alterada uma portaria, essencial para que o traçado pudesse ser viabilizado. Foi submetido à APA o pedido de isenção da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), de acordo com

	a legislação em vigor, aguardando-se a resposta. A autarquia já iniciou o processo de expropriação dos terrenos, de acordo com as regras em vigor. Após obtenção da isenção da AIA, o concurso para construção será lançado, seguindo-se a tramitação prevista, incluindo o visto do Tribunal de Contas, para que as obras se possam iniciar no final do ano de 2024.
Requalificação da EN10-4. Setúbal/Mitrena [34] (Setúbal)	Empreitada em curso

Investimentos em gestão pela CCDR Centro e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 (Águeda)	A autarquia está a proceder ao processo de expropriação dos terrenos necessários para a construção do traçado. O concurso para construção foi lançado, esperando-se que até no 4º trimestre se iniciem as obras, ficando as mesmas concluídas até junho de 2026.

Investimentos em gestão pela CCDR Norte e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
AutAcesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao Nó da A28 (Viana do Castelo)	O contrato de construção foi assinado e enviado para visto do Tribunal de Contas.
Construção da nova Travessia do Rio Lima entre EN 203 - Deocriste e EN202 Nogueira (Viana do Castelo)	O contrato de construção foi assinado e enviado para visto do Tribunal de Contas.
Construção do Acesso ao Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães)	Aguarda-se decisão do Tribunal sobre providência cautelar intentada.

Investimentos em gestão pela CCDR Alentejo e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre	✓ Empreitada concluída

Apreciação e recomendações

A maioria dos concursos está em fase adiantada ou as obras já se iniciaram ou estão concluídas. Subsistem dois projetos em fases mais atrasadas, em particular a construção do acesso ao AvePark, que depende de uma decisão do Tribunal para se poder avançar.

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, embora mereça preocupação a situação relatada no caso do AvePark, cuja decisão, a não ser tomada em breve, compromete a concretização do investimento no prazo definido no PRR.

Componente C08 | Florestas

C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - “Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia” BI- Fundo Ambiental
------------	--

Neste investimento existem 3 grandes medidas, todas inseridas no Programa de Transformação da Paisagem (PTP)⁸⁵, cujo critério-base para a delimitação dos territórios vulneráveis abrangidos é a perigosidade de incêndio rural. O PTP enquadra os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), os Condomínios de Aldeia, o programa Emparcelar para Ordenar e o modelo de financiamento das Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), que nascem nas AIGP. Todos estes programas são financiados no âmbito do PRR.

O ICNF, I. P., e a Direção-Geral do Território, foram designadas as entidades responsáveis pelo acompanhamento e apoio técnico à implementação das medidas programáticas do PTP.

Áreas integradas de Gestão da paisagem (AIGP)

As AIGP são os instrumentos operativos de gestão e exploração comum dos territórios agrícolas, florestais e silvopastoris, que apresentem fatores críticos de perigosidade de incêndio e vulnerabilidades⁸⁶ e para os quais deverá ser proposto um conjunto articulado e integrado de intervenções, entre as quais as Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) e o cadastro da propriedade rural. O

⁸⁵ Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, alterada pelas RCM n.º 2/2022 e n.º - 36/2024

⁸⁶ De acordo com a definição constante da Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.

objetivo é a criação de escala para operações de gestão, exploração e ordenamento do território.

Preferencialmente integradas em PRGP, a constituição de uma AIGP pode ser promovida pelo Estado, por autarquias locais, por organizações de produtores florestais e agrícolas, por cooperativas, por associações locais, por entidades gestoras de baldios e por organismos de investimento coletivo. Quando o município não seja a entidade promotora, deve ser demonstrado o seu envolvimento e concordância.

O financiamento previsto para as AIGP inclui o apoio à criação, instalação e funcionamento da entidade gestora desse território, e à elaboração de operações integradas de gestão da paisagem (OIGP)

A candidatura, a submeter à Direção-Geral do Território (DGT), deve indicar a sua delimitação, bem como a respetiva entidade gestora (que pode ser posteriormente constituída) e o prazo de apresentação da OIGP, devendo esse território delimitado ter pelo menos 20% de RGC e apresentar as declarações de interesse dos respetivos proprietários. As AIGP só se tornam efetivas, após a aprovação da respetiva OIGP e desde que pelo menos 50% do total da área de implementação da OIGP tenha acordo dos proprietários, bem como ter faixas e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível aprovadas. Anteriormente, as AIGP têm de passar por um processo de consulta pública, após parecer da DGT e do ICNF, que deverá culminar na sua aprovação legal em portaria.

O 1º aviso abriu em 21/07/2021, tendo sido aprovadas 70 AIGP⁸⁷. Das restantes apresentadas, 81 foram consideradas elegíveis, sem dotação.

O 2º aviso convite abriu de 30/01/2024 a 12/02/2024, sendo destinado exclusivamente às 81 AIGP com parecer favorável no 1º aviso, mas que não tinham tido dotação. O valor disponível por AIGP foi de 10 mil euros de valor-base, acrescidos de 12 euros/ha, até ao montante máximo de 40 mil euros.

Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)

Previamente à criação das OIGP, deverá ser indicada (ou criada) uma entidade gestora⁸⁸. Estas OIGP irão permitir criar as condições necessárias para executar um modelo de gestão agrupada e suportada por um programa multifundos de longo

⁸⁷ Informação disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/aigp>

⁸⁸ Tipologias de entidades gestoras: a) Unidade de Gestão Florestal; b) Entidade de Gestão Florestal; c) Entidade Gestora de Zona de Intervenção Florestal; d) Entidade Gestora de Baldio; e) Empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional

prazo⁸⁹, que disponibiliza apoios ao investimento inicial, às ações de manutenção e gestão ao longo do tempo e à remuneração dos serviços dos ecossistemas⁹⁰.

O financiamento máximo disponível para as OIGP, no âmbito do PRR, é de 2.500 euros/ha e a execução física deve ter lugar entre 01/01/2023 e 30/11/2025, enquadrado nas despesas elegíveis previstas na Orientação Técnica n.º 03/C08-I01.01/2022⁹¹.

Tendo em conta o anteriormente descrito, estes são programas inovadores, considerados, pelas entidades intervenientes, formatos que permitirão obter os impactos duradouros no terreno. A dificuldade de execução é, no entanto, de elevado grau, com milhares de proprietários, que têm propriedades muito pequenas (média a rondar 0,5 ha). Esta é, por isso, uma área onde não havia outras experiências anteriores, em territórios onde não existiam infraestruturas preparadas, nem máquinas ou qualquer tipo de trabalho partilhado anterior.

A implementação das Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), dependem de um desenho do “mosaico” da paisagem, aprovada por todos os proprietários e que irá ser executado e gerido pelas entidades gestoras. Este é também outro grande desafio – de que estas entidades gestoras consigam sobreviver a todo o processo, com a pressão, quer de tempo, quer financeira, bem como todos os constrangimentos associados. É por isso necessário que todas as entidades intervenientes colaborem para que estas entidades gestoras sejam efetivamente acompanhadas na sua missão.

Quanto ao cumprimento das metas, há a necessidade de avançar com todos estes processos, cuja interdependência é grande. As entidades gestoras estão a trabalhar nas OIGP, mas há grandes dúvidas relativamente a conseguirem identificar todos os proprietários em tempo útil, restando ainda a possibilidade de registo como terrenos sem dono. Em abril/24 era conhecida cerca de 45% desta área, através da informação no eBUPi.

Segundo indicação da Direção-Geral do Território, no 1.º semestre de 2024 foram submetidas para aprovação 23 OIGP, das quais 12 encontram-se já aprovadas pelo Governo. As verificações serão efetuadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), através de protocolo com o Fundo Ambiental, sendo a conferência procedimental efetuada pela DGT, que valida também o orçamento,

⁸⁹ O financiamento das intervenções previstas na OT será complementado com apoios à manutenção e gestão e remuneração dos serviços dos ecossistemas, até 20 anos, através de outras fontes de financiamento, conforme previsto nos diplomas referentes ao programa de transformação da paisagem (PTP)

⁹⁰ No âmbito do PRR serão elegíveis despesas de:

a) Investimentos florestais, incluindo a instalação, rearborização, reconversão e reabilitação de povoamentos; Investimentos na prevenção de incêndios rurais e na prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos e de espécies de flora invasoras; b) Investimentos agrícolas: plantação de culturas permanentes; reconversão de áreas de matos e povoamentos florestais mal-adaptados para culturas temporárias, culturas cerealíferas e culturas forrageiras, pastoreadas ou cortadas para feno; Investimentos associados a elementos estruturais e de preservação e valorização da paisagem;c) Investimentos imateriais diretamente relacionados com a OIGP e desde que contribuam para sua boa execução.

⁹¹ [Microsoft Word - OT_OIGP_3ª Republicação REV EMRP 23112023 \(final\) \(fundoambiental.pt\)](#)

sendo depois várias as entidades que certificam a adequação (p.ex. ICNF, nas florestas ou a DRAP no que é agrícola, etc).

Condomínios de Aldeia:

Em 27/02/2024, o Fundo Ambiental publicou o relatório final de decisão sobre as candidaturas⁹², pelo que, considerando todas as candidaturas até essa data, existiam 81 candidaturas aprovadas, que representam 318 Condomínios de Aldeia, e uma contribuição PRR de 11,5 milhões de euros (cerca de 57,79 % da dotação total prevista para esta medida), longe ainda do objetivo final de atingir 800 aldeias.

Em reunião com o Fundo Ambiental, a CNA-PRR procurou explicações para um número que fica muito aquém das metas definidas, passados que estão quase 2 anos do conhecimento da medida e sendo a mesma um meio de criação de condições para a melhoria da rentabilidade das zonas mais deprimidas. Identificaram-se duas grandes problemáticas:

- i) A má instrução das candidaturas (p.ex. topografia errada, não enviada, ou enviada em formatos não visualizáveis, falta de documentos das propriedades e respetiva autorização, entre outros);
- ii) O desinteresse por parte dos beneficiários finais elegíveis (autarquias e comunidades intermunicipais), em apresentarem as candidaturas.

De acordo com a indicação do Fundo Ambiental, foram realizados vários *webinars* e sessões de esclarecimento, bem como foram também feitos contactos diretos com os Presidentes dos municípios ou das comunidades intermunicipais envolvidos ou com potencial de envolvimento.

No caso da análise de candidaturas, é da responsabilidade do ICNF e trata-se também de uma equipa pequena, cujos recursos são também escassos e cuja intervenção é mais premente quanto menor for a qualidade da instrução das candidaturas ou a quantidade de pedidos de esclarecimentos.

Há uma explicação que emerge, quer desta conversa com o Fundo Ambiental, quer das várias conversas com os representantes de municípios por todo o país e que é a existência de muitas áreas em que, quer através do PRR, quer já do PT2030, pelo que os técnicos das autarquias estão a ser assoberbados com trabalho de instrução de candidaturas, projetos, análises ou até mesmo licenciamentos. Neste caso dos condomínios de aldeia, há um aspeto ainda mais importante a ter em atenção, que aumenta ainda mais a intervenção- a necessidade de contactar com cada um dos proprietários e obter a sua autorização para a implementação dos condomínios de aldeia e respetivas intervenções (serão neste caso os gabinetes técnico-florestais a ter esta responsabilidade).

É ainda de realçar a interligação desta medida com o registo de propriedades do eBupi, nomeadamente para o caso dos terrenos ainda sem dono registado, que limitam a intervenção das autarquias.

⁹² <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2024/c08-relatorio-final-vf-50-20240227-assinado1.aspx>

Esteve, entretanto, aberto outro aviso, com data de candidaturas até 29/02/24, cuja análise ainda não está concluída.

Notas globais:

No relatório 1/2023, a CNA-PRR elencou os resultados da apreciação a estas medidas, tendo encontrado vários pontos de preocupação, que se mantêm, a saber:

- a) Após a mobilização dos municípios para a apresentação das AIGP, o ónus passa a recair sobre as entidades gestoras das OIGP, que irão preparar operações e ficar a geri-las no terreno por 20 anos. Estas são as entidades fulcrais, às quais deve ser dada a máxima atenção, que no momento atual, quer na preparação do modelo de acompanhamento futuro;
- b) O intrincado legislativo é complexo e a necessidade de intervenção de várias tutelas (diferentes ou não conforme as orgânicas dos Governos) pode dificultar a agilização das aprovações legais necessárias;
- c) A identificação dos proprietários no cadastro e o respetivo registo são cruciais para que estes programas sejam implementados. Com o atraso no financiamento dos municípios para a continuidade da identificação cadastral, perderam-se vários meses de trabalho;
- d) A comunicação e a disseminação destes programas têm sido dificultadas por questões que podem ser de difícil compreensão, como é o caso da impossibilidade dos municípios de fazerem chegar circulares aos seus munícipes, devido ao facto de não estar prevista essa situação na disponibilização dos dados cadastrais;
- e) O facto destes serem programas inovadores, a implementar em territórios onde nunca foi feito nenhum trabalho colaborativo e onde são, agora, propostos tantos projetos ao mesmo tempo, leva a que as populações não estejam preparadas, podendo inclusive levar a processos de desconfiança.

Apreciação e recomendações

No caso das AIGP e OIGP, considera-se ser **PREOCUPANTE**, recomendando-se a atenção aos seguintes aspetos:

- i) A avaliação da forma como estão a ser acompanhadas as entidades gestoras das OIGP, uma vez que são a peça fundamental para que as OIGP sejam preparadas, implementadas e geridas. Qualquer problema que surja com as mesmas irá afetar de forma profunda toda a operação e poderá colocar em causa o seu desenvolvimento e existência futura.
- ii) Estas OIGP são a semente desta reforma inovadora, mas precisam de ganhar escala posteriormente. Por esse motivo e por forma a que o trabalho que está a ser feito atualmente e o conhecimento associado ao mesmo não se percam, será importante que seja criado um grupo de trabalho ou um centro de coordenação técnica (coordenados pela DGT e ICNF, enquanto entidades com o maior conhecimento destes territórios), para que o programa possa continuar. Eventualmente, o modelo de acompanhamento das entidades gestoras pode passar por aqui;

iii) É perceptível a necessidade de interligação entre diversas entidades, pelo que há a importância acrescida de atenção das respetivas tutelas políticas para promoverem esta interação e serem também intervenientes ativos, uma vez que há muitas vezes constrangimentos administrativos ou legais, que dependem das tutelas;

No caso dos Condomínios de Aldeia, considera-se ser **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Tal como no caso das AIGP e OIGP, a quantidade de proprietários envolvidos é muito grande e a necessidade de intervenção dos municípios também. Há ainda muitos registos por terminar e muitos terrenos sem dono por identificar.

Quer para as OIGP, quer para os Condomínios de Aldeia, recomenda-se a continuidade e intensificação do trabalho efetuado no que diz respeito a *webinars* e sessões de esclarecimento, bem como os contactos diretos com os Presidentes dos municípios ou das comunidades intermunicipais envolvidos ou com potencial de envolvimento.

C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem BD- Direção-Geral do Território (DGT)
------------	---

Este investimento tem como objetivo a aprovação de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) para 20 zonas vulneráveis homogéneas ou áreas afetadas por grandes incêndios, tendo em conta a Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental e o Modelo Territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), até setembro de 2025. Os PRGP visam promover o desenho da paisagem como referência para uma nova economia em territórios rurais que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas. Ou seja, o objetivo é promover uma mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão de solos.

Para além da aprovação destas 20 PRGP, a alteração estrutural só se operacionaliza com a aprovação de 60 Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), onde ficarão definidos a programação das intervenções, o modelo operacional, os recursos financeiros a afetar e o sistema de gestão e acompanhamento.

Este trabalho de elaboração do ordenamento do território exige uma execução especializada, sendo os respetivos serviços adjudicados em concurso público a empresas da área. Esta é uma situação onde se podem encontrar os riscos de litigância, sendo necessário aguardar por todos os processos estarem adjudicados.

Destas 20 PRGP, já estão aprovadas 9. A meta deverá ser cumprida com a publicação em Diário da República, após passar a fase de consulta pública.

Apesar de não se vislumbrar que a meta possa estar em risco, há intervenções da tutela política que podem fazer derrapar alguns prazos, sendo que este processo legislativo está na respetiva tutela política.

Após esta fase de aprovação, com a criação dos planos de ordenamento do território, a respetiva execução terá lugar ao longo de 10 anos, com financiamento do Fundo Ambiental.

É o seguinte o ponto de situação⁹³:

1 PRGP em vigor (concluído em 06/2020 e que constitui a base):

Serras de Monchique e Silves

1 PRGP em fase final de elaboração (já na esfera do ICNF):

Pinhal Sul Interior

7 PRGP concluídos, com discussão pública realizada e submetidos ao Governo para aprovação:

Alto do Douro e Baixo Sabor

Serras do Marão, Alvão e Falperra

Serra da Malcata

Alva e Mondego

Montes Ocidentais e Beira Alta

Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal

Serra do Caldeirão

1 PRGP concluído tecnicamente a aguardar decisão para início de discussão pública:

Serras da Lousã e do Açor

7 PRGP em elaboração:

Entre Minho e Lima

Serra da Estrela

Serras da Freita, Arada e Baixo Paiva

Serras de Leomil, Lapa e Alto Penedono

Serra da Cabreira e Serras do Larouco e Barroso

Terra Fria Transmontana

Planalto Beira Transmontana

3 PRGP em procedimento pré-contratual para aquisição de serviços:

Serras da Peneda-Gerês

Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga

Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO.**

⁹³ Embora exista informação disponível no website da Direção-Geral do Território, a mesma não se encontra atualizada com a informação recolhida pela CNA-PRR junto da mesma entidade: [Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem \(PRGP\) | DGT \(dgterritorio.gov.pt\)](#)

C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Emparcelar para Ordenar BI- IFAP- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P
------------	--

O objetivo deste programa é aumentar a dimensão média das propriedades rurais, sendo uma das quatro medidas programáticas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP).

O desenho inicial da medida foi, no entanto, considerado desadequado, face à realidade com que se confrontou, nomeadamente pela obrigatoriedade de ser interligado o financiamento PRR (via IFAP), com o empréstimo (via Fundo Ambiental), situação nem sempre necessária, mas cuja aprovação em conjunto pelas duas entidades se revelou complexa.

Foi aberto um 3º aviso em 14/03/2024, que tem data de encerramento a 28/06/24, que teve alterações profundas, permitindo desligar o financiamento do empréstimo. Há data da reunião com o IFAP, em maio/24, ainda não existiam candidaturas submetidas, mas pelo menos 40 estavam em preenchimento, sendo pelo menos um indício de que com este desenho, houve um maior interesse por parte dos proprietários. De acordo com o IFAP, estão a ser equacionados outras soluções que permitam dar maior flexibilidade e atração a esta medida.

Tendo em atenção que os processos de aquisição dos terrenos são, em várias situações, morosos e complexos (p.ex. heranças indivisas), é difícil ter uma previsibilidade, pelo que a prática de avisos que abrem em momentos específicos, sem previsibilidade, não será a mais adequada. A abertura em contínuo, ou equiparada, permite a adequação do calendário de candidatura aos timings específicos destes processos.

Apreciação e recomendações

Mantêm-se a apreciação desta medida em **PREOCUPANTE**.
Recomenda-se a avaliação da possibilidade de abertura de aviso em contínuo, ou equiparado.

C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) BD-DGT- Direção-Geral do Território
------------	--

Este investimento destina-se a criar as bases para a criação e organização do Balcão único do Prédio, que irá interligar as entidades Autoridade Tributária (responsável pelas matrizes), a eBUPi (responsável pelo registo do cadastro) e a Direção-Geral do Território (responsável pelo sistema de geometrias).

A atualização da carta de ocupação do solo (COS), que faz a cartografia de tudo o que está no solo, será o ponto de partida. A atualização irá ser efetuada a 2021 e posteriormente a 2023, mas face à alteração de critérios para série longa, o último ano (2018) irá ser também atualizado para essa *baseline*. Espera-se que a COS23

tenha alterações para a de 2018, mas espera-se também que na COS 25 essa alteração seja muito mais pronunciada, fruto da alteração dos mosaicos de paisagem (PRGP, AIGP), dos condomínios de aldeia e das OIGP.

Esta será a base para a cartografia digital terrestre, que dará também fiabilidade para a identificação de linhas de água e irá servir a APA e a identificação do domínio hídrico. Irá também poder ser utilizada pelos municípios (sem custos para estes).

Posteriormente, o inventário da Floresta (conduzido pelo ICNF), irá passar a utilizar esta base cartográfica, bem como será também utilizado pela Autoridade Tributária.

No relatório anterior da CNA-PRR este investimento foi considerado como sendo **Necessário Acompanhamento**, devido à situação de atraso na aquisição do voo LIDAR (*Light Detection and Ranging*), primeiro com 6 meses de transição entre tutelas e depois com a impugnação do próprio concurso (cujo efeito suspensivo da providência cautelar levou 7 meses a ser levantado). Desde março/24 que o avião já está a levantar dados em voo, embora haja limitações à obtenção dos mesmos, devido a necessidade de condições ótimas de luminosidade e de horas de sol.

No que diz respeito ao outro entregável, que é a carta do SMOS, há a indicação por parte da DGT de que deverá ser possível cumprir o prazo, embora não exatamente com as mesmas características inicialmente previstas, mas que não comprometem os objetivos globais.

Para além do voo LIDAR, a DGT vai ainda adquirir imagens com resolução de 30 cm no solo.

De acordo com a informação prestada pela DGT, a articulação destes trabalhos, bem como a aquisição de serviços interligados com vários módulos do Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) estão a ser articulados com a eBUPI. Estas são adaptações que dependem do desenvolvimento do Balcão Único do Prédio (BUPI) que assegura a comunicação com o cidadão e a interoperabilidade de dados e que se encontra na alçada da eBUPI.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em atenção a interligação que existe entre as várias entidades envolvidas. Há um risco calculado de não cumprimento da meta dentro do prazo do acordo operacional, mas deverá estar dentro dos prazos permitidos para o pedido de pagamento.

Recomenda-se que seja analisada com a EMRP a possibilidade de execução financeira do investimento para além de março de 2025.

C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional BD: ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P
------------	--

A realização do inventário nacional da floresta necessita da atualização da carta de ocupação de solos (COS), para a qual está programado o investimento C08-i02.01 (Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo) e tal como descrito na apreciação do mesmo, este encontra-se agora em curso e dependente do voo LIDAR.

Segundo informação do ICNF, será com este inventário que se conseguirá saber quantos hectares de pinheiro, de eucalipto, de acácias e de qualquer outra espécie, existe em Portugal, sendo também possível identificar a idade exata das árvores e as alterações que vão surgindo. O objetivo é conseguir ter um inventário de 5 em 5 anos, sendo que neste momento o que existe é de 2015.

Há, no entanto, trabalhos paralelos, cujo concurso de aquisição de serviços está em fase de análise do relatório, pelo que a estimativa é de que os trabalhos de foto pontos iniciem em maio ou junho de 2024.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, atendendo aos casos do SMOS e do voo LIDAR.

C08-i02.03/04/05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro) BD - Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) e operacionalizado através da Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (eBUPi)
------------------	---

De acordo com a informação disponível, a 01/04/2024 encontravam-se finalizadas mais de 2 milhões⁹⁴ de RGG⁹⁵, correspondendo a 27% da área total. E embora este seja o valor que conta para efeitos de base de apuramento para meta final (que é de conhecer o uso e ocupação de 90% da área dos 155 municípios sem cadastro), está em curso um trabalho de eliminação de matrizes duplicadas ou com área zero, pelo que a percentagem já alcançada deverá ser superior ao indicado⁹⁶.

⁹⁴ Dados acessíveis em tempo real em <https://bupi.gov.pt/indicadores/>

⁹⁵ As RGG- Representações Gráficas Georreferenciadas, definem a localização exata dos terrenos rústicos e mistos e os seus limites, num mapa, através de coordenadas geográficas e são o resultado da identificação das propriedades na plataforma BUPi, constituindo a configuração geométrica dos prédios, obtida através de processos de medição diretos e indiretos, mediante a representação gráfica georreferenciada dos limites das extremas dos prédios.

⁹⁶ O trabalho está a ser feito em conjunto com a Autoridade Tributária, para identificar matrizes duplicadas. Há ainda o caso de matrizes com área "0", devido a registos de poços, árvores ou minas. Em virtude de ser um trabalho em curso, os relatórios ainda continuam a indicar o nº de matrizes, sem

De acordo com as recomendações da CNA-PRR no anterior relatório, foi efetuado reforço de verba aos municípios com balcões de atendimento (cuja decisão foi de reafecção de verba⁹⁷ da eBUPi), no entanto, os termos de aceitação ainda não foram assinados, o que resultou em abrandamento ou mesmo paragem de apoio à identificação de prédios por parte dos técnicos dos municípios. As candidaturas foram concretizadas pelos municípios, junto das CCDR do Norte e do Centro, responsável pela sua análise e operacionalização.

Esta identificação de propriedades, definição de RGG e registos, é uma ação indispensável para que outros investimentos sejam devidamente executados e para que o conhecimento do território nacional se concretize. São exemplos dessa interligação, as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) ou os condomínios de Aldeia, bem como serão ainda a base para a criação e organização do Balcão Único do Prédio, podendo ainda ser um auxílio precioso no caso da identificação de proprietários, nas servidões para faixas primárias de combustíveis.

Como objetivos em curso, dá-se nota dos seguintes, que importa acompanhar:

- i. Adesão de mais municípios à plataforma, sendo que alguns (como é o caso de Porto ou Lisboa), serão muito importantes para apoio à identificação de residentes nessas regiões, mas com prédios no Norte ou Centro;
- ii. Disponibilizar acessos diretos (com *dashboards* personalizados) e controlados a diversas entidades, evitando utilização de dados desatualizados, em silos e com necessidade de diferentes protocolos:
 - a. IFAP: acesso a informação para integrar nos processos e mitigar o risco de fraude;
 - b. ICNF: identificação de áreas;
 - c. AIGP: aceder à informação dos seus prédios;
 - d. Municípios: informação detalhada e atualizada sobre o seu território.
- iii. Disponibilização de dados abertos na plataforma dados.gov.pt (o primeiro pacote foi disponibilizado em dezembro/23);
- iv. Aquisição de outros tipos de dados, que permitam melhorar o conhecimento do terreno (camadas de informação), como por exemplo do Geosat, do IPMA, do IVV ou do Colab +Atlantic (interface terra/mar), através de protocolo e integração informática, aguardando-se também os resultados do voo Lidar (a ser promovido pela DGT);
- v. Melhoria da utilização de inteligência artificial, para a disponibilização de proposta de polígonos de propriedades, com um novo visualizador e capacitação dos técnicos. Como próximo passo há a ambição de disponibilizar diretamente aos cidadãos;

retirar as duplicações, estando em preparação uma orientação técnica, para que os técnicos habilitados possam fazer a intervenção e retificações da mesma forma.

⁹⁷ Foi efetuada uma reafecção de 10 milhões de euros, diminuindo o financiamento atribuído à eBUPi e aumentando nesse mesmo valor aos municípios. O processo foi gerido pelas CCDR Norte e Centro, com abertura de avisos para candidatura por parte dos municípios. O processo, teve, no entanto, atrasos de vários tipos e só em abril/24 está a ser terminada a análise de candidaturas. preciso avaliar o próximo ciclo de financiamento.

- vi. Fábrica de visualizadores: a base ainda são os ortofotomapas de 2018 da DGT (que ainda não cobriam todas as áreas), mas deverá permitir uma comparação de camadas no tempo (p.ex. uso do solo), sendo importante para análises do território e impactos após eventos (p.ex. barragens ou incêndios);
- vii. Adequar o eBUPi às regras do quadro nacional de cibersegurança;
- viii. Criação de mecanismo para resolução alternativa de litígios, com a possibilidade de técnicos habilitados para esse efeito;
- ix. Elaboração de estudo de impacto, com a conclusão da 1ª fase (trabalho de campo para a análise de perceções), estando o CES/FEUC a preparar o cronograma da 2ª fase;
- x. Implementação da nova arquitetura aplicacional, em ligação com AT, para o ciclo de vida do prédio;
- xi. Contínuas adequações da plataforma e app, para adequação a legislação (existente ou a publicar);
- xii. Reforço de comunicação junto dos cidadãos (concurso público já lançado, em fase de relatório).

Mantêm-se determinados constrangimentos, sendo necessária a atenção por parte da tutela e de todas as entidades envolvidas:

- i. Avaliação do próximo ciclo de financiamento. A reafectação de verba da eBUPi para financiamento dos municípios, resolveu um problema, mas poderá não ser suficiente. Sabe-se hoje que muito do tempo inicial de alocação de técnicos coincidiu também com o período de formação, de preparação de plataforma e ferramentas informáticas e de organização geral de toda a estrutura, que partiu praticamente do zero. O tempo necessário para que cada proprietário identifique o seu terreno (com ajuda de técnico, que muitas vezes acompanha ao terreno), é hoje menos demorado (com a ajuda das propostas de matrizes e polígonos), mas há ainda muita área para cobrir;
- ii. Definição do valor a atribuir aos centros de competência (Norte e Centro), cujos valores foram alterados em fase de contratação, faltando aceitação das partes;
- iii. Continuam a registar-se situações de proprietários que são confrontados com o pagamento de registos nas conservatórias/notários, quando esta é uma situação gratuita. Esta é uma situação delicada, porque se coloca em confronto, a informação de técnico de município com a informação de notário, perante pequenos proprietários;
- iv. O processo de registo dos prédios, posterior à RGG, ainda é uma situação que pode demorar algum tempo, devido a estar dependente da disponibilidade das conservatórias da residência do proprietário. Apesar de ser possível fazer esse registo em qualquer conservatória do país, a necessidade de deslocação faz com que não seja uma solução exequível;
- v. O processo do Número de Identificação do Prédio (NIP), poderá sofrer atrasos devido à falta de constituição da equipa conjunta para a criação de condições para a interoperabilidade. São precisas pessoas do INR, da AMA e da AT.

Apesar da eBUPi estar a desenvolver o sistema, poderá não haver possibilidade de o colocar em funcionamento, por não haver dados para interligar.

Apreciação e recomendações

Face à importância crucial deste investimento para a reforma da Floresta, bem como da necessidade de interligação de diversas entidades, mantêm-se a apreciação deste investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

- i) que seja dada especial atenção à avaliação das candidaturas e assinatura dos termos de aceitação e contratos para reforço das verbas dos municípios, bem como que se comece desde já a avaliar o próximo ciclo de financiamento, para que se possam tomar decisões atempadamente.
- ii) que no próprio termo de RGG conste a informação da lei habilitante, para que os proprietários tenham um documento escrito para apresentar aos notários/conservadores, que seja também divulgada em cada balcão e publicitada no site eBUPi;
- iii) que possa ser equacionada uma outra forma de acelerar os registos dos prédios após RGG, ponderando-se também colocar essa informação no termo da RGG;
- iv) que sejam criadas as condições para a interoperabilidade necessária para a criação e operacionalização do NIP.
- v) Que seja reforçada a comunicação, e forma a se conseguir uma maior adesão dos proprietários, pois a percentagem de cadastro está nos 30% do total, apesar de todos os esforços das campanhas em vigor, que se reconhece. Ter algumas figuras públicas como embaixadores poder ser um dos caminhos possíveis.

C08-i03

Faixas de gestão de combustível – rede primária
BD- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P

Com este investimento pretende-se infraestruturar o território, em termos de faixas de gestão de combustível, pelo que uma das ações principais é a identificação e pagamento de servidões administrativas em perpetuidade⁹⁸, uma vez que a maior parte se irá situar em terrenos privados. Para esta gestão, foi necessário criar uma estrutura dedicada à avaliação e implementação de servidões administrativas, com o objetivo de dotar os técnicos responsáveis pela recolha sistemática de informação relativa às servidões administrativas, de determinadas competências, cuja trabalho está em curso

O objetivo deste investimento é chegar a 37.500 ha de rede primária, sendo a 1ª vez que se está a fazer um trabalho deste género, de conhecimento de território que estava completamente abandonado e desconhecido. De acordo com o ICNF, é um

⁹⁸ Cujo valor abate ao pagamento único que os proprietários florestais já recebem (para evitar o duplo financiamento).

trabalho que está a ser feito em toda a linha da cadeia de valor desta área. A intervenção reportada cifrava-se em cerca de 1.910 ha (cerca de 5% da meta).

Este é um dos investimentos que não pode avançar enquanto o Governo atual não estiver em plenitude de funções e com a orgânica definida, uma vez que há necessidade de constituição das servidões administrativas, o que implica a declaração de interesse e utilidade pública, que tem que ser feita por membro do Governo. Esta restrição implica que não é possível entrar nas propriedades privadas antes desta declaração ser assinada.

No caso das servidões (parte crítica), foram feitas várias campanhas de comunicação, com o apoio p.ex. da ANAFRE, para que a população pudesse ter maior conhecimento sobre os objetivos e compreender a necessidade de disponibilizar os terrenos para as servidões. A título de exemplo, uma faixa de 100 ha pode conter mais de 600 parcelas ou partes de parcelas. Acresce ainda o facto de que, no caso da propriedade não estar cadastrada, terá que ser o ICNF a fazê-lo, tendo sido contratadas 2 empresas para organizar e gerir estes processos de servidões.

A interação com os proprietários, tem sido boa na sua generalidade. Segundo as informações do ICNF, foi possível a articulação com os 5 Juizes Presidentes dos tribunais de relação e há a expectativa de colaboração para intervenção em menos de 24h.

Está também já no terreno a fiscalização das obras em curso, para detetar irregularidades, tais como, não habilitação para conduzir as máquinas, seguros, etc.

Com estes investimentos espera-se que o país fique muito mais capaz de prevenir incêndios, de estar mais protegido, mas os riscos continuarão altos. Esta é uma questão em que as alterações precisam de ser de longo prazo e continuados, uma vez que temos muitos ecossistemas que são muito húmidos no inverno e secos no verão, pelo que os incêndios continuarão a ser uma realidade com que será preciso conviver.

No caso das faixas de combustível, estando ainda numa fase insipiente, será uma das ações, que interliga com as outras intervenções de longo prazo em várias dimensões (condomínios de aldeia, mosaicos, meios de resposta de 1ª intervenção, ações de formação de sapadores, etc), bem como com as camadas de conhecimento cartográfico, inteligência artificial, contribuição de especialistas de várias áreas, etc.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**, face ao nível de execução física reportada, deixando-se o alerta para a necessidade de atenção da tutela governativa para a questão das declarações de interesse e utilidade pública.

C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos BD – Estado-Maior da Força Aérea (EMFA)
------------	--

Para este investimento e no âmbito do PRR, estava inicialmente prevista a aquisição de 6 helicópteros bombardeiros ligeiros (HEBL) e 6 helicópteros bombardeiros médios (HEBM). Estes são investimentos que se inserem na programação da aquisição de meios aéreos próprios para combater incêndios rurais, de acordo com as prioridades definidas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pela Força Aérea⁹⁹. No entanto, face à reavaliação de necessidades, foi definida uma alteração e passaram a ser 2 HEBL e 9 HEBM, o que originou a necessidade de nova autorização.

Quanto aos HEBL (Koala), uma vez que já existia um concurso anterior de aquisição, com opção de compra de mais 2 aeronaves, foram adquiridas pelo valor já contratualizado, o que simplificou o processo. Estes helicópteros foram entregues no final do ano de 2023 e integram a frota já existente em Beja, que era de 5 aeronaves.

No caso dos HEBM (Blackhawk), representam uma aeronave nova para a Força Aérea Portuguesa, o que implica não só um processo de aquisição mais complexo, como também a formação de pilotos e todo o pessoal associado à mecânica e manutenção. Tendo em conta a necessidade de adaptação dos pilotos e restante equipa de apoio (será a 1ª vez que a FA irá operar uma aeronave com balde de 3.000 litros), as aeronaves só irão operar cerca de 2 anos após chegada a território nacional.

As 6 aeronaves já adquiridas e que se encontram em construção nos EUA, serão entregues faseadamente e terão a sua base em Ovar, sendo que:

- 2 foram entregues no final de 2023;
- 2 serão entregues até ao final de 2024;
- 2 serão entregues em 2025.

Quanto às restantes 3, tendo sido autorizada a alteração, encontra-se a decorrer concurso para aquisição, com prazo de entrega de propostas até dia 30 de abril. No caderno de encargos consta que as entregas destes meios sejam em 2025 (2 HEBM) e 2026 (1 HEBM). Este é, no entanto, o segundo procedimento lançado, tendo o primeiro terminado sem qualquer proposta válida.

No que diz respeito às infraestruturas previstas, a serem concretizadas na Base Aérea 8, em Maceda, Ovar:

- Hangar: reabilitação em curso, com estimativa de conclusão no final de 2024;
- Construção do edifício da esquadra: o processo está a aguardar o visto do Tribunal de Contas e tem estimativa de conclusão até ao final de 2025.

Para efeitos de cumprimento das metas PRR, existe a expectativa de cumprimento (embora ainda se aguarde o segundo procedimento concursal para os

⁹⁹ De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2021 foram previstas as aquisições de 6 helicópteros ligeiros e 6 helicópteros pesados.

helicópteros), mas estes são investimentos que vão implicar despesas futuras de montante significativo, quer com pessoal, quer com manutenção, sem as quais os investimentos agora em realização poderão ficar comprometidos.

Apesar da RCM 27/2021 determinar que o Orçamento de Estado deverá suportar os custos da formação de pilotos e mecânicos e a manutenção dos meios adquiridos, de acordo com a informação recolhida pela CNA-PRR, à data de abril/24, não tinham sido efetuadas as transferências dos montantes previstos na RCM para 2024, faltando também parte da verba relativa a 2023. Verificando-se estes atrasos e não existindo uma definição consolidada de orçamentação da Força Aérea para fazer face aos gastos de recursos humanos e manutenção futuras, considera-se que estas são situações que colocam em causa os investimentos que estão a ser realizados, sendo também impactadas a manutenção dos helicópteros, bem como também a entrega das restantes aeronaves.

Tal como noutros investimentos PRR, também aqui se verifica a necessidade de encontrar soluções duradouras de financiamento nacional, que garantam que os investimentos não são inviabilizados no futuro, por falta de recursos humanos para os operar e manter, por falta de peças para manutenção e reparação, sendo que se pode correr o risco de não os poder utilizar para o objetivo último, que é de proteger as populações rurais em caso de incêndio.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.
Recomenda-se que a tutela possa avaliar com carácter de urgência a situação do atraso na transferência de verbas relativas à RCM 27/2021.
Recomenda-se ainda que sejam clarificados os reforços de verbas necessários, em fundos nacionais, para que os investimentos agora efetuados ao abrigo do PRR não sejam comprometidos no futuro.

C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais- Subinvestimento Meios terrestres BD – ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P
------------	--

Este investimento encontra-se concluído, tendo-se destinado essencialmente a aquisições de viaturas, ferramentas, acessórios e equipamentos de proteção individual, com o objetivo de reforçar as forças que intervêm no combate a incêndios e fogos rurais, nomeadamente as Equipas de Sapadores Florestais e para dotar os veículos já adquiridos de condições no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).

Foram adquiridos veículos, máquinas e equipamentos, que se reportam no quadro seguinte, de acordo com a Informação prestada à CNA-PRR:

Aquisição de bens ou serviços
28 tratores/máquinas e 51 alfaías florestais
78 veículos ligeiros de combate a incêndios
7 tratores pesados com semirreboque porta-máquinas
5 camiões modulares de chassis rígido; 3 contentores tanque para camião rígido modular; 5 caixas de carga basculante para trabalhar sobre sistema Ampliroll
22 veículos de transporte de pessoal tático

8 veículos de coordenação e direção
10 veículos ligeiros de 9 L
5 veículos florestais de combate a incêndios
156 motorroçadoras e 78 motosserras
156 ferramentas multifunções, 78 foixões, 156 batedores, 78 ancinhos florestais, 78 enxadas portuguesas, 78 mochilas dorsais e 78 malotes de mangueiras
140 EPI de silvicultura e CIR
Ação de formação “Capacitação da Estrutura de Gestão de Fogos Rurais”
EPI para a Força de Bombeiros Sapadores Florestais (FBSF).

Neste investimento encontram-se incluídos vários veículos, máquinas e equipamentos, para servir o programa Resineiros Vigilantes (Componente C12-Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem), equipamentos esses, que de acordo com o ICNF já se encontram entregues aos Resineiros.

Apesar de concluído o investimento, há ainda verbas por justificar, no âmbito de pedidos de pagamento, havendo a indicação por parte do ICNF de que o fará durante o 2º trimestre de 2024.

Segundo indicação do ICNF, este investimento foi objeto de auditoria da Comissão Europeia e do ECOFIN.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais BD- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P (IPMA)
------------	--

Este investimento tem como objetivos:

- Melhorar os processos de suporte à avaliação de risco através da uniformização e atualização da rede de radares do IPMA, I. P.;
- Concluir a transição da polarização simples para dupla (processo praticamente concluído em grande parte dos países da União Europeia), envolvendo a substituição dos dois radares no Centro e Sul do continente;
- Atualização dos equipamentos existentes, em fim de vida útil (15 anos em média para esta tecnologia de polarização simples);
- Beneficiação das infraestruturas de suporte existentes;
- Desenvolvimento de técnicas digitais avançadas por todos os serviços, públicos e privados, que terão acesso a esta informação em tempo real;
- Disponibilização de informação sob a forma de serviços web, de acordo com a política de dados abertos do IPMA.

Em termos de resultados, estes novos radares permitirão melhorar a vigilância e previsão geral do perigo de incêndio rural e das condições meteorológicas locais na frente de fogo, sendo que existem ignições muitas vezes geradas por descargas elétricas atmosféricas.

Os detetores de trovoada permitirão aumentar a precisão de localização das descargas elétricas, informação que pode ser utilizada em termos de vigilância em tempo real e a análise da identificação das causas de incêndios.

Complementarmente, foram também instalados terminais de operação e visualização de informação de radar nos Aeroportos de Faro, Cascais, Lisboa e Porto que funcionam como postos de trabalho complementares ao sistema nacional de vigilância aos fogos florestais e que permitirão, conjuntamente com o Centro Operacional na sede do IPMA, um apoio mais próximo aos teatros de Operação.

De acordo com a informação prestada à CNA-PRR, no quadro seguinte podem ser verificados os valores associados às aquisições:

Aquisição de bens ou serviços	Valor (euros)	Estado
Sistemas de radar de Coruche/Cruz do Leão e Loulé/Cavalos do Caldeirão	2.791.188	Concluído e sistemas operacionais
2 detetores de trovoadas (Olhão e Viana do Castelo)	169.600	Concluído e sistemas operacionais
2 estações meteorológicas automáticas (Coruche/Cruz do Leão e Loulé/Cavalos do Caldeirão)	58.230	Concluído e sistemas operacionais
Total	3.019.018	
Dotação PRR	3.040.000	

Nota: no relatório 1/2023, mencionou-se neste investimento a aquisição de supercomputador, que estaria à data já adquirido. Apesar da aquisição se ter efetivamente verificado, por lapso foi o mesmo considerado nesta medida, quando na realidade se inclui na C10-i01.01 (Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul), nomeadamente no âmbito do H2 – Polo IPMA – Oeiras Mar / IPMA.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndio BI- SGMAI- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
------------	---

Este investimento tem como objetivo garantir a desconcentração territorial das estruturas de coordenação da resposta aos incêndios rurais, de modo a aproximar esses serviços dos territórios da sua responsabilidade, com medidas relativas à remodelação, adaptação ou conservação de edifícios (para instalação dos Comandos), aquisição de viaturas e equipamentos, quer para os Corpos de Bombeiros, para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)¹⁰⁰ e para a GNR, estando ainda previstas ações de informação e sensibilização para a

¹⁰⁰ Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, com a divisão em Comandos Regionais (CR), Comandos Sub-regionais de Emergência e Proteção Civil e a Força Especial de Proteção Civil (FEPC.)

prevenção de comportamentos de risco da população e reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais.

Existem por isso 5 grandes áreas de intervenção, cujo ponto de situação obtido junto da SGMAI, em 08/07/2024, é o seguinte:

- i. Aumento da capacidade da resposta operacional da ANEPC, da GNR e dos Corpos de Bombeiros. O investimento inclui a aquisição e distribuição (via contrato de comodato), de 81 viaturas a corpos de bombeiros, com a previsão de entrega final em outubro/24; a aquisição de 55 veículos para a GNR, com a previsão de entrega até julho/24;
- ii. Equipamentos operacionais. Este investimento inclui a aquisição de diverso equipamento de prevenção e combate a incêndios ou EPI para proteção contra ameaças biológicas. Encontram-se a decorrer procedimentos concursais (com vários já terminados), com indicação de estarem dentro do prazo.
- iii. Infraestruturas: visa o reforço das Infraestruturas de Proteção Civil, com a adaptação dos imóveis dos CREPC de Évora e Viseu, e remodelação dos edifícios dos CSR do Médio Tejo, CSR do Tâmega e Sousa, CSR do Alto Tâmega e do CSR do Oeste, bem como, a implementação do GCS da FEPC – Empreitada. Quer o marco, quer a meta associados foram cumpridos em 2022 (embora com atraso). Continuam em curso os procedimentos concursais e as empreitadas, com estimativa de término em 31/12/2024.
- iv. Ações de informação e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco da população (alargamento dos programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”) – encontram-se cumpridas as metas associadas. Apesar disso continuam em curso vários procedimentos concursais. Os investimentos incluem campanhas de sensibilização multimédia, spots áudio, folhetos, aquisição de sinalética, kits de emergência e ações de prevenção estrutural. Inclui ainda a aquisição de serviços conexos ao envio de sms em massa, cuja execução ficará terminada em 31/12/2024.
- v. Reforço da qualificação dos operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais: esta é uma formação alinhada como que já é habitual fazer nesta área, no âmbito da Escola Nacional de Bombeiros. Está prevista a aquisição de 6 viaturas para formação, bem como a formação de pelo menos 3.300 operacionais (número atingido em abril/2024).

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento se encontra **ALINHADO COM O PLANEAMENTO.**

C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal BI- Fundo Ambiental
------------	--

No relatório 1/2023 da CNA-PRR, estes investimentos foram considerados como sendo necessário acompanhamento, sendo ainda muito escassas as informações para se fazerem apreciações de outro género.

Nesta vertente do Programa Mais Floresta, é o seguinte o ponto de situação obtido pela CNA-PRR para estes investimentos dirigidos ao reforço da atuação das 164 Organizações de Produtores Florestais (OPF)¹⁰¹ constituídas e dos 3 Centros de Competências do setor florestal¹⁰² constituídos.

No que diz respeito à medida de Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF):

O objetivo destas candidaturas é a celebração de contratos-programa entre o Fundo Ambiental e as OPF de âmbito regional, supramunicipal, municipal ou local ou de natureza complementar, visando a valorização da floresta e a sua gestão ativa, contemplando a prossecução de, por exemplo: execução de pequenas ações de estabilização pós-incêndio; a realização de campanhas de sensibilização e informação destinadas ao setor agroflorestal e população em geral; a promoção e desenvolvimento da certificação da gestão florestal sustentável; ou a introdução de cotações de venda de madeira, cortiça, resina e pinhas no Sistema Simplificado de Cotações de Mercado dos Produtos Florestais (SIMeF).

Do 1º Aviso Convite n.º 02/C08-I05.02/2022, teve data de submissão de candidaturas de 14/01/2022 a 15/04/2022, tendo sido aprovadas as 6 candidaturas submetidos, com os contratos-programa assinados em setembro de 2022. O relatório semestral¹⁰³ emitido em 31/12/2023, dá conta de atrasos vários na implementação dos projetos, com pedidos de reprogramação e com uma execução financeira de 12,5% (204 mil euros, num total aprovado de 1,6 M€).

Do 2º aviso lançado, que esteve aberto de 03/05/2023 a 31/05/2023, foi publicado a 20/03/2024, o relatório final¹⁰⁴ sobre os resultados das candidaturas. Das 43 candidaturas submetidas, foram aprovadas 39, após terminado o processo de audiência prévia. Aguarda-se indicação sobre a assinatura dos contratos.

Foi aberto 3º aviso, com candidaturas a decorrer de 15/04/2024 a 15/05/2024, com dotação de 2,6 M€ (por candidatura, máximo de 100 mil euros), bem como um 4º

¹⁰¹ Informação mais detalhada pode ser obtida em: <https://icnf.pt/florestas/fileirasflorestais/opf>

¹⁰² Informação mais detalhada pode ser obtida em: <https://icnf.pt/florestas/fileirasflorestais/centrosdecompetencianosectorflorestal>

¹⁰³ Disponível em: https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2024/c08-relatorio-semestral-mais-floresta-opf-20231231_v101.aspx

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.fundoambiental.pt/ficheiros/2024/c08-relatorio-final-vf-203.aspx>

aviso, com um prazo de candidaturas de apenas 11 dias (de 05 a 20/06/24). Aguardam-se os resultados.

No que diz respeito à medida dos Centros de Competências no setor florestal:

Estes Centros de Competência funcionam como estruturas de agregação dos produtores e proprietários, da indústria, do sistema científico e tecnológico nacional e das autarquias.

O 1º e único Aviso Convite N.º 01/C08- 105.02/2022, esteve aberto de 14/01/2022 a 14/02/2022, tendo sido aprovadas as 4 candidaturas submetidas, com os respetivos contratos-programa a serem assinados em setembro/2022, englobando um financiamento de 475 mil euros.

O objetivo destes projetos são:

- i. Reforçar a investigação colaborativa, promover a inovação, as boas práticas e a transferência e a divulgação do conhecimento no setor florestal;
- ii. Potenciar o trabalho em rede e maximizar o seu papel através do desenvolvimento de estudos e guias de boas práticas;
- iii. Produção de elementos que concorram para a boa formação e informação dos agentes do setor florestal.

O relatório semestral emitido em 31/12/2023, indica não haver ainda execução financeira aprovada, estando em avaliação o reporte de uma execução financeira de 25 mil euros.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **PREOCUPANTE**.

Tendo existido aprovações e contratos-programa assinados em set/22, considera-se que a execução financeira (que neste caso acompanha a física) é pouco significativa. Acresce a esse facto o relato da necessidade de reprogramações várias e um concentrar de investimento nos últimos 2 anos. Teme-se que o investimento não esteja a ser adequado às necessidades e que o adiar para o final do prazo possa levar à tentação de o utilizar de formas menos produtivas.

Recomenda-se:

- i. Uma ação direta por parte do ICNF (entidade interveniente nos protocolos), para que possam ser identificados e ultrapassados os constrangimentos;
- ii. A avaliação da possibilidade de serem abertos avisos em contínuo (com cut-offs), para que seja possível ter uma maior previsibilidade e candidaturas melhor instruídas.

Componente C09 | Gestão Hídrica

C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano BI – Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)
------------	---

Tendo em atenção a necessidade de interligações entre os vários investimentos previstos para a intervenção na eficiência hídrica do Algarve, foi efetuada uma visita a esta região em março de 2024, tendo sido efetuada reunião com todas entidades responsáveis, com a participação da CCDR, visita a locais de intervenção no terreno ou de implementação de equipamentos. Foi ainda possível ver a sala informática de gestão de território da Câmara Municipal de Lagos.

Este SM1 iniciou com um estudo das prioridades no Algarve, efetuado pelo LNEC, que foi terminado em março de 2022 e a partir do qual se alinharam todos os investimentos subsequentes. Com o investimento PRR o objetivo é reabilitar 125 kms de condutas em baixa, reduzir perdas de água e reduzir a procura de água nos sistemas naturais, através de três vertentes: i) requalificação das redes de abastecimento de água; ii) instalação de zonas de medição; iii) controlo e criação de zonas de pressão controlada.

As candidaturas são apresentadas pelos municípios, sendo que à data do final de março/24 existiam 29 projetos contratados, que englobam 96 empreitadas/aquisições de serviço, a que correspondem 1,98 hm³¹⁰⁵, englobando 421 zonas de medição e controlo (ZMC) e 103 zonas de pressão controlada (ZPC). Para além destes projetos já contratados, forma aprovados pelas AMAL mais 21 projetos, e que irão seguir a tramitação administrativa, para serem contratualizados. A contratualização destes investimentos permitirá intervir em 201km de rede, estimando-se ganhos totais de eficiência de 2,86 hm³, valor acima dos 2 hm³ contratualizados.

Tendo em conta o objetivo final que é de 2 hm³, esta é uma medida que apresenta boa execução, com a AMAL a reportar não antecipar dificuldades, podendo eventualmente haver alguma capacidade para executar mais obra, uma vez que existem 3 municípios que não têm investimentos aprovados e que existem cerca de 7 milhões de euros disponíveis.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**

¹⁰⁵ Para ter uma ordem de grandeza para leigos, e partindo de uma piscina olímpica (50mx25mx2m), este valor é o equivalente a 792 piscinas olímpicas.

C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola BI - Fundo Ambiental, com o apoio técnico da DGADR e com análise de candidaturas delegada na DRAP Algarve BF- DGADR (Investimentos Hidroagrícolas coletivos) BF- Empresas (Regadios privados)
------------	--

O objetivo destes investimentos, é a modernização e o aumento da eficiência da rega de 10.300 ha da área dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos e regadios privados, atingindo um mínimo de poupança de água de 5 hm³/ano (data da meta-1º trim/26).

No que diz respeito à medida da Reabilitação dos Aproveitamentos Hidroagrícolas Coletivos, à data do último relatório a informação existente era de que se encontravam a ser efetuados os estudos para os projetos de execução. À data de março/24 esses estudos resultaram em verificações de necessidades financeiras muito acima do valor previsto no PRR, pelo que há a necessidade de, em cada uma das vertentes de investimento, ser feita uma reavaliação, devidamente articulada com a tutela e com a EMRP:

- i. Modernização da rede de distribuição de água para a rega do Aproveitamento Hidroagrícola (AH) do Alvor: este é um investimento possível de avançar, em virtude de todas as valas serem em superfície. É também uma intervenção que permite maior poupança, uma vez que as perdas são muito maiores (não é possível ainda prever a poupança de água com esta intervenção, podendo ou não ser atingida a meta de poupança de 5 hm³). Está a decorrer a elaboração do projeto de execução, com entrega prevista para março/24. A previsão de empreitada é muito superior ao definido inicialmente, atingindo quase 15 milhões de euros face aos 7 milhões de euros orçamentados.
- ii. Modernização da rede de rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão: para este investimento, tinham sido apresentadas estimativas feitas em estudos muito antigos e baseados em situações diferentes da que foi identificada como necessária. O estudo feito agora indica que o valor para a construção do adutor necessário é de cerca de duas vezes mais do que o financiamento disponível (de 10,4 milhões de euros face a 4,6 milhões de euros previstos), pelo que, para que a obra se mantenha serão necessárias outras fontes de financiamento. Estão também em curso as EIA e AIA, para o impacto ambiental. Para além disso, está também prevista a criação de rede de águas residuais. A DGADR indicou estar a preparar, em conjunto com a APA e o Fundo Ambiental, proposta de alteração, para conseguir implementar a rede de condutas de águas residuais.
- iii. Controlo de fugas no Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio: Entrega do projeto de execução está prevista para fevereiro/24. Por enquanto a previsão de valor da empreitada mantém-se no previsto inicialmente (1,4 milhões de euros).

Relativamente à medida direcionada aos Regadios Privados:

Desde a implementação desta medida que se verificou que o seu desenho não estava adequado ao público-alvo e mesmo após republicação de avisos com alteração de condições (incluindo o limiar mínimo de investimento), mantem-se a falta de adesão, com apenas 12 candidaturas.

Havendo situações infraestruturais e legais que importa resolver (como é o caso da adequação da captação de águas através de furos e as respetivas licenças atribuídas a privados), a possibilidade que está em avaliação é abertura de um novo aviso, conjugado com a transferência de verbas sobrantes para os sistemas coletivos, onde há a possibilidade de implementação.

Apreciação e recomendações

Ainda que seja possível alcançar a meta de poupança prevista de 5 hm³ prevista no PRR, considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se que a CCDR Algarve possa intermediar as reuniões entre todas as entidades intervenientes nestes investimentos, bem como possa chamar outras com intervenção direta ou indireta, sendo recomendável que a tutela desta área seja incluída desde a primeira hora, bem como a EMRP, devido à necessidade de decidir opções e reforço de financiamento.

Embora o investimento no AHALvor possa cumprir a meta de hm³, a combinação de possibilidades (face ao orçamento), terá dificuldade em cumprir os 10.300 ha.

Compreende-se que os estudos utilizados para as estimativas colocadas no PRR pudessem estar desatualizados, mas é preciso que todas as entidades envolvidas coloquem um maior sentido de urgência no acompanhamento deste tipo de situações complexas, cujo diagnóstico já estava identificado à partida, tendo existido um processo de reprogramação, que foi aberto há menos de 1 ano.

No que diz respeito à medida direcionada aos Regadios Privados, recomenda-se que, para se avaliarem potenciais soluções, que possam ser envolvidas as associações de agricultores, bem como os Ministérios do Ambiente e da Agricultura.

C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos BD – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)
------------	---

Este é um investimento que implica a interligação entre todas as entidades intervenientes a nível hídrico na região do Algarve. Para além de vários investimentos (cujo ponto de situação se apresenta abaixo), inclui também uma verba para a coordenação global. Existe uma meta associada e que é relativa à instalação de 50 pontos adicionais para a monitorização dos recursos hídricos subterrâneos.

- Reforço da monitorização dos níveis piezométricos, incluindo a construção de piezómetros das águas subterrâneas – encontra-se adjudicada (março/24) a empreitada para construção de 50 piezómetros.
- Estações hidrométricas a jusante e montante do Pomarão- projeto concluído
- Avaliação da intrusão salina na MA Querença-Silves – projeto em execução.
- Estudo de Caracterização de Água Subterrânea dos Grandes Utilizadores da MA Querença-Silves- projeto em execução
- Implementação de equipas móveis dotadas de equipamentos de amostragem e equipamentos analíticos portáteis – 80% do equipamento já se encontra adquirido.
- Estudo dos caudais ecológicos das barragens da Bravura e Arade e projeto dos respetivos dispositivos

Tal como noutras dimensões deste investimento para a gestão hídrica, também aqui faltam os estudos de base, para definir os caudais ecológicos aplicáveis nesses territórios, situação que precisarão também de alinhar com Espanha.

Só após esse trabalho poderão ser preparados os projetos de execução. Segundo informações da DGADR, há ainda a resolver a questão de quem lançará o concurso público, uma vez que as infraestruturas são suas, mas concedidas à Associação de Regantes, podendo ser necessário fazer alguma alteração no âmbito do contrato de gestão do investimento.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Tendo em atenção a importância do reforço da governança dos recursos hídricos da região do Algarve e tendo em atenção a oportunidade criada pelo PRR, recomenda-se a criação de modelos de governação estáveis e duradouros, que possam acompanhar futuros investimentos e atualização de estudos necessários para a adequação dos mesmos.

C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada; SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água; e SM6 - Promover a dessalinização de água do mar BD - Águas do Algarve S.A. (AdA)
------------	---

Em virtude dos vários subinvestimentos que fazem parte desta medida, apresenta-se o ponto de situação por cada um, obtido junto da entidade e com atualização pela CCDR Algarve em 09/07/2024:

SM4 - Promover o tratamento da água residual tratada, com o objetivo de atingir um volume de produção adicional de 8 hm³.

- Subsistema ApR de Quinta Lago – procedimento concursal concluído. Contrato assinado em 06/05/24 e obra já consignada. Em previsão a receção provisória da obra será em junho/25.

- Subsistema ApR de Vilamoura – procedimento concursal concluído. Adjudicado em 03/07/2024. Aguarda documentos de habilitação para assinatura de contrato. Em previsão a receção provisória da obra será em dezembro/25.
- Subsistema ApR de Albufeira Poente – abertura de concurso de empreitada em 17/05/2024 com receção de propostas até 04/07/2024 estando em curso a apreciação de 8 propostas. Previsão a receção provisória da obra será em dezembro/25.
- Subsistema de ApR de Almargem (que substituiu a ApR de VRSA) - está previsto para outubro/24 a abertura de concurso de empreitada (estudo prévio em maio/24) e em previsão a receção provisória da obra será em dezembro/25.
- ApR Boavista (Lagos)- procedimento concursal concluído. Obra adjudicada em 24/04/2024. Início empreitada em 17/06/2024.

SM5- Aumentar a capacidade disponível e a resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta (30 hm³)

- Captação do volume morto da Albufeira de Odeleite: com empreitada concluída (em receção provisória).
- Reforço da interligação dos sistemas de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento (600l/s): Procedimento concursal concluído. Adjudicação da obra em 15/05/2024 e assinatura do contrato em 20/06/2024. Em previsão a receção provisória da obra será em março/26.
- Ligação dos sistemas de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio: para a ligação Chão das Donas (Ponto entrega de Portimão) e ETA de Fontainhas (investimento novo), foi lançado concurso para elaboração de projeto em jan/24. Aguarda emissão de DIA, com concurso de empreitada prevista para julho/24 e projeção de finalização de empreitada em junho/26.
- Captação no Guadiana/Solução da tomada de água do Pomarão (30 hm³/ano): em fase elaboração do projeto de execução, com versão provisória concluída em junho de 2024. Consultas públicas concluídas em Espanha e Portugal. Aguarda emissão de DIA. Com previsão de lançamento de concurso de empreitada em set/24 e receção provisória de obra em dezembro/26.

SM6- Promover a dessalinização de água do mar (16 hm³ com infraestruturas dimensionadas para 24 hm³)

Foi lançado o concurso para empreitada de conceção/construção em 16/02/2024. A Declaração de Impacte Ambiental favorável (embora condicionada ao cumprimento de um conjunto de condições) foi emitida em abril/24. Em previsão a receção provisória da obra será em março/26.

Apreciação e recomendações

Tendo em conta as complexidades que acompanham os investimentos relacionados com o aumento de captação/produção de água, que no caso do

Pomarão está ainda dependente de negociações com Espanha e no caso da dessalinizadora está dependente da existência de propostas adequadas no concurso de empreitada, considera-se este investimento como sendo **PREOCUPANTE**.

C09-i02/i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (fases de planeamento e construção) BD- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)
-------------	--

Este investimento é constituído por cinco componentes, sendo o marco, cumprido com a emissão da DCAPE (Declaração de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução) para três componentes (infraestruturas primárias, secundárias e fotovoltaicas):

Componente Infraestruturas Primárias

Está a decorrer o concurso para empreitada geral de construção das infraestruturas primárias de regularização de caudais do aproveitamento hidráulico, com a abertura de propostas ocorrida a 22/05/24. Foram rececionadas 10 propostas, 6 das quais com valores abaixo do preço base. As mesmas estão em análise e o relatório preliminar será publicado em julho. Seguir-se-á a adjudicação da empreitada, assinatura do contrato e envio para o Tribunal de Contas. Atendendo ao prazo de execução do contrato previsto no anúncio, que é de 1000 dias, afigura-se muito difícil a sua conclusão até 31/12/2026, mas devemos aguardar pelas propostas, uma vez que o prazo de execução é um dos critérios a ser avaliado.

Já foram realizadas avaliações de todos os terrenos rústicos e urbanos, estando a decorrer o pré-licenciamento, licenciamento e pré-construção, decorrentes da declaração de impacte ambiental (DIA), bem como se encontra em curso o processo de declaração de utilidade pública (DUP).

Componente de Infraestruturas Secundárias

Após o indeferimento do RECAPE (a 04/01/24), a CIMAA e a DGADR promoveram um conjunto de reuniões com as entidades da Comissão de Avaliação da AIA no sentido de proceder à correção dos elementos de acordo com os pareceres de cada uma das entidades (ICNF, DGCP, ARH Tejo e CCDR Alentejo).

O indeferimento incidiu sobre a necessidade de:

- i) Alteração dos métodos construtivos de modo a definir faixas de trabalho que permitam uma redução do número de exemplares de quercíneas a afetar, na zona da IBA (*Important Bird Area*);
- ii) Alteração da solução de drenagem da estação elevatória da linha de água localizada a oeste da plataforma, sendo necessário prever a abertura de uma vala até à ribeira da Seda – alteração das peças desenhadas, medições e orçamento;

iii) Alteração da descarga de fundo de modo que esta apenas possa ser colocada a uma distância mínima de 5 m da margem da linha de água;

Componente Fornecimento de Água à Estação de Tratamento de Águas de Póvoa e Meadas

Esta é uma componente que não faz parte integrante dos comprovativos de marco do PRR. O estudo de impacto ambiental (EIA), que foi submetido em fev/23, encontra-se em fase de pedido de elementos adicionais (até abril/24).

Componente Central Fotovoltaica

O projeto de execução da Central Fotovoltaica do Pisão está finalizado, mas a sua implementação está ainda dependente da autorização para execução do projeto de 6 km de execução da linha elétrica de alta tensão. Esta autorização está, no entanto, dependente de submissão em plataforma informática da DGEG (ainda não disponibilizada), ou de outro meio autorizado em alternativa à plataforma.

A ligação à Rede Nacional de Transporte (RNT) irá ser executada, de forma excecional e temporária, reconhecendo o subjacente interesse público mais amplo do projeto onde se insere esse centro electroprodutor, desde que com assunção de possibilidade de restrições, através de uma ligação simples em “T”, até à conclusão do novo posto de corte e reforço do mencionado circuito, não sendo admissíveis de forma definitiva. Pressupõem ainda que o centro electroprodutor ficará sujeito, em qualquer momento e por ativação de ordens do Gestor Global do Sistema, a reduções e/ou interrupções da potência a injetar na RNT para manter a segurança de operação da rede. Estas condicionantes manter-se-ão até à conclusão do novo posto de corte e do reforço do circuito da linha Estremoz – Falagueira.

A submissão de título de reserva de capacidade (TRC), que implicou uma caução de 1,28 milhões de euros e o pagamento de compensação ao sistema elétrico nacional (SEN), no valor de 192 mil euros, foram já concretizados, dando-se mais um passo para a possibilidade de submissão do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) e a obtenção da DECAPE.

Componente Reinstalação da Aldeia do Pisão

Um dos elementos mais sensíveis de todo o projeto, prende-se com a necessidade de construção de uma nova aldeia e conseqüente realojamento dos atuais habitantes (menos de uma centena), fruto do alagamento da aldeia do Pisão, como conseqüência da construção da barragem.

Já decorreu o processo de avaliação dos imóveis rústicos e urbanos, estando a decorrer o processo de declaração utilidade pública (DUP), bem como a suspensão do PDM.

Está a ser preparado o concurso para elaboração do plano de pormenor e projeto de execução da Nova Aldeia do Pisão.

De acordo com a informação disponibilizada pela CIMAA, o processo está a ser estritamente articulado com a Pró-Associação dos Habitantes, Residentes da Aldeia do Pisão, Junta de Freguesia da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso e Município do Crato.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação anterior de **PREOCUPANTE**, tendo em atenção a complexidade e a variedade de intervenções, bem como o prazo de execução do contrato das infraestruturas primárias.

Recomenda-se um acompanhamento deste projeto pelos Ministérios do Ambiente e da Agricultura, de forma muito próxima, bem como o envolvimento das organizações de agricultores (quando aplicável), para que um projeto desta envergadura e cujos prazos são tão apertados para cumprimento dentro do PRR, não se atrase devido a questões burocráticas, que poderiam ser obviadas, com a colocação do critério de urgência necessário.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA TERRITÓRIO

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da CET

25/10/2023- Reunião com a Câmara Municipal de Melgaço, para acompanhamento da C07-i01 (Áreas de Acolhimento Empresarial)

17/11/2023- Reunião com a Câmara Municipal de Beja, em Beja, para acompanhamento da C07-i01 (Áreas de Acolhimento Empresarial)

22/11/2023- Presença na cerimónia de entrega de meios aéreos ao combate a fogos rurais, na Base Aérea de Ovar, para acompanhamento da C08-i04.01 (Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos)

BD – Estado-Maior da Força Aérea (EMFA) 26/01/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Vila Real, para acompanhamento da C07-i01 (Áreas de Acolhimento Empresarial)

01/02/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Torres Vedras, para acompanhamento da C07-i01 (Áreas de Acolhimento Empresarial)

09/02/2024- Reunião com a Câmara Municipal de Guimarães, para acompanhamento da C07-i01 (Áreas de Acolhimento Empresarial)

21/02/2024- Reunião com o Fundo Ambiental, em Lisboa, para acompanhamento da C08 (Florestas) e C09 (Gestão Hídrica)

15/03/24- Reunião com a Câmara Municipal de Rio Maior, para acompanhamento da C07-i01 (Áreas de Acolhimento Empresarial)

27/03/24- Reunião e visita com a Câmara Municipal de Lagos, para acompanhamento da C09 (Eficiência Hídrica)

27/03/2024- Reunião conjunta com a CCDR Algarve, Águas de Portugal, AMAL, APA, DGADR e ARH Algarve, para acompanhamento da C09 (Eficiência Hídrica)

02/04/2024- Reunião com eBUPI, online, para acompanhamento da C08.i02 (Cadastro da propriedade)

11/04/24- Reunião conjunta com a Direção-Geral do Território e o Instituto de Conservação da Natureza, em Lisboa, para acompanhamento das medidas em gestão da C08 (Florestas)

26/04/2024- Reunião com CIMAA, em Portalegre, para acompanhamento da C09-i02 (Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato)

20/05/2024- Reunião com IFAP, em Lisboa, para acompanhamento da C08.i01.03 (Emparcelar para ordenar)

23/05/2024. Reunião com Direção-Geral de Energia e Geologia, online, para obtenção de informações relacionadas com as comunidades de energia renováveis (CER)

05/06/2024- visita à obra da ponte sobre o rio Sever, em Nisa, para acompanhamento da C07 (Infraestruturas)

05/07/2024- Visita a obras de acessibilidades e Area de Acolhimento Empresarial, em Campo Maior, para acompanhamento da C07 (Infraestruturas)



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Apêndice

INVESTIMENTOS, REFORMAS, MARCOS E METAS

Apêndice

Descrição dos objetivos gerais a atingir, por Componente, de acordo com os diferentes investimentos, subinvestimentos e reformas, bem como os respetivos marcos e metas associados.

Nos quadros de detalhe das metas e marcos, encontra-se o ano/trimestre contratado para entrega de cada meta/marco, bem como o pedido de desembolso em que deverão ser incluídos.

No caso das reformas, procurou-se documentar as evidências da sua concretização, a partir de informação recolhida junto da EMRP, constando no quadro a ligação para o respetivo diploma legal publicado ou para outro documento (ou documentos) comprovativos. Estas são, no entanto, confirmações que a Comissão de Auditoria e Controlo (CAC), bem como outros organismos de auditoria e fiscalização irão efetuar, pelo que a informação recolhida pela CNA-PRR se destina a acompanhar e apreciar do ponto de vista duma visão global.

Componente C01 | Serviço Nacional de Saúde

A **reforma RE-r01: Reforma dos cuidados de saúde primários** consistirá na aplicação de várias medidas legislativas e regulamentares, tendo em vista:

- i) alargar as responsabilidades e o âmbito de intervenção dos agrupamentos de centros de saúde, bem como a tipologia das unidades funcionais que os compõem;
- ii) rever o regime jurídico para a organização e o funcionamento das unidades funcionais, bem como o regime de incentivos a atribuir aos elementos que as integram;
- iii) criar um instrumento de estratificação do risco para apoiar a gestão clínica nas unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde;
- iv) concluir a transferência de responsabilidades no domínio da saúde da administração central para a administração local.

Os marcos e metas relacionados com a implementação da reforma deverão estar concluídos até 31 de dezembro de 2023.

C01			
Serviço Nacional de Saúde			
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T3	Meta: Disponibilização de acesso ao instrumento de estratificação do risco para apoiar a governação clínica nas unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde (10)	N/A	Na sequência da publicação da estratégia para a estratificação do risco (Estrategia-Estratificacao-Risco-29-11-

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
			2021.pdf (min-saude.pt)), foram identificados os projetos piloto e foi dada a respetiva formação. As primeiras 10 Unidades Funcionais já tem acesso ao instrumento de estratificação do risco.
2022/T2	Meta: Conclusão do processo de descentralização das responsabilidades no domínio da saúde nos municípios (201)	3º	192 municípios – dentro do desvio máximo de 5% nas metas do PRR
2022/T4	Marco: Entrada em vigor de atos jurídicos no domínio dos cuidados de saúde primários	4º	Foi publicado a 4 de agosto de 2022 o Decreto-Lei n.º 52/2022 que aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, tendo entrado em vigor a 5 de agosto (0000500052.pdf (dre.pt)). Com a publicação deste diploma foi revogado o Decreto-Lei n.º 28/2008. De forma a garantir o integral cumprimento deste Marco é necessária a revogação do Decreto-Lei n.º 73/2017.
2023/T4	Meta: Disponibilização de acesso ao instrumento de estratificação do risco para apoiar a governação clínica nas unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde (1000)	5º	Em dezembro de 2023 o instrumento de estratificação de risco foi

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
			disponibilizado, tendo acesso ao mesmo 1.373 Unidades Funcionais.

A **reforma r02** tem como objetivo atuar em 5 eixos de intervenção:

- i) desinstitucionalizar os doentes residentes em hospitais psiquiátricos ou em instituições do setor social;
- ii) concluir a cobertura nacional de serviços locais de saúde mental, nas vertentes de internamento, ambulatório e intervenção comunitária;
- iii) alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com ênfase na saúde mental;
- iv) reorganizar os serviços de psiquiatria forense;
- v) implementar os planos regionais de saúde para as demências.

C01 Serviço Nacional de Saúde			
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T4	Marco: Reforma da saúde mental (entrada em vigor do novo Dec.Lei de saúde mental)	1º	Publicação do novo Decreto-Lei n.º 113/2021 de 14 de dezembro de 2021, que estabelece os princípios gerais e as regras da organização e funcionamento dos serviços de saúde mental (0010400118.pdf (dre.pt))
2022/T1	Marco: Entrada em vigor da legislação que aprova a tabela de preços do Serviço Nacional de Saúde para estimular o estabelecimento dos Centros de Responsabilidade Integrados de Saúde Mental	N/A	Portaria n.º 176/2022 de 7 de julho (0000900010.pdf (diariodarepublica.pt))
2023/T1	Marco: Entrada em vigor da nova Lei de Saúde Mental, que estabelecerá os princípios relacionados com os direitos das pessoas com doença mental e regulará a hospitalização e o internamento compulsivos	4º	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/35-2023-215980339 .

A **reforma r03** tem como objetivo aumentar a eficiência da resposta hospitalar no SNS, nomeadamente através de:

- i) reforma da organização e gestão interna dos hospitais;
- ii) reconfiguração da rede hospitalar, de acordo com o planeamento da capacidade em termos de volume de serviços, recursos humanos e infraestrutura;
- iii) melhoria da articulação com as restantes respostas do SNS, nomeadamente com os cuidados de saúde primários e com as redes de cuidados continuados integrados, paliativos e de saúde mental;
- iv) envolvimento dos profissionais e das estruturas intermédias na gestão dos hospitais
- v) centralização das respostas nas reais necessidades em saúde e bem-estar das pessoas.

C01		Serviço Nacional de Saúde	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T2	Marco: Entrada em vigor do novo modelo de contrato de gestão	2º	Portaria n.º 167-B/2022, de 30 de junho, que Estabelece as regras quanto à elegibilidade, composição, determinação e atribuição aos gestores públicos, que exerçam funções executivas em entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, de uma remuneração variável associada ao reconhecimento e incentivo da boa gestão (0001000024.pdf (dre.pt)).
2022/T2	Marco: Entrada em vigor do regime de incentivos financeiros para os Centros de Responsabilidade e Integrados	N/A	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/118-2023-808125339
2022/T4	Meta: Reforço das respostas de hospitalização domiciliária nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (5000)	N/A	Entre julho de 2021 e agosto de 2022 foi dada alta domiciliária a um total de 26.497 doentes.
2022/T4	Meta: Criação de novos Centros de Responsabilidade e Integrados nos hospitais do	3º	Foram criados 29 Centros de Responsabilidade Integrados nos Hospitais do SNS.

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
	Serviço Nacional de Saúde (10)		
2023/T1	Marco: Entrada em vigor dos novos modelos de organização dos serviços de urgência metropolitanos de Lisboa e do Porto	N/A	Foi publicado o Despacho n.º 10692/2022, de 2 de setembro, que cria a comissão executiva para rever os modelos de organização dos serviços de urgência das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Aguarda-se a entrada em vigor da regulamentação dos novos modelos (0009100093.pdf (dre.pt)).
2023/T1	Marco: Entrada em vigor do novo regime de exclusividade para o exercício de funções no Serviço Nacional de Saúde	4º	O regime de exclusividade para o exercício de funções do SNS decorre da Lei de Bases da Saúde e está previsto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, que aprova o novo Estatuto do SNS. Aguarda-se, ainda, confirmação da publicação da Regulamentação do novo regime de exclusividade para o exercício de funções no SNS.
2024/T1	Marco: Entrada em vigor do novo Plano de Contabilidade de Gestão do Serviço Nacional de Saúde	6º	Entrada em vigor do novo Plano de Contabilidade de Gestão do SNS com a publicação do Despacho n.º 2871/2024, de 18 de março..
2024/T2	Marco: Entrada em vigor do plano de ação para reforçar os mecanismos de compra centralizada de medicamentos	6º	O Marco encontra-se em desenvolvimento. Encontram-se em curso um conjunto de atividades, nomeadamente o desenvolvimento de soluções Business Intelligence, procedimento concursal para aquisição de serviços.
2024/T4	Meta: Reforço das respostas de hospitalização domiciliária nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (5000)	7º	Meta concluída com 11.806 episódios de Hospitalização Domiciliária.
2025/T4	Meta: Criação de novos Centros de Responsabilidade e Integrados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (25)	9º	

C01-i01 - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas

A reforma dos cuidados de saúde primários assume um papel decisivo preparando o sistema para responder aos desafios atuais e para reduzir as assimetrias locais/regionais, bem como as assimetrias no acesso e nas condições de saúde. Permitirá ainda atender às necessidades concretas de vários grupos populacionais, através dos seguintes 4 objetivos estratégicos

- I. Melhorar o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados prestados, completando a cobertura nacional dos programas de rastreio de base populacional, reforçando a capacidade de diagnóstico precoce e assegurando a continuidade dos cuidados ao longo da vida dos cidadãos;
- II. Rever a carteira de serviços dos agrupamentos de Centros de Saúde, alargando as suas áreas de intervenção, aumentando a capacidade resolutive deste nível de cuidados e reforçando o trabalho especializado e em equipa nas suas unidades funcionais;
- III. Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais e adaptando-as aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- IV. Potenciar as respostas de proximidade, com enfoque no domicílio e na comunidade, intervindo nas populações de maior risco e vulnerabilidade e fomentando a desinstitucionalização e o regime de ambulatório dos cuidados.

C01-i01		BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Entrada em vigor dos termos para a referenciação de episódios de urgência avaliados como brancos, azuis ou verdes nos serviços de urgência de hospitais para outros tipos de serviços de saúde, incluindo cuidados de saúde primários	2º
2024/T4	Meta: Construção de novas unidades de saúde (20)	7º
2026/T1	Marco: Completação da cobertura nacional dos programas de rastreio e diagnóstico precoce nos cuidados de saúde primários	10º
2026/T2	Meta: Construção de novas unidades de saúde (124)	10º
2026/T2	Marco: Aumento da capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários e alargamento dos seus domínios de intervenção	10º
2026/T2	Marco: Remodelação das instalações e dos equipamentos de saúde para garantir a acessibilidade, a qualidade e condições de segurança nos cuidados de saúde primários	10º
2026/T2	Marco: Reforço dos cuidados assentes na comunidade e das intervenções domiciliárias e comunitárias	10º

C01-i02 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos

Este investimento articula-se com a “Reforma Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais” da Componente 03, que preconiza o desenvolvimento de uma nova geração de respostas de proteção social aos cidadãos mais idosos e/ou dependentes, baseada não só em estruturas residenciais, mas também em respostas na comunidade.

O programa de financiamento que concretiza este investimento, será coordenado a nível nacional pela ACSS, competindo às ARS executar todos os procedimentos de seleção, acompanhamento e financiamento definidos no regulamento da atribuição de apoios financeiros pelas ARS, de forma a colmatar as necessidades identificadas na região no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP).

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Entrada em vigor do regulamento relativo à atribuição de apoios financeiros pelas Administrações Regionais de Saúde	2º
2024/T2	Meta: Reforço da capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, na vertente domiciliária (objetivo 1200)	6º
2025/T4	Meta: Reforço da capacidade de resposta da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, nas vertentes de internamento e ambulatório (objetivo 7400)	9º

C01-i03 Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências

Este investimento visa apoiar a concretização da Reforma da saúde mental, contribuindo assim para o reforço do SNS e para a melhoria da resposta às necessidades em saúde da população portuguesa, com os seguintes objetivos principais:

- Criar respostas residenciais na comunidade que permitam a desinstitucionalização dos doentes residentes em hospitais psiquiátricos ou no setor social, que não beneficiam da oferta de cuidados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
- Construir 4 unidades de internamento em hospitais gerais, eliminando os internamentos de agudos em Hospitais Psiquiátricos;
- Criar 15 Centros de Responsabilidade Integrados (CRI);

- Requalificar as instalações dos serviços locais de saúde mental (SLSM) já existentes, intervindo em 20 entidades;
- Criar 40 equipas comunitárias com os rácios definidos no Programa Nacional para a Saúde Mental (PNSM) (1/200 mil habitantes na pessoa adulta, 1/100 na infância e adolescência);
- Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados- Saúde Mental (RNCCI-SM), com aumento progressivo do número de lugares, até atingir 1.500;
- Qualificar os internamentos de psiquiatria forense e construir 3 unidades forenses de transição para a comunidade (inimputáveis em liberdade para prova);
- Contruir uma nova unidade forense (Sobral Cid) e remodelar outras duas (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa-CHPL e Hospital de Magalhães Lemos-HML);
- Implementar os Planos Regionais de Saúde para as Demências, a nível das cinco Administrações Regionais de Saúde (ARS) do território continental

C01-i03	BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T4	Marco: Realização de ações de sensibilização e de formação para «construir os percursos dos doentes» no contexto das demências	3º
2025/T4	Meta: Renovação das unidades e do equipamento de psiquiatria forense (objetivo 3)	9º
2025/T4	Marco: Conclusão do reforço da rede de cuidados de saúde mental	9º

C01-i04 Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa

Este investimento tem como objetivo alavancar o reforço da rede hospitalar numa região altamente pressionada, principalmente nas áreas suburbanas, altamente povoadas e na sua maioria mais constrangidas social e economicamente, através da aquisição de equipamentos para o Hospital de Lisboa Oriental e para os hospitais de proximidade do Seixal e de Sintra.

C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Assinatura do contrato de gestão para a construção do Hospital de Lisboa Oriental	5º
2026/T2	Marco: Aquisição de equipamento para os hospitais de Lisboa Oriental, Seixal e Sintra	10º

C01-i06 | Transição Digital na Saúde

Este investimento visa corrigir os constrangimentos que impedem a transição digital no Serviço Nacional de Saúde, incluindo a falta de hardware e software adequados à disposição dos profissionais de saúde; reforçar a uniformização dos sistemas de informação no Serviço Nacional de Saúde; atualizar os princípios de segurança digital dos sistemas de informação e dos seus utilizadores; aumentar a digitalização dos registos alargando a interoperabilidade de sistemas e mobilidade de profissionais e cidadãos e melhorar a experiência do utilizador e o acesso aos dados.

C01-i06	BD - SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T4	Meta: 90% de redes locais de tecnologias da informação atualizadas no Serviço Nacional de Saúde, aptas a funcionar no novo modelo de comunicações unificadas (voz sobre IP).	3º
2022/T4	Meta: 15% de utentes com acesso a novas funcionalidades de tele saúde e tele monitorização.	3º
2025/T2	Meta: 15% Implementação de módulos administrativos de tecnologias da informação, de módulos clínicos básicos e de módulos clínicos de emergência	8º

C01-i09: Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (SUAVA)

Com este investimento pretende-se implementar o SUAVA, cujo objetivo é de promover o bem-estar físico e emocional das populações através da atividade física, mediante as seguintes ações:

- uma forte promoção da prática da atividade física e desportiva através de uma campanha de comunicação à escala nacional e da criação de uma plataforma tecnológica;
- a prática desportiva em contexto familiar e comunitário enquanto incentivo ao aumento da mobilidade ativa da comunidade, através dos mecanismos existentes no Desporto Escolar;
- o incentivo à prática de atividade física através do contexto laboral, fomentando a implementação de medidas que facilitem e estimulem a atividade física.

C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa BD - IPDJ, IP - INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2025/T3	Meta: Conclusão da implementação nas escolas dos programas «Desporto Escolar Territórios» e «Desporto Escolar Sobre Rodas» (1980 kits)	9º
2025/T3	Marco: Lançamento da campanha nacional para o Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa e a plataforma tecnológica conexas.	9º

Componente C02 | Habitação

A **reforma r04 - Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário** tem como objetivo a criação de uma resposta estruturada e transversal para pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (nos casos que, pela sua natureza, necessitam de respostas de alojamento e de acompanhamento, antes de uma solução habitacional definitiva), tendo em vista a sua proteção, autonomização e inclusão social e o combate às desigualdades.

Na ausência de um parque de habitação social com uma dimensão adequada e de uma resposta estruturada a carências de alojamento urgentes, as medidas excecionais de proteção do direito a permanecer na habitação própria ou arrendada – ou de disponibilização de alojamento alternativo – que foram adotadas nos últimos meses, não respondem de modo suficiente e sustentado às necessidades identificadas.

É objetivo desta reforma desenvolver o enquadramento legal e regulamentar necessário a estabelecer o modelo de governação da Bolsa Nacional do Alojamento Urgente e Temporário e as metodologias de sinalização e encaminhamento para alojamento e acompanhamento social das pessoas apoiadas.

C02		Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T2	Marco: Entrada em vigor do decreto-lei que aprova o quadro jurídico para o Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	1º	Decreto-Lei n.º 26/2021 de 31 de março que procede à criação da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (000800015.pdf (dre.pt))

C02-i01 - Programa de apoio ao acesso à habitação

O Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1.º Direito) tem uma abordagem transversal, incluindo ainda outras carências, como a ausência de infraestruturas e equipamentos básicos, insalubridade e insegurança do local de residência, a precariedade ou inexistência de vínculo contratual, a sobrelotação ou inadequação da habitação às necessidades especiais dos residentes com deficiência ou mobilidade reduzida.

A entrega do número de habitações contratadas às famílias previamente identificadas nas estratégias locais de habitação é contratualizada com municípios, através das Estratégias Locais de Habitação (ELH). Os novos edifícios terão necessidades de energia primária, pelo menos 20 % inferiores aos requisitos dos edifícios com necessidades quase nulas de energia (com exceção dos projetos em curso ou orçamentados para 2021 e 2022).

C02-i01		Programa de apoio ao acesso à habitação BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Meta: Programa de apoio ao acesso à habitação – Assinatura de 75 acordos de colaboração ou de financiamento.	3º
2023/T3	Meta: Programa de apoio ao acesso à habitação – As habitações adquiridas, construídas (eficiência energética elevada) ou reabilitadas (com melhor desempenho energético) são disponibilizadas a famílias (1.500 fogos)	5º
2025/T2	Meta: Programa de apoio ao acesso à habitação — As habitações adquiridas, construídas (eficiência energética elevada) ou reabilitadas (com melhor desempenho energético) disponibilizadas a famílias (10.000 fogos)	8º
2026/T2	Meta: Programa de apoio ao acesso à habitação – As habitações adquiridas construídas (eficiência energética elevada) ou reabilitadas (com melhor desempenho energético) são disponibilizadas a famílias. (22.360 fogos)	10º
2026/T2	Meta: Programa de apoio ao acesso à habitação (empréstimo) – Habitações adquiridas, construídas (eficiência energética elevada) ou reabilitadas (com melhor desempenho energético) e disponibilizadas a famílias (reforço de 3.640 fogos, para atingir 26.000)	10º

C02-i02 Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário

Com a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário, pretende-se criar uma resposta estruturada e transversal para as pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (situações que, pela sua natureza,

necessitam de respostas de alojamento de acompanhamento, antes de poderem ser encaminhadas para uma solução habitacional definitiva), tendo em vista a sua inclusão social, proteção e autonomização, o combate às desigualdades e a garantia de uma adequada proteção social face a situações de risco e emergência.

Com este investimento, pretende-se o desenvolvimento de 2.000 alojamentos de emergência ou de acolhimento/ transição, de natureza mais transversal e de 473 fogos, 3 bloco habitacionais e 5 centros de instalação temporários. Estão também previstos espaços especificamente para as forças de segurança.

C02-i02	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Meta: Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário – Assinatura de 500 acordos de financiamento para alojamento de emergência e de transição.	3°
2023/T3	Meta: Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário – Habitações com obras de construção iniciadas para alojamentos de emergência e de transição (a serem construídas de acordo com a norma de eficiência energética ou reabilitadas com melhoria do desempenho energético) que se encontram em construção (objetivo n° 350).	5°
2024/T3	Meta: Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário – Assinatura de 1000 acordos de financiamento para alojamentos de emergência e de transição.	7°
2026/T2	Meta: Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário – Alojamentos de emergência e de transição criados (construídos de acordo com a norma de eficiência energética ou reabilitados com melhoria do desempenho energético) e entregues aos promotores (objetivo n° 2000).	10°
2026/T2	Meta: 473 Alojamentos entregues às forças de segurança promotoras.	10°

C02-i05 Parque público de habitação a custos acessíveis (vertente empréstimos MRR)

Esta componente do PRR visa a construção e reabilitação para disponibilização do património público devoluto do Estado, com aptidão habitacional, para promoção de arrendamento a preços acessíveis, limitando a adesão do programa às famílias que efetivamente não encontram respostas no mercado tradicional, por incompatibilidade entre os seus rendimentos e os valores de renda praticados. O investimento previsto prevê a reabilitação de 75 % do património inscrito no Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro, orientado para a criação de um parque

habitacional público a preços acessíveis, e salvaguardar o investimento na promoção de rendas acessíveis através de programas municipais.

C02-i05	Parque habitacional público a custos acessíveis BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Meta: Parque habitacional público a custos acessíveis – Habitações com obras iniciadas (construídos de acordo com a norma de eficiência energética ou reabilitados com melhoria do desempenho energético) (520 habitações).	3º
2025/T3	Meta: Parque habitacional público a custos acessíveis – Habitações atribuídas (construídos de acordo com a norma de eficiência energética ou reabilitados com melhoria do desempenho energético) (1400 habitações).	9º
2026/T2	Meta: Parque habitacional público a custos acessíveis – Habitações atribuídas (construídos de acordo com a norma de eficiência energética ou reabilitados com melhoria do desempenho energético) (6.800 habitações).	10º

C02-i06 Alojamento estudantil a custos acessíveis (componente de empréstimos MRR)

Este investimento tem como objetivo aumentar a oferta nacional de alojamento estudantil a preços acessíveis. uma vez que se trata de um dos maiores obstáculos ao acesso ao ensino superior. O investimento consistirá na disponibilização de 15.000 camas adicionais para estudantes, através da construção de novos edifícios, da reabilitação de edifícios existentes e da modernização e expansão das residências para estudantes existentes.

C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis (fonte de financiamento: empréstimo) BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Meta: Alojamento estudantil a custos acessíveis – número de lugares de alojamento estudantil com concursos lançados (objetivo nº 7.000)	3º
2024/T3	Meta: Alojamento estudantil a custos acessíveis – número de lugares de alojamento estudantil com concursos lançados (objetivo nº 7.200)	6º
2025/T3	Meta: Alojamento estudantil a custos acessíveis (13.300 lugares)	9º
2026/T1	Meta: Alojamento estudantil a custos acessíveis (objetivo nº 18.000)	10º

Componente C03 | Respostas Sociais

A reforma r05- Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais prevê o alargamento e requalificação da rede de equipamentos sociais consubstancia um desígnio nacional na melhoria das condições de vida dos cidadãos e das respetivas famílias, priorizando de forma rigorosa e transparente os equipamentos sociais que se situem, designadamente, em territórios com uma baixa taxa de cobertura, de forma a corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição da capacidade instalada em todo o território.

Deste modo, assume-se como principais objetivos:

- a) Qualificar os cuidados prestados nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), acompanhando a evolução das necessidades da população-alvo destas estruturas;
- b) Promover o licenciamento ou regularização das ERPI que estão a operar fora do sistema, sempre que tal seja possível;
- c) Rever o quadro legislativo em matéria de licenciamento de equipamentos sociais, assegurando critérios de qualidade nos serviços e cuidados que prestam, bem como assegurando a possibilidade de surgimento de novas tipologias de respostas sociais que venham suprir as necessidades diferenciadas das pessoas idosas;
- d) Promover respostas sociais inovadoras como são as respostas de Habitação Colaborativa, que assegurem o equilíbrio entre a privacidade, o ambiente coletivo e protetor e respostas residenciais de pequenas dimensões privilegiando um ambiente mais familiar e humanizado e menos centrado num modelo institucional de larga capacidade;
- e) Desenvolver um modelo de apoio domiciliário inovador, que aposte simultaneamente na proximidade e na flexibilidade do apoio a prestar, tendo em conta a necessidade dos utentes, promovendo o adiamento da dependência e necessidade de institucionalização, em linha com os objetivos da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, que se encontra em construção. A este nível, revela-se fundamental apostar, à semelhança do apoio domiciliário, numa resposta de natureza mais flexível do ponto de vista dos serviços prestados, apostando em valências promotoras de autonomia funcional (e.g. fisioterapia) e/ou cognitiva (terapia ocupacional);
- f) Reforçar o apoio social a pessoas em situação de isolamento social, através da constituição de equipas, que, complementarmente, fortaleçam os resultados da já existente rede institucional de suporte, criando um mecanismo de mapeamento e vigilância das situações vulneráveis socialmente, e mobilizem ativa e

proactivamente os recursos da comunidade, respondendo às necessidades sociais existentes (projetos Radar Social);

g) Aumentar a capacidade de resposta em creche, fundamentalmente nos territórios que ainda têm níveis de cobertura mais baixos;

h) Adaptar a resposta às necessidades das famílias e das realidades laborais que têm horários e contextos novos que importa acompanhar;

i) Reforçar as respostas destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidades, que devem ser equacionadas de acordo com a diversidade, numa perspetiva de flexibilidade e tendo como prioridade a garantia da qualidade e a promoção de autonomia das pessoas apoiadas. Neste âmbito, Portugal continua a dar resposta aos compromissos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência.

C03		Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T4	Marco: Entrada em vigor do regime simplificado de instalação de equipamentos sociais	1º	Decreto-Lei n.º 126-A/2021 de 31 de dezembro, que Altera o regime jurídico dos estabelecimentos de apoio social e estabelece a comunicação prévia para o funcionamento das respostas sociais (0013000163.pdf (dre.pt)).

Com a **reforma r06- pretende-se implementar a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021-2025** com o objetivo de aprofundar as condições de autonomia, autodeterminação e participação das pessoas com deficiência, intervindo nos diversos contextos de vida e de interação e tendo uma perspetiva de flexibilidade de soluções, ajustadas a diferentes realidades das pessoas e suas famílias e também às diferentes fases do ciclo de vida:

a) Conhecer, estudar e avaliar a realidade das pessoas com deficiência, os seus contextos e as dinâmicas inerentes à inclusão;

b) Dinamizar a sensibilização de pessoas, famílias, instituições e contextos para os direitos das pessoas com deficiência;

c) Aprofundar as condições de exercício de direitos políticos para pessoas com deficiência;

d) Intervir nos ambientes e espaços de modo a torná-los acessíveis a pessoas com deficiência, quer na dimensão física, quer na dimensão comunicacional;

- e) Melhorar o sistema de educação inclusiva e aumentar o número de pessoas com deficiência a qualificações de nível superior;
- f) Rever, aprofundar, modernizar e ajustar aos novos desafios da transição digital e da inclusão o sistema de formação profissional e de emprego e trabalho das pessoas com deficiência;
- g) Contribuir para a conceção e implementação de um Plano Nacional de não institucionalização;
- h) Aprofundar e alargar o Modelo de Apoio à Vida Independente para pessoas com deficiência, avaliar as repostas existentes e criar soluções de proximidade, na comunidade e ajustadas às necessidades das pessoas, visando a promoção da autonomia e de acordo com o ciclo de vida;
- i) Dinamizar a inclusão através do desporto, cultura e lazer.

C03		Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2022/II	Marco: Adoção da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	1º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021 de 31 de agosto que aprovou a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 -2025 (0000300071.pdf (diariodarepublica.pt))

A **reforma r07- Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas** pretende combater as comunidades mais frágeis das áreas metropolitanas que acabam tipicamente empurradas para localizações periféricas, onde se concentram diversas vulnerabilidades, criando territórios onde se concentram pobreza e exclusão social e se criam condições para a reprodução dos fatores de exclusão e dos seus precursores. A concentração destes fatores, que se potenciam mutuamente, dificulta a atuação das políticas setoriais que, nestes núcleos residenciais, ficam aquém do seu potencial, tendo menor capacidade para quebrar círculos intergeracionais de reprodução destes fenómenos. Assim, torna-se imperiosa a criação de programas integrados de atuação sobre estas múltiplas vulnerabilidades, de acordo com as características desses territórios. Um dos primeiros desafios é proceder a uma identificação dos territórios objeto de intervenção a partir de um diagnóstico social atual, que já inclua os efeitos da pandemia, que permitam atuar de forma localizada e eficaz sobre estas comunidades. Este diagnóstico deverá incidir também sobre a resposta dos serviços públicos nestes territórios. Esta fase de diagnóstico é essencial para promover novas formas de atuação multisectorial nos territórios identificados, em que o foco é a resposta síncrona, concertada e integrada dos atores locais e

sectoriais aos problemas que se colocam aquela comunidade e aos indivíduos que a compõem.

O combate à combinação dos múltiplos fatores de exclusão torna imperiosa a criação de programas integrados de atuação sobre estas múltiplas vulnerabilidades, de modo a inverter a lógica de atuação sectorial, cujo alcance fica aquém do possível e desejável, e passando para uma lógica multissetorial de base local que permita dar uma resposta mais robusta e concertada a diferentes problemas de forma simultânea.

C03			
Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas			
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T1	Marco: Aprovação de planos de ação para comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto	1º	O Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa foi aprovado (COMIDADES EM ACAO BROCHURA.PDF (aml.pt)). O Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto foi aprovado a 27 de dezembro (Microsoft Word - PACD AMP VFinal v4.docx).

A **reforma r08- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza** pretende implementar iniciativas tendentes à erradicação da pobreza através da melhoria da eficácia do sistema de proteção social, do combate aos ciclos de reprodução das condições de exclusão, com um foco particular sobre as comunidades mais vulneráveis. Para tal foi criada uma Comissão que deverá apresentar, ainda no segundo trimestre de 2021, uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A estratégia deve integrar medidas concretas, cruzando diferentes instrumentos e dimensões de política pública, integrando transversalmente todos os públicos, da infância à velhice, incluindo os grupos e públicos mais vulneráveis, e criando, em particular, um quadro de monitorização único da evolução dos indicadores. Para além do tratamento que será assegurado para cada uma destas dimensões da pobreza e exclusão social, a ENCP inclui ainda um eixo que visa assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local, estimulando o desenvolvimento e implementação de políticas integradas de âmbito local, numa lógica multissetorial que permita identificar soluções mais adequadas à heterogeneidade e especificidade destes territórios.

As comunidades mais frágeis das áreas metropolitanas acabam tipicamente empurradas para localizações periféricas onde se concentram diversas vulnerabilidades criando territórios marcados pela pobreza e exclusão social, com

condições para a reprodução dos fatores de exclusão e dos seus precursores. A concentração destes fatores que se potenciam mutuamente dificulta a atuação das políticas setoriais que, nestes núcleos residenciais, ficam aquém do seu potencial, tendo menor capacidade para quebrar círculos intergeracionais de reprodução destes fenómenos. Pretende-se uma abordagem integrada que permita promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas e que vivem em situação de carência e exclusão. Os projetos devem incluir a participação de atores nacionais e locais nos dois grandes domínios de intervenção:

a) Dimensão de intervenção no espaço público e infraestruturas sociais – investindo, quando identificado como necessário, na qualidade do espaço público e na oferta ou na adaptação das infraestruturas sociais consideradas como as mais críticas em cada intervenção, incluindo equipamentos sociais de apoio a crianças e idosos (em articulação com a Componente 3) que contribuam para o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional. Devem também ser consideradas as intervenções em outros equipamentos (pré-escolar e escolas do nível básico e, unidades de saúde, etc.) ou a refuncionalização de espaços para atividades na área da cultura, do património comum, etc. (espaços para iniciativas culturais, espaços para ateliers, para formações diversas, etc.) de acordo com os tipos de fragilidades identificadas em cada território.

b) Domínio de promoção da coesão social – Intervenções de natureza imaterial que para além de se dirigirem à resolução de condições de base dos fenómenos de pobreza e exclusão que proliferam nestes territórios, potenciem o efeito das intervenções no espaço público e nas infraestruturas sociais, quando estes existam. Deste modo, serão desenvolvidas linhas de ação que potenciem, entre outras:

A capacitação e o envolvimento destas comunidades, começando por garantir que elas têm uma voz ativa e relevante no desenho e na implementação destas abordagens;

A descontinuação dos círculos de pobreza intergeracional, atuando sobre as áreas que, em cada comunidade, mais contribuem para a sua criação e manutenção (e.g. educação; empregabilidade; condições de saúde; precariedade laboral);

A interligação destes territórios à comunidade mais vasta que habita e trabalha nos municípios e nas áreas metropolitanas em que se inserem, combatendo o estigma que envolve estes territórios e as pessoas que neles vivem.

C03		Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Adoção da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	1º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 de 29 de dezembro que aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

			Pobreza 2021 -2030 (0001900030.pdf (dre.pt)).
--	--	--	--

A **reforma RE-C03-r38: Simplificação e eficácia do sistema de segurança social** tem como objetivo simplificar o sistema de segurança social português ("Sistema de Segurança Social"), a fim de reforçar a sua eficácia na luta contra a pobreza e a exclusão social, melhorando a adequação, a cobertura e a utilização das prestações sociais. A reforma visa contribuir para os objetivos nacionais do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, nomeadamente o objetivo de reduzir a pobreza em 765 000 pessoas até 2030, e para a aplicação dos princípios da Recomendação do Conselho sobre um rendimento mínimo adequado que garanta a inclusão ativa.

O sistema de segurança social português engloba três subsistemas: i) o sistema "Proteção Social de Cidadania", ou regime não contributivo, ii) o regime de seguro baseado nas contribuições dos trabalhadores e dos empregadores ("Sistema Previdencial"), ou regime contributivo, e iii) o "Sistema Complementar", que é voluntário e inclui regimes complementares públicos e privados.

A reforma tem em conta um relatório a elaborar por um grupo de trabalho de peritos e as consultas adequadas das partes interessadas pertinentes, e estabelece os seguintes elementos:

- Uma prestação social única. Esta prestação deve consolidar, no mínimo, oito prestações sociais de caráter não contributivo ao abrigo do sistema de proteção social de cidadania, incluindo o Rendimento Social de Inserção. Em comparação com as prestações sociais a consolidar, a prestação social única deve assegurar uma cobertura pelo menos equivalente à das pessoas em situação de elevada vulnerabilidade económica e social. A prestação social única deve contribuir para eliminar sobreposições entre os regimes existentes e a sua conceção deve promover um acesso mais simples e mais direto às prestações sociais. A participação e a consulta dos parceiros sociais pertinentes devem ser asseguradas durante o processo de conceção e execução.
- Um Código das Prestações Sociais. Este código simplificará, harmonizará e consolidará a legislação que rege as prestações sociais, a fim de assegurar uma maior transparência e uma melhor compreensão das prestações sociais disponíveis. O Código das Prestações Sociais deve seguir o modelo do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, que atualmente abrange apenas um dos três sub-regimes de segurança social acima referidos.

A execução da reforma estará concluída até 30 de junho de 2026.

C03	Simplificação e eficácia do sistema de segurança social		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2025/T1	Marco: Relatório do grupo de trabalho sobre a Prestação Social Única	8º	
2025/T2	Marco: Entrada em vigor da prestação social única (ao abrigo do sistema de proteção social da cidadania) e do Código das Prestações Sociais	10º	

C03-i01 Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais

Este investimento tem como objetivo a modernização e alargamento da rede de serviços de apoio social, através da implementação da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, traduzido nas seguintes ações:

- Requalificação da rede de equipamentos e respostas sociais; melhoria das condições de trabalho; contratação de recursos humanos de áreas de formação especializada; soluções de WiFi e material informático e capacitação digital; melhoria da eficiência energética dos edifícios.
- Alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais (Infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades), com respostas qualificadas, mas também com respostas diversificadas (ex. habitação colaborativa, aldeias sociais ou residências assistidas).
- Nova geração do apoio domiciliário, para um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) inovador, flexível e multifacetado, e integrado;
- Possibilitar a utilização de meios digitais, permitir a teleassistência e a integração e partilha de informação entre os diferentes cuidadores e a pessoa cuidada.
- Criação de equipas para projeto piloto Radar Social, com um projeto piloto, com duração de 3 anos.
- Aquisição de viaturas elétricas, garantindo a prestação de serviços de proximidade às populações e assegurando a sustentabilidade ambiental dessas soluções.

C03-i01	BI - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	
2022/T2	Marco: Adjudicação de contratos de apoio aos organismos promotores para a criação e alargamento da rede de equipamentos sociais / respostas sociais.	2º	
2024/T4	Meta: Constituição das 278 equipas de intervenção social (Radar Social)	7º	
2026/T1	Meta: Criação de 39.405 novos lugares e renovação dos existentes em equipamentos sociais	10º	
2026/T1	Meta: Entrega de 2.500 veículos elétricos	10º	

2026/T1	Meta: 63.825 utentes e funcionários dos serviços de apoio domiciliário recebem tablets, apoio técnico ou acesso a formação	10º
---------	--	-----

C03-i02 Acessibilidades 360º

O objetivo desta medida do PRR consiste em reforçar o investimento na melhoria das acessibilidades físicas para pessoas com deficiência ou incapacidades em todo o território contribuindo para mitigar os fatores de isolamento das pessoas com deficiência.

Os investimentos serão efetuados em vias públicas e em edifícios públicos, que não configuram infraestruturas dedicadas, de acordo com os requisitos das acessibilidades regulamentadas pela legislação nacional (DL n.º 163/2006, de 8 de agosto), subdividindo-se em três programas:

- Programa de Intervenção nas Vias Públicas 2021-2025 (PIVP);
- Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos 2021-2025 (PIEP);
- Programa de Intervenção em Habitações 2021-2025 (PIH).

C03-i02	BI - INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Meta: 190 Habitações com melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida	4º
2025/T4	Meta: 200.000 m2 - Espaço público com melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida	9º
2025/T4	Meta: 1.000 Habitações com melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida	9º
2025/T4	Meta: 1.500 Serviços públicos com melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida	9º

C03-i05 Plataforma +Acesso

Com o investimento Plataforma+ Acesso pretende-se congregiar um conjunto de informações e ferramentas digitais, implementando novas soluções digitais úteis na área da inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidades, nomeadamente recursos e medidas de apoio, bem como legislação temática em vigor.

A plataforma irá permitir a consulta de conteúdos georreferenciados relativos à localização de imóveis públicos e privados, acessíveis e utilizáveis por todos. Os

imóveis serão infraestruturados, com equipamentos e software necessários à instalação de sistemas de informação e posicionamento global (GPS). A solução irá permitir orientar, em tempo real, todos os cidadãos, incluindo os que têm incapacidades de visão, em espaços interiores de grandes dimensões – públicos e privados.

O investimento subdivide-se em cinco programas:

- Georreferenciação da localização de imóveis públicos e viabiliza a inclusão de privados;
- Sistemas de informação e posicionamento global (GPS) para o interior de imóveis públicos de grandes dimensões e viabilizar a inclusão de imóveis privados;
- Georreferenciação de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada;
- Serviço de informação;
- Call-Center de interpretação de Língua Gestual Portuguesa.

C03-i05	BD - INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T4	Marco: Publicação do concurso para a construção de infraestruturas digitais no âmbito das Acessibilidades 360°	1º
2024/T4	Marco: Plataforma de informação digital para pessoas com deficiência	7º
2025/T4	Marco: Centro de atendimento telefónico para Língua Gestual Portuguesa	9º

C03-i06: Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

C03-i06.01: Programa Bairros Saudáveis

Este investimento tem como objetivo principal assegurar o combate à pobreza e à exclusão social daquelas populações, das suas comunidades e do território, enquanto espaço físico estigmatizado perante o resto do município e da Área Metropolitana em que se enquadra.

Deste modo, serão apoiadas intervenções que visam promover o desenvolvimento de parcerias e intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação, nomeadamente, com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas.

C03-i06.01	BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Marco: Publicação de um relatório de acompanhamento relativo às medidas tomadas em cada intervenção	6º

C03-i06.02: Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa

Com estes investimentos, pretende-se uma abordagem integrada que permita promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas e que vivem em situação de carência e exclusão na Área Metropolitana de Lisboa.

Este investimento é composto por um conjunto de ações que incluirão a capacitação das comunidades, o desenvolvimento de abordagens novas e inovadoras para a coesão social e intervenções no espaço público, infraestruturas sociais e desportivas e habitações.

C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa BI - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Assinatura de acordos entre a Área Metropolitana de Lisboa e as unidades técnicas locais, que definirão o âmbito das medidas a serem apoiadas	2º
2024/T2	Marco: Publicação de um relatório de acompanhamento pela Área Metropolitana de Lisboa relativo às medidas tomadas em cada um dos 12 domínios de intervenção	6º
2025/T4	Meta: Execução total de pelo menos 90 % das medidas	9º

C03-i06.03: Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto

Com estes investimentos, pretende-se uma abordagem integrada que permita promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas e que vivem em situação de carência e exclusão na Área Metropolitana do Porto.

Este investimento é composto por um conjunto de ações que incluirão a capacitação das comunidades, o desenvolvimento de abordagens novas e inovadoras para a coesão social e intervenções no espaço público, infraestruturas sociais e desportivas e habitações.

C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto BI - ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Assinatura de acordos entre a Área Metropolitana do Porto e as unidades técnicas locais, que definirão o âmbito das medidas a serem apoiadas	2º
2024/T2	Marco: Publicação de um relatório de acompanhamento pela Área Metropolitana do Porto relativo às medidas tomadas em cada um dos 6 domínios de intervenção	6º
2025/T4	Meta: Execução total de pelo menos 90 % das medidas	9º

Componente C04 | Cultura

C04-i01 Redes Culturais e Transição Digital

Este investimento tem como objetivo modernizar a infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais públicos e promover a respetiva transição digital.

Para a modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, as principais ações são:

- Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes online e sistemas de informação e catálogos integrados, para 239 bibliotecas públicas;
- Cobertura de wi fi em 50 museus, palácios e monumentos;
- Aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo, imagem e tecnologia para 155 cineteatros e centros de arte contemporânea públicos;
- Modernização Tecnológica dos laboratórios de conservação e restauro do Estado;
- Modernização Tecnológica do ANIM - Arquivo Nacional da Imagem em Movimento;
- Instalação do Arquivo Nacional do Som.

No caso da digitalização de artes e património, as principais ações são:

- Digitalização e virtualização de espólio (20 milhões de imagens) de bibliotecas públicas;
- Digitalização e virtualização de espólio (19,5 milhões de documentos) de arquivos nacionais;
- Digitalização de 59.500 registos de acervos de museus públicos;
- Visitas virtuais em 65 museus;
- Digitalização de 1.000 filmes portugueses da Cinemateca

- Criação da Plataforma de Empréstimo de Livros Eletrónicos (junto de cerca de 300 bibliotecas públicas).

C04-i01	BI - GEPAC - GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Marco: Especificações tecnológicas para a rede de equipamentos culturais	2º
2023/T3	Marco: Modernização tecnológica do ANI- Arquivo Nacional da Imagem em Movimento;	5º
2025/T4	Meta: Apoio financeiro para a transição digital de livrarias (objetivo: 200).	9º
2025/T4	Marco: Digitalização e virtualização de coleções públicas	9º
2025/T4	Meta: Apoio financeiro para a tradução e edição de obras literárias (objetivo: 5200)	9º
2026/T1	Marco: Entrega de infraestruturas tecnológicas modernizadas para a rede de equipamentos culturais	10º
2026/T1	Meta: Fornecimento de equipamento para a instalação do Arquivo Nacional do Som e para a modernização tecnológica dos laboratórios públicos	10º

C04-i02 Património Cultural

Com este investimento o objetivo é: requalificar equipamentos culturais classificados como património cultural, de forma a adaptar estas instalações às novas normas ambientais; a intervenção em parques verdes históricos com flora e fauna únicas; e a criação de um programa “saber-fazer”. Será composto pelas seguintes intervenções:

- criação de um repositório de informação e documentação sobre produção artesanal nacional, identificação e levantamento de matérias-primas;
- instalação de laboratórios e rotas do centro tecnológico da iniciativa "Saber Fazer" (proteção das profissões e das técnicas artesanais), incluindo a comercialização dos produtos;
- criação de um catálogo de atividades (pedagógicas e informativas sobre técnicas tradicionais) realizadas no Centro Tecnológico do Saber Fazer;
- conclusão de obras em museus, monumentos, palácios nacionais e teatros nacionais que impliquem renovação e/ou requalificação.

C04-i02	Património Cultural BI - FSPC - FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL (Direção Geral do Património Cultural)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2022/T4	Marco: Instituição da rede «Saber Fazer»	3º
2023/T3	Meta: 49 Assinaturas de contratos para a requalificação e conservação de edifícios que são património cultural e de teatros nacionais	5º
2025/T4	Marco: Instalação de laboratórios e rotas do centro tecnológico da iniciativa "Saber Fazer" e criação de atividades pedagógicas e informativas sobre técnicas tradicionais.	9º
2026/T1	Meta: Conclusão das 75 obras de requalificação e conservação de edifícios que são património cultural e de teatros nacionais	10º

Componente C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

A **reforma r09** tem como objetivo acelerar o processo de inovação e a progressão nas cadeias de valor através da promoção de estratégias de clusterização e de dinâmicas de inovação colaborativa, investindo, ao mesmo tempo, na capacitação e no fortalecimento do sistema de I&D.

C05		Capitalização e Inovação Empresarial	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T4	Marco: Atualização das linhas orientadoras da estratégia para a inovação tecnológica e empresarial para Portugal 2030	1º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2021 (rcm186_2021.pdf) (portugal2030.pt)

A **reforma r10 teve como objetivo a criação do Banco Português de Fomento (BPF)** através do Decreto-Lei n.º 63/2020 e da consequente fusão de um conjunto de sociedades financeiras de apoio à economia nacional para a capitalização do tecido empresarial, associados à reforma do quadro institucional de apoio público ao investimento.

C05		Capitalização e Inovação Empresarial	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2020/T4	Marco: Entrada em vigor do ato legislativo que regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento (BPF) e aprova os respetivos Estatutos	1º	Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro (0000200022.pdf) (dre.pt)

A **reforma r11** tem como objetivo aprofundar o esforço recente de alargamento e consolidação da rede de instituições de interface entre o sistema académico,

científico e tecnológico e o tecido empresarial português, incluindo a revisão e a uniformização do enquadramento legislativo e regulamentar das entidades que integram o Sistema de Interface Tecnológico, nomeadamente os Centros Tecnológicos e os Centros de Interface. Em paralelo, outro objetivo desta reforma diz respeito ao alargamento da rede de Laboratórios Colaborativos dos atuais 26 para, pelo menos, 35 laboratórios em 2021.

C05		Capitalização e Inovação Empresarial	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T1	Meta: Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos (35)	1º	A FCT, responsável pelo processo de reconhecimento e a atribuição do título de "Laboratório Colaborativo", em resultado do 4º exercício de avaliação do concurso para o reconhecimento e a atribuição do título de "Laboratório Colaborativo (CoLAB)", aprovou a constituição de mais nove CoLABs no dia 23/03/2021, tendo a lista final após audiência prévia sido publicada a 29/04/2021.
2021/T4	Marco: Entrada em vigor do novo regime jurídico aplicável aos centros de tecnologia e inovação	1º	O Decreto-Lei n.º 126-B/2021, de 31 de dezembro estabelece o regime jurídico dos centros de tecnologia e inovação (0000200017.pdf (dre.pt))

A **reforma r12** teve como objetivo suportar a implementação da **Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30** a desenvolver por empresas, de qualquer dimensão, do setor agroalimentar ou conexas e Entidades não Empresariais do Sistema de I&D, visando o reforço da capacidade de investigação, inovação e transferência de conhecimento e tecnologia no setor agropecuário, agroalimentar e agrícola, promovendo o crescimento, de forma sustentável e resiliente, baseado no conhecimento e na inovação.

C05		Capitalização e Inovação Empresarial	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2020/T4	Marco: Aprovação da Agenda de Inovação para a Agricultura	1º	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2020 de 13 de outubro (0003800059.pdf dre.pt)

A **reforma r13** tem como objetivo a **dinamização do mercado de capitais e a promoção da capitalização de empresas**, destacando-se particularmente para o efeito a figura das sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia (SIMFE), através das seguintes medidas: desenvolvimento do mercado de capitais; dinamização das SIMFE; revisão do Código dos Valores Mobiliários; revisão do enquadramento jurídico dos organismos de investimento coletivo; e incentivo à capitalização (dedução por lucros retidos e reinvestidos).

C05		Capitalização e Inovação Empresarial	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T3	Marco: Entrada em vigor da revisão do quadro jurídico dos organismos de investimento coletivo	3º	Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de abril (0000200184.pdf dre.pt)
2022/T3	Marco: Entrada em vigor da revisão do Código dos Valores Mobiliários	3º	Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro (0000200128.pdf dre.pt)
2022/T4	Marco: Desenvolvimento do mercado de capitais — entrada em vigor de legislação	3º	Em curso: Encontra-se em elaboração da nova legislação no que respeita

			à criação de incentivos fiscais para o financiamento direto das empresas nos mercados de capitais e de dívida.
--	--	--	--

C05-i01.01: Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial e

C05-i01.02: Agendas/Alianças verdes para a inovação empresarial

As agendas mobilizadoras e agendas verdes (a partir daqui designadas por agendas) visam consolidar e expandir sinergias entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico em Portugal, contribuindo para o incremento da competitividade e resiliência da economia portuguesa, com base em I&D, na inovação e na diversificação e especialização da estrutura produtiva. A dotação inicialmente atribuída às duas medidas é de 930 milhões de euros.

C05-i01.01 C05-i01.02	BI - IAPMEI	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T4	Meta: Celebração de 6 Contratos para desenvolvimento de novos bens e serviços em áreas estratégicos relevantes (Agendas de Inovação).	3º
2022/T4	Meta: Celebração de 4 Contratos para desenvolvimento de novos bens e serviços em áreas estratégicos relevantes (Agendas de Inovação).	3º
2025/T4	Meta: Conclusão da execução dos 6 contratos (pactos de inovação ou projetos mobilizadores)	9º
2025/T4	Meta: Conclusão da execução dos 4 contratos (pactos de inovação ou projetos mobilizadores)	9º

C05-i02: Missão interface – renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo

O objetivo deste investimento é reforçar e capacitar o Sistema de Investigação e Inovação, e, de forma particular, fomentar a sua articulação com a indústria, por forma a assegurar uma eficaz transferência de tecnologia e a valorização económica e social do conhecimento.

Pretende-se alargar e reforçar o novo modelo de financiamento para as instituições de interface baseado na estrutura 1/3 de financiamento base, 1/3 de

financiamento competitivo e 1/3 de financiamento proveniente do mercado, segundo a estratégia já adotada no lançamento dos Laboratórios Colaborativos desde 2017. Este investimento assegurará, numa fase inicial, o 1/3 de financiamento base, que posteriormente será financiado por via de receitas fiscais.

Paralelamente, será feito um investimento no reforço e capacitação da rede de instituições de intermediação tecnológica, apoiando a sua qualificação, a modernização dos equipamentos, a formação técnica dos ativos e a contratação de recursos altamente qualificados. Em casos excepcionais e devidamente fundamentados, sobretudo em domínios das Agendas Mobilizadoras insuficientemente abrangidos, poderá ser apoiada a criação de novas infraestruturas.

C05-i02		BI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A. (ANI)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido	de desembolso
2022/T4	Meta: Celebração de contratos com entidades de interface, incluindo Laboratórios Colaborativos – CoLAB (20)	3º	
2025/T4	Meta: Benefício pelas empresas dos serviços prestados pelas entidades de interface, incluindo Laboratórios Colaborativos – CoLAB (500 empresas)	9º	

C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30]

Esta medida inclui a Agenda de Inovação para a Agricultura que visa promover o crescimento do setor agroalimentar e ainda investimentos que têm como objetivo impulsionar a investigação e a inovação que contribua para a transição ecológica e digital do setor agrícola, com vista a uma agricultura sustentável. Para além de apoio a projetos de Investigação & Inovação, da renovação/requalificação de polos da Rede Nacional de Inovação na Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural, terá ainda 5 projetos no âmbito da Transição Digital no Ministério da Agricultura.

A modernização dos Polos da Rede de Inovação, inclui a renovação/ requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações centro experimentais, coleções de variedades regionais e efetivos de raças autóctones. Combinando os recursos do Ministério da Agricultura com os de outros *stakeholders*, com responsabilidade na execução da estratégia de investigação e inovação, visa reforçar-se o ecossistema de investigação e inovação

agrícola e agroalimentar. Os polos irão ter um modelo de governação que incluirá atores de cada região, bem como Instituições de Ensino Superior.

C05-i03		BD e BI- IFAP
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T3	Marco: Processo de concurso para projetos de investigação e inovação	1º
2025/T3	Meta: Conclusão de 5 projetos de inovação e investigação focalizados nos aspetos digitais da Agenda de Inovação para a Agricultura 2030	9º
2025/T3	Meta: Desenvolvimento de até 100 projetos de inovação e investigação focalizados nos aspetos ecológicos da Agenda de Inovação para a Agricultura 2030	9º
2025/T4	Meta: Renovação/requalificação de 24 polos de inovação agrícola	9º

C05-i06: Capitalização de empresa e resiliência financeira/Banco Português de Fomento (vertente empréstimos MRR)

Nesta medida, e com recurso à vertente de empréstimos do Instrumento de Recuperação e Resiliência, pretende-se realizar um aumento do capital do Banco Português de Fomento, de modo a acomodar flutuações de balanço decorrentes da implementação do InvestEU, programa europeu com quatro janelas de investimento, de cariz estratégico, no qual o BPF assumirá o papel de implementing partner.

Em acréscimo, este investimento compreende também a criação de um instrumento de capitalização para combater a grave depauperação de capital próprio no tecido empresarial português, em particular nas pequenas e médias empresas. A recapitalização prevista, realizada maioritariamente através de instrumentos de capital e quase-capital, é direcionada ao aumento da autonomia financeira das empresas.

C05-i06		BI - Banco Português de Fomento
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T3	Marco: Entrada em vigor de um decreto-lei que regulamenta a medida de capitalização do BPF	1º
2021/T3	Marco: Desenvolvimento da política de investimento (capitalização) e adoção da mesma pela entidade gestora do veículo	1º
2022/T1	Marco: Notificação à Comissão Europeia sobre a decisão favorável do Pillar Assessment do BPF	2º

2022/T1	Marco: transferência de capital de 250 000 000 EUR do Governo português para o BPF e adoção da política de investimento do BPF	2º
2023/T4	Meta: Entrega, por um instrumento de capitalização, de um total de 650 000 000 EUR a empresas portuguesas não financeiras em capital próprio e quase capital próprio, em conformidade com a política de investimento do instrumento	5º
2025/T4	Meta: Entrega, por um instrumento de capitalização, de um total de 1 300 000 000 EUR a empresas portuguesas não financeiras em capital próprio e quase-capital próprio, em conformidade com a política de investimento do instrumento	9º
2025/T4	Meta: Foram assinadas 100% das garantias disponibilizadas pelo aumento de capital.	9º

C05-i11: Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial (Empréstimos)

O objetivo do investimento é reforçar o investimento RE-C05-i01.01 no âmbito da componente 5. A parte reforçada da medida deve aumentar o número de produtos, processos ou serviços das Agendas de Mobilização/Alianças para a Inovação Empresarial.

Pelo menos 366 dos produtos, processos ou serviços executados no âmbito deste investimento devem ser alinhados com o domínio de intervenção 021 do anexo do Regulamento Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A execução do investimento estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

C05-i11	BI - IAPMEI	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T2	Meta: Celebração de contratos para desenvolvimento de novos bens e serviços em áreas estratégicas relevantes (Agendas de Inovação) (Objetivo: 28)	4º
2025/T4	Meta: Conclusão de 446 produtos, processos ou serviços (Objetivo: 674)	9º

C05-i12: Reforço: Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial (Empréstimos)

O objetivo do investimento é reforçar o investimento RE-C05-i01.02 no âmbito da componente 5. A parte reforçada da medida deve aumentar o número de produtos, processos ou serviços das Agendas Verdes.

A execução do investimento estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

C05-i12	BI - IAPMEI	
---------	-------------	--

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Meta: Celebração de contratos para desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços em áreas estratégicas relevantes para a economia hipocarbónica, a resiliência e a adaptação às alterações climáticas. (Objetivo: 20)	5º
2025/T4	Meta: Produtos, Processos ou Serviços (PPS) concluídos relevantes para a economia hipocarbónica, a resiliência e a adaptação às alterações climáticas. (Objetivo: 285)	9º

Componente C06 | Qualificações e Competências

A **reforma r14 - Reforma do ensino e da formação profissional** pretende reforçar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo português, ao nível da educação e da formação de jovens e adultos. No plano macro, de modo a robustecer a coordenação político-estratégica em todos os níveis de qualificação do sistema de educação e formação profissional, nomeadamente nas áreas transversais e nas dimensões de estreita articulação dos subsistemas, bem como, conseqüentemente, promover a eficácia e eficiência na implementação das políticas, será criada uma Comissão Interministerial de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações. Ao mesmo tempo, propõe-se evoluir os padrões de qualidade da oferta de qualificação com vista a aumentar a atratividade do sistema, a robustecer a qualidade das aprendizagens e das competências adquiridas e a aumentar o nível de qualificação dos jovens e adultos, sobretudo ao nível das qualificações intermédias, bem como a alavancar o potencial produtivo da economia portuguesa e a contribuir para a redução das desigualdades socioeconómicas e geográficas.

C06- r14		Reforma do ensino e da formação profissional	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2025/T4	Meta: Abertura de vagas para formação (20.000)	9º	

A **reforma r15 - Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas** visa rever o quadro legal e institucional em vigor que rege a cooperação das instituições de ensino superior, incluindo todas as universidades e politécnicos, com a Administração Pública e as empresas, com o objetivo de modernizar os incentivos à cooperação e o apoio à diversificação da oferta formativa e à aprendizagem ao longo da vida.

Pretende-se, em particular, estimular ofertas formativas com base em arranjos colaborativos, em rede ou consórcio, diversificando e complementando a oferta existente nas áreas em que as sinergias entre ensino superior, a Administração Pública e a atividade empresarial e industrial se revelem mais úteis para renovar as qualificações dos mercados de trabalho, designadamente na área das competências digitais e da formação pós-graduada de orientação profissional. Pretende também aprofundar a participação de peritos externos nas instituições de ensino superior para o desenvolvimento de atividades de formação e transferência de conhecimento, assim como para o exercício de cargos de gestão.

C06-r15	Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2020/T2	Marco: Entrada em vigor da lei que cria concursos especiais de admissão ao ensino superior	1º	Decreto-Lei n.º 11/2020 de 2 de abril, Cria os concursos especiais de ingresso no ensino superior para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados (0000400021.pdf (dre.pt))
2021/T2	Marco: Entrada em vigor do novo quadro legal que rege a cooperação das instituições de ensino superior com a administração pública e as empresas	1º	Decreto-Lei n.º 27/2021 de 16 de abril, Adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida (0000500013.pdf (dre.pt))

A **reforma r16 - Redução das restrições nas profissões altamente reguladas** responde aos alertas que Portugal tem sido objeto, desde há alguns anos e por múltiplos organismos internacionais, para a necessidade de identificar e eliminar entraves no acesso profissões reguladas. Assim, está em preparação, no quadro da Assembleia da República, um projeto de lei que visa adequar a atuação das associações públicas profissionais, eliminando restrições à liberdade de acesso e de exercício da profissão e prevenindo infrações às regras da concorrência na prestação de serviços profissionais, nos termos do direito nacional e nos termos do direito da União Europeia.

C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente reguladas		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência

2022/T4	Marco: Entrada em vigor da lei relativa às profissões regulamentadas	3º	Foi publicada a Lei n.º 12/2023, de 28 de março, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais (0000200013.pdf (dre.pt)). Lei n. 64/2023 - alteração à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.
2025/T4	Marco: Relatório da Autoridade da Concorrência (AdC) sobre a avaliação da eficácia da lei relativa às profissões regulamentadas publicada	N/A	

A **reforma r17 - Agenda de promoção do trabalho digno** visa o combate à precariedade e à segmentação e constitui igualmente um objetivo central, assente na promoção da negociação coletiva, na valorização da formação e da qualificação, e na defesa de salários adequados e de rendimentos dignos.

No que diz respeito ao combate à precariedade e à segmentação do mercado de trabalho, está em causa a mitigação da incidência das formas de trabalho tradicionalmente mais expostas ao risco de desemprego, instabilidade e insegurança laboral, incluindo o falso trabalho independente, os contratos de trabalho não permanentes e o trabalho temporário, bem como o reforço do combate aos fenómenos do trabalho não declarado ou subdeclarado e a melhoria dos instrumentos de classificação das relações jurídicas estabelecidas entre trabalhadores e empregadores, em particular no âmbito das formas de emprego emergentes e associadas, tipicamente, às plataformas digitais.

As políticas ativas de emprego são um instrumento relevante para alcançar estes objetivos, sendo objetivo das autoridades portuguesas reforçar a orientação destes programas para a criação de emprego permanente e sustentável, combatendo a tendência estrutural do mercado de trabalho português para níveis de precariedade e segmentação acima da média europeia e prevenindo o risco, especialmente acentuado em períodos de recuperação económica pós-crise, de criação de emprego centrada em formas não permanentes.

Uma das metas é aumentar o salário mínimo nacional para 750 euros até ao 4.º trimestre de 2023.

C06-r17		Agenda de promoção do trabalho digno	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T1	Marco: Entrada em vigor da lei que regula o trabalho em plataformas	4º	Foi publicada a Lei n.º 13/2023 a 3 de abril, que altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno (0000200085.pdf (dre.pt)). Encontra-se em elaboração relatório previsto no mecanismo de verificação.

A **reforma r18 - Combate à desigualdade entre mulheres e homens** pretende o combate às desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho é não apenas um imperativo de justiça social, mas também um imperativo de desenvolvimento. É entendimento do Governo que uma sociedade que abdica do pleno potencial de metade da sua população está a autolimitar-se no seu desenvolvimento social e económico.

Pretende-se combater as práticas discriminatórias ao mesmo tempo que se atua de forma estruturante no combate aos estereótipos de género que limitam as opções formativas e profissionais de mulheres e raparigas, com impactos nos rendimentos e carreira profissional.

Alguns dos resultados que se pretende atingir no âmbito da Lei da Igualdade Remuneratória são:

Notificação às empresas com mais de 50 e 250 trabalhadores que tenham níveis remuneratórios com diferenças significativas, da obrigação de submeterem à ACT e implementarem um plano de avaliação das diferenças remuneratórias, até ao 4.º trimestre de 2022;

Elaboração da norma portuguesa relativa a um Sistema de Gestão de Igualdade Salarial, com base na Norma Islandesa ÍST 85:2012, até ao 4.º trimestre de 2024;

No âmbito da representação equilibrada, elaboração de relatórios anuais de evolução dos indicadores de representação equilibrada nas empresas cotadas, empresas do setor público empresarial, pessoal dirigente e órgãos da Administração Pública, incluindo instituições do ensino superior públicas e associações públicas.

No âmbito da segregação profissional:

Mais 8.000 jovens do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário envolvidos, até ao 4.º trimestre de 2023, em atividades práticas laboratoriais, sessões de *role model* e mentoria;

Estudo de avaliação do impacto do projeto Engenheiras por 1 Dia até ao 4.º trimestre de 2021.

C06-r18	Combate à desigualdade entre mulheres e homens		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2024/T4	Marco: Elaboração da norma portuguesa relativa a um Sistema de Gestão de Igualdade Salarial	7º	
2025/T4	Marco: Notificação das empresas com mais de 50 trabalhadores que apresentem níveis remuneratórios com diferenças significativas entre homens e mulheres	7º	

C06-i01.01 Instalação e/ou modernização dos centros tecnológicos especializados

Este investimento consiste em reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos educativos, com oferta de ensino profissional através da aquisição de equipamentos, permitindo a modernização e/ou criação de 365 Centros Tecnológicos Especializados.

C06-i01.01	BI - IGeFE - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	
2025/T1	Meta: 310 Centros Tecnológicos Especializados renovados ou construídos	8º	
2025/T4	Meta: 365 Centros Tecnológicos Especializados renovados ou construídos	9º	

C06-i01.02 Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional

Este subinvestimento visa robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos educativos com oferta de ensino profissional, dotar as oficinas das escolas e dos centros de formação profissional da rede do IEFP de equipamentos essenciais à prática educativa e formativa, ajustar e requalificar os

espaços físicos das escolas e centros de formação profissional e criar, instalar e requalificar centros e polos da rede de formação setorial da rede do IEFP.

C06-i01.02	BD - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Meta: 11.500 Postos de formação beneficiados	5º
2025/T4	Meta: 22.000 Postos de formação beneficiados	9º

C06-i02 Compromisso Emprego Sustentável

Esta medida visa a promoção do trabalho digno e pretende promover e incentivar a criação de emprego permanente de carácter excecional, através de:

- um apoio público a conceder a entidade empregadora de natureza privada, pela celebração de contrato de trabalho sem termo com pessoa em situação de desemprego inscrita no serviço nacional de emprego;
- promoção de uma mudança de paradigma na criação de emprego, que concorra para mitigar a segmentação excessiva do mercado de trabalho português.

Estão previstas as seguintes majorações: na contratação de jovens até 35 anos, quando a remuneração base seja igual ou superior a duas vezes o salário mínimo nacional e quando esteja em causa a contratação do sexo sub-representado na profissão.

C06-i02	BI - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T4	Meta: 30.000 Apoio financeiro a contratos permanentes	7º

C06-i03.01 Incentivo Adultos – Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3

C06-i03.01	BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Meta: Adultos que participam em ofertas de ensino, formação e certificação para adultos dos níveis B1/B2/B3 (12.500)	N/A

C06-i03.02 Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica

Este subinvestimento tem como objetivo, aumentar a taxa de participação e de certificação, no âmbito de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação

de Competências (RVCC), conducentes à melhoria das qualificações de nível não superior das pessoas, através da introdução de um apoio a adultos, que se encontrem em fases consolidadas do processo, à semelhança de outras modalidades formativas de adultos. Irá abranger a rede de 316 centros qualifica, por todo o país e atribuir um apoio financeiro individual de 1,25 IAS.

C06-i03.02		BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Número adicional de participantes em medidas de apoio à melhoria das qualificações dos adultos (145.500) <i>(Meta conjunta com a do Impulso Adultos)</i>	9º

C06-i03.03 Impulso Adultos

Com este subinvestimento pretende-se apoiar a conversão e atualização de competências, de adultos ativos, em formações de curta duração no ensino superior (universidades e politécnicos), de nível inicial e/ou de pós-graduação, assim como a formação ao longo da vida, em articulação com empregadores públicos e privados, incluindo:

- apoiar programas, “escolas” e/ou “alianças” de formação superior inicial e pós-graduada, em consórcio com empregadores (incluindo diplomas de pós-graduação e mestrados);
- promover uma rede de, pelo menos, dez “Escolas” e/ou “Alianças” para a formação pós-graduada, com pelo menos quatro iniciativas no interior do país até ao 3º trimestre de 2023, na forma de consórcios entre instituições de ensino superior e empregadores.

Implementado em conjunto com o Programa Impulso Jovens STEAM através de um único concurso, aberto e competitivo, estará disponível a partir do ano letivo 2021/22 e deverá decorrer até ao fim do ano letivo 2025/2026, com o objetivo de apoiar pelo menos 23 mil participantes.

C06-i03.03		BI - DGES - DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Número adicional de participantes em medidas de apoio à melhoria das qualificações dos adultos (145.500) <i>(Meta conjunta com a do Acelerador Qualifica)</i>	9º

C06-i04.01 Impulso jovens STEAM

C06-i04.02 Impulso jovens STEAM - Rede Ciência Viva

Com esta componente do PRR, pretende-se promover e apoiar iniciativas, a desenvolver e implementar por parte das instituições de ensino superior, incluindo universidades e politécnicos, em consórcio com empregadores, orientadas para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes/ humanidades e matemática.

De uma forma geral, o Impulso Jovens STEAM tem como objetivos: a) Apoiar 10 mil estudantes em cursos de ensino superior em áreas de ciência, tecnologia, engenharia, artes/ humanidades e matemática até ao segundo trimestre de 2025; b) Beneficiar pelo menos 10 mil estudantes anualmente pelas intervenções de modernização de infraestruturas e equipamentos, permitindo o aumento de capacidade e a introdução de práticas pedagógicas inovadoras; c) Apoiar 650 Clubes Ciência Viva nas escolas, por forma a alargar a Rede de Clubes de Ciência Viva a todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede, assim como apoiar a instalação e desenvolvimento de 20 Escolas Ciência Viva, por forma a alargar à Rede de Centros Ciência Viva.

C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM BI - DGES - DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T1	Meta: Número adicional de estudantes formados em cursos do ensino superior em domínios STEAM (nº 7500)	8º
2025/T4	Meta: Número adicional de estudantes formados em cursos do ensino superior em domínios STEAM (nº 10000)	9º

C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM – Rede Ciência Viva BI - CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T3	Meta: Clubes Ciência Viva adicionais (650)	9º

C06-i06: Ciência Mais Capacitação

Este investimento visa promover o desenvolvimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo das instituições de ensino superior (IES) apoiando a investigação fundamental, promovendo a transferência de conhecimento, reduzindo a precariedade dos investigadores e reforçando a ligação entre as empresas e a sociedade.

Este investimento será composto pelas seguintes submedidas:

- Programas de Atração e Retenção de Talentos ERC-Portugal e FCT-Tenure:

FCT-Tenure: este programa apoiará o recrutamento de 230 investigadores doutorados para lugares permanentes selecionados através de concursos.

ERC-Portugal: este programa apoiará os investigadores cujos projetos sejam recomendados para financiamento a nível europeu ou nacional. O programa apoiará igualmente os investigadores cujas candidaturas ao ERC tenham sido recomendadas para financiamento ou transferidas para a segunda fase de avaliação, mas que acabaram por não ser financiados.

- aumento do financiamento disponível para Parcerias Internacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação:

promover a participação portuguesa no Programa-Quadro Europeu de Investigação e Inovação, apoiando o financiamento de projetos com participação nacional selecionados a nível europeu,

permitir a mobilidade internacional de 100 investigadores nacionais.

C06-i06	BI - FCT	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2026/T1	Marco: Parcerias Internacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação: apoio a parcerias internacionais, apoio a projetos de I&I, apoio à mobilidade internacional	10º
2026/T1	Meta: Apoio a contratos permanentes com investigadores doutorados no âmbito da FCT-Tenure e apoio a investigadores no âmbito do ERC (255)	10º

C06-i07: Impulso Mais Digital

Os objetivos da medida são aumentar a atratividade das ciências agrárias para as gerações futuras, apoiar as ciências médicas na aceitação dos progressos digitais e tecnológicos e alargar a capacidade de formação em competências digitais aos domínios não CTEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática); promover a inovação e a modernização pedagógicas, estimulando assim o sucesso académico.

Este investimento será composto pelas seguintes submedidas:

- modernização tecnológica e digital das ciências agrárias, a submedida deve: reformar 20 programas de estudos (licenciatura, mestrado ou ambos) em ciências agrárias através do reforço da sua componente digital e tecnológica, da internacionalização e da cooperação interinstitucional, abrir escolas agrícolas a futuros alunos do ensino secundário, apoiar a requalificação dos profissionais que já trabalham no setor, promovendo a formação profissional de curta duração do ensino superior e os mestrados profissionais.

- modernização da medicina: a submedida deve apoiar a formação em ambientes digitais e a simulação médica destinada aos estudantes, bem como aos profissionais que trabalham no setor.
 - reforçar as competências digitais: a submedida deve apoiar o reforço das competências digitais dos jovens e adultos em áreas não CTEAM.
 - inovação e modernização pedagógica no ensino superior: a submedida deve: criar centros de excelência para a inovação pedagógica, com uma forte componente digital, com destaque para as áreas não tecnológicas (ciências sociais, ciências humanas e artes).
- reforçar os programas de financiamento destinados a reduzir a taxa de abandono escolar no ensino superior.

C06-i07		BI - DGES
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T4	Marco: Inovação e modernização pedagógica no ensino superior (5 centros excelência)	7º
2026/T2	Meta: Modernização tecnológica e digital das ciências agrárias: Reforma curricular das ciências agrárias, abertura das escolas agrícolas aos alunos do ensino secundário e requalificação dos profissionais (7.020 abrangidos)	10º
2026/T2	Meta: Modernização da medicina (n.º 12.500)	10º
2026/T2	Meta: Reforçar as competências digitais (n.º 11.750)	10º
2026/T2	Meta: Inovação e modernização pedagógica no ensino superior (22% de taxa meta abandono)	10º

C06-i09: Escolas novas ou renovadas

O investimento consistirá na construção de novas escolas ou na renovação de escolas existentes. Os investimentos devem centrar-se em 75 escolas primárias e secundárias que tenham sido identificadas como necessitando de intervenção prioritária.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C06-i09		BI – CCDR´s
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T4	Meta: Reforçar as competências digitais (75 contratos)	7º
2026/T1	Meta: Inovação e modernização pedagógica no ensino superior (75 escolas)	10º

Componente C07 | Infraestruturas

Esta componente não tem reformas associadas.

C07-i00: Alargamento da Rede de Carregamentos de Veículos Elétricos

Este investimento, não suportado financeiramente no PRR, visa o alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos, incluindo a supressão das falhas de mercado nos territórios de baixa densidade. Até 2025, alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos de 15.000 pontos, com um aumento de cerca de 2.300 pontos por ano, compatível com a dinâmica de mercado atual, estando o governo disposto a suprir as falhas de cobertura de mercado nos territórios de baixa densidade, se estas se vierem a verificar.

C07-i00		BI -Fundo Ambiental BD- <i>Mobi.e</i>
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T4	Meta: Acréscimos dos postos públicos de carregamento de veículos (5250)	3º
2024/T4	Meta: Acréscimos dos postos públicos de carregamento de veículos (10450)	7º
2025/T4	Meta: Acréscimos dos postos públicos de carregamento de veículos (15000)	9º

C07-i01: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)

Este investimento tem como objetivo a modernização de áreas de terreno desenvolvidas como locais para escritórios, fábricas e outras empresas, ou seja, áreas de acolhimento empresarial. O investimento consiste em intervenções em 10 Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) que incluem a promoção da produção e sistemas de armazenamento de energia renovável, intervenções-piloto para melhorar a estabilidade energética, instalação de postos de carregamento elétricos e de hidrogénio, reforço da cobertura 5G e medidas ativas de prevenção de incêndios.

A gestão destes investimentos encontra-se a cargo das CCDR do Norte (com 3 intervenções), da CCDR Centro (com 3 intervenções), da CCDR Alentejo (com 2 intervenções), da CCDR Algarve (com 1 intervenção) e da CCDR Lisboa e Vale do Tejo (com 1 intervenção).

O quadro de marcos e metas é comum a todas as CCDR, alterando apenas o número de AAE.

C07-i01.01/02/03/04/05		Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa e Vale do Tejo
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2021/T2	Marco: Seleção de Áreas de Acolhimento Empresarial para intervenções destinadas a melhorar a sustentabilidade ambiental e digitalização	1º
2025/T4	Meta: Conclusão das intervenções em áreas de acolhimento empresarial selecionadas (10 no total)	9º

C07-i02: Missing links e Aumento capacidade da Rede

Este investimento tem como objetivo aumentar a coesão territorial e melhorar a competitividade, a fim de promover o desenvolvimento económico das regiões do interior, procurando melhorar a conectividade dos transportes rodoviários, alargando a rede rodoviária e corrigindo as "ligações em falta" na rede rodoviária. O investimento visa também abordar o congestionamento, melhorar a segurança rodoviária e qualidade do ar e reduzir o ruído em locais próximos de estradas. No total, serão construídos ou melhorados 111 quilómetros de estradas. As intervenções incluem ainda a eliminação de travessias urbanas e a garantia da adequação da capacidade da via, aumentando a acessibilidade aos grandes corredores de transporte e às interfaces multimodais.

A maior parte das construções estão em gestão direta pela Infraestruturas de Portugal I.P, mas o Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda, terá como beneficiário intermediário a CCDR Centro e beneficiário final a Câmara Municipal de Águeda.

Os investimentos previstos no âmbito dos missing links e aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Pone Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) - preveem as seguintes intervenções rodoviárias:

Construção:

- EN14. Maia (Via Diagonal) / Interface Rodoferroviário da Trofa;
- EN14. Interface Rodoferroviário da Trofa / Santana, incluindo nova ponte sobre o Rio Ave;
- EN4. Variante da Atalaia;
- IC35. Penafiel (EN15) / Rans;
- IC35. Rans / Entre-os Rios;
- IP2. Variante nascente de Évora;
- EN125. Variante a Olhão;
- Variante à EN211 - Quintã / Mesquinhata.

Requalificação:

- EN344. km 67+800 a km 75+520 – Pampilhosa da Serra;
- IC2 (EN1). Meirinhas (km 136,700) / Pombal (km 148,500);
- IP8 (A26). Aumento de Capacidade na ligação entre Sines e a A2.

Construção e requalificação:

- Ligação de Baião a Ponte de Ermida (aproximadamente 50% de construção de via nova);

- IP8 (EN121). Ferreira do Alentejo / Beja, incluindo Variante a Beringel (apenas a Variante a Beringel, correspondendo a 16% do traçado, é construção de novo troço);
- IP8 (EN259). Santa Margarida do Sado / Ferreira do Alentejo, incluindo Variante de Figueira de Cavaleiros (apenas a Variante de Figueira de Cavaleiros, correspondendo a 18% do traçado, é construção de novo troço).

No total, serão construídos ou melhorados 111 quilómetros de estrada.

C07-i02.01		BD- INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, I.P.
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T4	Meta: Contrato assinado para 1 projeto rodoviário	1º
2022/T3	Meta: Contrato assinado para 2 projetos rodoviários	3º
2025/T4	Meta: 111 Km Estradas construídas ou reabilitadas	9º

No caso do Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda, refere-se à construção de um novo eixo de ligação rodoviário entre estes dois concelhos, que terá como principais objetivos, diminuir o descongestionamento de diversas vias que atravessam zonas urbanas e periurbanas e melhorar as condições de circulação e de segurança.

C07-i02.02		BI – CCDR Centro
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T4	Marco: Contrato assinado com empreiteiro para o projeto rodoviário	1º
2025/T4	Meta: Estradas construídas ou reabilitadas (14 Km)	9º

C07-i03 Ligações transfronteiriças

Este investimento inclui 4 subinvestimentos: a ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES); a ponte internacional sobre o Rio Sever; a ponte Alcoutim – Saluncar de Guadiana (ES); e a EN103 Vinhais/Bragança (variantes). Os três primeiros têm como entidades gestoras as CCDR Norte, Alentejo e Algarve, respetivamente, enquanto beneficiários intermediários e as autarquias como beneficiários finais, o quarto tem como entidade beneficiária direta, a Infraestruturas de Portugal I.P.

A descrição sucinta de cada um deles, bem como os respetivos marcos e metas e as entidades de gestão associadas, são apresentados seguidamente.

Com a ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) pretende-se a melhoria das condições de segurança e de circulação na ligação de Bragança a Puebla de Sanabria, de forma a contribuir para o reforço das ligações transfronteiriças. O projeto visa no essencial a requalificação da via existente, o que permitirá uma substantiva redução dos tempos de percurso na ligação de Bragança a Puebla de

Sanabria e à recentemente inaugurada estação ferroviária de alta velocidade aqui localizada.

No total, serão construídos ou melhorados 42 quilómetros de estradas.

C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) BI – CCDR Norte	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Marco: Primeiro Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental iniciado	3º
2025/T4	Meta: Vias rodoviárias construídas ou reabilitadas (19 km) da medida "Ligações transfronteiriças", garantindo a conformidade com os princípios de DNSH de acordo com as orientações técnicas da Comissão (2021/C58/01)	9º

Com o investimento na ponte internacional sobre o Rio Sever, pretende-se a criação e melhoria de infraestruturas rodoviárias para reforçar as ligações transfronteiriças com Espanha de forma a desenvolver a mobilidade transfronteiriça, melhorar a competitividade das empresas. O investimento alavancará o desenvolvimento da mobilidade transfronteiriça e a redução dos custos de contexto – centrada na mobilidade dos trabalhadores destas zonas, tornando a fronteira um fator de união e não de separação. O investimento permite uma redução de 85 km na ligação entre Montalvão/PT e Cedillo/ES, ligação esta não servida por modo ferroviário.

C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever BI – CCDR Alentejo	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Marco: Primeira Avaliação de Impacto Ambiental concluída	3º
2025/T4	Meta: Estradas construídas ou reabilitadas (12,5 km)	9º

Com o investimento na ponte Alcoutim – Salunçar de Guadiana (ES), pretende-se a criação e melhoria de infraestruturas rodoviárias para reforçar as ligações transfronteiriças com Espanha de forma a desenvolver a mobilidade transfronteiriça, melhorar a competitividade das empresas. Pretende-se assegurar uma interligação com a rede rodoviária espanhola, desenvolvendo os territórios do interior, fomentando a coesão territorial e contribuindo para o reforço das ligações transfronteiriças e, como tal, para os objetivos de coesão e eficiência europeus. O investimento permite uma redução de 70 km na ligação entre Alcoutim/PT e Salunçar de Guadiana/ES, ligação esta não servida por modo ferroviário.

C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcoutim – Salunçar del Guadiana (ES) BI – CCDR Algarve	
------------	---	--

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Marco: Primeira Avaliação de Impacto Ambiental concluída	3º
2025/T4	Meta: Estradas construídas ou reabilitadas (3 km)	9º

Com o investimento na EN103 Vinhais/Bragança (variantes), pretende-se a criação e melhoria de infraestruturas rodoviárias para reforçar as ligações transfronteiriças com Espanha de forma a desenvolver a mobilidade transfronteiriça, melhorar a competitividade das empresas e ao mesmo tempo também permitir a utilização comum das infraestruturas, como a linha ferroviária de alta velocidade em Sanabria ou o aeródromo de Bragança.

C07-i03.03		
Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes) BD: IP - INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Marco: Primeira Avaliação de Impacto Ambiental concluída	3º
2025/T4	Meta: 30 Km Estradas construídas ou reabilitadas	9º

C07-i04: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias

Este investimento tem como foco melhorar a competitividade dos parques empresariais através de melhorias na conectividade da sua rede rodoviária, contribuindo para a reindustrialização de zonas rurais. Compreenderá um conjunto de intervenções quer de requalificação de troços de vias existentes quer de construção de novos troços de via.

A maior parte das intervenções é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal I.P (enquanto beneficiário direto), mas existem outras em que são beneficiários intermediários as CCDR do, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo, com a execução a cargo das autarquias (enquanto beneficiários finais), sendo apresentado abaixo o detalhe de cada uma, bem como os respetivos marcos e metas associados.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, estão previstas as seguintes intervenções rodoviárias:

- Requalificação da EN10.4 – Setúbal/Mitrena;
- Execução da Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras.

C07-i04.02		
Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BI – CCDR Lisboa e Vale do Tejo		

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Marco: Contrato assinado para 1 projeto rodoviário	3º
2025/T4	Meta: Estradas construídas ou reabilitadas (11,4km)	9º

Na região Centro, estão previstas as seguintes intervenções rodoviárias:

- Execução da Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2
- Medida: C07-i04.03-m01 - Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2.

C07-i04.03		
Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias: Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 BI – CCDR Centro		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T2	Marco: Contrato assinado para 1 projeto rodoviário	4º
2025/T4	Meta: Estradas construídas ou reabilitadas (5 km)	9º

Na região Norte, estão previstas as seguintes intervenções rodoviárias:

- Execução da Nova travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 – Nogueira;
- Execução do acesso ao Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães);
- Execução do acesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao Nó da A28.

C07-i04.04		
Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BI – CCDR Norte		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T2	Marco: Contratação de empreitadas: contrato assinado para 3 empreitadas da medida "Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias", garantindo a conformidade com os princípios de DNSH de acordo com as orientações técnicas da Comissão (2021/C58/01)	5º
2025/T4	Meta: Vias rodoviárias construídas ou reabilitadas (14,2 Km) da medida "Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias", garantindo a conformidade com os princípios de DNSH de acordo com as orientações técnicas da Comissão (2021/C58/01)	9º

Na região do Alentejo, estão previstas as seguintes intervenções rodoviárias:

- Execução de uma rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre.

C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre BI – CCDR Alentejo	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Contrato assinado para 1 projeto rodoviário	1º
2023/T2	Meta: Estrada construída ou reabilitada (0,5 Km)	3º

Em diversas regiões, estão previstas as seguintes intervenções rodoviárias:

- a) Construção:
 - Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11;
 - Melhoria das acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras (Castelo de Paiva);
 - Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior;
 - Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos);
 - Variante de Aljustrel – Melhoria das acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização Empresarial;
 - Via do Tâmega – Variante à EN210 (Celorico de Basto);
- b) Requalificação:
 - Ligação ao Parque Industrial do Mundão - Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu / Sátão;
 - Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos;
 - Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião);
 - Ligação à Área Industrial de Fontiscos e reformulação do Nó de Ermida (Santo Tirso);
 - Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114;
- Construção e Requalificação:
 - Ligação ao Parque Industrial do Mundão: EN229 – ex-IP5 / Parque Industrial do Mundão (aproximadamente 47% de construção de via nova);
 - Ligação ao Parque Industrial do Mundão – Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu/ Sátão-Ligação ao Parque Industrial do Mundão – Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu/ Sátão- Ligação ao Parque Industrial do Mundão – Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu/ Sátão;
 - Ligação ao Parque Industrial do Mundão – Eliminação de constrangimentos na EN229 Viseu/ Sátão;
 - Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião)- Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião);
 - Ligação à Área Industrial de Fontiscos e reformulação do Nó de Ermida (Santo Tirso) -

- Ligação ao Parque Industrial do Mundão: EN229 – ex-IP5 / Parque Industrial do Mundão
- Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11- Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11;
- Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11- Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A12;
- Melhoria das acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras (Castelo de Paiva);
- Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior;
- Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos);
- Variante de Aljustrel – Melhoria das acessibilidades à Zona de Extração Mineira e à Área de Localização Empresarial;
- Via do Tâmega – Variante à EN210 (Celorico de Basto).

C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BD: IP - INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Contrato assinado para 5 projetos rodoviários	4º
2025/T4	Meta: 42 Km Estradas construídas ou reabilitadas	9º

Componente C08 | Florestas

A **reforma r19** tem como objetivo Implementar o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) que compreende quatro medidas programáticas:

- Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP);
- Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
- Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios florestais;
- Programa “Emparcelar para Ordenar”.

C08	Florestas		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis (Entrada em vigor do quadro jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos em áreas florestais)	1º	Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho (0004500053.pdf (dre.pt))

A **reforma r20** visa a criação de um sistema nacional de informação cadastral, assente numa plataforma que assegure o relacionamento entre o cidadão e as administrações públicas, garantindo a articulação do cadastro predial com o registo predial e com a matriz predial tributária. Visa ainda assegurar a existência de informação de referência rigorosa, atualizada e harmonizada a inserir no

Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS), que sirva de suporte ao planeamento e gestão no âmbito da gestão integrada de fogos rurais e permita melhorar a eficácia das medidas e ações a realizar nos territórios florestais vulneráveis.

C08		Florestas	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T4	Marco: Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (Entrada em vigor do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS))	3º	Despacho n.º 291/2023 de 6 de janeiro (Despacho_SMOS_291-2023.pdf (dqterritorio.gov.pt))

A **reforma r21** tem como objetivo a implementação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, tendo em vista adotar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate de incêndios florestais, bem como implementar medidas estruturais de proteção das áreas edificadas e aglomerados rurais.

C08		Florestas	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Prevenção e combate de fogos rurais (Entrada em vigor da lei que estabelece o Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SIGIFR) e as respetivas regras de funcionamento)	1º	Lei n.º 38/2021 de 16 de junho (Lei_38_2021_autorizacao-legislativa.pdf (agif.pt)) Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento (0000200047.pdf (dre.pt)).

C08-i01.01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – “Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia”

Este subinvestimento insere-se no objetivo global de aumentar a resiliência dos territórios vulneráveis face aos riscos associados às alterações climáticas, em particular aos incêndios rurais e à perda da biodiversidade, através de medidas que

promovam uma mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão dos solos, que favoreçam a adaptação do coberto vegetal às novas condições climáticas, que apoiem o restauro dos ecossistemas, que assegurem uma acumulação de longo prazo de carbono atmosférico e que, simultaneamente, promovam o crescimento sustentável e a valorização do capital natural desses territórios, fomentando novas economias e a coesão territorial, contrariando a perda de população.

C08-i01.01	BI- Fundo Ambiental	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T3	Meta: Publicação das Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) no Diário da República (60)	9°
2025/T3	Meta: Aldeias com projetos de gestão de combustível (800)	9°

C08-i01.02: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem

Este subinvestimento insere-se no objetivo global de aumentar a resiliência dos territórios vulneráveis através do desenvolvimento de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) nos territórios definidos como vulneráveis. Em vigor está um PRGP, o das Serras de Monchique e Silves que foi financiado pelo Fundo Ambiental.

Encontram-se atualmente em desenvolvimento quatro Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), determinados pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, cuja concretização está cometida à DGT e são financiados pelo Fundo Ambiental. Por sua vez, foi cometido ao ICNF o desenvolvimento do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Pinhal Interior Sul, determinado pelo Despacho n.º 12735-B/2021 de 28 de dezembro de 2021.

C08-i01.02	BD- Direção-Geral do Território (DGT)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T3	Meta: Desenvolvimento de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) nos territórios definidos como variáveis (20)	9°

C08-i01.03: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Emparcelar para Ordenar

O Decreto-Lei n.º 29/2020, de 29 de junho, criou um programa de apoio ao emparcelamento rural, designado «Emparcelar para Ordenar», que visa promover o emparcelamento rural simples, com vista a aumentar a dimensão física e económica dos prédios rústicos e, assim, fomentar a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações, bem como incrementar o ordenamento e gestão dessas mesmas áreas e, conseqüentemente, a resiliência dos territórios.

Podem beneficiar do apoio previsto no Programa Emparcelar para Ordenar, os proprietários adquirentes de prédios rústicos, que efetuem ações de emparcelamento rural simples ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, em territórios vulneráveis definidos nos termos da Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, até à superfície máxima de redimensionamento fixada pela Portaria n.º 219/2016, de 9 de agosto.

Os apoios assumem a forma de subsídio a fundo perdido, até 25% das despesas elegíveis e de crédito, até ao valor de 150.000€, por beneficiário. A mesma candidatura pode acumular as duas formas de apoio, até aos limites referidos e no cumprimento dos plafonds setoriais dos auxílios de minimis definidos.

C08-i01.03		BI- IFAP- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T3	Meta: Implementação de medidas de consolidação Programa “Emparcelar para Ordenar (2000 ha)	8º

C08-i02: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo

C08-i02.01: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS

O objetivo deste investimento é dotar o país de conhecimento atualizado e detalhado do território, a nível cadastral, com identificação dos proprietários da terra e dos limites e caracterização da propriedade.

A operacionalização do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS), irá permitir a obtenção de produtos cartográficos de referência, no sentido de inovar nos processos de angariação e exploração de dados e de informação, e de alimentar um sistema dinâmico que permita o conhecimento atempado das dinâmicas de aproveitamento do solo e das praticas agrícolas e silvícolas, relevantes para a gestão integrada dos incêndios rurais e para a política de transformação da paisagem nos territórios vulneráveis de floresta

C08-i02.01		BD-DGT- Direção-Geral do Território	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	de
2025/T1	Marco: Cartografia de Uso e Ocupação do Solo (COS) 2023	8°	

C08-i02.02: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional

Este subinvestimento pretende responder à necessidade do Estado assegurar uma base de conhecimento alargado sobre o território, nomeadamente quanto ao tipo e limites das propriedades rústicas, permitindo identificar os proprietários da terra, afigurando-se imprescindível às atividades de planeamento, gestão e apoio à decisão sobre o território e à sua ocupação e uso, das quais depende o desenvolvimento sustentável de políticas públicas em diferentes domínios e diferentes âmbitos (nacional, regional e local) e a adequada gestão das propriedades rústicas pelos privados.

C08-i02.02		BD - ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P	
------------	--	--	--

Este subinvestimento não regista marcos ou metas de desembolso relacionados.

C08-i02.03/04/05: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro)

O objetivo deste subinvestimento é operacionalizar a BUPI enquanto plataforma única de relacionamento com os cidadãos e empresas e destes com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado, assente nos três pilares de promoção do registo da propriedade, de aquisição expedita de dados relativos à geometria dos prédios e de harmonização da informação tributária.

C08-i02.03/04/05		BD - SGMJ - SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	de
2022/T1	Marco: Evoluir para uma Plataforma BUPI 2.0	2°	
2023/T4	Meta: 10 Formações sobre o BUPI	5°	

C08-i03: Faixas de gestão de combustível – rede primária

Com este investimento pretende-se:

- Caracterização da rede primária estruturante, onde se inclui a cartografia e a avaliação do uso e ocupação do solo;
- Funcionamento de uma estrutura dedicada à avaliação e implementação de servidões administrativas nos terrenos rurais privados e comunitários ocupados pelas Faixas de Interrupção de Combustível (FIC) da rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível;
- Promoção na plataforma BUPi, do procedimento de representação gráfica georreferenciada dos prédios rústicos incluídos na constituição da servidão administrativa;
- Execução de 37.500 ha de rede primária estruturante de faixas de gestão de combustível a nível nacional até ao 3.º trimestre de 2025.

C08-i03	BD- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Publicação do contrato da rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC).	2º
2025/T3	Meta: Área de servidão constituída (21.727 ha)	9º
2025/T4	Meta: Implementação da rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC) (37.500 ha)	9º

C08-i04 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais

C08-i04.01 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos

Pretende-se investir no reforço dos meios do Estado para a prevenção e combate a incêndios rurais, nomeadamente através da aquisição de helicópteros ligeiros e médios.

C08-i04.01	BD – Estado-Maior da Força Aérea (EMFA)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Entrega de helicópteros bombardeiros ligeiros e médios (11)	9º

C08-i04.02 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres

Este investimento insere-se na disponibilização de meios ao ICNF e que se destinam a:

- gestão de combustível florestal;
- gestão florestal;
- manutenção infraestruturas de defesa da floresta;
- Sensibilização;
- vigilância, primeira intervenção em incêndios rurais;
- instalação e manutenção de rede primária e secundária;
- combate a incêndios rurais;
- estabilização de emergência

C08-i04.02	Subinvestimento Meios terrestres BD – ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T1	Entrega de veículos, maquinaria e equipamento (179)	4º

C08-i04.03 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – rede de radares

Pretende-se igualmente investir no reforço dos meios do Estado, para a prevenção e combate a incêndios rurais, nomeadamente: aquisição e instalação de dois radares de dupla polarização, com sistema de computação e sistema de arquivos, instalação de detetores de trovoadas e estação meteorológica automática.

C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais BD- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P (IPMA)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Meta: Instalação de dois radares de dupla polarização (2)	4º

C08-i05: Programa MAIS Floresta

C08-i05.01: Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndio

Este subinvestimento insere-se no programa Programa MAIS Floresta, mais especificamente no âmbito da reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios.

C08-i05.01	BI – Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Meta: Criação de estruturas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) (6)	2º
2024/T1	Marco: Desenvolvimento de campanha de sensibilização para prevenção comportamento de risco	6º
2024/T4	Meta: Reforço das entidades do Ministério da Administração Interna (MAI) com veículos e equipamentos operacionais (62 veículos)	7º

C08-i05.02: Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal

Este subinvestimento insere-se no programa Programa MAIS Floresta, mais especificamente no objetivo de realização de ações de informação e sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco da população.

C08-i05.02	BI- Fundo Ambiental	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Marco: Publicação do relatório inicial do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. IP	2º
2025/T4	Meta: Implementação de um programa de formação nacional destinado à capacitação de técnicos florestais das OPF (150)	9º

Componente 09 | Eficiência Hídrica

C09-i01: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve

Em virtude do plano hídrico do Algarve estar a ser implementado por vários beneficiários, quer diretos, quer intermediários, em 2022 foi efetuado um ponto de situação que englobou os subinvestimentos 09.i01.01/02/03/04.

C09-i01.01: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano

Este subinvestimento, da responsabilidade da AMAL, tem como objetivo apoiar o financiamento de projetos que visem a redução de perdas reais de água no setor urbano, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes nos sistemas em baixa, e na implementação de zonas de monitorização e controlo (ZMC) e de zonas de pressão controlada (ZPC).

Tem associado, como entidades responsáveis pela implementação, as 19 entidades gestoras (EG) dos serviços de abastecimento de água da região do Algarve, abrangendo 16 municípios.

C09-i01.01	BI – Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2026/T1	Meta: Conclusão das intervenções nas redes para reduzir as perdas de água (SM1) (objetivo 125 Km)	10°

C09-i01.02: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola

Pretende-se a construção de sistemas de distribuição mais eficientes: substituição de canais por condutas; pressurização das redes; implementação de sistemas de teledeteção e controlo dos consumos; implementação de sistemas de deteção de fugas dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos; instalação de sistemas de rega mais eficientes e monitorizáveis nos regadios individuais.

C09-i01.02	BI - Fundo Ambiental BF- DGADR (Investimentos Hidroagrícolas coletivos) BF- Regadios privados	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2026/T1	Meta: Modernização de superfícies de aproveitamentos hidroagrícolas coletivos e de regadio individual (SM2) (Objetivo: 10.300 ha)	10°

Foi constituída a Comissão de Acompanhamento para a Implementação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve pelas seguintes entidades: Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.; Fundo Ambiental; Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; Comunidade Intermunicipal do Algarve; Águas do Algarve, S. A.

C09.i01.03: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos

Este investimento tem como objetivo reforçar a governança dos recursos hídricos (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização), apostando no reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria nos principais consumidores, complementada por uma avaliação da

utilização de água na rega através de deteção remota, que permitirá acompanhar regularmente as áreas regadas e estimar os volumes captados, fornecendo informação indispensável à decisão/gestão dos títulos de captação (novos ou existentes) e à sua fiscalização. Aposta, também, na implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade.

C09-i01.03	BD – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T4	Meta: Instalação de pontos adicionais para a monitorização dos recursos hídricos subterrâneos (SM3) (objetivo n° 82)	7°

C09.i01.04: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM6 Promover a dessalinização de água do mar

Com este investimento pretende-se assegurar a resiliência necessária aos efeitos das alterações climáticas: cerca de 40% dos projetos visam aumentar a eficiência hídrica, 34% melhorar os processos de adaptação à seca, 15% contribuir para objetivos ambientais e 11% para melhorar a articulação (incluindo divulgação de boas práticas). As principais ações são:

- Reduzir perdas de água no setor urbano, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes;
- Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola;
- Reforçar a governança dos recursos hídricos (monitorização, licenciamento, fiscalização e sensibilização), apostando no reforço e modernização das estações de monitorização e na instalação de contadores com telemetria nos principais consumidores. Aposta, também, na implementação de caudais ecológicos nas albufeiras da Bravura e Funcho-Arade.

Ao nível da governança, integra as estruturas de acompanhamento identificadas no ponto seguinte designado Implementação;

- Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR);
- Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água;
- Promover a dessalinização de água do mar, através de uma instalação de dessalinização.

C09-i01.04	BD - Águas do Algarve S.A. (AdA)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2024/T4	Marco: Adoção de uma conceção atualizada (se necessário) da medida relativa à captação no Guadiana, tendo plenamente em conta qualquer resultado e condição da Avaliação de Impacto Ambiental (SM5)	7º
2024/T4	Marco: Adoção de uma conceção atualizada (se necessário) da medida relativa à dessalinização, tendo plenamente em conta qualquer resultado e condição da Avaliação de Impacto Ambiental (SM6)	7º
2026/T2	Marco: Entrada em funcionamento da captação no Guadiana, respeitando plenamente todas as medidas identificadas na Avaliação de Impacto Ambiental (SM5)	10º
2026/T1	Meta: Número de estações de tratamento para assegurar a produção e a afinação de águas residuais tratadas (SM4) (4)	10º
2026/T1	Marco: Entrada em funcionamento da medida de dessalinização, respeitando plenamente todas as medidas identificadas na Avaliação de Impacto Ambiental (SM6)	10º

C09-i02: Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato

Este investimento tem como objetivo a construção do empreendimento que se situa na bacia hidrográfica do Tejo, em zona próxima do limite da bacia hidrográfica do Guadiana, e incluirá as seguintes componentes:

- Barragem: Criará uma albufeira fundamental para garantir a redundância no abastecimento às populações (cerca de 55.000 pessoas) de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, e para a irrigação dos blocos de rega.
- Mini-hídrica que terá uma potência instalada de 1,0 MW.
- Sistema de reforço de afluências;
- Sistema de reforço de abastecimento da barragem de Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão;
- Infraestruturação de áreas agrícolas existentes (beneficiação de 5.078 ha);
- Central solar fotovoltaica.

C09-i02	BD- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Publicação da documentação de planeamento da medida, tendo plenamente em conta qualquer resultado e condição da AIA	2º
2022/T1	Marco: Publicação do estudo de impacto ambiental relativo à barragem e medidas conexas, realizado tal como especificado no anexo da Decisão de execução do Conselho	N/A
2022/T1	Marco: Avaliação do bom estado/potencial ecológico das massas de água pertinentes, em conformidade com os requisitos da Diretiva-Quadro da Água (Diretiva 2000/60/CE) antes do início das obras	N/A

C09-i04: Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato – fase de construção

Este investimento diz respeito ao projeto descrito no investimento RE-C09-i02, a empresa híbrida multiusos do Crato, fase de planeamento. Este investimento deve incluir a adoção da conceção atualizada da barragem (DCAPE) e a entrada em funcionamento da barragem.

Todos os outros elementos, incluindo as obrigações associadas ao princípio de "não prejudicar significativamente", devem ser os mesmos que os especificados no investimento RE-C09-i02 Empresa hidráulica multiusos do Crato, fase de planeamento.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C09-i04	BD- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Subordinada a uma Avaliação de Impacto Ambiental positiva e plenamente conforme aos critérios legais. Adoção de uma conceção atualizada da barragem. da geração hídrica e solar de energia elétrica e do sistema de irrigação. tendo plenamente em conta qualquer resultado e condição da AIA e em conformidade com todas as condições estabelecidas no anexo da Decisão de execução do Conselho	5°
2026/T2	Marco: Entrada em funcionamento da barragem. da geração hídrica e solar de energia elétrica e do sistema de irrigação respeitando plenamente todas as medidas identificadas na AIA e bom estado das massas de água relevantes bem como em conformidade com as condições estabelecidas no anexo da Decisão de execução do Conselho	10°

Componente C10 | Mar

A **reforma r23** tem como objetivo dotar o país de infraestruturas capazes de rentabilizar os ativos existentes, importando contemplar outras atividades cruciais à economia azul que também beneficiam dessa proximidade ao mar e destas dinâmicas de ecossistema dinamizador, nomeadamente a bioeconomia azul, a aquicultura e transformação de pescado, a robótica e a digitalização oceânica, entre outras. Inclui ainda a coordenação em rede dos polos da economia azul e a amplificação da estratégia identificada para novos setores da economia azul, principalmente os descarbonizantes e com maior potencial de incorporação de conhecimento e tecnologia, e alinhar as ações previstas com a nova Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.

C10	Mar		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências

2021/T4	Marco: Reforma do Ecosistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul (Entrada em vigor dos diplomas revistos do Ministério do Mar relacionados com o reforço da capacidade de financiamento à economia do mar e inovação através do Fundo Azul)	1º	<p>Decreto-Lei n.º 123/2021 de 30 de dezembro, que procede a alteração do Fundo Azul (0001400030.pdf (dre.pt))</p> <p>Despacho n.º 12495/2021 de 22 de dezembro (0017100172.pdf (dre.pt))</p> <p>determina o modelo de governação do «Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul» (TC-C10-i1) e configura um dos mecanismos de articulação funcional previstos no modelo de governação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.</p> <p>Decreto-Lei n.º 71/2023, de 22 de agosto</p> <p>Alteração à orgânica do Fundo Azul</p>
---------	---	----	---

C10-i01.i01: Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul

A execução deste investimento visa agregar em polos nacionais de infraestruturas costeiras (novas e existentes), com acesso à água: laboratórios e zonas de teste; locais para prototipagem; *scale-up* pré e industrial; espaço de incubação e alavancagem de empresas; bem como a criação de uma plataforma física e virtual, em rede, para dinamizar a bioeconomia azul e outras áreas emergentes da economia do mar em Portugal e na Europa, em estreita ligação às instituições de ensino superior nacionais.

C10-i01.01	BI- Secretaria de Estado do Mar
------------	---------------------------------

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Conclusão da instalação e/ou requalificação dos Hubs Azuis (7)	9°
2025/T4	Meta: Conclusão da modernização da Escola do Hub Azul e reforço do abastecimento e do equipamento (100)	9°

C10-i02 Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas

Este investimento tem como meta a execução de 70 projetos que apoiam a inovação, a transição energética e a redução do impacto ambiental para entidades do setor da pesca.

C10-i02	BI- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IFAP I.P	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Aprovação dos relatórios finais relativos a 70 projetos que apoiam a inovação, a transição energética e a redução do impacto ambiental para entidades do setor da pesca	9°

C10-i03.02 Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval

O principal objetivo deste subinvestimento é a construção de uma plataforma multidisciplinar de referência, integrando tecnologia de fronteira e estendendo as funcionalidades de um navio de vigilância oceânica e de investigação oceanográfica para outros cenários, tais como os de emergência ou atividades de monitorização da ecologia do mar e integrando novos meios tecnológicos de observação, monitorização e intervenção oceânica, tais como sistemas robóticos aéreos ou submarinos.

O Centro de Operações pretende reforçar os meios de observação do oceano, contribuindo para o objetivo de criar um “Oceano Digital”, que permita a criação de conhecimento e, simultaneamente, apresentar soluções que reforcem a capacidade nacional e internacional para intervir sobre os Oceanos.

C10-i03.02	BD - Marinha/Autoridade Marítima Nacional	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Assinatura do contrato relativo à «Plataforma Naval de Natureza Multifuncional» e ao Centro de Operações	5°
2026/T2	Marco: Receção e aceitação da «Plataforma Naval de Natureza Multifuncional» e do «Centro de Operações»	10°

O **pilar III** pretende constituir-se como um projeto inovador de formação de recursos humanos no setor naval – quer através da qualificação e troca de experiências dos que

já se encontram nas empresas, quer da captação de profissionais para a área da engenharia naval. A Academia do Arsenal pretende privilegiar formação em áreas disruptivas como a robótica, telecomunicações, biotecnologia, nanotecnologia, conectividade, inteligência artificial, mega dados e aprendizagem automática.

C10-i03.02	BD – Arsenal do Alfeite, S.A.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Finalização da Academia do Arsenal do Alfeite (pilar III)	5º

C10-i07 Navegação ecológica

Esta medida tem como objetivo acelerar a transição energética do transporte marítimo de mercadorias e de passageiros.

O investimento consiste num programa de apoio a intervenções no domínio da eficiência energética para dez navios de transporte de mercadorias e de passageiros, dos quais pelo menos 70 % dos navios com mais de 5 000 toneladas de arqueação bruta (GT). As intervenções devem enquadrar-se, pelo menos, numa das seguintes tipologias: i) medidas de substituição dos combustíveis fósseis, ii) medidas de poupança de energia e iii) medidas complementares de redução das emissões.

As candidaturas devem ser avaliadas com base na avaliação do nível de redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), calculada com base no indicador de intensidade de carbono (CII) e na indicação por unidade de transporte, expressa em percentagem, e na avaliação dos níveis de redução das emissões de óxidos de enxofre (SO_x), óxidos de azoto (NO_x) e partículas, expressa em percentagem. O índice de eficiência energética dos navios existentes (EEXI) deve também ser utilizado como indicador da avaliação.

A fim de assegurar que a medida cumpre as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de "não prejudicar significativamente" (2021/C58/01), o investimento deve contribuir para reduzir o consumo de combustível da embarcação em pelo menos 10 %, expresso em gramas de combustível por toneladas de porte bruto por milha náutica. O cálculo dos consumos deve ser demonstrado através da dinâmica dos fluidos computacional (CFD), ensaios dos reservatórios ou cálculos de engenharia semelhantes. Além disso, os navios não devem ser dedicados ao transporte de combustíveis fósseis.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C10-i07	BI – IAPMEI	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2023/T3	Marco: Lançamento de um convite à apresentação de propostas com vista à descarbonização de navios	5º
2026/T2	Meta: Conclusão das intervenções em matéria de eficiência energética dos navios (10)	10º

Componente C11 | Descarbonização da Indústria

Não existem reformas associadas a esta componente.

C11-i01 Descarbonização da Indústria

O objetivo deste investimento é promover e apoiar financeiramente a iniciativa da indústria nacional para uma atuação pluridimensional no plano ambiental, estando estruturado para o desenvolvimento de projetos em quatro vertentes:

- i. Processos e tecnologias de baixo carbono na indústria;
- ii. Adoção de medidas de eficiência energética na indústria;
- iii. Incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento de energia e o apoio à capacitação das empresas;
- iv. Elaboração de instrumentos de informação e de apoio.

Visa ainda alavancar a descarbonização do setor industrial e empresarial e promover uma mudança de paradigma na utilização dos recursos, concretizando medidas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) e contribuindo para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono.

C11-i01	BI- IAPMEI		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	de
2021/T4	Marco: Primeiro concurso para projetos de descarbonização industrial	1º	
2023/T4	Meta: Assinatura de contratos que atribuem apoio financeiro	5º	
2025/T4	Meta: Apoio financeiro a projetos de descarbonização industrial (objetivo: 310 projetos)	9º	

Componente C12 | Bioeconomia Sustentável

A **reforma r25** é implementada através do Plano para a Bioeconomia Sustentável, que irá assentar na preservação e utilização eficiente dos recursos biológicos, de forma a fazer face aos desafios atuais globais e locais, designadamente as alterações climáticas, reduzir a dependência dos recursos fósseis e estimular o desenvolvimento sustentável.

C12	Bioeconomia sustentável		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência

2021/T3	Marco: Entrada em vigor do novo Regime Geral de Gestão de Resíduos	1º	Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro (Decreto-Lei n.º 102-D/2020 DR (diariodarepublica.pt)), retificado pela Declaração n.º 3/2021, de 21 de janeiro (Declaração de Retificação n.º 3/2021 DR (diariodarepublica.pt))
2022/T3	Marco: Entrada em vigor da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas revista	3º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, de 10 de fevereiro, que aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 — ECO360 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023 DR (diariodarepublica.pt))

A **reforma r39** visa melhorar a prevenção dos resíduos, a preparação para a reutilização, a reciclagem e a valorização e o desvio de resíduos, bem como promover a economia circular.

C12	Promover a economia circular e uma gestão mais eficiente dos resíduos		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T4	Marco: Entrada em vigor da definição harmonizada de critérios para a ecomodulação	5º	
2023/T4	Marco: Sistema de incentivos à recuperação (sistema de depósito e reembolso) para garrafas não reutilizáveis de plástico, metais ferrosos e alumínio	5ª	
2025/T4	Marco: Sistema de retoma de resíduos elétricos e equipamentos eletrónicos	9º	

C12-i01 Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem

Este investimento tem como objetivo acelerar a produção e valorização de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos, em alternativa às matérias de base fóssil, através de investimentos em três fileiras da Bioeconomia Sustentável: Têxtil e Vestuário; Calçado; e Resina Natural. É ainda objetivo a beneficiação de povoamento de pinheiro-bravo com potencial para a resinagem.

C12-i01.01		BI- Fundo Ambiental BI- ICNF
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Marco: Aprovação dos projetos apresentados pelos consórcios para o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias e processos da bioeconomia nos setores do têxtil e vestuário, do calçado e da resina natural	2º
2025/T4	Meta: Novos produtos, tecnologias e processos-piloto que integrem recursos de base biológica (15)	9º
2025/T4	Meta: Desenvolvimento de florestas de pinheiro-bravo com potencial de produção de resina (8.500 ha)	9º

C12-i01.02 Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem

Este subinvestimento tem como objetivo implementar o programa “Resineiros Vigilantes” que estabelece como objetivo a integração dos resineiros no exercício de ações de vigilância em locais estratégicos, nas áreas sob gestão do resineiro e áreas contíguas, tendo em consideração o risco de incêndio e os locais objeto de resinagem. Foi elaborado, para o efeito, um protocolo entre o ICNF, I.P. e a RESIPINUS – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina. Para além desse protocolo, estão previstas ainda outras medidas, como um estudo do potencial de resinagem, uma academia do Resineiro e a aquisição de equipamentos e materiais relacionados.

C12-i01.02		BI e BD - ICNF
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T3	Assinatura do protocolo para 2021 do Programa "Resineiros Vigilantes"	1º

Componente C13 | Eficiência Energética dos Edifícios

Não estão associadas reformas a esta componente.

C13-i01 Eficiência energética em edifícios residenciais

O objetivo desta medida é a promoção de investimentos em renovação energética, num número significativo de edifícios residenciais; fomentar a eficiência energética e de recursos; reforçar a produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo; e combater a pobreza energética. Algumas das ações passíveis de financiamento são as seguintes:

- i. Melhorias passivas ao nível da envolvente, através, por exemplo, do isolamento térmico das paredes, das coberturas e dos envidraçados;
- ii. Melhorias ativas através, por exemplo, de sistemas de climatização para aquecimento e/ou arrefecimento (ex.: bombas de calor) e aquecimento de águas sanitárias (ex.: solar térmico);
- iii. Melhorias ativas através, por exemplo, da implementação de sistemas de produção de energia elétrica de origem renovável, em regime de autoconsumo ou comunidade de energia renovável;
- iv. Intervenções que visem a eficiência hídrica, incluindo a substituição de equipamentos por equipamentos mais eficientes;
- v. Intervenções que promovam a incorporação de biomateriais, materiais reciclados, soluções de base natural, fachadas e coberturas verdes e soluções de arquitetura bioclimática, sobre prédios urbanos ou suas frações autónomas existentes.

C13-i01		BI- Fundo Ambiental
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Renovação para a eficiência energética em edifícios residenciais privados (830 000 m2)	6°
2025/T2	Renovação para a eficiência energética em edifícios residenciais privados (1 020 000 m2)	8°
2025/T3	"Vales eficiência" distribuídos a agregados familiares em situação de pobreza energética para substituir equipamentos antigos e adotar soluções eficientes do ponto de vista energético (100 000)	9°
2025/T4	Capacidade adicional de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável no setor residencial privado (35 MW)	9°

C13- i02 Eficiência energética em edifícios da administração pública central

Com este subinvestimento pretende-se promover investimentos em renovação energética, num número significativo de edifícios da administração pública central e de instituições de ensino (todos os níveis); fomentar a eficiência energética e de recursos; e reforçar a produção de energia de fontes renováveis em regime de autoconsumo, através de ações de natureza idêntica à descrita para o subinvestimento anterior.

C13-i02	BI- Fundo Ambiental	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T1	Meta: Renovação para a eficiência energética em edifícios da administração pública central (1 065 000m2)	8º
2025/T4	Meta: Renovação para a eficiência energética em edifícios da administração pública central (1 255 000m2)	9º
2025/T4	Meta: Capacidade adicional de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável em edifícios da administração pública central (28 MW)	9º

C13- i03 Eficiência energética em edifícios de serviços

O objetivo desta medida é idêntico ao da anterior e consubstancia-se pela mesma tipologia de ações, mudando apenas o foco da tipologia de beneficiários finais.

C13-i03	BI- Fundo Ambiental	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T1	Meta: Renovação para a eficiência energética em edifícios de serviços privados (315 000 m2)	8º
2025/T4	Meta: Capacidade adicional de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável no setor dos serviços privados (30 MW)	9º
2025/T4	Meta: Renovação para a eficiência energética em edifícios de serviços privados (360 000 m2)	9º

Componente C14 | Hidrogénio e Renováveis

A **reforma r29** tem como objetivo principal introduzir um elemento de incentivo e estabilidade para o setor energético, promovendo a introdução gradual do hidrogénio enquanto pilar sustentável e integrado numa estratégia mais abrangente de transição para uma economia descarbonizada, propondo um conjunto de medidas e metas de incorporação para o hidrogénio nos vários setores da economia, para o horizonte 2030:

- i. 10% a 15% de injeção de hidrogénio verde nas redes de gás natural;
- ii. 2% a 5% de hidrogénio verde no consumo de energia do setor da indústria;
- iii. 1% a 5% de hidrogénio verde no consumo de energia do transporte rodoviário;
- iv. 3% a 5% de hidrogénio verde no consumo de energia do transporte marítimo doméstico;
- v. 1,5% a 2% de hidrogénio verde no consumo final de energia;
- vi. 2 GW a 2,5 GW de capacidade instalada em eletrolisadores.

C14	Hidrogénio e Renováveis	
-----	-------------------------	--

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Estratégia Nacional para o Hidrogénio (Entrada em vigor do Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás)	1º	Despacho n.º 806-C/2022 de 19 de janeiro, aprova o Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás (0005900110.pdf (dre.pt)) Despacho n.º 806-B/2022 de 19 de janeiro, aprova o Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás (0000400058.pdf (dre.pt))

C14-i01 Hidrogénio e gases renováveis

Os investimentos aqui previstos, podem materializar-se em diversas ações, nomeadamente através do apoio a projetos de produção de gases de origem renovável, bem como de tecnologias testadas e que não estejam ainda suficientemente disseminadas no território nacional, ambos visando o autoconsumo e/ou injeção na rede. Pretende-se alcançar 200 MW de capacidade de produção de gases renováveis.

Os investimentos apresentarão um foco muito específico e procurarão aumentar a capacidade instalada para a produção de hidrogénio renovável e de outros gases renováveis, onde se inclui capacidade instalada em eletrolisadores para a produção de hidrogénio renovável. O projeto será executado através de concursos abertos e não discriminatórios com o objetivo de apoiar projetos com uma dotação máxima por projeto de 15 000 000 EUR.

A execução do investimento estará concluída até 31 de março de 2026.

C14-i01		BI- Fundo Ambiental
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2026/T1	Marco: Primeiro concurso para projetos de produção de gases renováveis	1º
2026/T1	Meta: Capacidade adicional de produção de hidrogénio renovável e gases renováveis (200 MW)	9º

Componente C15 | Mobilidade Sustentável

A **reforma r30**, Ecossistema de Transportes, tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, em particular do transporte público, na ótica da eficiência ambiental, da descarbonização e da transição energética. Além do efeito no ambiente, a utilização de transportes públicos e o alargamento das suas redes garante um aumento da coesão territorial e social. É uma oportunidade para acelerar a descarbonização e transição energética no setor dos transportes, com forte impacto na qualidade do serviço de transporte público, promovendo a atividade económica, a recuperação dos níveis de emprego e a coesão social e territorial, através do aumento dos níveis de acessibilidade das pessoas.

Portugal já tinha iniciado este processo, destacando-se:

i) a implementação, desde 2019, de um programa revolucionário de redução tarifária no transporte público, que permitiu a adoção de várias medidas de redução do custo associado à utilização do transporte público (PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária);

ii) em 2020, a implementação de um programa de financiamento para reforço dos atuais serviços e a implementação de novos serviços de transporte público, regulares e flexíveis, que resultem em ganhos em termos da acessibilidade dos territórios e das suas populações aos principais serviços e polos de emprego (PROTransP – Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público);

iii) com os fundos estruturais do Portugal 2020 tem vindo a ser apoiada a renovação das frotas de transporte coletivo (aquisição de veículos limpos e de postos de carregamento que substituem veículos movidos a combustíveis fósseis) e a expansão das redes de metro de Lisboa e

do Porto, incluindo a aquisição de material circulante e a modernização das infraestruturas e dos sistemas de segurança e comunicação;

iv) relevante também a implementação de políticas fiscais que compensam a utilização do transporte público, nomeadamente a dedução do IVA associado à aquisição de títulos de transporte mensais (passes) e a expansão da rede ciclável no âmbito do Portugal Ciclável 2030;

v) a dinamização da mobilidade elétrica privada, através de investimentos na expansão da rede de pontos de carregamento e da atribuição de incentivos à aquisição de veículos 100% elétricos a pessoas singulares e coletivas, incluindo motociclos e bicicletas elétricas.

Para atingir este objetivo considera-se fundamental, por um lado, promover o investimento em infraestruturas e em ativos que potenciem a adoção de hábitos de mobilidade sustentáveis e, por outro lado, prosseguir com as políticas de reforço e capacitação das autoridades de transporte, para que possam assegurar as suas competências de forma mais eficiente e eficaz, e assegurar a boa execução do processo de contratualização de todos os serviços públicos de transporte de passageiros, nas fases de preparação dos procedimentos e na fase de execução dos contratos. Complementarmente, importa dar continuidade às medidas já iniciadas que potenciam a utilização do transporte público, como sejam a implementação do PART, do PROTransP, ou da implementação de medidas fiscais que beneficiem o utilizador do transporte público, apoiando projetos e ações que contribuam para a capacitação das autoridades de transportes e para a melhoria do sistema de transportes públicos de passageiros.

C15-r30	Reforma do Ecossistema dos Transportes		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência

2023/T4	Meta: Contratos assinados para serviços públicos de transporte de passageiros nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais (23)	5º	Encontram-se assinados os seguintes contratos: 16 autoridades de gestão de transportes (CIM ou AM); 39 Municípios que são Autoridades de Transporte.
---------	---	----	--

C15-i01: Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara

Este investimento tem como objetivo o prolongamento da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa (ML) até Alcântara, cuja estação se constituirá como um novo interface de transportes, articulando com os serviços ferroviários suburbanos contribuindo para a melhoria significativa da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa prevendo-se a extensão adicional da rede do Metro de Lisboa em 3,7 km e a construção de 4 novas estações. A operacionalização desta extensão exigirá que, em paralelo, seja instalado o novo sistema de sinalização (CBTC – *Communications-based train control*) entre Oriente e São Sebastião, bem como a instalação do referido sistema de sinalização em 41 Unidades Triplas existentes.

C15-i01	BD- Metropolitano de Lisboa		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido	de desembolso
2023/T4	Marco: Assinatura do contrato para a expansão da rede de metro de Lisboa	5º	
2024/T1	Marco: Relatório intercalar sobre a expansão da rede de metro de Lisboa	6º	
2026/T2	Meta: Conclusão da expansão da rede de metro de Lisboa da expansão da rede de metro de Lisboa (3,7 km)	10º	

C15-i02: Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio

O objetivo deste investimento é expandir a rede do Metro do Porto, com a construção de uma nova linha com uma extensão de 6,74 km. Prevê-se que esta linha se desenvolva entre a estação Boavista/Casa da Música e uma nova estação a construir em Santo Ovídio. Esta linha expande-se em túnel, à superfície, em ponte sobre o rio Douro e em viaduto. A nova linha irá abranger 8 estações.

C15-i02	BD- Metro do Porto
---------	--------------------

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Assinatura do contrato para a expansão da rede de metro do Porto	5º
2024/T4	Marco: Relatório intercalar sobre a expansão da rede de metro do Porto	7º
2026/T2	Meta: Conclusão da expansão da rede de metro de Porto (6,7 km)	10º

C15-i03: Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures

O objetivo deste investimento é implementar uma solução *Light Rail Transit* (LRT), operando numa plataforma segregada do resto do tráfego, com vias reservadas. A linha, permitirá a ligação entre Loures e a rede do Metropolitano de Lisboa em Odivelas, numa extensão de 11,5 km.

C15-i03		BD- Metropolitano de Lisboa
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T1	Marco: Assinatura do contrato relativo à construção de uma linha de metro ligeiro de superfície entre Odivelas e Loures	6º
2025/T2	Marco: Relatório intercalar sobre a construção da linha de metro ligeiro de superfície entre Odivelas e Loures	8º
2025/T2	Meta: Conclusão da construção de uma linha de metro ligeiro de superfície entre Odivelas e Loures (11,5 km)	8º

C15-i04 Linha BRT Boavista – Império

O objetivo deste investimento consiste numa nova linha de Transporte Público em Sítio Próprio, com aproximadamente 3,8 km de extensão, estabelecendo a ligação entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), onde será garantida a articulação com a rede do Metro do Porto e será executada em via exclusiva. Serão utilizados veículos limpos, com motorização elétrica de bateria ou hidrogénio.

C15-i04		BD- Metro do Porto
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2022/T1	Marco: Assinatura do contrato relativo à construção de uma linha de serviço direto de autocarros entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque, no Porto	2º
2024/T3	Meta: Conclusão da construção de uma linha de serviço direto de autocarros entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque, no Porto (3,8 km)	7º

C15-i05 - Descarbonização dos Transportes Públicos

Pretende-se com este investimento, promover o lançamento de um programa de apoio à aquisição de 145 autocarros limpos afetos ao transporte público rodoviário e respetivos postos de carregamento/abastecimento, ficando a cargo dos operadores de transporte público os procedimentos inerentes à aquisição desses veículos.

C15-i05	BI - Fundo Ambiental	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Marco: Contrato assinado para a aquisição de autocarros limpos ao abrigo do Programa de Descarbonização dos Transportes Públicos	3º
2023/T4	Meta: Aquisição de novos autocarros de zero emissões (elétricos ou a hidrogénio) utilizados para transporte público (145)	5º

C15-i06 - Digitalização do transporte ferroviário

O objetivo deste investimento é tornar a linha do Norte da Rede Ferroviária Nacional (RFN) compatível com a nova linha ferroviária de alta velocidade (LAV) através da substituição dos sistemas eletrónicos de sinalização. Espera-se que tal melhore a interoperabilidade da RFN com o espaço ferroviário europeu único.

Este investimento consiste na substituição dos sistemas eletrónicos de sinalização das estações de Campolide-Cintura, Oriente, Alverca e Azambuja, cobrindo 20 km de linhas ferroviárias na Área Metropolitana de Lisboa.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C15-i06	BD – Infraestruturas de Portugal IP	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T4	Marco: Assinatura de contrato relativo aos sistemas eletrónicos de sinalização	3º
2026/T2	Meta: Linhas ferroviárias com sistemas eletrónicos de sinalização substituídos (20 km)	5º

Componente C16 |Empresas 4.0

Com a **reforma r31** pretende-se definir o Plano de Ação para a Transição Digital (PATD) através da Resolução do Conselho de Ministros 30/2020 de 21 abril de 2020 e definir uma estratégia transversal para a aceleração digital do país.

C16		Empresas 4.0	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2022/T1	Marco: Entrada em vigor da revisão dos conteúdos de formação incluídos no Catálogo Nacional de Qualificações relativamente a módulos no domínio das competências digitais, assim como da lei ou do regulamento relativo à criação de assinaturas e selos digitais.	2º	1) Criação do programa “Certificado de Competências Digitais”, complementado pela publicação dos novos percursos formativos no BTE e com a criação do programa “Jovem + Digital”, complementado pela publicação das UFCD e novos percursos formativos no BTE. 2) A regulamentação relativa à criação das assinaturas eletrónicas encontra-se concluída e os regulamentos/normativos relativos aos selos encontram-se publicados.

C16-i01 | Capacitação Digital das Empresas

Esta medida prevê a criação de dois programas de formação interligados, e que visam colmatar lacunas nas competências digitais dos trabalhadores (funcionários e empresários) e das empresas:

Academia Portugal Digital – plataforma e programa de desenvolvimento de competências digitais em larga escala que deverá permitir aos trabalhadores do setor empresarial: i) produzir uma autoavaliação do atual nível de competências digitais, considerando o quadro português de competências digitais (QDRCD); ii) receber um plano personalizado de capacitação em competências digitais com metas concretas; iii) aceder a recursos de formação online; e, iv) desenvolver um passaporte pessoal;

Emprego + Digital 2025 –Este programa é uma vertente de especialização da “Academia Portugal Digital” operacionalizando a capacitação em formato de ensino presencial e misto. É dirigido a trabalhadores de empresas independentemente do nível de competências digitais que possuam. À semelhança do programa Emprego + Digital lançado em 2020, esta iniciativa será desenvolvida em estreita articulação com as confederações e associações empresariais.

C16-i01	BF – Estrutura de Missão Portugal Digital BD - Instituto do Emprego e Formação Profissional	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T1	Marco: Início dos programas Academia Portugal Digital e Emprego + Digital	2º
2025/T3	Meta: Participantes na formação do Emprego+ Digital (200.000)	9º
2025/T3	Meta: Participantes na formação da Academia Portugal Digital (500.000)	9º

C16-i02 | Transição Digital das Empresas

Este subinvestimento, tem como objetivo contribuir para a transformação dos modelos de negócio das PME portuguesas e para a sua digitalização, visando uma maior competitividade e resiliência e enquadra quatro programas:

Rede Nacional de Test Beds – Criação de uma rede nacional de test beds através de infraestruturas que permitam o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços, e para acelerar o processo de transição digital, seja via um espaço físico ou de simulador virtual;

Comércio Digital – Programa para a digitalização de PME, com foco em micro/PME da área do comércio, com vista a ativar os seus canais de comércio digitais, incorporar tecnologia nos modelos de negócio, desmaterializar os processos com clientes, fornecedores e logística por via da utilização das tecnologias de informação e comunicação e apoiar a internacionalização. Integra 3 projetos – “Aceleradoras de Comércio Digital”, “Bairros Comerciais Digitais” e “Internacionalização via E-commerce”;

Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital (Coaching 4.0) – Enquadrado no programa nacional para a Indústria 4.0 visa fomentar a integração de tecnologia nas empresas;

Empreendedorismo – reforço na aposta estratégica de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, que passa por apoiar diretamente start-ups (novos produtos e serviços com forte componente digital e verde); pela consolidação da estrutura existente de apoio ao empreendedorismo (Startup Portugal); e pelo apoio ao desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras. Integra 3 projetos: “Voucher para Startups – Novos Produtos Verdes e Digitais”, “Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo” e “Vale para Incubadoras/ Aceleradoras”.

Apesar deste subinvestimento integrar quatro programas, a CETD irá focar a sua apreciação nos investimentos da Rede Nacional de Test-beds e no Comércio Digital, sendo os investimentos no Empreendedorismo avaliadas no âmbito da Comissão Especializada de Economia e Empresas.

C16-i02	BI – IAPMEI e DGAE (Bairros Digitais e aceleradoras de comércio digital) BI-EMPD (Rede Nacional de Test Beds) (apoio IAPMEI, ANI, Startup Portugal, COMPETE e DGAE) BI - AICEP (internacionalização via e-commerce)
---------	---

BI – IAPMEI, através da Startup Portugal (empreendedorismo)		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Meta: Test Beds selecionados para a rede nacional de Test Beds (30)	3º
2024/T3	Marco: PME apoiadas por aceleradoras de comércio digital (12.500)	7º
2024/T2	Meta: Número de produtos-piloto da rede nacional de Test Beds desenvolvidos (600)	6º
2025/T3	Meta: PME apoiadas por aceleradoras de comércio digital (25.000)	9º
2025/T3	Meta: PME e incubadoras de empresas diretamente apoiadas por programas de digitalização (8.600)	9º
2025/T3	Meta: Número de produtos-piloto da rede nacional de Test Beds desenvolvidos (3.000)	9º
2025/T3	Meta: Bairros de Comércio Digital (75)	9º

C16-i02.02: Transição Digital das Empresas este subinvestimento, tem como objetivo contribuir para a transformação dos modelos de negócio das PME portuguesas e para a sua digitalização, visando uma maior competitividade e resiliência.

Para além do programa de empreendedorismo (no qual a CEEE irá focar a sua apreciação) existem outros três (Rede Nacional de Test Beds; Comércio Digital; eTransição Digital-Coaching 4.0), que serão avaliados no âmbito da Comissão Especializada Transição Digital.

O programa de empreendedorismo, inclui o reforço na aposta estratégica de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, que passa por apoiar diretamente startups (novos produtos e serviços com forte componente digital e verde); pela consolidação da estrutura existente de apoio ao empreendedorismo (Associação Startup Portugal); e pelo apoio ao desenvolvimento de incubadoras e aceleradoras. Integra 3 projetos: “Voucher para Startups – Novos Produtos Verdes e Digitais”, “Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo” e “Vale para Incubadoras/Aceleradoras”.

C16-i02.02 BI – IAPMEI gestão atribuída à Associação Startup Portugal (Startup Portugal)		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T3	Meta: Empresas em fase de arranque mapeadas na plataforma da Startup Portugal (5.000)	9º

C16-i03 | Catalisação da Transição Digital das Empresas

Esta medida é composta por três programas:

- Digital Innovation Hubs (DIH) – desenvolver uma rede nacional de DIH, complementando aquela que já se encontra em desenvolvimento no âmbito

do Digital Europe Programme (DEP) por forma a atingir um total de 126 hubs, adicionais, focando este processo em 3 tecnologias disruptivas: IA, HPC e Cibersegurança.

- Desmaterialização da Faturação – iniciativa que visa automatizar o processo de aposição de assinatura eletrónica qualificada para a emissão de faturas através do Serviço de Assinatura de Faturas Eletrónicas (SAFE) da AMA – Alcançar 250.000 utilizadores e 700 milhões de faturas em 3 anos.
- Selos de Certificações de Cibersegurança, Privacidade, Usabilidade e Sustentabilidade – investimento em quatro novas plataformas de certificação em cibersegurança, privacidade, usabilidade e sustentabilidade – meta de 15.000 certificações no computo global das 4 plataformas.

C16-i03	BI- IAPMEI (Digital Innovation Hubs) BI- IAPMEI BF- AMA (Desmaterialização da faturação) BI-IAPMEI BF-AMA (Selos de certificação)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T4	Meta: Digital Innovation Hubs (DIH) (16)	1º
2023/T4	Marco: Criação de plataformas para o envio de faturas digitais e certificações de cibersegurança, privacidade, usabilidade e sustentabilidade	5º
2025/T3	Meta: Beneficiários de serviços de consultoria dos Digital Innovation Hubs (4.000)	9º

C16-i04 | Indústria 4.0

O objetivo das medidas é apoiar a investigação industrial, o desenvolvimento experimental, os projetos de inovação organizacional e de processos, promover a transformação digital das empresas e, conseqüentemente, melhorar a sua sustentabilidade ambiental. Esta medida deve apoiar 200 projetos de investimento que se enquadrem, pelo menos, num dos seguintes domínios de ação:

1. Transição digital dos processos operacionais, incluindo a produção e a gestão e o planeamento logísticos.
2. Soluções para armazenamento, gestão e tratamento avançados de dados.
3. Soluções de inteligência artificial aplicadas ao processo de produção.
4. Representações digitais e modelização virtual (gémeos digitais), simulação e modelização industrial.
5. Esboço e fabrico aditivo.
6. Projetos de realidade aumentada, realidade virtual e visão artificial aplicados aos processos.
7. Robótica colaborativa e cognitiva, interface homem-máquina, sistemas de ciberfísica.
8. Sensores e eletrónica avançada, Internet das coisas, soluções de computação em nuvem e periférica.

9. Infraestruturas de rede, comunicação e computação avançada associadas a processos.

10. Software inovador, interoperabilidade dos sistemas.

A execução do investimento estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

C16-i04	BI- IAPMEI	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Meta: Seleção de projetos de Indústria 4.0 (200)	5º
2025/T4	Meta: Conclusão dos projetos de Indústria 4.0 (200)	9º

Componente C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

A **reforma r32** tem como objetivo implementar um leque alargado de mudanças estruturais, impulsionadas pelas Recomendações Específicas (REP 1 de 2019 e 2020 que apontam para a necessidade de promover o controlo, da sustentabilidade e da qualidade da gestão das finanças públicas, favorecendo despesas favoráveis ao crescimento) e pelas leis estruturantes na Gestão Financeira Pública, designadamente a nova Lei de Enquadramento Orçamental e o SNC-AP, com enfoque na reforma do processo orçamental, da contabilidade, dos sistemas de controlo e da gestão das finanças públicas, na racionalização da despesa da Administração Pública, bem como na Modernização do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

C17	Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T4	Marco: Entrada em vigor do novo modelo de contrato de gestão	1º	Portaria 317-A/2021 de 23 de dezembro 0000200013.pdf (dre.pt)
2022/T1	Marco: conclusão, operacionalização e atualização integral do novo sistema de informação para recolher dados económicos e financeiros das empresas públicas (Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado, SISEE)	N/A	À data de 24/04/2023, o Sistema de Informação já está em funcionamento, em fase piloto.
2022/T2	Marco: Adoção de regulamentação subjacente à orçamentação por programas e do quadro orçamental de médio prazo	N/A	O Diploma enquadrador da regulamentação subjacente à orçamentação por programas está

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
			concluído, encontrando-se em fase final de articulação entre áreas governativas.
2022/T4	Meta: Número de orçamentos e planos de atividade de empresas públicas coerentemente aprovados pelo ministro das Finanças e pelo(s) respetivo(s) ministro(s) da tutela (90)	N/A	Até 31.12.2022 foram aprovados 90 PAOs, cumprindo-se a meta prevista no prazo estabelecido.
2022/T4	Meta: 10 contratos-quadro e modelos de contratação revistos	3º	Cumprida através da entrada em vigor de 10 novos modelos de contratação pública para o sistema nacional central de contratação pública. Especificamente: 8 novos acordos quadro; e 2 manuais de contratação com os critérios de contratação pública ecológica, no âmbito da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas
2022/T4	Marco: Entrada em vigor da legislação subjacente à Entidade Contabilística Estado	3º	Despacho n.º 274/2023, de 6 de janeiro 0005300056.pdf (diariodarepublica.pt)
2022/T4	Marco: Conclusão e aprovação do modelo para acompanhamento da execução orçamental e financeira das administrações públicas	3º	Despacho n.º 275/2023 de 6 de janeiro 0005700068.pdf (dre.pt)
2022/T4	Marco: Entrada em vigor do novo relatório que descreve a situação financeira e o desempenho das empresas públicas	3º	Apresentação de relatórios que ilustram a aplicação do modelo proposto para a análise e reporte da evolução da situação financeira do SEE.
2024/T4	Marco: Relatório sobre a integração das revisões de despesa no processo orçamental regular e a sua avaliação <i>ex-post</i>	7º	

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2023/T4	Marco: Adoção do novo modelo da Conta Geral do Estado	N/A	Foi elaborado Relatório com o novo Modelo da Conta Geral do Estado (CGE) (Despacho SEO em 9/2/2024).
2023/T4	Marco: Conclusão do projeto-piloto de orçamentação por programas	N/A	Foi elaborado Relatório com a avaliação do Piloto da orçamentação por programas (Despacho SEO em 9/2/2024).
2025/T4	Marco: Adoção de legislação relativa ao modelo de custo para a orçamentação por programas	9º	
2025/T4	Meta: Número de orçamentos e planos de atividade de empresas públicas coerentemente aprovados pelo ministro das Finanças e pelo(s) respetivo(s) ministro(s) da tutela (136)	9º	

A **reforma r40** tem como objetivo melhorar a eficácia do sistema fiscal português. A reforma deve introduzir um sistema permanente de acompanhamento e avaliação coerentes dos benefícios fiscais novos e existentes. Tal resultará numa simplificação do quadro existente, reduzindo o número de benefícios fiscais, reduzindo as despesas fiscais associadas e reforçando a relação custo-eficácia dos benefícios fiscais remanescentes.

A reforma consiste num ato jurídico que cria uma Unidade Técnica de Avaliação Tributária e Aduaneira, também designada U-TAX, com mandato para acompanhar e avaliar sistematicamente os benefícios fiscais novos e existentes e contribuir para a conceção, aplicação e avaliação de impacto das políticas fiscais. A unidade de política fiscal deve também contribuir para a preparação de atos jurídicos no domínio da fiscalidade, em colaboração com outras entidades relevantes, como o Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros (CEF). O ato jurídico deve especificar a estrutura formal da U-TAX, incluindo o seu organograma, o seu funcionamento e as suas funções. A U-TAX é tecnicamente independente da Autoridade Tributária e Aduaneira e responde diretamente ao Ministério das Finanças. A U-TAX é composta por pessoal técnico permanente com conhecimentos especializados em políticas fiscais. O ato jurídico deve ainda definir as interações formais entre a U-TAX e outras entidades públicas e privadas relevantes, como instituições académicas e de investigação, e prever a

definição de acordos de partilha de dados entre a U-TAX e entidades públicas relevantes, como a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Instituto Português de Estatística (INE). O ato jurídico deve igualmente reiterar o empenho da U-TAX na qualidade e na transparência dos seus relatórios analíticos e na preservação das normas de qualidade dos dados. Esta unidade de política fiscal deve publicar um relatório de avaliação que contenha uma análise custo-benefício dos benefícios fiscais existentes, com base em critérios de eficiência e eficácia e considerações ambientais. Na sequência desta avaliação, proceder-se-á a uma revisão do quadro jurídico de um conjunto substancial de benefícios fiscais.

C17		
Simplificação do sistema fiscal		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T2	Marco: Entrada em vigor de um ato jurídico que modifica o quadro jurídico aplicável a determinados benefícios fiscais	4º Lei n.º20/2023
2023/T4	Marco: Entrada em vigor do ato jurídico que cria a Unidade Técnica de Avaliação Tributária e Aduaneira (U-TAX) permanente	5º DL 19/2024
2025/T2	Marco: Publicação do relatório de avaliação pela U-TAX sobre os benefícios fiscais existentes	8º
2026/T1	Marco: Entrada em vigor de um ato jurídico relativo aos benefícios fiscais	10º

C17-i01.01 | Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública

Este subinvestimento visa permitir uma gestão integrada dos processos administrativos e financeiros das entidades que integram o universo das administrações públicas, promovendo simultaneamente a modernização, simplificação, normalização, otimização e adequação das práticas, e governação de forma transversal a toda a administração pública.

Integra 16 submedidas/projetos, sendo que as primeiras 10 constituem projetos a desenvolver pela UniLEO em parceria com a ESPAP e com a DGO, e as restantes são projetos a desenvolver exclusivamente pela ESPAP:

N/O Investimento	Designação	Montante (M€)
1	Solução processual integrada de gestão dos ciclos da receita e despesa (Novo GERFIP)	11,8
2	Solução integrada de gestão financeira central do Ministério das Finanças no âmbito da Gestão da Tesouraria Pública	12,4
3	Solução integrada de gestão financeira central do Ministério das Finanças - Faturação Eletrónica nas Administrações Públicas	5,3

N/O Investimento	Designação	Montante (M€)
4	Sistema de informação para reconhecimento de operações gerais do Estado, dita Entidade Contabilística Estado	22,8
5	Implementação do processo orçamental incorporando a orçamentação por programas (SIP)	18,9
6	Novo modelo de Controlo Orçamental e Económico-Financeiro	18,9
7	Sistema de informação integrado para gestão financeira central do Ministério das Finanças - Recolha de dados e reporte de informação	9,4
8	Solução integrada de gestão financeira central do Ministério das Finanças para consolidação das contas das administrações públicas nas suas várias óticas	8
9	Projeto de financiamento de soluções que garantam a interoperabilidade dos sistemas locais com o sistema central	10,9
10	Contratação PMO (Project Management Office), para a totalidade dos projetos entre 2021 e 2026	1,9
11	Novos modelos de gestão e simplificação dos processos e procedimentos administrativos do SNCP	2,8
12	Modernização e renovação dos sistemas de informação do SNCP	5,3
13	Modernização dos sistemas de informação do Parque de Veículos do Estado (PVE)	3,9
14	Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais à gestão financeira em termos de infraestruturas tecnológicas com adoção de metodologias ágeis que permitam atualizações granulares	12,3
15	Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação com de sistema de apoio à gestão transversal através de implementação de soluções de analítica/indicadores de gestão.	9,1
16	Implementação do SOC de forma a permitir um aumento da segurança da informação e do acesso aos dados, implementação das políticas de segurança e soluções de cibersegurança.	7,6

C17-i01.01		
BD - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Meta: Concluir a modernização e a simplificação dos sistemas de informação do sistema nacional central de contratação pública (objetivo 11)	6°
2024/T4	Marco: Conclusão da implementação da Entidade Contabilística Estado	6°
2024/T4	Marco: Entrada em funcionamento do sistema de informação para a reformulação e a execução do processo orçamental, incorporando a orçamentação por programas	7°
2025/T4	Marco: Entrada em funcionamento de um sistema de informação de apoio ao novo modelo de controlo orçamental e financeiro	9°
2025/T4	Marco: Concluir a implementação do centro de operações de segurança	9°
2026/T2	Marco: Concluir a modernização dos sistemas de informação para veículos do Estado	10°

C17-i01.02 | Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública

Este subinvestimento visa a modernização da infraestrutura digital da gestão do património imobiliário público com o objetivo da divulgação integrada da informação e promoção da transparência e proximidade com o Cidadão, bem como a partilha de informação desta natureza com outras entidades de controlo.

C17-i01.02	BI - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. BF- Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTF).
------------	---

Não tem marcos/metapas de desembolso.

C17-i02 | Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária

Este subinvestimento engloba os seguintes projetos:

- Desenvolvimento aplicacional e de reforço da infraestrutura de preservação da informação predial digitalizada;
- Tratamento de PRA do cadastro geométrico;
- Processo de avaliação geral dos prédios rústicos;
- Processo de digitalização das matrizes prediais.

Tem como objetivos:

- Aumentar o conhecimento do território através dos atributos dos prédios (titulares, características e potencialidade), para alavancar as estratégias nacionais associadas ao ordenamento do território;
- Potenciar a efetividade de políticas públicas sobre o ordenamento do território e o seu uso económico ambientalmente consciente;
- Garantir uma eficaz Gestão Integrada do Património Público, nomeadamente na Gestão dos procedimentos, Gestão de informação e Gestão de recursos;
- Promover a simplificação normativa e procedimental e em sinergia, implementar uma solução de gestão de informação imobiliária;
- Dispor de um instrumento de Planeamento Estratégico e Governança para o património imobiliário público;
- Desmaterializar processos.

C17-i02	BD - AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (implementação AT, IRN, DGT, GPP, entre outros)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Marco: Concluir a aplicação do pré-preenchimento da declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com base nos dados de que a Autoridade Tributária e Aduaneira dispõe.	2º
2023/T4	Marco: Concluir a implementação do preenchimento prévio para transações específicas sujeitas ao imposto de selo	5º
2025/T4	Marco: Disponibilização e operacionalização da versão final do sistema de informação que apoia a avaliação simplificada da propriedade rústica	9º

2025/T4	Meta: Conclusão da caracterização edafo-climato-morfológica (solo e clima) e avaliação do potencial económico da propriedade rústica (objetivo 90%)	9º
---------	---	----

C17-i03.01 | Transição digital da Segurança Social

Neste subinvestimento estão previstas iniciativas no eixo estratégico 5 - Reengenharia de processos e qualificação dos profissionais, com o investimento a incidir em:

- Nos processos de negócio mais relevantes e críticos para o cidadão, empresas e entidades relevantes. Do diagnóstico efetuado resultaram aproximadamente 40 processos que serão alvo de análise, revisão e melhoria, encontrando-se incluídos no ciclo contributivo e ciclo de eventos de vida;
- Paralelamente ao processo de reengenharia, será necessário o reforço de FTEs para a correção manual das não conformidades de dados do sistema da segurança social, que pelas suas características e complexidade não permite o recurso a soluções tecnológicas.

C17-i03.01	BD - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.		
Ano/tr3mestre	Meta/marco	Estado	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Redução do tempo médio de deferimento de prestações sociais de natureza contributiva em 80%, para as que tenham um tempo médio superior a 10 dias (22 dias)		9º

C17-i03.02 | Transição digital da Segurança Social

Neste subinvestimento estão previstas as seguintes iniciativas:

- Reorganização da conceção do sistema de Segurança Social e modernização do Sistema de Informação da Segurança Social, na área das prestações, contribuições, fiscalização, cooperação, gestão da informação e canais de pagamento, o que implica uma mudança em três dimensões, designadamente legal, de reengenharia de processos e tecnológica.
- Desenvolvimento e implementação de um novo modelo de relacionamento (Visão 360º) que agilize e integre numa lógica omnicanal os variados canais de interação do cidadão e da empresa com a Segurança Social, com recurso a tecnologias emergentes, alinhado com o que está previsto no investimento 1 da Componente 19;
- Reformular e adaptar o posto de trabalho (Posto de trabalho 21), viabilizando o recurso a modos mais adaptativos de trabalho, como o teletrabalho, intervindo nos equipamentos e soluções de produtividade e comunicação;
- Implementar soluções de infraestrutura e suporte aos sistemas da Segurança Social, baseados em soluções Cloud que garantam maior

performance, disponibilidade do sistema e maior adequação e atualização tecnológica de todos os componentes da arquitetura;

- Reengenharia de processos e qualificação dos profissionais.

C17-i03.02	BD - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.		
Ano/trimestre	Meta/marco	Estado	Pedido de desembolso
2025/T4	Meta: Expansão das funcionalidades do sítio Web Segurança Social Direta, adicionando novos serviços em linha (8)		9º
2025/T4	Meta: Implementação de modelos de vigilância inteligentes para apoiar a prevenção da fraude, assentes em processos de aprendizagem automática (2)		9º

Componente C18 (Justiça Económica e Ambiente de Negócios)

A **reforma r33** tem como objetivo a agilização da tramitação processual e a recuperação de pendências, em todas as áreas processuais, mas com particular incidência nos Tribunais Administrativos e Fiscais, nos Juízos do Comércio e das Execuções- Dar-se-á enfoque à melhoria socioeconómica dos cidadãos e do ambiente de negócios para as empresas, através de mecanismos legais, procedimentais e tecnológicos adequados às necessidades relativas às insolvências e à recuperação de empresas.

C18	Justiça Económica e Ambiente de Negócios
-----	--

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2022/T2	Marco: Adoção pelo Conselho de Ministros do pacote jurídico para a insolvência e recuperação.	N/A	Implementado o pacote jurídico para a insolvência e recuperação. 0000300031.pdf (dre.pt)
2022/T3	Marco: Adoção das condições necessárias para a criação e operacionalização de secções especializadas nos tribunais superiores administrativos e fiscais.	N/A	Projeto de diploma na AR e desenvolvimento tecnológico pronto
2023/T1	Marco: Apresentação dos projetos de alterações legislativas decorrentes do estudo sobre o licenciamento.	N/A	Concluída em fevereiro de 2023 com a Aprovação do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro (0000300192.pdf (dre.pt)), no entanto, os Projetos de alterações e estudo sobre licenciamento ainda por apresentar.
2023/T1	Marco: Criação de secções especializadas nos tribunais administrativos e fiscais superiores.	4º	Projeto de Diploma na Assembleia da República https://dre.tretas.org/dre/5482213/portaria-281-A-2023-de-13-de-setembro
2023/T1	Marco: Entrada em vigor de um regime jurídico para incentivar os acordos judiciais e extrajudiciais.	4º	Decreto-Lei n.º 30/2023 de 5 de maio (0000800009.pdf (dre.pt))

2023/T4	Marco: STEPI+ — entrada em produção do sistema informático para a insolvência.	N/A	Os trabalhos de desenvolvimento e implementação do STEPI+ estão a decorrer encontrando-se em execução o contrato de prestação de serviços para fornecimento e implementação do Sistema de Tramitação Eletrónica dos Processos de Insolvência Plus (STEPI+). Foi terminado o desenvolvimento da fase 1 do pacote de Software aplicacional em dezembro de 2023. O sistema encontra-se em ambiente próprio da empresa contratada (LINK), entidade responsável pela configuração do ambiente de desenvolvimento, respeitando a arquitetura apresentada na proposta e adaptada a eventuais serviços já existentes e disponíveis na Arquitetura Empresarial do Ministério da Justiça. O próximo passo é a instalação dos ambientes de produção, qualidade e formação do STEPI+ no IGFEJ, cuja entidade responsável pela disponibilização é o próprio IGFEJ.
2024/T2	Marco: Entrada em vigor do quadro jurídico revisto para a insolvência e recuperação.	6º	
2025/T3	Marco: Entrada em vigor do pacote legislativo relativo à remoção de obstáculos ao licenciamento.	9º	

C18-i01 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Este investimento é composto por uma multiplicidade de subinvestimentos, cada um gerido por organismos diferentes, o que não facilita a recolha de informação. Por esse motivo as reuniões foram efetuadas ao nível da tutela, para permitir uma maior abrangência.

Tem como objetivo principal a melhoria da eficiência do sistema de administração da Justiça, através das reformas legais, agilização de procedimentos administrativos, modernização dos seus sistemas de informação e robustecimento das infraestruturas tecnológicas, potenciando a redução dos custos de contexto e a ação célere da Justiça.

Através da disponibilizar dos instrumentos e capacidades à área da Justiça, deverá materializar-se em metodologias, plataformas tecnológicas e instrumentos de monitorização, aqui referidas como “plataformas”:

- Plataformas Digitais dos Tribunais (incluindo TAF e Insolvências);
- Plataformas Digitais para Ciclos de Vida dos Cidadãos e das Empresas (incluindo recuperação e competitividade);
- Plataformas Digitais para a Investigação Criminal e Forense;
- Plataformas de gestão de conhecimento;
- Reforço das Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos.

C18-i01.01		
BD - IGFEJ - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Entrada em funcionamento da plataforma de apoio à insolvência, falência e recuperação dos cidadãos e das empresas através do Portal Único Digital Nacional	N/A
2023/T3	Marco: Implementação de sistemas informáticos (incluindo o Magistratus e MP codex) nos tribunais de primeira instância e do portal para mandatários	N/A
2023/T4	Marco: relatório intercalar sobre a aplicação do novo Plano Tecnológico de Equipamentos e Infraestruturas da Justiça, incluindo as seguintes componentes: a) Um novo centro de dados; b) Plataforma de dados abertos da justiça; c) Um sistema de gestão da informação para todas as entidades da justiça; d) Gestão de identidades digitais; e e) Um sistema para a recuperação e gestão de ativos apreendidos nos processos judiciais.	N/A
2023/T4	Marco: Relatório intercalar sobre os seguintes projetos relacionados com as plataformas de gestão de conhecimento na justiça: a) Serviços de apoio partilhados; b) Estatísticas e indicadores; c) Plataforma de gestão de informação (sistema de estão de documentos).	N/A
2025/T4	Marco: Novo sistema de informação para a transformação digital dos tribunais e do Ministério Público	9º
2025/T4	Marco: Execução do novo Plano Tecnológico	9º

C18-i01.02		
BD - IRN - INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T1	Marco: Sistema de informação «Empresa 2.0»	6º
2024/T4	Marco: Entrada em plena produção do sistema informático no domínio dos registos — comercial, civil, predial, de nacionalidade, automóvel, penal e da propriedade industrial	N/A

C18-i01.03	BD - DGPJ - DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Marco: AO 18.8 Execução do novo Plano Tecnológico	9º
2025/T4	Marco: AO 18.9 Plataformas de gestão de conhecimento na justiça	9º

C18-i01.04	BD - DGAJ - DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	
------------	--	--

Sem M&M de Desembolso associados.

C18-i01.05	BD - PJ - POLÍCIA JUDICIARIA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Sistema informático modernizado para a investigação criminal	5º

C18-i01.06	BD - SGMJ - SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Marco: Plataformas de gestão de conhecimento na justiça	9º

C18-i01.07	BD - INMLCF, IP - INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES, I.P	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Sistema informático modernizado para a investigação criminal	5º

C18-i01.08	BD - INPI, IP - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Sistema informático modernizado para a investigação criminal	5º

C18-i01.09	BD - CAAJ - COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	
------------	--	--

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Marco: Novo sistema de informação para a transformação digital dos tribunais e do Ministério Público	9º

C18-i01.10		
BD - PGR - PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Marco: Novo sistema de informação para a transformação digital dos tribunais e do Ministério Público	9º

C18-i01.11		
BD - CSM - CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Marco: Novo sistema de informação para a transformação digital dos tribunais e do Ministério Público	9º

C18-i01.12		
BD - STA - SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T4	Marco: Novo sistema de informação para a transformação digital dos tribunais e do Ministério Público	9º

Componente C19 (Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança)

A **reforma r34** pretende estreitar a relação entre o cidadão e o Estado, incluindo no que se refere aos serviços consulares, melhorando a experiência digital, numa lógica omnicanal e uniforme, eliminando discrepâncias na usabilidade e acessibilidade, que se alavanquem no digital, mas garantindo a inclusão de todas as pessoas, simplificando a relação do Estado com empresas e cidadãos nas mais variadas áreas de intervenção do Estado, reduzindo por essa via os custos de contexto.

C19			
Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança			
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T3	Marco: Entrada em vigor do quadro jurídico para a transformação digital da administração pública	1º	Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho 0000800021.pdf (diariodarepublica.pt)

			Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021 rcm131_2021-1.pdf (portugal2030.pt)
--	--	--	---

A **reforma r35** tem como objetivo acelerar uma reforma orgânica da Administração Pública. Esta reforma permitirá distinguir no funcionamento do Estado dois tipos de organismo:

- i) os de suporte (aqueles que “produzem” para o Estado)
- ii) os de missão (aqueles que “produzem” para o cidadão).

Nos serviços de Suporte incluem-se os serviços comuns (Recursos Humanos, Segurança e Saúde no Trabalho, etc.) e os serviços partilhados (Centros de Competências, Serviços Jurídicos, Serviços Sociais), e nos serviços de missão os Institutos Públicos e Direções Gerais cujas atribuições refletem diretamente no serviço prestado aos cidadãos e empresas. Neste contexto, vão ser prosseguidas as seguintes iniciativas:

- Concentração dos Gabinetes do Governo e serviços comuns e partilhados num único espaço físico;
- Reforço dos serviços com funções estratégicas, de estudo, planeamento e avaliação;
- Especialização dos serviços da administração direta e indireta setoriais, em função das missões desenvolvidas, decorrente da partilha de serviços de suporte;
- Flexibilização e desburocratização das interações entre áreas governativas e serviço, através da redução de cadeias de comando e criação de estruturas horizontais.

C19		Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2023/T4	Marco: Entrada em vigor do pacote legislativo relativo à reorganização da administração pública	5º	Em curso: Por força do Despacho n.º 14408/2022, de 16 de dezembro foi criado o grupo de trabalho com o propósito de executar a reforma funcional e orgânica da Administração Pública prevista

			no PRR (0003200035.pdf (dre.pt))
--	--	--	---

A **reforma r36** tem como objetivo desenvolver competências de trabalhadores e dirigentes, preparando-os para o novo paradigma de prestação de serviços públicos digitais, quer seja pelo robustecimento dos organismos com incumbências nesta matéria, quer seja pelo desenvolvimento de ofertas formativas adequadas às necessidades emergentes. O objetivo é também desenvolver modelos de trabalho mais adaptativos e ágeis (e.g. teletrabalho), facilitadores da gestão da vida profissional e familiar para os funcionários públicos e ainda dotar a administração de ferramentas integradoras e mais ágeis para a gestão dos seus recursos humanos, nas mais variadas áreas (e.g. recrutamento, formação).

C19	Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T2	Marco: Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P. por ato jurídico)	1º	O Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março, foi criado o Instituto Nacional de Administração, I.P. e aprovados os respetivos estatutos (0000400015.pdf (diariodarepublica.pt))

A **reforma r41** tem como objetivo aprofundar a transição digital da administração pública e tirar partido das novas tecnologias para transformar o atual modelo de serviço público.

A reforma consiste na entrada em vigor de um ato legislativo que harmoniza e consolida as regras relativas ao acesso aos serviços públicos, presencialmente e à distância (em linha, através de uma aplicação, por telefone). Este ato legislativo deve igualmente aumentar o número de serviços públicos disponíveis no portal único dos serviços públicos.

A execução da reforma estará concluída até 30 de setembro de 2025.

C19	Acesso aos serviços públicos: harmonizar e consolidar o acesso presencial e em linha	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso

2025/T3	Marco: Entrada em vigor de um ato jurídico relativo ao acesso aos serviços públicos	9º
---------	---	----

A **reforma r42** visa dar resposta a um dos principais desafios que se colocam à administração pública portuguesa: a sua capacidade para rejuvenescer a sua mão de obra e atrair e reter talentos.

Esta reforma consistirá na revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – SIADAP, mediante a alteração do quadro jurídico. O SIADAP revisto deve:

- alterar a frequência do exercício de avaliação (de dois em dois anos para cada ano),
- aumentar a percentagem de trabalhadores que podem receber as duas melhores classificações de desempenho e os respetivos pontos por ciclo de avaliação,
- introduzir uma classificação de desempenho adicional,
- estabelecer a lista de competências a avaliar no âmbito do perfil de competências da administração pública,
- identificar as necessidades em termos de melhoria de competências e a respetiva formação.

Além disso, juntamente com a revisão do modelo SIADAP, a reforma deve também incluir a revisão do perfil de competências da administração pública, que inclui as competências a avaliar no processo de recrutamento e seleção, no sistema de avaliação do desempenho e a incluir nas formações profissionais.

A reforma deve também incluir o desenvolvimento de uma plataforma informática na qual o SIADAP operará. Deve ser ministrada formação específica para aprender a utilizar a plataforma.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2025.

C19-i01	BD- AMA e SGMNE	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T1	Marco: Entrada em vigor do ato legislativo que revê o SIADAP	6º
2024/T1	Marco: Entrada em vigor do ato jurídico que revê o perfil de competências da administração pública	6º
2025/T1	Marco: Entrada em funcionamento do novo SIADAP	8º

C19-i01 | Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal

Este investimento compreenderá a aquisição de serviços, segundo as regulamentações de contratação pública e irá materializar-se através de projetos específicos que permitam desenvolver os serviços públicos digitais disponibilizados numa lógica omnicanal.

Permitirá disponibilizar um Portal Único de Serviços Digitais, alinhado por eventos de vida dos cidadãos residentes em território português e no estrangeiro e das empresas, que se assuma como “Loja do Cidadão Virtual” e que permita ao cidadão tratar de forma digital e desmaterializada dos principais serviços da AP;

Disponibilizar um Centro de Contacto dotado de meios e tecnologia que permita igualmente tratar dos principais serviços através deste canal;

Expandir a rede de Lojas de Cidadão, de Espaços Cidadão e de Espaços de Cidadão Móveis, aumentando a cobertura territorial e chegando a quem não possa ou não consiga aceder aos serviços digitais.

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
C19-i01	BD- AMA e SGMNE	
2022/T4	Meta: públicos disponíveis de forma simplificada e coerente através de diferentes canais (5)	3º
2022/T4	Marco: Transformação digital dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponibilidade de: i) agendamento em linha para toda a rede consular, ii) novos sistemas de informação integrados e plataformas para a criação, partilha e acesso a conteúdos digitais e a certificação de estágios disponibilizados no Instituto Camões, IP.	N/A
2023/T4	Marco: Assinatura de protocolos para a criação de novas Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão	5º
2023/T4	Meta: Melhoria e uniformização dos serviços públicos presenciais: 12 novas Lojas de Cidadão, 170 novos Espaços Cidadão e 6 novos Espaços Cidadão móveis	N/A
2024/T4	Marco: Relatório do MNE sobre o estado de execução dos investimentos: - no Instituto Camões, IP, - na AIECEP — sistemas informáticos, simplificação e digitalização dos processos e procedimentos para aumentar a eficiência, - no MNE — renovação da infraestrutura tecnológica e de comunicações do MNE e da infraestrutura biométrica da rede do MNE - na renovação da infraestrutura tecnológica e de comunicações do CIEJD	N/A

2025/T1	Marco: Aplicação para cidadãos lançada e em funcionamento. A aplicação deve permitir aos utilizadores aceder digitalmente aos serviços públicos mais populares e a outras funcionalidades (como o pagamento de serviços).	8º
2026/T1	Meta: Serviços públicos disponíveis de forma simplificada e coerente através de diferentes canais (25)	10º
2026/T1	Meta: Novas Lojas de Cidadão e Espaços Cidadão em funcionamento (431- 31 novas Lojas e 400 novos Espaços)	10º
2026/T1	Marco: Novo modelo de gestão consular em vigor	10º

C19-i02 | Serviços Eletrónicos Sustentáveis

Este investimento tem como objetivo garantir a interoperabilidade com o Portal Digital Único Europeu, segundo o Regulamento SDG, tendo como ações principais:

- Incrementar a governação e capacidade de reutilização segura dos dados na AP;
- Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal de dados abertos da Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, mais dados ligados, em tempo real;
- Promover a criação de infraestruturas integradas para fins específicos

Neste sentido, a AMA levará a cabo a criação e utilização de um mecanismo de governação transversal dos dados que, entre outras finalidades, uniformize a gestão de dados pessoais e promova a reutilização e todos os dados relevantes em contexto de prestação de serviços, ou (após eventual transformação) para disponibilização no portal de dados abertos.

O INE levará a cabo a criação de uma infraestrutura integrada de informação de conhecimento territorial do país, nas dimensões da habitação, da caracterização demográfica e económico-social das famílias, da atividade comercial, industrial e agrícola, para uso pela administração pública, investigadores, empresas e famílias, uma infraestrutura de dados para investigação, e irá constituir uma Equipa de Competências de Data Science, que visa resolver lacunas de formação e desenvolvimento.

C19-i02	BD- AMA e INE	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T3	Meta: Serviços públicos acessíveis de forma segura através de identidade eletrónica e respeitando o princípio "uma só vez" (5)	3º
2026/T1	Meta: Serviços públicos acessíveis de forma segura através de identidade eletrónica e respeitando o princípio "uma só vez" (25)	10º
2026/T1	Meta: Infraestrutura de informação territorial (150 base de dados)	10º

C19-i03 | Reforço do Quadro Geral de Cibersegurança

Este investimento tem como objetivo robustecer o quadro nacional de cibersegurança, aprofundando, de forma estruturada e integrada, a capacitação no domínio da cibersegurança e da utilização segura dos dados.

São quatro as medidas principais:

- Reforçar a capacitação em cibersegurança e segurança da informação;
- Incrementar a Segurança na Gestão do Ciclo de Vida da Informação;
- Implementar o quadro nacional de cibersegurança e transformar o atual modelo de coordenação da cibersegurança e da segurança da informação;
- Criar as condições físicas e tecnológicas para a implementação e operacionalização do novo modelo de coordenação da cibersegurança e da segurança da informação.

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
C19-i03	BD- Gabinete Nacional de Segurança (GNS)	
2025/T1	Meta: Centros de competências em cibersegurança (7)	N/A
2026/T1	Marco: Conclusão do edifício das autoridades de cibersegurança e segurança da informação	10º
2026/T1	Meta: Formação de especialistas em TI para reforçar as capacidades de cibersegurança e de segurança da informação (9800)	10º
2026/T1	Meta: Adoção da solução criptográfica portuguesa pelas autoridades públicas (150)	10º
2026/T1	Meta: Implementação do quadro nacional de cibersegurança (47)	10º

C19-i04 | Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas

O objetivo deste investimento é modernizar a infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais públicos e promover a respetiva transição digital, através das seguintes ações principais:

- Intervencionar a Rede Informática do Governo tornando-a mais resiliente e mais digital;
- Investir na melhoria da cobertura e capacidade da Rede de Comunicações de Emergência do Estado em Portugal Continental, na redundância geográfica dos Centros de Comutação (MSO) e de transmissão entre as Estações Base rádio em Portugal Continental;
- Renovar a arquitetura dos sistemas de informação e processos associados à gestão e controlo de fronteiras, cooperação policial e judiciária e asilo, permitindo reduzir a carga burocrática dos serviços do SEF;
- Eliminar as redundâncias dos processos técnicos burocráticos das Forças e Serviços de Segurança (FSS).

C19-i04	BD- CEGER (Rede Informática do Governo) BD- SGMAI (infraestruturas digitais críticas) BF- SEF (sistema informático das forças e serviços de segurança)	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2022/T2	Meta: Sistema seguro de comunicações móveis para funcionários públicos (95% dos membros dos gabinetes do governo)	2ª
2024/T4	Marco: Conclusão de melhorias em infraestruturas digitais críticas	5º
2024/T4	Marco: Atualização do sistema informático das forças e serviços de segurança	7º
2025/T4	Marco: Conclusão de melhorias em infraestruturas digitais críticas	9º
2026/T1	Marco: Reforço do centro de gestão da Rede Informática do Governo (RING)	10º

C19-i07 | Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro

Este investimento vai implementar três grandes programas que visam a capacitação dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública:

Programas de capacitação onde se inclui:

1. Infoexclusão Zero, destinado a trabalhadores públicos em situação de infoexclusão (com potencial complementaridade com o Programa Qualifica AP);
 2. AP Digital 4.0, assente em três eixos, em estreita articulação com as instituições de ensino superior: a) Formação em ferramentas de produtividade; b) Formação destinada a técnicos na carreira de informática e/ou que desempenhem funções conexas; c) Formação em tecnologias emergentes e gestão, destinada a dirigentes e trabalhadores da Administração Pública;
 3. Formação superior e avançada em gestão e administração, ministrada pelo INA e/ou em consórcio com Instituições de Ensino Superior, destinada preferencialmente a dirigentes.
- Programa Qualifica AP – Plano de Ação 2021-2026 – desenvolvimento de um Plano de Ação plurianual para a implementação dos objetivos do Programa Qualifica AP aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019, de 31 de janeiro de 2019;
 - Programa de estágios profissionais na Administração Pública – consiste num espaço de desenvolvimento de competências de jovens com formação

superior, permitindo um primeiro contacto com o mercado de trabalho, onde os estagiários e as entidades empregadoras beneficiam mutuamente de uma lógica de transmissão e renovação de conhecimento institucional e intergeracional.

Por fim, serão ainda realizados investimentos que visem promover modos mais ágeis e flexíveis de desempenho do trabalho em funções públicas, designadamente através do teletrabalho, como potenciador da melhoria da conciliação da vida pessoal e profissional. Este objetivo será perseguido através de iniciativas tendentes à portabilidade dos postos de trabalho (aquisição de equipamentos que permitam o teletrabalho) e através da promoção de espaços de co-work descentralizados e distribuídos pelo território, contribuindo igualmente para a coesão territorial).

C19-i07	BD – SGPCM, AMA e PlanAPP BI – ANA e DGAEP	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Meta: Programa de estágios para licenciados (1.500)	5º
2023/T4	Meta: Trabalhadores dos serviços públicos em teletrabalho (25%)	5º
2026/T1	Meta: Formação para trabalhadores da administração pública (96.400)	10º

C19-i08 | Territórios Inteligentes

Este investimento visa criar um paradigma de planeamento e gestão das cidades e territórios através de políticas públicas baseadas em dados.

O investimento deve incluir:

- O desenvolvimento e lançamento do Portal dos Territórios Inteligentes. Este portal deve dispor de um repositório em linha de informações pertinentes a nível local, regional e nacional, tais como boas práticas, orientações, informações sobre normas, leis e regulamentos e informações sobre as fontes de financiamento de projetos.
- O desenvolvimento, lançamento ou modernização de plataformas de gestão urbana (UMP) em 75 municípios e Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas, incluindo a digitalização dos procedimentos de habitação e ordenamento territorial.
- O desenvolvimento de gémeos digitais (representação digital de um produto, sistema ou processo físico, previsto ou real, do mundo real para fins práticos) em domínios prioritários nacionais como a água e a agricultura, a resiliência às alterações climáticas, a mobilidade e a descarbonização, a saúde, a energia, o turismo e a proteção civil.

- O desenvolvimento e o lançamento de um painel de indicadores das políticas públicas para apoiar a tomada de decisões políticas dos intervenientes públicos a diferentes níveis hierárquicos, com informações sistemáticas e atualizadas.
- O desenvolvimento de conteúdos e a prestação de formação em matéria de recolha e gestão de dados, normas, normas abertas, interfaces de programação de aplicações e outros conteúdos ligados a cidades e edifícios inteligentes, e sustentabilidade.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C19-i08		BI - AMA	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	
2025/T1	Marco: Desenvolvimento do Portal dos Territórios Inteligentes.	8º	
2025/T4	Meta: Formação sobre territórios inteligentes (650)	9º	
2026/T1	Marco: Territórios Inteligentes: Plataformas de gestão urbana, gémeos digitais e painel de indicadores das políticas públicas.	10º	

Componente C20 | Escola Digital

A **reforma r37** tem como objetivos:

- Reforçar as competências digitais da população enquanto ação integrada de política pública;
- Desenvolver competências digitais transversais ao currículo com diferentes níveis de profundidade e proficiência através da sua integração nas diferentes disciplinas;
- Atualizar e modernizar quer os espaços didático-pedagógicos de educação formal, quer os de educação não formal, criando condições para a melhoria do sucesso escolar e a redução do abandono escolar precoce;
- Garantir que todos os alunos e professores têm os equipamentos e as condições necessárias para utilizar as tecnologias enquanto mais-valia pedagógica;
- Promover um acesso mais democrático e igualitário da comunidade educativa às tecnologias;
- Combater os estereótipos de género no domínio das tecnologias digitais incentivando igual participação de ambos os sexos e estimulando percursos formativos de raparigas nas tecnologias de informação e comunicação.

C20		Escola Digital	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2025/T4	Meta: Formação em competências digitais para professores e pessoal não docente na rede de ensino público (95%)	9º	

C20-i01 | Transição Digital na Educação

O objetivo principal deste investimento é remover obstáculos ao acesso à internet de qualidade em ambiente escolar, assegurando o fornecimento de conectividade à internet de qualidade às escolas, de modo a permitir a utilização universal de equipamentos e acesso a recursos educativos digitais por alunos, professores e funcionários de apoio à gestão em contexto educativo.

As principais ações são as seguintes:

- Alargamento da conectividade da internet da Rede Alargada da Educação para 300 Gbps;
- Dotar, pelo menos, 90% das escolas com ligação à Rede Alargada da Educação com uma capacidade mínima de 1 Gbps e ampliar as redes de área local a todas as escolas com ênfase nas redes Wi-Fi, em todas as escolas do ensino básico e do ensino secundário da rede pública;
- Criação de cerca de 1300 Laboratórios de Educação Digital;
- Dotar as escolas de equipamentos de projeção em 40 000 salas;
- Disponibilizar recursos e conteúdos educativos digitais para a totalidade da matriz curricular (330 disciplinas);
- Aquisição de 600.000 computadores de uso individual (alunos e professores).

C20-i01		BI - SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2021/T4	Marco: Assinatura de contratos para a aquisição de computadores individuais para alunos e professores	1º
2022/T4	Meta: Equipamentos para suprir as necessidades administrativas e de gestão das escolas públicas (15 000)	N/A
2022/T4	Meta: 1 050 000 Computadores para utilização individual por alunos e professores	3º
2024/T2	Meta: 40 000 salas de aula com novo equipamento de projeção	6º
2024/T4	Meta: Melhoria da conectividade das escolas do ensino básico e secundário (95% escolas abrangidas)	7º
2024/T4	Meta: 1 300 Laboratórios de Educação Digital instalados	7º
2024/T4	Meta: Capacitação da gestão escolar (95% escolas abrangidas)	7º
2025/T4	Meta: Recursos educativos digitais para 330 disciplinas (95% escolas abrangidas)	9º
2025/T4	Meta: Testes e exames digitais nas escolas (95% escolas abrangidas)	9º

Componente C21 | REPowerEU

O objetivo do capítulo REPowerEU é apoiar as ambições de Portugal em termos de independência energética e transição ecológica, no contexto das novas situações geopolíticas e do mercado da energia.

As reformas e os investimentos no âmbito do REPowerEU visam reforçar a soberania energética de Portugal e acelerar a descarbonização da sua economia. O capítulo inclui reformas que simplificarão os procedimentos de licenciamento de energias renováveis, criarão um balcão único para o licenciamento de projetos de energias renováveis e promoverão a adoção do biometano e do hidrogénio renovável no país.

A componente contribui para dar resposta às recomendações específicas dirigidas a Portugal no sentido de reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis (recomendação específica n.º 4 de 2022 e 2023) e de focalizar o investimento na transição energética e para uma economia hipocarbónica (recomendação específica n.º 3 de 2019) e na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia (recomendação específica n.º 3 de 2020). Inclui, em especial, medidas para acelerar a implantação das energias renováveis, simplificar o licenciamento, descarbonizar o setor dos transportes, melhorar a eficiência energética dos edifícios, modernizar as redes de transporte e distribuição de eletricidade, aumentar o armazenamento de eletricidade e reforçar a aquisição das competências verdes necessárias para a transição ecológica.

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de "não prejudicar significativamente" (2021/C58/01).

C21-r43 | Observatório Nacional da Pobreza Energética

O objetivo desta reforma é criar um organismo que permita às autoridades nacionais, regionais e locais acompanhar a situação da pobreza energética e analisar e desenvolver políticas públicas para a sua erradicação em Portugal.

A reforma criará o Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE), que será responsável por:

- Acompanhar, supervisionar, coordenar e apresentar relatórios sobre a aplicação da Estratégia de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética (ELPPE);

- Coordenar o trabalho político relacionado com a pobreza energética no que respeita à conceção e execução do Plano Nacional em matéria de Energia e Clima (PNEC) e dos Planos Sociais Nacionais para a Ação Climática;
- Propor ao governo Planos de Ação decenais (horizontes 2030, 2040 e 2050), bem como a sua revisão e da ELPPE, com uma periodicidade máxima trienal e quinquenal respetivamente;
- Implementar ações de capacitação dos agentes públicos e privados, nacionais, regionais e locais envolvidos na execução da Estratégia de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética;
- Identificar e acompanhar os agregados familiares em situação de pobreza energética através da criação e aplicação de um instrumento de inquérito periódico;
- Propor um instrumento financeiro (ou fiscal) para financiar medidas de eficiência energética destinadas aos agregados familiares em situação de pobreza energética;
- Desenvolver materiais e campanhas para o aumento da literacia energética adequados ao perfil dos agregados familiares em situação de pobreza energética;
- Promover e divulgar o trabalho relacionado com o fenómeno da pobreza energética, incluindo a criação de uma rede de entidades e intervenientes interessados com o objetivo de abordar a questão.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2025.

C21-r43		Observatório Nacional da Pobreza Energética
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Entrada em vigor de legislação que cria o Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE)	5º
2023/T4	Marco: Lançamento do instrumento de financiamento para combater a pobreza energética	7º

C21-r44 | Criação de balcões únicos para os cidadãos em matéria de eficiência energética (Espaços Cidadão Energia)

Com base no projeto-piloto desenvolvido no quadro do investimento TC-C13-I01.01, a reforma criará balcões únicos para a eficiência energética destinados aos cidadãos (Espaços Cidadão Energia) criados por órgãos de poder local ou regional ou outras entidades locais, que devem ser incluídos nos Planos Municipais de Ação Climática nos termos da Lei n.º 98/2021 e oferecer uma série de serviços aos residentes, tais como:

- Prestação de informações e apoio técnico, desde a interpretação das faturas de energia até à utilização sustentável da energia e aos direitos dos consumidores;

- Aconselhamento, nomeadamente em matéria de aquisição de energia, aquisição de equipamento, seleção de soluções de eficiência energética e de energias renováveis, seleção de propostas comerciais para a aplicação de soluções;
- Avaliação energética das habitações e propostas de investimento com vista a aumentar o conforto térmico e a reduzir as faturas de energia;

Devem ser empreendidas ações de capacitação para assegurar que pelo menos trezentos pessoas recebam formação para o funcionamento dos Espaços Cidadão Energia.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2025.

C21-r44		Espaços Cidadão Energia	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido	de desembolso
2023/T4	Marco: Assinatura do protocolo de cooperação	5º	
2024/T4	Meta: Ações de desenvolvimento de capacidades (300 profissionais)	7º	
2025/T1	Meta: Lançamento dos Espaços Cidadão Energia (50 espaços)	8º	

C21-r45 | Competências verdes

O objetivo desta reforma é criar uma oferta de formação profissional de longa duração para o desenvolvimento, o reconhecimento, a validação e a certificação de competências verdes, com o objetivo de prevenir o risco de desemprego, promover a manutenção do emprego e estimular a criação de novos postos de trabalho.

A reforma comporta os seguintes elementos:

- Programa Trabalho e Competências Verdes: proporcionar formação profissional e requalificação a 12 500 trabalhadores envolvidos nos processos de transição energética dos seus empregadores, trabalhadores em risco de desemprego devido ao encerramento de indústrias de combustíveis fósseis, bem como desempregados. Deve ser executado pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional através de formações de curta e média duração e deve centrar-se no desenvolvimento de competências verdes.
- Cursos no Centro de Formação para a Transição Energética: prestação de formação a longo prazo a mais 12 500 pessoas nos domínios da transição energética e da ação climática, incluindo as energias renováveis, o hidrogénio verde, os combustíveis sintéticos não biológicos e a eficiência energética.

A execução da reforma estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

C21-r45	Competências verdes	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T4	Meta: Ações de formação em competências verdes (12.500 pessoas)	7º
2025/T1	Meta: Ações de formação em competências verdes (25.000 pessoas)	8º

C21-r46 | Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável

A reforma consiste na alteração do Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás, a aprovar pela Direção-Geral de Energia e Geologia (nomeadamente despacho n.º 806-B/2022 e despacho n.º 806-C/2022). Os dois regulamentos alterados estabelecem os critérios técnicos e os aspetos operacionais para a produção, certificação, transporte, armazenamento, prevenção de fugas e, se for caso disso, injeção de hidrogénio renovável na rede de gás, definindo a entidade responsável pela gestão da injeção e estabelecendo critérios para não exceder a concentração máxima autorizada de hidrogénio na rede de gás (em consonância com a Estratégia Nacional do Hidrogénio revista). Devem também definir os utilizadores finais do hidrogénio renovável em consonância com a estratégia da UE para o hidrogénio, visando aplicações difíceis de descarbonizar nos setores da indústria e dos transportes, e regras para assegurar a transparência do sistema de faturação, da capacidade de aquecimento e da qualidade do gás [como o valor calórico bruto (PCS), o índice de Wobbe (indicador de qualidade da combustão) e a presença de componentes adicionais (como CO₂, hidrocarbonetos, H₂O, enxofre, etc.)].

Além disso, deve ser publicado no Diário da República um ato administrativo ou jurídico que estabeleça que apenas as unidades industriais que cumpram os requisitos da Diretiva Energias Renováveis e dos seus atos delegados (2018/2001/UE) são consideradas instalações de produção de hidrogénio renovável. O ato deve também estabelecer o procedimento a seguir pelos requerentes de licenças de produção de gases de origem renovável, exigindo que os requerentes de uma licença apresentem uma declaração em que se comprometem a cumprir os requisitos para a utilização de energia proveniente de fontes renováveis estabelecidos na Diretiva Energias Renováveis e nos seus atos delegados (2018/2001/UE), e assegurem a origem renovável do hidrogénio produzido.

O referido ato administrativo ou jurídico deve igualmente exigir que, antes do início da produção de hidrogénio renovável, para obter a "licença de instalação e exploração da instalação industrial", o requerente apresente, se for caso disso, o contrato final de aquisição da energia renovável que consumirá no processo de produção, bem como as informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos compromissos assumidos na declaração.

A execução da reforma estará concluída até 30 de junho de 2024

C21-r46	Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Entrada em vigor de um ato administrativo ou jurídico sobre hidrogénio renovável	5º
2024/T2	Marco: Entrada em vigor do Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás revisto e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás revisto.	7º

C21-r47 | Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano

A reforma implica o lançamento do primeiro leilão para a compra centralizada de biometano sustentável pelo Comercializador de último Recurso Grossista (CURg), em conformidade com a Portaria n.º 15/2023, de 4 de janeiro de 2023. O leilão deve visar a compra de 150 GWh/ano de biometano para injeção na rede nacional de gás. A reforma implica igualmente a adoção do plano de ação para o biometano, que estabelece uma estratégia para o desenvolvimento do biometano em Portugal. O plano de ação deve propor ações para assegurar um quadro regulamentar favorável, juntamente com um conjunto de políticas públicas que apoiem a criação de um mercado interno do biometano, tanto para apoiar a produção como para incentivar o consumo.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2024.

C21-r47	Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Lançamento do primeiro leilão para a compra centralizada de biometano sustentável	5º
2024/T1	Marco: Adoção do Plano de Ação para o Biometano	6º

C21-r48 | Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis

O objetivo desta reforma é promover projetos de energias renováveis através da simplificação do quadro jurídico e regulamentar em matéria de licenciamento de energias renováveis e da formação dos responsáveis pela concessão de licenças e dos utilizadores da ferramenta digital em causa.

A reforma contempla:

- A entrada em vigor do ato legislativo que cria a Unidade de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (UMER 2030). A

tarefa da UMER 2030 consiste nomeadamente em: assegurar o cumprimento dos objetivos do Plano Nacional em matéria de Energia e Clima para 2030 revisto e acelerar a execução de projetos de energias renováveis em Portugal, o elaborar um manual de procedimentos para apoiar e simplificar o procedimento de licenciamento para autoconsumo e comunidades de energias renováveis, o desenvolver, implementar e gerir o balcão único para o licenciamento e acompanhamento de projetos de energias renováveis (RP-C14-i02), o elaborar uma proposta de programa setorial para as "Go-To Areas renováveis", o consolidar o quadro jurídico e regulamentar aplicável ao licenciamento elétrico e ambiental de projetos de energias renováveis e armazenamento.

A reforma implica igualmente a criação de um regulamento para o licenciamento municipal de projetos de energias renováveis e armazenamento, através da alteração do Despacho Ministerial 113/2015, que define os elementos relevantes a submeter para o procedimento de licenciamento municipal de projetos de energias renováveis.

- A reforma deve igualmente prever um calendário para a atribuição de novas capacidades de energias renováveis, com especial destaque para as zonas geográficas resultantes do programa setorial "Go-To Areas Renováveis".

A reforma implica igualmente a formação de 500 gestores e técnicos da administração pública central, regional e local no que respeita aos procedimentos de licenciamento de projetos de energias renováveis e de armazenamento de energia.

A execução da reforma estará concluída até 30 de junho de 2024.

C21-r48		Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido	de desembolso
2023/T3	Marco: Criação da Umer 2030		5º
2023/T3	Marco: Entrada em vigor do Regulamento relativo ao licenciamento municipal de projetos de energia renovável e de armazenamento		5º
2024/T2	Meta: Formação do pessoal envolvido no licenciamento de projetos de energias renováveis (500 gestores e técnicos da APC, APR e Local)		6º
2024/T2	Marco: Adoção de um calendário de atribuição de nova capacidade em matéria de energias renováveis, com especial ênfase nas áreas resultantes do Programa Setorial "Go-To Areas renováveis"		6º

C21-i01 | Medida reforçada: Descarbonização da indústria

O objetivo desta medida é reforçar o investimento TC-C11-i01: Descarbonização da indústria no âmbito da componente 11.

A parte reforçada da medida deve aumentar o número de projetos de descarbonização apoiados. O apoio à parte reforçada da medida deve ser concedido a 500 pequenas e médias empresas para projetos de um montante máximo de 200 000 EUR por empresa ao longo de três exercícios financeiros (projetos "simplificados").

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C21-i01	BI - IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2026/T2	Meta: Apoio financeiro a projetos simplificados de descarbonização industrial (objetivo: 810 projetos)	10º

C21-i02 | Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios residenciais

O objetivo do investimento é reforçar a medida TC-C13-i01: Eficiência energética em edifícios residenciais no âmbito da componente 13.

A parte reforçada da medida deve aumentar o número de edifícios residenciais renovados e a produção de energia renovável para auto-consumo. 60 % da área renovada no âmbito deste investimento deve ser em prédios de apartamentos.

A execução do investimento estará concluída até 30 de setembro de 2025.

C21-i02	BI - FUNDO AMBIENTAL	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2025/T3	Meta: Renovação para a eficiência energética em edifícios residenciais privados (6.588.000 m2)	9º
2025/T3	Meta: Capacidade adicional de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização no setor residencial privado (10 MW)	9º

C21-i03 | Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios utilizados pelo setor dos serviços

O objetivo do investimento é reforçar a medida TC-C13-i03 Eficiência energética em edifícios utilizados pelo setor dos serviços no âmbito da componente 13. A parte reforçada da medida deve aumentar a área renovada em edifícios de serviços privados.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C21-i03	BI - FUNDO AMBIENTAL	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2026/T2	Meta: Renovação para a eficiência energética em edifícios de serviços (1.060.000 m2)	10°

C21-i05 | Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica

Metas do PNEC 2030 e os objetivos do Plano Industrial do Pacto Ecológico Europeu.

O investimento deve consistir em subvenções destinadas a empresas ou projetos individuais e apoiar o investimento industrial na produção de tecnologias estratégicas para a transição climática, que devem estar diretamente ligadas à energia solar fotovoltaica e à energia solar térmica, aos eletrolisadores e às células de combustível, à energia eólica terrestre e às energias renováveis ao largo, ao biogás/biometano sustentável, às baterias e ao armazenamento, à captura e armazenamento de carbono, às bombas de calor, à eficiência energética, à energia

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C21-i05	BI - IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Marco: Assinatura das condições de aceitação para a execução de projetos industriais	6°
2026/T2	Meta: Conclusão de 5 projetos industriais no domínio das tecnologias estratégicas para a transição climática	10°

C21-i06 | Medida reforçada: Hidrogénio e gases renováveis

O objetivo deste investimento é reforçar o investimento C14-i01: Hidrogénio e gases renováveis no âmbito da componente 14.

A parte reforçada da medida deve aumentar a capacidade de produção de hidrogénio e gás renováveis. Esta medida será composta por ações destinadas a promover a produção, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gases renováveis, visando aumentar a contribuição dos gases renováveis no consumo de energia, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, reduzir a dependência energética e melhorar a segurança do aprovisionamento de energia.

Para a produção de hidrogénio renovável, só deve ser utilizada a eletrólise.

Para a produção de outros gases de origem renovável, devem ser utilizadas outras tecnologias: a) Processos termoquímicos e hidrotérmicos (exclusivamente para a produção de biometano sustentável); b) Processos biológicos (biofotólise e fermentação); c) O enriquecimento em biogás proveniente da digestão anaeróbia

de materiais de biomassa deve ser utilizado exclusivamente para a produção de biometano sustentável (a produção de biogás pode ser apoiada se incluir também a conversão de biogás em biometano sustentável); e d) A metanação deve ser produzida apenas a partir de biorresíduos.

A produção de hidrogénio renovável e outros gases de origem renovável tem de cumprir a Diretiva Energias Renováveis e os seus atos delegados (2018/2001/UE).

Os investimentos apresentarão um foco muito específico e procurarão aumentar a capacidade instalada para a produção de hidrogénio renovável e de outros gases renováveis, onde se inclui capacidade instalada em eletrolisadores para a produção de hidrogénio renovável. O projeto será executado através de concurso(s) aberto(s) com o objetivo de apoiar projetos com uma dotação máxima por projeto de 15 000 000 EUR.

Esta medida deve apoiar tecnologias maduras (TRL > 8), incentivando não só a produção de hidrogénio renovável, mas também a produção de outros gases renováveis através da recuperação energética da componente orgânica dos resíduos urbanos, lamas das estações de tratamento de águas residuais, efluentes agrícolas e industriais, entre outros (excluindo resíduos plásticos). A produção de combustíveis de carbono reciclado não deve ser prevista como parte deste investimento.

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C21-i06		BI - FUNDO AMBIENTAL
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T4	Marco: Convite à apresentação de propostas para projetos de produção de gases renováveis	5°
2026/T2	Meta: Capacidade adicional de produção de hidrogénio renovável e gases renováveis (277 MW)	10°

C21-i07 Estudos técnicos para potencial energético offshore

C21-i07.01 Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais

C21-i07.02 Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes

O objetivo deste investimento é permitir ao Estado Português realizar concursos públicos para a instalação de capacidade eólica offshore flutuante.

O investimento consistirá no desenvolvimento de estudos geofísicos, geotécnicos, eólicos, de ondas e de corrente de alta resolução de uma área de, pelo menos, 2 000 km² no oceano Atlântico. Após a sua conclusão, os estudos servirão de base para o lançamento de leilões subsequentes para as zonas offshore enumeradas no Plano Nacional de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM).

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2026.

C21-i07	01 BD- INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P. 02 BD- LNEG - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA I.P.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Marco: Assinatura de contrato(s) relativo(s) a estudos técnicos para potencial energético offshore	6°
2026/T2	Marco: Conclusão dos estudos técnicos sobre a energia eólica offshore	10°

C21-i08 Flexibilidade de rede e armazenamento

O objetivo deste investimento é aumentar a flexibilidade da rede elétrica pública, permitindo a otimização e a gestão flexível do sistema elétrico, tendo também em conta o aumento previsto da produção e do consumo de eletricidade renovável. O investimento deve incluir o apoio à instalação de, pelo menos, 500 MW de capacidade de armazenamento de energia na rede elétrica (tanto a nível do transporte como da distribuição). A capacidade de armazenamento deve ser atribuída com base na pré-identificação das zonas mais necessitadas, tais como as zonas com maiores condicionalismos da rede ou com a penetração mais elevada das energias renováveis. Os projetos serão apoiados até 20 % dos custos elegíveis. A execução do investimento estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

C21-i08	BI - FUNDO AMBIENTAL	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Marco: Assinatura das condições de aceitação para a instalação da capacidade de armazenamento de eletricidade	6°
2025/T4	Meta: Instalação da capacidade de armazenamento de eletricidade (500 MW)	9°

C21-i09 Balcão único para o licenciamento e o acompanhamento de projetos de energias renováveis

O objetivo deste investimento é facilitar o desenvolvimento de projetos de energias renováveis através do desenvolvimento de uma plataforma de balcão único digital para o licenciamento e o acompanhamento de projetos de energias renováveis.

O investimento consiste no desenvolvimento e no lançamento da plataforma de balcão único digital. A plataforma incluirá as seguintes funções:

- módulo de licenciamento para projetos de autoconsumo e comunidades de energias renováveis, bem como para armazenamento em sistemas a jusante do contador,

- módulo de licenciamento para projetos centralizados de energias renováveis exclusivamente na rede e para armazenamento em sistemas a jusante do contador,
- módulo de licenciamento para projetos exclusivamente de armazenamento,
- módulo de observabilidade e estatísticas para projetos de energias renováveis.

O balcão único deve ser desenvolvido em duas fases:

- Na primeira fase, a plataforma digital deve dispor dos três módulos de licenciamento operacionais, permitindo aos utilizadores acompanhar as diferentes etapas do processo de licenciamento (incluindo as fases de desenvolvimento, colocação em funcionamento, ensaio e lançamento). A plataforma deve apresentar os requisitos e prazos relacionados com o licenciamento de projetos de energias renováveis.

Na segunda fase, a plataforma digital deve também dispor de módulos de observabilidade e estatísticas operacionais, que permitam aos utilizadores introduzir dados e trocar documentos relacionados com os procedimentos de licenciamento, bem como com a execução do projeto licenciado. A plataforma deve incluir funcionalidades de observação à distância (imagem por satélite) para melhorar o acompanhamento da execução dos projetos pelas autoridades públicas.

O balcão único deve estar em conformidade com o "Código de Conduta Europeu sobre a Eficiência Energética dos Centros de Dados".

A execução do investimento estará concluída até 30 de junho de 2025.

C21-i09			BD - DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso			
2024/T4	Marco: Entrada em funcionamento dos módulos da primeira fase do balcão único digital para o licenciamento e o acompanhamento de projetos de energias renováveis	7º			
2025/T2	Marco: Entrada em funcionamento dos módulos da segunda fase do balcão único digital para o licenciamento e o acompanhamento de projetos de energias renováveis, e conclusão do processo de desmaterialização dos documentos de licenciamento existentes.	8º			

C21-i12 Medida reforçada: Descarbonização dos transportes públicos

O objetivo do investimento é reforçar o investimento TC-C15-i05: Descarbonização dos transportes públicos no âmbito da componente 15.

A parte reforçada da medida deve aumentar o número de novos autocarros de zero emissões utilizados para transporte público. O âmbito do investimento deve

ser alargado, passando das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto para todo o território continental português, e deve também incluir a instalação de estações de carregamento ou reabastecimento.

C21-i12	BI - FUNDO AMBIENTAL	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T2	Marco: Assinatura do contrato para a aquisição de autocarros limpos ao abrigo do Programa de Descarbonização dos Transportes Públicos	6º
2026/T2	Meta: Aquisição de novos autocarros de zero emissões (elétricos ou a hidrogénio) utilizados para transporte público	10º

C21-i14 Sistema de BRT Braga

Este investimento visa melhorar a sustentabilidade dos transportes públicos em Braga.

O investimento consistirá na criação de um novo sistema de trânsito rápido de autocarros (Bus Rapid Transit – BRT) na cidade de Braga. O sistema deve funcionar principalmente em faixas de rodagem específicas e apenas com autocarros com emissões nulas (elétricos ou a hidrogénio). Devem ser construídas duas linhas: a linha amarela entre a estação ferroviária e a Avenida Robert Smith e a Linha Vermelha, entre a estação ferroviária e o Hospital de Braga.

O investimento deve incluir igualmente a aquisição de dez autocarros com nível nulo de emissões, incluindo as estações de carregamento necessárias para explorar as linhas.

C21-i14	BD - TUB -TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T3	Marco: Assinatura do contrato relativo à construção de duas linhas de BRT em Braga	5º
2026/T2	Meta: Construção de duas linhas de trânsito rápido de autocarros em Braga (12,2 km)	10º

C21-i16 Funicular da Nazaré

Este investimento visa proporcionar transportes públicos sustentáveis na Nazaré.

O investimento deve incluir a aplicação de uma solução mecânica de transporte (funicular) com uma extensão aproximada de 200 metros entre a Praia e a zona da Pederneira. O funicular deve ser integrado na rede de transportes públicos e ser acessível às bicicletas e às pessoas com mobilidade reduzida.

A execução do investimento estará concluída até 31 de março de 2026.

C21-i16	BD - MUNICIPIO DA NAZARE	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2024/T3	Marco: Assinatura do contrato para a execução do projeto	5º
2026/T1	Marco: Construção de um funicular	10º

Componente C22 | Auditoria e Controlo

C22-r49: Disposições para o acompanhamento e execução do plano de recuperação e resiliência

A medida visa melhorar o acompanhamento e a execução do plano de recuperação e resiliência. A fim de assegurar uma aplicação eficaz das medidas proporcionadas de luta contra a fraude e de luta contra a corrupção, Portugal deve alterar os contratos assinados entre o organismo de coordenação "EMRP" e todas as autoridades responsáveis pela execução do PRR, a fim de acrescentar a obrigação jurídica de os organismos de execução realizarem uma avaliação do risco de fraude no prazo de três meses a contar da alteração dos seus contratos e, caso a avaliação do risco de fraude identifique riscos que não sejam abordados pelos controlos existentes, de desenvolver um plano de ação com controlos adicionais. Esta obrigação deve ser refletida no manual de procedimentos do organismo de coordenação. O organismo de coordenação deve também comunicar formalmente a todos os organismos de execução orientações técnicas para os apoiar na realização da avaliação do risco de fraude.

Além disso, Portugal deve melhorar os procedimentos para reduzir ou atenuar o risco de duplo financiamento, introduzindo controlos cruzados sistemáticos e eficazes dos pedidos de potencial financiamento no âmbito do MRR e entre o MRR e outros programas da União, em conformidade com o princípio da boa gestão financeira. O organismo de coordenação deve apresentar um documento que descreva os controlos cruzados pormenorizados propostos em matéria de duplo financiamento, a fim de confirmar a existência de procedimentos adequados para evitar o duplo financiamento.

C22-r49	EMRP	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso
2023/T3	Marco: Alteração dos contratos de financiamento entre a EMRP e os organismos de execução para incluir a obrigação de realizar uma avaliação do risco de fraude	3º

2023/T3	Marco: Introdução de controlos cruzados em matéria de duplo financiamento	3º
---------	---	----